

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS

ANDRÉ LUIS MITIDIERI PEREIRA

Vidas e varões enovelados:
como e porque (des)ler os clássicos da biografia

Tese de Doutorado apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Letras da Faculdade de Letras da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor em Letras, área de concentração: Teoria da Literatura.

Profa. Dr^a Maria Luiza Ritzel Remédios
Orientadora

Instituição depositária:
Biblioteca Central Irmão José Otão
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

Porto Alegre, março de 2008

ANDRÉ LUIS MITIDIERI PEREIRA

***VIDAS E VARÕES ENOVELADOS:*
COMO E PORQUE (DES)LER OS CLÁSSICOS DA BIOGRAFIA**

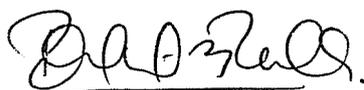
Tese apresentada como requisito para obtenção do grau de Doutor, pelo Programa de Pós-Graduação em Letras da Faculdade de Letras da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Aprovada em 18 de janeiro de 2008.

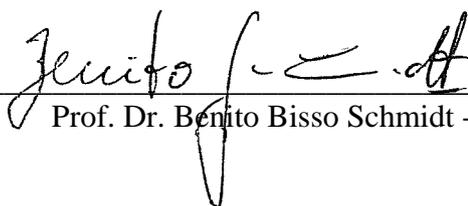
BANCA EXAMINADORA



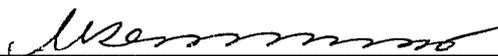
Profa. Dr. Maria Luiza Ritzel Remédios - PUCRS



Profa. Dr. Rosani Úrsula Ketzer Umbach – UFSM



Prof. Dr. Benito Bisso Schmidt - UFRGS



Profa. Dr. Maria Helena Menna Barreto Abrahão - PUCRS



Prof. Dr. Urbano Zilles - PUCRS

DEDICO ESTAS PÁGINAS DE MUITA VIDA

**Primeiramente, ao prof. Ms. Marcos Botelho:
seu artigo *Por que des(ler) os clássicos em Omeros?*
encaminhou o título desta pesquisa e a enriqueceu.**

**Pelo incontável, desmedido apoio:
à Ada Maria Hemilewski,
quase irmã, *amiga para sempre*.**

**Para meus irmãos e irmãs, pais e mães e sucessões,
enfim, às famílias adotadas ou verdadeiras,
porque eu me sinto vivo quando estamos juntos.**

***Um Amor maior que eu:*
à minha avó Ana Clara (*in memoriam*)
com quem aprendi a ouvir, a ler e a pesquisar.**

**Embora minha gratidão seja incomensurável
por quaisquer falas ou escritas
e incabível numa simples dedicatória.**

AGRADECIMENTOS

Viva o povo brasileiro e o CNPq, responsáveis indireto e direto pelo fomento à presente investigação. Por sua materialidade, à Rosa Velho e à equipe da Nova Todeschini. Por sua mentalidade, à Diva Semler, que tanto confiou nestas páginas de muita vida. Em especial, à Dra. Domingas Faraco; aos Drs. Elvo Clemente e Mainar Longhi (*in memoriam*).

À Faculdade de Letras e ao PPGL da PUCRS, seus funcionários e suas funcionárias, professoras e professores, representados por Alessandra Rocha, Ana Ramalho, Cláudia Antônia, Claudia Castro, Davi Avelal, Izabel Lemos, Manoel da Luz, Mara do Nascimento e Miriam Schardosim.

À Dra. Maria Luíza Ritzel Remédios, por me orientar nos caminhos da biografia, e à Dr^a. Regina Zilberman, que acolheu o projeto desta pesquisa e nela se faz inapagável presença. Às Dr^{as}. Alice Therezinha Campos, Maria da Glória Bordini, Maria Helena Abraão e Rosani Úrsula Umbach, pela vigilância de suas leituras durante a qualificação/defesa da tese.

De Babéis a bibliotecas, para Adriana Bayer, Ana Maria Accorsi e Mmle. Jardim, assim como à “lusofilia” reunida pelo extinto Centro de Estudos de Culturas em Língua Portuguesa: Cris Gutkoski, Diego Petrarca, Felipe Neiva, Francisco Melo, Inara Rodrigues, Isadora Dutra, Jane Tutikian, Karin Backes, Liza Loureiro, Luciana Éboli, Roberto Ribeiro e Sílvia Niederauer.

Às primeiras mestras de língua e literatura, Virgínia do Rosário, Marlene Feijó e Lilá Simon, por retro-alimentarem as minhas literaturas com suas lições de vida. À Glorinha e à Regina, pelas magnas aulas de sabedoria, guardadas na bagagem como exemplos a professorar. À Malu, muito mais do que uma douta orientadora, pela herança heterogênea.

Nas angústias do percurso e na alegria das mesas, ao Adeítalo Pinho, à Ana Maria Diniz, à Conceição Pinheiro, à Joselaine Medeiros, à Lourdes Horta e à Luzi Lene. Pela sabedoria compartilhada, por novos caminhos, pelos itinerários, pelas memórias, às vivas narrativas, pelo subtexto da vida e porque Chico está certo: “sem a cachaça, ninguém segura este rojão.”

A todas as tribos, de amigas e parentelas, por intermédio de Amália Cardona, Ana Cardoso, Fabi Pianowski, Lara de Almeida, Maria Leida, Rud Antunes e Vinícius Crespo; comunidade vianense, matriarcado Peres e Shirley Franco — *Avis Raras* — numa era de falsidades; Mitis e Maltas do Flamengo, aquele abraço...

Quando opto por valores, eles estão 'carimbados' previamente por minhas escolhas práticas, isto é, por minhas relações e ações estabelecidas no mundo e na sociedade; pelo jeito, portanto, que construo e produzo minha vida com os outros. Esse e qualquer pensar sempre incluirá um tipo de ética que justifica, regula e orienta minha ação; mas carrega, também, um jeito de pensar o mundo, os outros e a mim mesmo, isto é, certa filosofia de vida.

LUIZ AUGUSTO PASSOS

Educação Popular:

um projeto de rebeldia e alteridade

RESUMO

Na presente tese, busco reunir estudos, informações e teorias — bastante dispersos em nosso país — acerca das espécies biográficas e seu diálogo com os lugares da cultura, mais especificamente, com a filosofia, a história e a narrativa ficcional. Para tanto, discuto a idéia de Daniel Madelénat sobre a longa duração do “paradigma clássico da biografia”, o qual se estenderia desde a Antigüidade greco-romana até o século XVIII. A partir dos conceitos de Philippe Lejeune, cunho as noções de “**espaço biográfico**”, “**literatura biográfica**” e “**pacto biográfico**”. Baseado na acepção de texto “clássico”, defendida por Italo Calvino, e em suas propostas para o 21º milênio, analiso um *corpus* de narrativas elaboradas entre o final do século XX e a atual centúria, visando entender possíveis vínculos das formas biográficas com as tendências contemporâneas da historiografia e da ficção romanesca.

Palavras-chave: Biografia. Estudos Culturais. Literatura Comparada.

ABSTRACT

This dissertation aims at bringing together some critical theories, data and studies — too much spread in Brazil — about the biographical species and their dialogue with the location of culture, specifically with history and fictional narrative. In order to do so, it's discussed Daniel Madelénat's notion on the *long durée* covered by a “classical paradigm of biography”, which extends ever since the Greco-Roman antiquity to the Enlightenment. The notions of “**biographical space**”, “**biographical literature**” and “**biographical pact**” were coined by me embased on Philippe Lejeune's concepts. Italo Calvino's thought on the “classical” text and his memos for the 21st millennium underlie the analysis of a *corpus* formed by some narratives produced from the late 20th century to the 21st century. This study has as its goal understanding possible links between the biographical forms and contemporary tendencies on historiography and on the novelistic fiction.

Key-words: Biography. Comparatism. Cultural Studies.

SUMÁRIO

1 MEMÓRIA: O INFERNO SÃO AS LETRAS.....	10
1.1 AÇÕES COTIDIANAS OU INTRÓITO CARTESIANO?.....	11
1.1.1 Minhas melhores intenções: por uma poética do espaço biográfico	12
1.1.2 Movimentos metodológicos: a epistemologia, a estrutura, as éticas.....	16
1.2 METAFÍSICA: <i>PÓLIS</i> E PALAVRAS.....	22
1.2.1 Escrita e <i>Mnēmē</i> : sete recolhas de <i>Sophía</i>	23
1.2.2 A escrita das <i>Dóxai</i> e as biodoxografias.....	28
1.3 METAMORFOSE: PÁGINAS E VIDAS.....	34
1.3.1 “Briografismo” e comédias na vida greco-romana.....	35
1.3.2 <i>Vita Memoriae</i> : das virtudes, poéticas e confissões	40
1.3.3 <i>Magistra Vitae</i> : a história, as memórias e a retórica	45
2 MESTRA DA VIDA: FICÇÕES NO PURGATÓRIO.....	51
2.1 METALEPSE: TESTEMUNHOS E IMAGINÁRIO	52
2.1.1 Presente grego na (pré)visão da história.....	53
2.2 MONUMENTO: RECORDAR E VIVER	58
2.2.1 “Mitistória”, as hagiografias e a biografia.....	59
2.2.2 O romance histórico e <i>A divina comédia</i>	65
2.2.3 Proêmio à filologia e mais realismo de rei	70
2.3 MIMESE: LIVROS & DOCUMENTOS	77
2.3.1 Testemunha dos tempos: indivíduo nas escritas.....	78
2.3.2 A <i>Poética</i> do Renascimento e as escritas de vida.....	84
2.3.3 Preâmbulo de ouro: novas vidas, imagens, novelas	89
2.3.4 Mirem-se no exemplo: fictício-imaginário-ficcional	95
2.4 MENSAGEIRAS DO PASSADO: BÍBLIAS E BIBLIOTECAS.....	100
2.4.1 Um prólogo exuberante ao moderno romance	101
2.4.2 A biobibliografia, os bolandistas, beneditinos... ..	107
2.5 MIL E SETECENTOS: AS LUZES DA VERDADE ACESAS	113
2.5.1 A <i>Ratio</i> moderna num prelúdio ao gênero biográfico	114
2.5.2 Literatura e gênero romanesco no Século das Luzes.....	119

3 MUSEUS E GRANDES NOVIDADES: TEMPO E TEORIAS.....	126
3.1 MÉTODO: OS SABERES E OS PODERES	127
3.1.1 A ideologia alemã, os filósofos da história e a historiografia	128
3.1.2 Biografia romântica e literatura, das revoluções aos impérios.....	133
3.1.3 Era dos extremos: a teoria da literatura e a moderna biografia	138
3.2 MAL DE ARQUIVO: AS ESTÉTICAS E AS POLÍTICAS	144
3.2.1 Estremaduras: historiografia e a história em revista.....	145
3.2.2 Teoria literária, estudos culturais e comparativismo	149
3.2.3 Desconstrução, multiculturalismo, pós-colonialismo.....	154
4 SETE PASSEIOS POR SENDAS QUE SE BIFURCAM	159
4.1 MAL-ESTAR NO LABIRINTO: <i>ÉPISTEME</i> PÓS-MODERNA	160
4.1.1 Rapidez: contra o método, alguma conclusão antecipada	161
4.2 RE(VISÕES) DO PARAÍSO: DAS MARGENS AO DESLOCAMENTO.....	173
4.2.1 Multiplicidade: Flora Tristán e Paul Gauguin em fractais	174
4.2.2 Levezas da Santa Cruz: feitiço, memória e biografia coral.....	187
4.2.3 Visibilidade: metonímia da presença, contexto, biografema.....	198
4.3 MEMÓRIA EM GIGABYTE: QUEM MEXEU NO QUEIJO DOS ITALIANOS?	208
4.3.1 Exatidão e verdade: suplementos, biodiograma e caso extremo	209
4.3.2 Consistência e clareza: Marco Polo por Kublai Khan e Calvino	215
4.4 MEMORIAL: PORQUE UM EU SE (DES)LÊ AO LER E A RELER VIDAS ALHEIAS	231
4.4.1 Sobre os fins e o começo: limites da biografia e do romance	232
REFERÊNCIAS	244
ANEXOS.....	265
Anexo 1: Currículo Lattes.....	266
Anexo 2: Ficha catalográfica.....	306

1 MEMÓRIA: O INFERNO SÃO AS LETRAS

A obra, a um tempo, monumento e documento, é permeada por um número excessivo de paradoxos. Sua gênese e a evolução de seu autor são de tal forma especiais que não poderiam pertencer a outro domínio que não o da biografia, mas a história de sua recepção envolve tantos fatores que ela se torna pouco a pouco um ramo da história total. Entre ambas, que fazer?

ANTOINE COMPAGNON
O demônio da teoria

1.1 AÇÕES COTIDIANAS OU INTRÓITO CARTESIANO?

Eu me disponho, assim, a passear pelo labirinto do Não, pelas trilhas da mais perturbadora e atraente tendência das literaturas contemporâneas: uma tendência na qual se encontra o único caminho que permanece aberto à autêntica criação literária: que se pergunta o que é e onde está a escrita e que vagueia ao redor de sua impossibilidade e que diz a verdade sobre o estado de prognóstico grave — mas sumamente estimulante — da literatura deste fim de milênio.

Me dispongo, pues, a pasear por el laberinto del No, por los senderos de la más perturbadora y atractiva tendencia de las literaturas contemporâneas: una tendencia en la que se encuentra el único camino que queda abierto a la autêntica creación literaria; una tendencia que se pregunta qué es la escritura y dónde está y que merodea alrededor de la imposibilidad de la misma y que dice la verdad sobre el estado de pronóstico grave — pero sumamente estimulante — de la literatura de este fin de milenio.

ENRIQUE VILA-MATAS

Bartleby y compañía

1.1.1 Minhas melhores intenções: por uma poética do espaço biográfico

A história da autobiografia seria então, mais do que nada, a história dos seus modos de leitura comparada, dentro da qual poderíamos promover o diálogo entre os contratos de leitura propostos por diferentes tipos de textos (pois de nada adiantaria estudar a biografia isoladamente, já que os contratos, como signos, só se revestem de sentido por efeitos de oposição) e os diferentes tipos de leituras a que esses textos são submetidos.

PHILIPPE LEJEUNE
Le pacte autobiographique

No presente estudo, guio-me pelo objetivo de prestar uma contribuição aos desenvolvimentos teóricos, bastante dispersos no Brasil, sobre o que eu chamo de “espaço biográfico”.¹ Para tanto, apresento a biografia, assim como, resumidamente, a autobiografia e importantes gêneros afins, visando a reunir elementos para uma poética do referido espaço, de suas escritas, gêneros e outras formas. Concentro-me nas expressões biográficas e no gênero biográfico, segundo apresentados no Ocidente latino.

Ao desenrolar da tese, analiso as relações mantidas entre a biografia como espécie narrativa e sua inserção no campo da cultura. Pretendo estabelecer um diálogo proveitoso com a filosofia e a história, sem que isso signifique o abandono da particularidade teórico-literária que deve nortear o trabalho a ser desenvolvido. A bem dizer, esta investigação mostra-se tributária da idéia de escovar a história pelo avesso, na acepção do pensador sino-germânico Walter Benjamin (1994, p. 222-234).

Neste caso, empreender leituras a contrapelo, tanto de reflexões filosóficas quanto históricas, permite localizar os fundamentos retóricos e poéticos da biografia, antes de sua instituição enquanto gênero no universo ocidental. A partir dos elementos oferecidos pela pesquisa, devo fixar pontos de cisão e coincidência entre a ficção narrativa, a filosofia, as formas biográficas, o gênero biográfico e a historiografia. Reviso particularmente as teorias da história e da literatura, detendo-me nos aspectos que tangem à memória e à narrativa.

Recorro aos estudos históricos e filosóficos em primeiro lugar, situando o vínculo primordial das espécies biográficas com os encaminhamentos da poética, da retórica e da sofística; da filosofia e do estudo da história. Com isso em mente, preciso elencar algumas

¹ Em virtude da existência de gêneros vizinhos à biografia, como autobiografia, auto-retrato, confissões, diário íntimo e memórias, bem como pela contribuição de textos epistolares, ensaísticos e híbridos — romances de modulação autobiográfica ou biográfica, o *roman-fleuve* ou o romance de formação —, Philippe Lejeune diz que seria possível falar de um vasto “espaço autobiográfico”. Em todos esses construtos linguísticos, há sempre uma vida a ser contada, e nem tão somente por intermédio da primeira pessoa ou da autoconfissão dissimulada em outros pontos de vista, razão por que considero ainda mais apropriado utilizar o termo **espaço biográfico** (Cf. LEJEUNE, 1975).

reavaliações dos historiadores quanto a tópicos como acontecimento, fato histórico, fontes, linguagem e referência. Ainda preciso definir o objeto, ao qual distintas representações chamaram de “literatura”.

Uma vez que os campos histórico e literário sofrem variações axiológicas e epistemológicas, delimitá-los pressupõe uma breve retomada de seus percursos. Assim fazendo, posso contribuir aos estudos conjuntos da história e da literatura no Brasil, pois raros são os empenhos desse tipo, no que diz respeito às formas biográficas, do mesmo modo, ao espaço e ao gênero biográficos.² À maneira de um *Reader's Guide*, o trabalho dota-se das intenções de servir como guia, na acepção lata, mas despretensiosa, do termo.

Enfocando características transdisciplinares da filosofia, da história e da literatura, as obras relacionadas ao eixo temático pretendem-se afastadas de uma visão histórica totalizante. Desde já, esclareço que refuto a confusão da interdisciplinaridade obtusa com a transdisciplinaridade, pois “entre, através e além de qualquer disciplina, a prática transdisciplinar supõe não a totalidade, mas a complexidade, a diversidade e a pluralidade intrínseca à realidade... Trata-se muito mais de uma atitude do que uma disciplina específica” (FEITOSA, p. 96, 2004).

Dou especial atenção, em um primeiro momento, às teorias da história e aos estudos sobre a memória. No campo das investigações literárias, cobram relevância a teoria crítica, a narratologia, a estética da recepção, o comparatismo, os estudos culturais, o pós-estruturalismo e o pós-modernismo. As teorias da recepção fornecem suporte ao pensamento de Philippe Lejeune, cujas idéias de pacto autobiográfico e pacto romanesco se mostram tributárias dessas formulações teóricas, as quais também são vistas a partir das leituras operadas pelos estudiosos brasileiros Luiz Costa Lima e Regina Zilberman.

A literatura comparada fornece suas chaves-mestras de análise por meio da “intertextualidade”,³ dos espaços intervalares, do hibridismo e dos cruzamentos discursivos, interessando-me especialmente a contextualização de identidades. Por intermédio desses

² O volume organizado por Ângela de Castro Gomes (2004) concentra-se em temporalidade não abarcada por esta tese: do século XIX ao XX. Além disso, não estuda as formas biográficas ou a biografia, e sim, as “escritas de si”. Nesse caso, também se encontra o livro coordenado por Maria Luiza Remédios (1997). A obra de François Dosse (2007) aposta na biografia, entretanto, cinco dos seis capítulos dedicam-se ao gênero em suas concepções modernas e até mesmo pós-modernas. Não se adequaria especificamente ao presente trabalho, já que visou em especial ao “paradigma clássico” das espécies biográficas, embora contemple suas relações com a narrativa histórica e ficcional produzida na pós-modernidade.

³ A partir do próprio diálogo firmado entre Julia Kristeva (1969) e Mikhail Bakhtin, a estudiosa búlgara estabelece o conceito de “intertextualidade”. O mecanismo compreende os ecos de outros discursos na literatura, suas vinculações com os universos do real, além do destaque ao caráter pluridiscursivo dos textos literários.

aspectos, pretendo referendar um diálogo, já estabelecido pela teoria literária atual, entre o comparatismo e os *Cultural Studies*. Em relação aos encaminhamentos pós-estruturais, convoco suas bases francesas, da mesma forma, o corpo teórico do pós-modernismo torna-se basilar à consideração da narrativa ficcional contemporânea.

Tais inferências me oferecem subsídios para visualizar os primórdios do espaço biográfico como uma zona ocupada pela filosofia, a história, a poética, a retórica e a sofística. Interligando esses campos, a memória cobra valor em seus vínculos com o tempo e a história. Ao contrário do inconsciente, submete-se a mecanismos controladores, razão por que não desejo abdicar do cronótopo⁴ a fim de rasurar algumas inapropriações, constantemente repetidas sobre a biografia e os gêneros a ela contíguos.

Entre tais usos inapropriados, ressaltam: a tomada de uma parte (gênero autobiográfico) pelo todo (espaço biográfico); a indistinção entre os discursos autobiográfico e biográfico; o estabelecimento fundacional da narrativa biográfica no século XVIII. Ainda é preciso rediscutir usuais afirmativas sobre a ausência de uma noção de individualidade nas épocas que precederam ao iluminismo. Também se faz necessário reavaliar o emprego indiscriminado de “literatura confessional”, “literatura íntima” ou “literatura intimista”, relativamente ao espaço biográfico.

Daí o propósito de recorrer a certa remontagem do tear em que se imbricam os fios da biografia, da cultura, da ficção, da história, das sociedades e da memória, ela mesma, ancorada em quadros sociais. O empreendimento supõe a “desmemória”, no sentido de uma operação para esquecer as marcas disciplinares que delimitam graves fronteiras entre a historiografia e a teoria literária. Na verdade, filosofia e história, quando aqui vistas pelo avesso, contribuem a fixar uma poética do espaço ou do gênero biográfico.

Por idêntico modo, a sugerida desleitura das obras de crítica ou de teoria literária mais auxiliam a uma leitura a contrapelo da cultura, da história e da historicidade, correspondentes ao período enfeixado no trabalho. Assim, a tese é justificada formalmente, ao se enquadrar na linha de pesquisa do Programa de Pós-Graduação em Letras da PUCRS, denominada Margens da Literatura: Produção e Recepção. Como tal, visa a fortalecer os encaminhamentos teóricos a respeito da biografia e do romance.

Os gêneros mencionados vêm sendo recebidos com sucesso pelo público-leitor e

⁴ O vocábulo cronótopo resulta da fusão dos termos gregos *Khrónos* (tempo) e *Tópos* (lugar), mostrando-se fundamental ao pensamento bakhtiniano sobre o texto literário. Cf. BAKHTIN, 1992, p. 327-414.

despertam as atenções da crítica, nem tão somente literária. Ao relacionar as produções biográficas com a narrativa ficcional, pretendo corresponder às expectativas dessas tendências. Ademais, persigo a originalidade no modo de abordar as narrativas que incorporam fatos ou sujeitos históricos em seus textos, escapando, porém, à forma que se tornou hegemônica no romance pós-moderno, qual seja, da metaficção, tanto historiográfica quanto biográfica.⁵

Tenho por certo que, por intermédio do pacto de leitura, das categorias do referente e do sujeito, direcionadas ao conceito de ficção biográfica, posso aprofundar, no plano da teoria, as relações cada vez mais discutidas e revisadas entre história e literatura. A base para o desenvolvimento desta pesquisa centra-se na investigação bibliográfica, envolvendo textos que possam esclarecer as problemáticas da escrita biográfica e da narrativa contemporânea, histórica ou ficcional. É considerada, em especial, a interpenetração desses domínios.

A fortuna crítica e a bibliografia teórica, selecionadas para levar a presente investigação a termo, exigiram o esclarecimento de conexões mais abrangentes entre a memória, a filosofia, o fazer histórico e a literatura. Verificando a forma e a função da narrativa biográfica em diferentes épocas, precisei refletir sobre como determinado vocábulo gera outras estruturas, as quais se fixam ou passam por diferentes hibridações. Por isso, antes de chegar aos sentidos dos principais vocábulos que compõem o título e os objetivos do trabalho — biografia clássica e narrativa — retomo as trajetórias de seus significantes.

Viso a depreender como se organizam os campos semânticos em torno aos quais essas palavras se localizam e de que modo contribuiriam para elucidar as questões norteadoras da tese. Busquei dados em fontes sempre confiáveis, mas nos arquivos tradicionais e em suas margens: dicionários, discursos, enciclopédias, páginas da Internet, periódicos, revistas acadêmicas, traduções e vários “paratextos”, como abas, apresentações, introduções, posfácios, prefácios etc. Espelhando-me no crítico germânico Erich Auerbach (1971), não defino previamente o que seja figura, literatura, mimese, Ocidente ou realidade, para deixar que os conceitos se revelem aos poucos.

O recorte cronológico detém-se majoritariamente na clássica era da biografia, uma “longa duração”, a se estender da Antigüidade ao século XVIII, conforme Daniel Madélenat.⁶ A partir dessa idéia, trafego pelas relações entre filosofia, história, literatura e memória,

⁵ Considero metaficção biográfica àquela metaficção historiográfica cujo protagonista baseia-se num ser histórico, em geral, já conhecido por outros meios. Para o conceito, ver: HUTCHEON, 1991, p. 38.

⁶ O paradigma clássico da biografia regula-se: pelos feitos de “grandes homens”, pelas divisões estruturais das narrativas e por um conjunto de temas semelhantes. Cf. MADELÉNAT, 1983, p. 6-38.

ênfatizando as rotas cruzadas que desembocam na criação ficcional cujo mote é o discurso biográfico. Para atender a esse fim, abordo os seguintes trabalhos historiográficos: *O diabo e a terra de Santa Cruz* (MELLO E SOUZA, 2000); *O queijo e os vermes* (GINZBURG, 1987).

Também estas obras literárias, cujas traduções, ainda que não eliminassem consultas aos textos originais, permitem citá-las a partir das edições brasileiras: *O paraíso na outra esquina* (VARGAS LLOSA, 2003b) e *As cidades invisíveis* (CALVINO, 1990a). Ao princípio de um longo e não menos árduo caminho, os fins desde logo se justificam por meio dum conceito de crítica como “forma pós-freudiana de autobiografia. Uma autobiografia ideológica, teórica, política cultural. E digo autobiográfica porque toda crítica se escreve a partir de um lugar preciso e de uma posição concreta” (PIGLIA, 1994, p. 70-71).

A metodologia hermenêutica se orienta em Paul Ricoeur e solicita aportes teóricos dos estudos de gênero. Ainda pretendo deslocar o trabalho à intercomunicabilidade das teorias histórica e literária, verificável em obras que tematizam a biografia ou que procedem a sua ficcionalização. Após revisar e discutir os esquemas conceituais encontrados na bibliografia selecionada, passo à análise das obras literárias seminais, definidas como *corpus* do trabalho.

Tal percurso deve associar o interesse pelo evento à *longue durée*. Concentrando-se na Antigüidade, nas Idades Médias,⁷ na modernidade inicial, na modernização epistemológica e no acolhimento dessas temporalidades por narrativas pós-modernas, o trajeto desliza ao “labirinto do Não” da crítica latino-americana, em sua maior parte, detida no barroco e nas expressões vanguardistas alto-modernas.

1.1.2 Movimentos metodológicos: a epistemologia, a estrutura, as éticas

*Perseu vem ao meu socorro até mesmo agora, quando já me sentia
capturar pela mordada de pedra — como acontece toda vez que tento
uma evocação histórico-autobiográfica..*

ITALO CALVINO
Seis propostas para o próximo milênio

Primeiramente, esclareço quais as modalidades de biografia que não contemplo nesta pesquisa, desde logo, a “educativa” (DOMINICÉ, 1988) ou “formativa” (JOSSO, 1988;

⁷ A noção de Idade Média foi imposta pelos renascentistas, estabelecendo uma fronteira entre seus tempos e o período antigo. Poderia começar em: 310 (reconhecimento a cultos cristãos); 392 (oficialização do cristianismo); 476 (deposição do último imperador romano); 698 (conquista muçulmana a Cartago). Para seu final, apresentam-se as datas de 1453 (queda de Constantinopla) e 1517 (início da Reforma Protestante). Os historiadores ingleses usam o termo *Middle Ages*, que lhes parece refletir melhor as complexidades medievais. Cf. FRANCO JR, 2001.

2002). Em vínculo estreito com as práticas e as ações da pedagogia, tais formas “inscrevem-se nesta abordagem epistemológica e metodológica, por compreendê-la como processo formativo e autoformativo, através das experiências dos atores em formação” (SOUZA, 2006, p. 138). Excluo também a “história de vida”, conceito relacionado

a uma denominação genérica em formação e em investigação, visto que se revela como pertinente para a autocompreensão do que somos, das aprendizagens que construímos ao longo da vida, das nossas experiências e de um processo de conhecimento de si e dos significados que atribuímos aos diferentes fenômenos que mobilizam e tecem a nossa vida individual/coletiva (SOUZA, 2006, p. 139).

Segundo Beatriz Fischer (2004, p. 152), mencionadas perspectivas tomaram “maior força no mundo inteiro a partir dos movimentos de resistência de intelectuais pesquisadores, que viam nesta abordagem a alternativa para *dar voz aos excluídos*.” Maria Helena Abrahão (2004, p. 221) assegura que o olhar do pesquisador visa às dimensões contextuais de que as individualidades são produto/produtoras, bem como “representa uma leitura do material narrativo (e de mundo) para além das narrativas, no esforço de compreender o objeto de estudo na perspectiva pessoal/social do narrador.”

Na seqüência, coloco de lado a “prosopografia”, distinta da biografia por atender “sobretudo aos elementos comuns a um grupo reduzido, enquanto a segunda se concentra no resgate da singularidade de um périplo individual determinado” (ROJAS, 2000, p. 26). Do gênero biográfico, igualmente difere a “biografia modal”, pois essa caracteriza determinado grupo ou setor da sociedade a partir dos elementos fornecidos pelo “estudo de caso”, guardando bastante semelhança com a forma prosopográfica. Não analisa uma biografia “de uma pessoa singular e sim a de um indivíduo que concentra todas as características de um grupo” (LEVI, 1996, p. 174).

Tampouco investigo a “psicobiografia”, concentrada entre outras coisas em desvelar traços latentes ou manifestos de personalidades unidas por sua escrita. Em suas páginas, figuram o James Joyce analisado por Jacques Lacan (2007) e seres cujas histórias abastecem estudos de Sigmund Freud, como: *Dostoiévski e o parricídio*; *Moisés e o monoteísmo*; *Uma lembrança da infância de Leonardo da Vinci* (1972). Na última obra, “valendo-se da biografia de um dos mais populares artistas do Ocidente e praticando um discurso narrativo, logo poético, na perspectiva proposta por Aristóteles, Freud esperava alcançar seus intentos e garantir o estatuto científico da profissão que exercia” (ZILBERMAN, 2007, p. 249).

Atento à delimitação temática, mas não aos rigores de uma “ciência rígida”, deixo de cuidar, pelo menos diretamente, das escritas de si ou “escritas do eu”, quer dizer, das espécies

confessionais, intimistas etc. que formam o espaço autobiográfico, percorrido com segurança e mestria por Lejeune (1971, 1975, 1980, 1986, 1989a, 1991a, 1991b, 1993, 1996, 1998a, 1998b, 2005, 2007, 2008). Zona em que por igual não adentro, a “literatura de testemunho” é apresentada de forma introdutória nos panoramas traçados por Mabel Moraña (1995) e Márcio Seligmann-Silva (2003).

Aparte as problemáticas da mediação autoral, do valor de verdade imputado aos textos e das pressuposições hierárquicas verificadas nos atos ou intenções de “conferir voz aos subalternos”,

Em outros casos, que até agora receberam atenção bastante menor da crítica, o testemunho se oferece como documento que ilumina uma área periférica e usualmente relegada da sociedade, desde a qual, se põem a descoberto contradições éticas ou convencionalismos que, geralmente, nem são questionados a partir do discurso literário tradicional (MORAÑA, 1995, p. 513).

Estudo a memória, sem ter no escopo as “memórias” enquanto gênero apresentado majoritariamente em prosa e a registrar vivências pessoais. Os acontecimentos, porém, aí se inter-relacionam com as artes e as paisagens, os costumes e fatos marcantes, paralelos à existência do autor. No Brasil, a modalidade ganha destaque com a obra de Pedro Nava, dentro da qual não há uma rígida separação entre suas próprias características e as do gênero autobiográfico, imbricamento reiterado nas produções memorialistas de Erico Verissimo (1974-1976) e Hermilo Borba Filho (1966-1972).

Alba Olmi (2006) estuda as memórias, em suas relações com a ficção narrativa, divulgando autores nem sempre convocados às discussões universitárias neste país. Uma de suas fontes, o sucessor de Italo Calvino na Universidade de Bolonha — Andrea Battistini (2007) — infere que o “autobiografismo” consiste na presença genérica do sujeito em sua obra: “o autor pode falar de si mesmo, ainda que nos gêneros mais impessoais e objetivos. Por outro viés, autobiografia é um gênero, apropriada e legitimamente literário, com suas constâncias, suas convenções e seus horizontes de expectativa, a sua gênese histórica.”

Nesses termos, o “gênero memorialístico” difere do “memorialismo” e a biografia, do “biografismo”. Tal noção formula-se nas marcas biográficas que se instalam não apenas no discurso literário, mas, dentre outros, no filosófico e no histórico. Na conjuntura nacional, um “novo biografismo” se ramifica “em várias direções; afora a biografia, na literatura, no romance, na reportagem, no tratado histórico. E em cinema, no filme de ficção, no documentário longo, no documentário curto para tevê, no docudrama” (GALVÃO, 2005, p. 98).

Esse renovado leque biografista inaugurava-se ao final da década de 70, na zona do testemunho, e através do resgate às memórias da repressão pós-64. No âmbito das discussões que, a partir daí, se propiciam, considero fundamentalmente: a narrativa biográfica enquanto historiografia e invenção; a narrativa ficcional biográfica relacionada à memória, bem como ao feixe contemporâneo da história e das teorias históricas ou da literatura. O presente trabalho então se divide em quatro capítulos e respectivas subdivisões.

Neste primeiro capítulo, “Memória: o inferno são as letras”, apresento a temática, os objetivos, os antecedentes, as justificativas, a metodologia e a estrutura da pesquisa. Procuo relacionar a memória com as primeiras incidências de narrativas similares à biografia e a outras espécies que conformam o assim chamado espaço biográfico. Importante lembrar a diferença imposta entre esse conjunto e um dos gêneros que dele fazem parte: o gênero biográfico.

Com seu ponto inicial nas conexões assim reveladas, indico a semente aos campos gregos do saber humano. Posteriormente, foco atenção na “doxografia”, em particular, na “biodoxografia”. Verifico a utilização da espécie biográfica na cultura ocidental, relacionando esse tipo de escrita com o alfabeto e os planos de pensamento que se mostraram herdeiros das concepções helênicas expressas pelas figuras da Memória, da “Verdade” e do Esquecimento.

Em paralelo à inauguração da “ciência histórica”, o espaço biográfico se difundiria no século IV a. C. Ao princípio da era romana, o desenvolvimento das memórias e Vidas seduzia os gêneros poéticos, de modo que as formas estruturais do espaço biográfico jogariam função importante ao estabelecimento da biografia e do romance ocidentais. Busco assim observar como tais relações podem dirigir os tópicos a serem discutidos com maior propriedade no capítulo 2, “Mestra da vida: ficções no purgatório”.

Em tal espaço, localizo a ficção narrativa e o segundo momento dos estudos históricos, inaugurado no século IV d.C. Nas Idades Médias, o espaço biográfico se marcava pelas hagiografias⁸ e, além de acolher o romance histórico, a poética européia se incrementava, junto ao sensível aumento das produções escritas. Daí que considere o terceiro momento da ciência histórica, ao se delinear uma crítica documental apoiada na filologia, e recorra à crescente demanda por narrativas históricas ou de caráter biográfico, assim como às regulações exercidas pela disciplina poética.

⁸ A “hagiografia” ou vida de santos não se limitou às Idades Médias. Do contrário, existia na Antiguidade, “mesmo que, desde o século XVII, tenha sido muito estudada sob o ângulo da crítica histórica e de um retorno às fontes e, desta maneira, alinha com a lenda nos tempos de uma pré-historiografia antiga que reservava ao período moderno o privilégio das biografias científicas” (CERTEAU, 2002, p. 266-267).

Enquanto a reforma protestante se implantava, os moldes biográficos de Suetônio e Plutarco davam inspiração a narrativas biográficas que abriam suas páginas a novos protagonistas. Na esteira da contra-reforma, o auge da narrativa ficcional espanhola se acompanhava do poder controlador do imaginário,⁹ da instauração do romance moderno e de um incremento à biografia. A presença dos europeus na América pôs em confronto diferentes imaginários e, nessa moldura iniciava-se o quinto momento dos estudos históricos, tempo em que eram fundadas academias de letras e as primeiras instituições consagradas à história.

No assentamento da *Ratio* moderna, entre os séculos XVII e XVIII, o termo biografia cobrava uso em várias línguas européias. O gênero biográfico se instituía, o romanesco desfrutava de ascensão, a historiografia se fixava e a palavra “literatura” entrou em vigor. Por tais motivos, na seção 3, intitulada “Museus e grandes novidades: tempo e teorias”, recupero formulações em volta da história e da literatura como objetos, recobrando o histórico das disciplinas que as abordam, seus entrelaces e desbordamentos.

Englobando a sexta fase da ciência histórica, ao decurso do século XIX, dimensiono a área na qual se movimentou a biografia. Sintetizo e articulo noções a ela relacionadas, sem querer distorcê-las, mas expô-las à crítica. Procuo os lugares culturais do gênero biográfico numa espécie de seu “hipertexto teórico”,¹⁰ ou seja, no feixe das discussões filosóficas, históricas e literárias que o embasam ou com as quais vem dialogando.

Isso conduz à sétima etapa dos estudos históricos, principiada no entreguerras da 20^a centúria, em cuja vigência discuto as relações história/literatura, cabíveis nos propósitos desta investigação. Ainda trago à tona o aparato crítico que circunda o pensamento contemporâneo acerca da biografia, e sua ficcionalização, no seio da historiografia, das teorias da literatura e literária, dos estudos culturais, do comparatismo, pós-estruturalismo, pós-colonialismo e pós-modernismo. Diante da delimitação terminológica e das circunstâncias históricas nas quais se discute o pós-moderno, busco localizar o espaço biográfico.

⁹ O vocábulo “imaginário” é utilizado como um designativo quase neutro, se comparado às idéias tradicionais a respeito do termo. “Como não se trata de, face ao texto literário, determinar o imaginário como uma faculdade humana, mas de circunscrever as maneiras como ele se manifesta e opera, com a escolha desta designação aponta-se antes para um programa do que para uma determinação. Trata-se de descobrir como o imaginário funciona, para que, a partir dos efeitos descritíveis, abram-se vias para o imaginário” (ISER, 1983, p. 413).

¹⁰ Textos em estágio acabado, quando referidos em outras obras, constituem o “hipertexto”, passível de fornecer base a infundáveis relações intertextuais. Um livro do qual se extraíam dados, motivos, personagens, temas etc., igualmente é rotulado de “hipotexto”, bem como a hipertextualidade faz-se implementar nas redes virtuais. Assim, a identidade autoral não fica presa à obra, pois o autor pode ser localizado extratextualmente; em contínuo processo de interação, “ele transcende o texto e se expressa também por outras marcas: cartas, fotografias, confissões, entrevistas, leituras, releituras e reescritas. Nesse vaivém do texto ao que o contorna, envolve e até recobre, chega-se à identidade do sujeito-autor” (ZILBERMAN, 2004a, p. 97).

Em seu interior, o destaque ao gênero biográfico visa identificar sob que estratégias fundamentais ele se orienta. Dessa maneira, centro-me nas relações entre história e literatura, bem como da ficção contemporânea com as espécies biográficas e o gênero biográfico, no desenrolar do capítulo conclusivo, de número 4, “Re(visões) do paraíso: sete passeios por sendas que se bifurcam”. As análises das obras literárias e históricas fazem-se guiar pelo texto de Calvino – *Seis propostas para o próximo milênio* (1990b) – e pelos hipertextos dele originados: *Seis passeios pelos bosques da ficção*, de Umberto Eco (1994) e *Tres propuestas para el próximo milenio (y cinco dificultades)*, de Ricardo Piglia.

Através de tais obras e dos expedientes que visam a abordá-las, discuto as idéias a que me permitam chegar, tanto o estudo das teorias, quanto a pesquisa histórica e os empreendimentos analíticos, apresentados e confrontados às reflexões abarcadas pela história, a teoria da literatura e a teoria literária contemporâneas. Enfeixo resultados conclusivos no subcapítulo 4.4 “Memorial: porque um eu se deslê ao ler e a reler vidas alheias”. As remontagens ficcionais mostram-se determinantes à pesquisa, uma vez que, ao se utilizar dessas táticas, o gênero romanesco vem-se renovando e continua a ser lido na contemporaneidade, notoriamente audiovisual e midiática.

As éticas, ou seja, as políticas de escolha dos valores que guiam a investigação, põem-se ao lado da epistemologia, do conjunto das maneiras de observar o mundo e pensar sobre ele. Definir, situar, discutir, relacionar entre si as espécies biográficas, o gênero biográfico e a literatura biográfica é proposta contida neste breve passeio à ficção e à história, evocando a passagem na qual, para não se converter em pedra ao lutar contra Medusa, Perseu dirige sua mirada àquilo “que só pode-se revelar por uma visão indireta, por uma imagem capturada no espelho. Sou tentado de repente a encontrar nesse mito uma alegoria da relação do poeta com o mundo, uma lição do processo de continuar escrevendo” (CALVINO, 1990b, p. 16-17).

No intuito de responder aos objetivos do empreendimento, a transdisciplinaridade não se dissocia de métodos comparativos, tampouco de um trânsito dialógico entre os indivíduos e as respectivas culturas. O caminho percorre bosques e sendas bifurcados à memória deste novo milênio ou de outros, bem mais antigos. Nem tão dantesco, do modo que à primeira vista poderia parecer, nem tão sintético à maneira de Calvino, o presente desafio convoca inclusive a filologia, esse amor às letras.

1.2 METAFÍSICA: PÓLIS E PALAVRAS

A ação da Iliada começa in media res e não chega a acabar, interrompida pelo narrador que, se retorna ao assunto na Odisséia, não é para contar o fechamento do conflito, e sim a abertura do outro. A tomada e destruição de Tróia não é apresentada nesse poema para concluir o primeiro, e sim para explicar o começo da aventura de Ulisses na direção da casa. Portanto, a guerra, que não teve início, também não finda...

REGINA ZILBERMAN,

O tempo e o vento:

história, invenção e metamorfose

1.2.1 Escrita e *Mnēmē*: sete recolhas de *Sophía*

É no passado que nos colocamos de saída. Partimos de um ‘estado virtual’, que conduzimos pouco a pouco, através de uma série de planos de consciência diferentes, até o termo em que ele se materializa numa percepção atual...

HENRI BERGSON
Matéria e memória

A palavra “biografia” tem origem etimológica nos vocábulos gregos *Bios* (vida) e *Gráphein* (desenhar, gravar, ou a ação de escrever, descrição, tratado ou estudo). Partindo desse pressuposto, uma espécie biográfica se faria suportar pela escrita, por descrições orais e até mesmo por imagens. O conceito expresso por “grafia”, também presente em historiografia, suscita o retorno a uma das perguntas iniciais desta pesquisa: vidas ou histórias podem ser escritas, desenhadas, gravadas em algum lugar?

Para respondê-la, faz-se necessário lembrar que fontes remotas duma arte biográfica encontram-se nos relatos dedicados a patriarcas e reis de Israel (*Antigo Testamento*), bem como aos heróis épicos de sagas gregas, germânicas e célticas. Outro tipo biográfico despontava nos ensinamentos de santos e sábios, constantes nos livros proféticos da Bíblia. De modo semelhante, nas sentenças de Buda; nos fragmentos antológicos de Confúcio e nas palavras dos Sete Sábios da Grécia.¹¹

No Ocidente, as espécies que se assemelham às narrativas biográficas remontam à era clássica dos gregos (séc. V-IV a.C.). Além dos fragmentos com teor biográfico, os helenos puderam conservar alguns resíduos de mitos aqueus e das epopéias do período arcaico (VIII-V a.C.). Articuladas, linguagem e memória haviam permitido a circulação oral dessas histórias, até que o alfabeto se revelasse um importante aliado contra o esquecimento e o risco da efemeridade, próprio à memória.

Substituindo as faculdades de memorização, a escrita se conecta nem tão somente à história da poética ocidental, mas também às histórias da filosofia e da própria historiografia. As primeiras escritas conjugaram uma contabilidade elementar com o sistema de representações míticas e se viabilizaram em paralelo ao desenvolvimento da metalurgia e dos agrupamentos humanos. A descontinuidade entre o meio pensado e o ser pensante acontecia

¹¹ Muitas histórias da Bíblia centraram-se na narração biográfica: Noé e sua arca; Moisés, José, João Batista, os reis magos; Davi e Golias, Sansão e Dalila; Josué, o homem que fez parar o Sol; Daniel na cova dos leões. Não por acaso, personagens e temas bíblicos foram retomados em várias obras da literatura ocidental, como José e seus irmãos, por Thomas Mann, Esaú e Jacó, por Machado de Assis, Jacó e Raquel, por Camões. Cf. BIOGRAPHY, 1990; MACHADO, 2002, p. 40.

junto à fixação agrícola: “O seu fundamento está na criação de uma imagem cósmica cujo *pivot* é a cidade” (LEROI-GOURHAN, 1985, p. 210, v. 1).

Os poemas épicos sinalizam certa articulação dos velhos modos de falar; sua transcrição, paralela ao nascimento do alfabeto, revela a capacidade dos textos homéricos em transmitir suas narrativas sob condições ainda pré-letradas. A mimese homérica, entretanto, não tentava copiar da aparência; igual ao mito, vinha das “figuras inteiriças” cuja unidade já existia antes da observação de que se faziam objeto. “Sua presença viva e sua diversidade provêm, como é possível perceber por toda parte, da situação em que inevitavelmente elas se vêm envolvidas; e é essa situação que determina suas ações e seus procedimentos” (AUERBACH, 1997a, p. 14-15).

Originalmente, a palavra grega *Mýthos* designava qualquer narração, ficcional ou que se ligasse a eventos reais, para depois exprimir narrativas de ordem lendária ou maravilhosa. Assim, os mitos reunidos na *Teogonia* (1979) e n’*Os trabalhos e os dias* (1996) indicam que Hesíodo (séc. VIII a.C.) pareceu compreender a necessidade de unificar o conjunto humano, confrontando-o com a ordenação do cosmos.¹² O registro mítico e a poesia épica, bem como os universais poéticos que vieram depois deles — drama e lírica — sofreram os efeitos da tensão entre as modalidades orais e escritas da linguagem.

Isso não constitui um elemento isolado de outras tensões: em percurso jamais cumprido sobre uma linha reta nem constante, a civilização helênica enfrentava longo processo de modificações políticas, religiosas e sociais. A sistematização dos métodos de escrever proporcionava uma das condições para que os gregos se enamorassem de *Sophía*, quer dizer, da sabedoria. Os gregos principiaram lentamente a desenvolver-se conforme os modos de pensamento lógico e analítico, encaminhando-se à filosofia, entre os séculos IX e VI a.C.

Arquíloco de Paros (c. 680-646 a.C.) criticava o ideal heróico, rechaçava o mito e expunha seu desejo de inscrever-se no político. Para Max Treu (1955), a doutrina da *mimesis* fora testemunhada ineditamente pelo arcaico poeta, em sua expressão “A palavra é a imagem da realidade.” Arquíloco descerrou caminhos para uma grande ruptura na arte poética dos helenos, que Simônides de Céos (c. 556-c. 467 a.C.) teria o mérito de assinalar, ao praticá-la como um ofício e ao defini-la como um produto ilusório.

¹² A *Iliada* e a *Odisséia* já são construções complexas, indicando o começo de uma parceria fecunda entre o oral e o escrito. Cf. HAVELOCK, 1996b, p. 16.

Esse fabricante de epigramas responsabilizou-se por secularizar a poesia e descobrir a técnica de memorização. A memória se transformava em faculdade psicológica e cada pessoa iria desempenhá-la segundo normas, de um ou de outro jeito, previamente definidas, entretanto, “postas ao alcance de todos. A invenção da *mnemotécnica* corresponde à mesma intenção de um outro aperfeiçoamento técnico, atribuído a Simônides: a invenção de letras do alfabeto que deviam permitir uma melhor notação escrita” (DETIENNE, 1988, p. 57).

O “lírico de Céos”¹³ relacionou a memória com uma noção inovadora que, por sua vez, associava o tempo à aprendizagem e se desvinculava da idéia divina de *Chrónos* (PAGE, 2003, p. 521-527). Ao assinalar uma atividade profana, Simônides rompeu com a tradição anterior — da “palavra inspirada” — num quadro bem definido econômica e socioculturalmente: o da *pólis*. A cidade mais a retórica se faziam acompanhar do desenvolvimento da escrita, assim também, a poesia, embora sua forma épica antes houvesse transitado pela oralidade.

Os “filósofos da natureza” já conduziam sua reflexão sobre o *lógos*, princípio de toda inteligibilidade, no século VI a.C. Todavia, os “filosofadores”¹⁴ pré-socráticos pensavam a palavra como um caminho de reconhecimento do real.¹⁵ A configuração urbana se dava em meio à crise que destituiu a Hélade duma “presença obsessiva do monarca minóico ou micênico, êmulo dos ‘déspotas’ orientais. Mas, antes da razão, está aquilo que a fundamenta, ou seja, a representação que o homem faz, no caso, o homem grego, da verdade, *Alétheia*” (VIDAL-NAQUET, 1988, p. 8).

Nascida na Magna Grécia, a retórica somou forças com aquele protopensamento racional do século VI a.C. De igual maneira, viria confluir com a sofística, a se organizar

¹³ Seria notável que os poetas não mais recorressem à “simples recitação, para apresentarem suas obras. Desde o século VII a escrita é a forma necessária de publicação” (DETIENNE, 1988, p. 57). Porém, o termo lírico, “tal como hoje se usa, é pós-clássico, e se emprega, freqüentemente, para identificar as fragmentárias relíquias de uma série de poetas entre Arquíloco e Simônides. Em seu próprio tempo, esses poetas [líricos] não eram lidos, mas ouvidos. Para alcançar, em qualquer medida, o que chamamos de ‘publicação’, suas ‘obras’ deviam ser, não escritas, mas executadas, perante audiências grandes ou pequenas” (HAVELOCK, 1996b, p. 26).

¹⁴ O substantivo “filósofo” não consta em documentos escritos antes do último quartel do século V a.C. Os pré-socráticos tiveram que descobrir o pensamento conceitual como idéia e método antes de surgirem os produtos do pensamento, isto é, os sistemas. Abrangem de Xenófanos a Demócrito, mas a chamada Escola de Mileto não pode ser incluída porque, no direcionamento da mente grega ao abstrato, “qualquer contribuição que possam ter feito se perdeu. Todas as suas *ipsissima verba* desapareceram e com elas qualquer indício de tentativas conceituais” (HAVELOCK, 1996a, p. 315).

¹⁵ O real “é compreendido como o mundo extratextual, que, enquanto faticidade, é prévio ao texto e que ordinariamente constitui seus campos de referência. Estes podem ser sistemas de sentido, sistemas sociais e imagens do mundo, assim como podem ser, por exemplo, outros textos, em que se efetua uma organização específica, ou seja, uma interpretação da realidade. Em conseqüência, o real se determina como o múltiplo dos discursos, a que se refere o acesso ao mundo do autor, tal como mostrado pelo texto” (ISER, 1983, p. 412-413).

durante a próxima centúria, no interior de semelhante moldura: encravada numa rudimentar democracia e nos primeiros movimentos da justiça exercida sob forma dialogal. Os sofistas propunham-se a uma educação instituída pelo discurso e voltada à práxis dentro das urbes helênicas. Aliados à filosofia socrática, eles unificaram ética e política, reconhecendo-as como um tópico discursivo inseparável.

A história, que designava um conceito jurídico do “verdadeiro”, seguia o mesmo compasso da tecnologia alfabética. O historiador também sentiria os efeitos da laicização da memória e da palavra (CHÂTELET, 1985). A raiz de tais vocábulos assenta-se na Grécia dos tempos arcaicos, onde o *hístōr* era uma testemunha:

aquele que vê e que *escuta*, e, na sua qualidade de herdeiro do *mnémon*, é também um memorialista. Em sua ‘verdade’, atestam-se, pelo menos, duas componentes: o não-esquecimento e, complementarmente, o relato exaustivo, o relato completo, exaustivo, o relato daquilo que aconteceu realmente (DETIENNE, 1988, p. 119).

O alfabeto vocálico sofria pequenas mudanças e a alfabetização se tornava comum entre a quinta e a quarta centúrias a.C. Depondo a favor da disseminação do letramento, as “artes” retórica e poética encorpavam-se como áreas de estudo.¹⁶ A retórica se caracterizou por tratar basicamente da oratória e do raciocínio, enquanto a poética veio-se ocupando dos tipos épico e mítico da poesia; mais tarde, do drama e da lírica propriamente dita. Marcas da retórica sofística e, de certa forma, da tematização biográfica, pronunciam-se no *Elogio a Helena* (414 a.C.), discurso elaborado pelo sofista Górgias (c. 485/480-375 a.C.).

Sócrates (c. 469-399 a.C.) tangenciaria o ingresso da “ficção” na memória, conforme os diálogos platônicos *Mênōn* e *Teeteto* (427 a.C.-348/347 a.C.). Através do conceito de *Anamnese* (reminiscência) e baseado na “metempsicose” (transmigração das almas), Platão inaugurou a teoria do conhecimento, desenvolvida em *Fedro*, *Banquete*, *Fédon* e *A República*. Em suas reflexões, o invento da escrita acarretaria o fim do ato de recordar — que acessava o conhecimento do “verdadeiro” — pois a rememoração impressa em letras aparecia como renovado mecanismo, apto a repetir as formas da vocalidade (SMOLKA, p. 174, 2000).¹⁷

A cultura helênica teria dependido da memória doutrinadora, a qual se interligava com

¹⁶ Não quer dizer que a poética e a retórica já existissem como sólidos campos “do discurso e do conhecimento, mas coube a Sócrates e aos sofistas unificá-los como campos e reconhecê-los como tópicos, a fim de preparar o caminho para que se tornassem disciplinas” (HAVELOCK, 1996a, p. 315).

¹⁷ Estas palavras relacionavam-se com *Ápate* (engano) quando a filosofia empenhou-se para substituir o discurso figurativo pelo conceitual: *Eikōn* (signo e presença duma coisa ausente); *Eidólōn* (o acontecimento representado e ausente). Nas reflexões platônicas, ambas envolvem a problemática da imaginação, que compreenderia também a da memória, e admitem as respectivas traduções: cópia com idéia de fiel semelhança; imagem do evento copiado. Cf. RICOEUR, 2004, p. 20-33.

uma identificação entre artista e público. Acontecendo durante a reencenação dos poemas, o elo condenado pelo filósofo de Atenas — entre platéia e declamador — constituiria um ato e um estado “mimético”. No entanto, “a *raison d’être* do seu ataque é que, na execução poética, como era praticada até então na Grécia, não havia um ‘original’. O termo *mimesis* é escolhido por Platão como o único perfeitamente adequado” (HAVELOCK, 1996a, p. 177).¹⁸

Aristóteles (384-322 a.C.) retomava fundamentos platônicos a respeito da memória (*Mnēmē*), todavia, separou-a da rememoração (*Anamnēssi*). No livro I de sua obra *Metafísica* (1979, p. 8-35), o filósofo de Estagira declara que a primeira conservaria o passado, equivalendo à lembrança das sensações percebidas e imaginadas, ao passo que a segunda consistiria no ato de convocar as impressões sensoriais, através da vontade. Um estímulo sentido pelo ser humano produziria forma analógica à sensação experimentada, vinculando as coisas de que se recorda ao recebimento por meio dos sentidos.

Conforme o estagirita (1994, p. 281-304), a memória equivale a uma qualidade (afeto) do sensível ou do julgado. As rememorações devem-se a tal estado sensório, indutor de suas existências, no tempo decorrido entre o retorno do elemento afetivo e sua primeira impressão na alma, como “imagem”. A problemática da imagem na lembrança era trazida pela distinção aristotélica entre os termos *Phantasma* (a inscrição mesma, um desenho, um quadro etc.) e *Eikōn* (a representação de algo diverso).

Os elos da memória com a imaginação, as recordações e a distância temporal ainda exigiram a definição de *Mnēmoneuma*. Esse vocábulo significava uma lembrança, um *souvenir*, já que faria pensar em algo distinto de sua própria constituição. Integrando a parte do espírito que deveria interseccionar-se com os mecanismos imaginativos, a memória era conferida ao passado e a imagem, distanciada duma simples acepção de cópia, o que não eliminava uma “aporia da presença da ausência” (KRELL, 1990; RICOEUR, 2004, p. 33-41).

Ao supor a experiência como necessária à realização dos artefatos culturais, Aristóteles fica mais próximo ao reconhecimento dos universos da ficção. Quando se reconhece um ato de fingir nas estruturas ou nos elementos de um texto, “os critérios naturais quanto a este mundo representado estão suspensos. Assim, nem o mundo representado retorna

¹⁸ A *mimesis* veio equivalendo ao conceito tradicional de representação, embora não se confundisse com uma cópia. Seu objeto, “*mimema*, importa enquanto ilustra uma determinada visão de mundo; a arte causa o regozijo do filósofo e do intérprete ao confirmar a justeza de suas idéias. Assim o não entendimento da *mimesis* correspondia a uma hierarquia implícita: em primeiro plano, apontava o discurso conceitual, o que diz o que é e separa a verdade das opiniões, seja ele identificado com o discurso filosófico ou com o científico. É ele então que disciplina os discursos inferiores, que carecem de sua incidência para que se digam valorizáveis ou desprezíveis” (COSTA LIMA, 1981, p. 227).

por efeito de si mesmo, nem se esgota na descrição de um mundo que lhe seria pré-dado. Estes critérios naturais são postos entre parênteses pelo *como se*” (ISER, 1983, p. 400).

No século em que viveram os filósofos de Atenas e Estagira, *Grammatikós* passou a fazer parte do vocabulário grego; nomeava os aptos a ler, tomando lugar ao termo precedente: *Kritikós*. Na mesma centúria, um tipo de ancestral do papel, manufaturado a partir da planta do *Cyperus Papyrus*, expandiu-se desde o Egito e daria nova forma de disposição aos antigos textos. A inovadora técnica do papiro, lado a lado com a descoberta de outros suportes, proporcionariam terrenos mais amplos à secularização da memória e da palavra.

A decadência da *pólis* jogava papel essencial à ampliação das espécies biográficas, que se tornariam mais relevantes quando a ruína da sociedade urbana produzisse uma idéia de generalizado desencanto. A biografia ocidental ia surgindo enquanto se alterava o status dos gregos, ou seja, durante a “ruptura havida entre a civilização da *pólis* e os grandes impérios que se lhe seguem. Na crise, impõe-se a necessidade do registro, cujo ‘balizamento’ são vidas que se relatam” (CARINO, p. 160, 1999).

Em lugar dos “sete sábios gregos”, foi *Sophía* quem, ao se recolher na escrita, passou a se transmitir através do mito, da poesia, retórica, sofística, filosofia, história e, ainda, do discurso ético-político. Entravada no pretérito arcaico, a *Paideía* de Homero fez-se advertência, lembrança, memorização e se fazia reminiscência, rememoração ou retorno do reprimido. Como a musa, de canto sedutor, os saberes ocidentais aqui fluem desde o leito de *Mnémosine*, a mãe das musas. Memória encarnada, ela ajuda na identificação das barreiras por cujo intermédio se pode combater as ações erosivas de *Améles*, o rio do esquecimento.

1.2.2 A escrita das *Dóxai* e as biodoxografias

Uma vez mais, e a exemplo do que fizemos com nossa alma, ao modelar uma espécie de ficção de cera, construímos em cada alma um viveiro para os mais variados pássaros, alguns em bandos, apartados dos demais, e alguns poucos, ainda, solitários, a voarem pelo meio de todos, por onde bem lhes apetece.

PLATÃO
Teeteto

Os caminhos abertos ao espaço biográfico não deixavam de vincular o cidadão aos domínios da *ágora*. Ao se pronunciar, o homem público nem podia fazer diferenciações entre a própria existência e a vida alheia: a separação entre biografia e autobiografia só iria ocorrer depois que essa unidade se desintegrasse. Suas formas clássicas não eram “desligadas do

acontecimento político social e concreto, e de sua publicidade retumbante. Ao contrário, elas eram inteiramente definidas por esse acontecimento; eram atos verbais cívico-políticos, de glorificação ou de autojustificação públicas” (BAKHTIN, 1990, p. 251).

Filósofos, poetas, retóricos, sofistas e historiadores vieram acrescentar novos traços aos experimentos biográficos, enfatizando o autocontrole, a educação e a performance do ser humano. A poesia lírica, as anedotas, coleções de escritos, epístolas, de um ou de outro modo, abordavam parcelas de histórias individuais. Para o historiador Arnaldo Momigliano (1971, p. 12-14), aí residiu determinada conformação do espaço biográfico no Ocidente, da qual a Modernidade tomaria conhecimento através da doxografia, cuja paternidade atribuiu-se a Platão e Aristóteles, por inscreverem opiniões alheias em seus trabalhos.

Embora algumas de suas obras revelem traços doxográficos, não constituem, propriamente, “grafias de *Dóxai*”. Doxógrafos caracterizam-se por reunir pedaços de obras, fragmentos, citações, partes continuadas em um todo estranho, de maneira que traduzir *Dóxa* por “opinião” resulta em alternativa insatisfatória. No grego clássico, tal vocábulo significava opinar, reter uma observação sustentável quanto a certa pessoa; noutra sentido, expressaria o conceito que outros faziam de alguém, relacionando-se a noções como “bom nome”, fama e consideração pública (COENEN; BROWN, 2000, p. 899-907).

A doxografia contém ambivalências terminológicas: a) como expectativa; b) como acolhida e imaginação. Recobrando a passagem dum tipo de transmissão a outro, do entusiasmo ao traçado, a escrita das *Dóxai* equivale ao registro daquilo que não se destinou a ser apenas transmitido pela experiência. Assim, Platão demonstra marcas doxográficas quando incorpora fragmentos das reflexões de seu preceptor no texto intitulado *Apologia de Sócrates* (c. 393-389 a.C.).

O escrito apologético não retrata muitas passagens da vida de Sócrates, diluindo-as no meio de citações e coletas do pensamento transmitido pelo filósofo em suas lições orais. Igualmente referido como um precursor da narrativa biográfica, Teofrasto (c. 372-288 a.C.) seria responsabilizado pelo estabelecimento da doxografia corporificada em gênero. O sucessor de Aristóteles no Liceu produzira quase uma vintena de obras, aí se incluindo testemunhos a respeito de Anaxímenes, Empédocles, Anaxágoras, Arquelaos e Demócrito.

A posteridade, no entanto, conheceria somente uma produção inteira de Teofrasto — *Phusikôn Dóxai* — *As opiniões dos físicos* (ou dos filósofos da natureza). No século I antes de Cristo, um estóico da escola de Possidônio sintetizou partes da obra que, perdida e

novamente encontrada, viria instaurar a tradição doxográfica, segundo Geoffrey Kirk, John Raven e Malcolm Schofield (1994, p. XV). O livro remete a um extravio precedente, ao efetuar citações do pré-socrático Tales de Mileto (c. 625/4-558/6 a.C.).

As pontas desse novelo seriam atadas pelo erudito germânico Hermann Diels que, ao raiar do século XX, publicaria *Os fragmentos dos pré-socráticos*, texto aprimorado pelos contributos de Walther Kranz na edição de 1951-1952. Os autores helenistas relacionam o material doxográfico em duas colunas: na primeira, segmentos que conferiam maior importância a opiniões e teses, dizeres e sistemas filosóficos (fragmentos B). No segundo grupo, eles ordenam os registros assinalados pelo fornecimento de testemunhos, que tratavam preferencialmente da categoria “Vidas” (fragmentos A).

Inscrito pioneiramente na espécie biográfica da doxografia, Xenofonte (c. 428-355 a.C.) escreveu *Apologia de Sócrates*, ou *Defesa de Sócrates*, ou ainda, *Memórias de Sócrates*, em que deu a conhecer algumas facetas cotidianas do pensador. O assim denominado “antigo Xenofonte” continuou no caminho de *Bios* em *Kyropaideia*, *Hierón* e *Anábasis* (c. 380 a.C.). No último texto, relata episódio vivido por ele próprio, durante a retirada dos mercenários gregos da Pérsia, também se apresentando como autobiográfico.

Dignas de serem mencionadas como exposições doxográficas independentes da reunião teofrástica, e com caráter biográfico, são as obras centradas em Heráclito de Éfeso, atribuídas ao platônico Heráclito do Ponto (séc. IV a.C.) e ao estóico Cleanto de Assos (300-220 a.C.). O mesmo pode ser dito sobre Aristóxenes de Tarento (séc. IV a.C.) e as diversas biografias contadas entre suas produções, aí se destacando a narrativa que enfoca a vida de Pitágoras (c. 580-497/6 a.C.). Ainda não se deve ser obliterar uma *Vida dos gregos*, por Dicearco de Messina (c. 350 a.C.-290 a.C.).

Embora não alcançassem o nível que nossa atual cultura poderia supor, as práticas de letramento vinham-se ampliando desde que a civilização helênica respirou novos ares políticos, no século V a.C. As biodoxografias necessitavam ocupar-se da carreira dos cidadãos, de seus papéis sociais, entretanto, figuram poucos sofistas nas recompilações doxográficas, talvez devido à grande ascendência de Aristóteles sobre a doxografia que lhe sucedeu. Mesmo assim, trechos de Górgias, Hípias, Pródico e Protágoras conseguiram aportar à era helenista (séc. III-I a.C.).

Ao raiar desse período, as facilidades detectadas no papiro vieram contribuir para o estabelecimento da Biblioteca de Alexandria. Seus bibliotecários passavam a unificar os

textos e a reorganizá-los por intermédio dos gêneros conhecidos. No entendimento de Florence Dupont (2001, p. 98-120), o sistema de catalogação alexandrino era composto por extensas listagens, as quais continham os nomes dos autores e se faziam ordenar pela cronologia, de mestre a aluno, cada qual, com o devido esquema biográfico.

Ao se desincumbir da vocalidade, a memória ocasionava modificações: no lócus onde era suportada; em sua forma (que não sofreria mais alterações); na própria natureza, quando abria mão da narrativa em favor do suporte. Mantido enquanto objeto textual, o conteúdo memorialístico passou a depender da escrita, não em si mesma, e sim na condição dum registro que acolhesse e preservasse as inscrições: “deixa de se situar na subjetividade do locutor, para se colocar na objetividade do texto, a que, portanto, cabia conservar. A autoridade do texto suplanta a de seu produtor, e este fica, de um lado, obscurecido enquanto identidade; de outro, idealizado enquanto criador” (ZILBERMAN, p. 128, 2006b).

A vocalização das narrativas tornava-se obsoleta, uma vez que a operação memorialística dirigia-se para matérias cada vez mais diversificadas (tabuletas de argila, cera ou madeira, o papiro, o pergaminho e sucedâneos). De técnica inicialmente desempenhada por artífices e comerciantes, a escrita se transformaria em atividade profissional comum durante a tardia Antigüidade. A cargo de leigos ou peritos, burocratas dos templos ou servos dos palácios, seu manejo passava lentamente a domínio privado.

Biógrafos e historiadores da época helenista — como os peripatéticos Hermipo de Esmirna e Jerônimo de Rodes (séc. III a.C.) — comunicaram boa parte das notícias acerca dos antigos filósofos gregos. Repletos de detalhes fantasiosos, tais estudos demonstram a filtragem das “opiniões”, procedimento que seria operacionalizado pelo biodoxógrafo Diógenes Laercio (séc. IV d.C.). Por vias doxográficas, os latinos recebiam considerável fração do epicurismo, do estoicismo, da filosofia grega e algo dos pré-socráticos:

O material doxográfico é infinitamente variado: desde os dicionários — como a *Suda* que, como o Pireu, por muito tempo tomamos por um homem — e outros léxicos, manuais retóricos ou tratados de estilo, todos ricos em exemplos, até os resumos, comentários ou críticas, como os de Simplício, entremeados de citação e comparações, passando pelas biografias, essas vidas cheias de palavras sábias, de casos e compilações parafrásticas (CASSIN, 1999, p. 30).

Aquela extraviada produção teofrástica — *As opiniões dos físicos* — reapareceu na era greco-romana (fins do século I a.C até IV d.C.) sob a firma dum desconhecido Écio (c. 150 d.C.). Seu trabalho, intitulado *Sobre as opiniões dos filósofos físicos*, passaria por sucessivas reinscrições em antologias, comentários, extratos etc, de outros pensadores. A bem dizer, os

textos estóicos, epicuristas, peripatéticos, e muito de Teofrasto, sofreram emendas e rasuras por parte do estoicismo romano.

A partir de Hermann Diels, à coletânea de excertos delimitados entre a escrita teofrástica e sua reelaboração por Écio, denominar-se-ia *Vetusta Placita* (“Velhas Opiniões”). A formar novo conjunto doxográfico, Flávio Filóstrato (c. 170-249 d.C.) – a quem chamavam Filóstrato de Atenas [ou “O Velho”] – responsabilizou-se por duas *Vidas dos sofistas*, textos que não devem se confundir com um homônimo, de autoria do neoplatônico Eunápio de Sardes (c. 345/346 d.C.). Aquele biodoxógrafo compôs uma obra visando a rivalizar com as narrativas evangélicas: *Vida de Apolônio de Tiana* (c. 220 d.C.).

Na oportunidade, a teologia não formava um campo disciplinar do conhecimento, mas ainda se vinculava à filosofia. Daí que os *Evangelhos* pudessem localizar-se na classe da doxografia que agrupa “Vidas”. O trecho correspondente a Mateus revelou processo tipicamente doxográfico, pois a mensagem da qual adviria desapareceu e quiçás compreendesse menor extensão, conforme as pesquisas realizadas pelo exegeta jesuíta Johan Konings (1999, p. 18-23).

Escritos em grego, e datados prioritariamente dos interregnos de 66-74 e 132-135, os manuscritos dos apóstolos Mateus, Marcos, Lucas e João basearam-se na tradição oral, bem como em relatos anteriores. As correntes traduções do grego para o latim tornavam-se favoráveis à operação doxográfica, dentro da qual, se mostram relevantes alguns trabalhos daquele biodoxógrafo que se transformaria no mais popular dentre os antigos biógrafos: o legítimo Plutarco (séc. II d.C.).

Biodoxográfico, também se apresenta o primeiro livro da *Refutação de todas as heresias* (*Philosophoumena*), em que o presbítero romano Hipólito (séc. III) oferece perfis de importantes filósofos, como Tales, Pitágoras, Heráclito, Empédocles, os eleatas e os atomistas. Nesses casos, as fontes não seriam confiáveis e as informações proporcionadas, de ínfimo valor. No tocante a Xenófanes, Arquelaos, Anaxímenes, Anaximandro e Anaxágoras, o quadro se inverteria completamente.¹⁹

Diógenes Laércio (séc. III d.C.) quase não deixou nenhum dado a respeito da própria vida. No entanto, sua vasta obra — em que sobressaem as *Vidas e doutrinas dos filósofos ilustres* — manteve-se íntegra e vem constituindo referência, pois tem a qualidade de citar os textos no original. Nem tão famoso, Porfírio — o Fenício (233-305 d.C.) — produziu a *Vida*

¹⁹ Sobre textos atribuídos aos dois Hipólitos, o romano e um asiático, ver: PIERANTONIO, p. 55-75, 2006.

de Plotino (250-270 d.C.) e uma biodoxografia sobre Pitágoras. Tal como Porfírio, e ao mesmo estilo de suas “vidas romanceadas”, Jâmblico de Cálquis (séc. IV) viria enfocar o citado matemático, e “filosofador”, em *Da vida pitagórica*.

A doxografia se apresenta, pois, como informação, fonte, compilação e catálogo, assinalando-se por determinadas maneiras de encapsular os dados fornecidos, como deformação. O fato vem a ser, primeiramente, um *factum*, algo fabricado, uma ficção significativa, no dizer da filóloga Barbara Cassin (1999, p. 36-41). Em seu pensamento, nunca se alcançaria integralmente a verdade por tal meio, uma vez que a “fixação” revela-se igualmente discursiva, como efeito do significante e produtora de resultados.

Na extremidade anterior desse panorama, situa-se o *Epos* homérico, uma das últimas testemunhas do predomínio da transmissão oral, da experiência rítmica memorizada. Compreendida como natureza, a realidade precedeu ao ser humano e lhe era independente: “sua conversão em real se faz através de um processo duplo, paralelo, mas distinto: por sua nomeação — que não se restringe a dar nome a partes da realidade — e pela formulação de molduras determinadoras da situação decodificante da palavra” (COSTA LIMA, 1981, p. 223).

A *Odisséia* de Homero encontra-se entre as primeiras composições épicas que o alfabeto registrou. Sedimentada nesse poema, a guerra com os troianos serve para inaugurar novo conflito. Um dos motivos que explicam as peripécias de Ulisses no caminho à casa perfeita, e também “seus infortúnios, é a vingança de Poseidon, protetor de Tróia e desafeto do rei de Ítaca, responsável direto pela queda da cidade onde o soberano dos mares detinha seus templos” (ZILBERMAN, 2004b, p. 145).

Durante a era clássica dos helenos, o “caudal supremo” foi mesmo a filosofia, modelada na cera secular da memorização e da escrita. A épica desembocava na lírica ou no drama, conduzindo esta pesquisa aos estudos poéticos, retóricos e históricos que, juntos ou apartados, mostram-se tributários da mitologia. Lembra-nos Italo Calvino (1990b, p. 16-17) que os mitos não requerem pressa: “é melhor deixar que eles se depositem na memória, examinar pacientemente cada detalhe, meditar sobre seu significado sem nunca sair de sua linguagem imagística.”

1.3 METAMORFOSE: PÁGINAS E VIDAS

As aparências apolíneas, nas quais Dioniso se objetiva, não são mais um mar perene, um tecer-se cambiante, um viver ardente, como é a música do coro; não são mais aquelas forças apenas sentidas, incondensáveis em imagens, em que o entusiástico servidor de Dioniso pressente a proximidade do deus: agora lhe falam, a partir da cena, a clareza e a firmeza da configuração épica...

FRIEDRICH NIETZSCHE
O nascimento da tragédia

1.3.1 “Briografismo” e comédias na vida greco-romana

Desaparece assim a oposição entre ficção e realidade, pois, como ‘saber tácito’, ela sempre implica um sistema referencial que o ato de fingir, enquanto transgressão de limites, não mais pode levar em conta.

WOLFGANG ISER
Os atos de fingir ou
O que é fictício no texto ficcional

No decorrer da Antigüidade, textos poéticos, filosóficos e retóricos passavam a incorporar a concepção de metamorfose. Gregos e romanos entendiam-na como um desvio da fortuna, geralmente, sob a forma do destino que vinha de fora e se desvinculava das mudanças constatadas no mundo histórico. As produções de caráter biográfico modificavam também suas formas, como Proteu que, na *Odisséia* de Homero, transforma-se em vários animais ou elementos da natureza, para não colocar em prática suas capacidades de prever o futuro.

A Grécia presenciara investigações que levantavam ancestralidades de aristocratas espartanos, mas não despertavam interesse pelas narrativas de vida. O “Século de Péricles” presenciava certa diferença entre a virtude como ideal filosófico (*Areté*) e sua apresentação concreta. “A vida de um contemporâneo morto não se dava a pensar como matéria de um relato e sim de uma reconstrução segundo os parâmetros das convicções do escritor, que todavia se ligava a seu assunto e se identificava com ele” (HAVELOCK, 1996b, p. 32).

Não seria de estranhar que a tragédia concedesse espaço aos conflitos do herói e a peça cômica desejasse imitar o cotidiano. Marcas básicas das epopéias homéricas vinham perdurando, mas o “realismo” que lhes caracterizava não atingiu grande parte da poesia clássica. A diferenciação dos estilos, limitada pelo sublime, quase bloqueou a narração de acontecimentos corriqueiros: “sobretudo na tragédia, não havia lugar para isto; outrossim, a cultura grega logo encontrou os fenômenos do devir histórico e da multiplicidade de camadas da problemática humana e os atacou à sua maneira” (AUERBACH, 1971, p. 20).

Os comediógrafos buscavam reproduzir o contexto de modo esquemático, pouco definido quanto ao espaço e ao tempo. Eles davam apenas indícios da dicção das personagens, aspecto que se conservaria na sátira, embora as representações satíricas tendessem ao moralismo, destacando algum traço vicioso ou ridículo. Desse modo, as “figuras”²⁰ de Sócrates, do dramaturgo Eurípedes (455-c.406 a.C.) e do político ateniense Cléon (c. 470-422

²⁰ Os gregos designavam o que conhecemos por figura como: *Eidos*, *Morphé*, *Plásis*, *Schēma*, *Typo*. A tradução de *Eidos* por forma é satisfatória, evocando linhas de contorno a certas figuras. Cf. AUERBACH, 1997b, p. 13-17.

a.C.) davam motivos às personagens zombadas pelos dramas cômicos de Aristófanes (c. 448-c. 380 a.C.).

Sócrates, como visto, era honrado em distintas apologias de Platão e Xenofonte. Em ambas, transparecem traços incipientes da biografia; mais na obra do último e menos na do primeiro, que dá voz ao mestre em *Górgias ou a oratória*, *A República* e “trilogia socrática”, composta pela *Apologia*, *Críton* e *Fédon*. Quando a filosofia ática se ergueu, a questão das histórias individuais que merecessem relatos encerrava problemática de maior alcance:

sobre quem estaria capacitado para participar da vida pública e dirigi-la. A posição tradicional, certamente aristocrática, considera a virtude algo natural, fruto da herança, tanto quanto os traços físicos e que, além do mais, pode desenvolver-se mediante a imitação da conduta dos antepassados. A posição dos sofistas a respeito da virtude não é unânime, mas, em todo caso, não se encontram posturas radicais, salvo em exceções, como Antífone e Crítias. Na maioria dos sofistas, a oposição *phýsis/paideía* não é radical nem excludente (BELLIDO MELENO, 1996, p. 14).

Do classicismo grego ao império romano, alterava-se o tempo biográfico do ser em busca do conhecimento verdadeiro, a dissolver-se no tempo ideal das metamorfoses religiosa e mitológica. Bakhtin (1990, p. 255) situa o início do processo na passagem do *Trenos* (antigo lamento) ao *Enkomion* (elogio fúnebre, civil e laudatório). Narrando feitos às margens de sucessos militares ou políticos, esse tipo de composição retórica amoldava o espaço biográfico nas raias ocidentais.

Testemunhos da oralidade informam sobre um hino de louvor (*Epinikion*) feito por Simônides a um boxista de nome Scopas, todavia, o primeiro vestígio escrito do encômio – *Panegírico* (380 a.C.) – resulta num discurso para defesa de Atenas, e em autodefesa, do sofista Isócrates († 338 a.C.). Sob a forma da retórica sofística, encontra-se outro texto isocrático, *Elogio de Evágoras*, e no mesmo tom apologético, inscrições de antigos sepulcros, a conterem data e local de nascimento da pessoa falecida, o nome do pai, a *causa mortis*. O encômio isocrático deu modelo às defesas com caráter autobiográfico,²¹ posteriormente, utilizadas para prestações de contas aos contemporâneos, ou aos autores mesmos, de episódios por eles vivenciados.

Aristóteles e os pensadores que lhe seguiram freqüentemente recorriam a anedotas baseadas em seres ou fatos conhecidos. Por tal meio, expressaram suas reflexões e veicularam o pensamento de outras escolas filosóficas. Ocorre que, durante o “uso figurativo da língua, seu caráter denotativo é paralisado, não desaparece entretanto a referência. Mas a referência

²¹ George Misch (1950, p. 5) e Arnaldo Momigliano (1971, p. 12-14) afirmam que a concepção de autobiografia ainda era inexistente.

de uso figurativo, nascido do relacionamento, não é mais resgatável a partir dos sistemas de referência existentes” (ISER, 1983, p. 395).

Segundo George Misch (1950, p. 62), a partir da era helenística, *Bios* conjugava-se ao modo de viver que expressasse o bom caráter do ser humano. Relatos desse tipo vieram-se convertendo em veículos de suma importância para divulgar os encaminhamentos da filosofia e da política, junto a escritas históricas e utópicas. As narrações de viagens, além de informarem sobre locais ou povos distintos, forneciam dados autobiográficos,²² num desenvolvimento a se rastrear, pelo menos, desde as conquistas territoriais obtidas por Alexandre Magno (séc. IV a.C.).

Entre os acréscimos dos quais a cultura helenista se revestia, os escritos utópicos emolduravam suas histórias em ilhas imaginadas ou algum lugar ao longe. Ao repetirem o mundo de um outro modo, fizeram da topografia conhecida um signo diverso. Assim, transgrediam limites entre os planos reais e imaginários “como uma forma de irrealização; na conversão do imaginário, que perde seu caráter difuso em favor de uma determinação, sucede uma realização (*ein Realwerden*) do imaginário” (ISER, 1983, p. 387).

Gregos e latinos dariam vazão para outras representações, favoráveis ao delineamento do espaço biográfico em suas divisas culturais. Devido a seu caráter sintético e ampla difusão, a épica se arvorava em protótipo de toda comunicação mantida como tal nos tempos greco-romanos. Os dramas cômicos, desde Aristófanes, e ainda que de maneira inconstante, começavam a “ganhar apoio por parte do público esclarecido e a desacreditar a noção de uma unidade *a priori* do caráter” (AUERBACH, 1997a, p. 16).

Em Roma, surgiam novas formas de representar o mundo, sem que fugissem ao assinalamento cômico e, assim, Lucius Accius (170-c. 86 a.C.) escrevia três *Annales* históricos, além de se desempenhar na escrita do drama. Conforme o erudito latinista Gaston Boissier (1946), Lucius tomara políticos romanos romana para embasar suas tragédias *Decius* e *Brutus*. Em outra direção, a poesia bucólica encontrava seus precursores nos mimos, epigramas e idílios do autor helenístico Teócrito de Siracusa (c. 310 a.C.–250 a.C.).

As conversas que faziam parte das composições de Teócrito, entre personagens camponesas ou pastoras da Sicília, deram fundamento às élogas de Virgílio (70-19 a.C.). Para conduzir a *Eneida*, paradigmática epopéia de suas gentes, esse poeta latino escolhia um herói troiano, a constar das epopéias helênicas. No cumprimento de tal finalidade, ofereceu

²² Arnaldo Momigliano (1971, p. 12-14) reitera que a concepção de autobiografia ainda era inexistente.

nova vida e outra descendência a Enéias, calcando-o na *figura* do imperador de Roma, Otávio César Augusto.²³

Pouco mais tarde, com quatro livros de elegias, despontava outro autor do Lácio: Sexto Propércio (c. 47 a.C.-c. 15 d.C.). O primeiro de seus textos — *Monobiblos* ou *Livro de Cíntia* — fora dedicado à musa, cuja presença também se fez marcar no segundo livro. Na próxima obra, ele concederia espaço à temática nacionalista e às elegias fúnebres:

Aqueles poemas nacionais, apenas esboçados no terceiro livro, acentuam-se no quarto volume, ocupando a maior parte de suas páginas. Desta vez, já separado de Cíntia, Propércio imprime um novo tom à sua lira, resolvendo também celebrar a pátria, suas lendas, seus heróis, suas virtudes. Revela-se aí um verdadeiro Calímaco, deixando entrever as influências recebidas do poeta alexandrino. No entanto, não oculta o sentimento de romanidade, a inspiração religiosa e nacional com que canta a pátria (MENCALHA DE SOUZA, p. 119, 2006).

Ainda que as poesias amorosa ou pastoral se revelassem como intermediárias entre as apresentações realista e sublime, em grande parte dos textos antigos, a esfera cotidiana só pôde ser mostrada comicamente. O dia-a-dia não era tratado de modo problemático, nem referido à história, mas num estilo, quando muito, idílico. O imobilismo do real implica um limite do seu realismo e restringe a consciência histórica, “num medo aristocrático diante do devir que se realiza na profundidade, e que é sentido como sendo vil, orgiástico e carente de lei” (AUERBACH, 1971, p. 33).

Destinados especialmente a imortalizarem os brios do imperador Otávio Augusto, muitos poemas de Públio Ovídio Nasão (43 a.C.-17 d.C.) se marcariam por um caráter “briográfico”. Nos *Cantos tristes* (*Tristia*) e nas *Cartas pônticas* (*Epistolae ex Ponto*), Ovídio imprimia um tônus próximo à narrativa autobiográfica, expressando sofrimentos de seu exílio em Tomos, no Ponto Euxino. Em meio a diversos mitos, heróis e deuses, contemplados pelas *Metamorfoses* do vate romano, sobressaem as figuras do filósofo grego Pitágoras; dos governantes itálicos Rômulo, Numa Pompílio, Júlio César e, como antes dito, de Augusto.²⁴

²³ A palavra latina *Figura* significava “forma plástica”. Marco Terêncio Varrão (c. 116-27 a.C.), Marco Túlio Cícero (106 a.C.-44 a.C.) e Tito Lucrécio Caro (98-55 a.C.) assinalaram as variações do conceito no mundo romano, a partir dos termos gregos. Assim, *Forma*, como idéia que “informa” a matéria, era utilizada para *Morphé* e *Eidos*, transmitindo a noção de modelo, à qual também se usou *Exemplar*. Para *Schēma*, normalmente se empregava *Figura*. Já *Typos* queria dizer “impressão” e *Plasis*, “plasma”, “a coisa criada”, a forma recebida. A conexão com vocábulos como esse levou *Figura* a prevalecer sobre *Statua*, *Imago*, *Effigies*, *Species*, *Simulacrum* [estátua, imagem, efígie, figura, simulacro]. Mesmo que *Figura* equivallesse ao grego *Schēma*, é mais ampla e dinâmica do que o último termo. Cf. AUERBACH, 1997b, p. 13-17.

²⁴ Em Lucrécio, pela primeira vez, encontrava-se *Figura* como “visão de sonho”, “imagem da fantasia”, “fantasma”. O intelectual também lhe deu o sentido de “átomo”. Junto a “modelo”, “cópia”, “ficção”, “plano arquitetônico” ou “posição sexual” (em Ovídio), todos esses sentidos ligavam-se a *Figura*. O vocábulo teve significado definitivamente plástico, sendo que a figura considerada como das mais próprias foi a alusão velada em suas diversas formas. Cf. AUERBACH, 1997b, p. 25.

Incontáveis referências geográficas e mitológicas povoam a *Farsália* de Marco Anneo Lucano (39-65 d.C.). O autor canta episódios da guerra civil romana, de modo a contrapor a moral estoica ao anti-heroísmo, encarnado nas figuras de César e de Pompeu. Histórias e figurações, referenciais e narrações, repetiam-se em diversas obras, todavia, o real era suspenso ao se colocar entre parênteses, marcando “a presença de um aspecto da totalidade que, de sua parte, não pode ser uma qualidade do mundo representado, quando nada pode porque este foi constituído a partir de segmentos dos diversos sistemas contextuais do texto” (ISER, 1983, p. 401).

Para exemplificar, um dos meios de organização do universo textual d’*Os Argonautas* (c. 80) reside em suas intertextualidades com Homero, Virgílio e Apolônio. Prefácios de textos escritos por tais poetas desempenham funções retóricas na epopéia em destaque, composta por Valério Flaco (c. 45-c.90). Seu autor objetivava prestar loas às façanhas navais do imperador Vespasiano, conforme a pesquisa do filólogo espanhol Antonio Río-Torres Murciano, editada em Madri, nos *Cuadernos de Filología Clásica* (p. 79-100, 2005).

Ainda em campo bélico, as guerras entre Roma e Cartago tinham recebido duas narrações na vigência do período alexandrino: *Annales* (Ênio) e *Poenicum Bellum* (Névio). O estudioso britânico Charles Thomas Cruttwell (2005, p. 189-289) informaria em seu trabalho histórico-literário, escrito no século XIX, que os destacados conflitos voltaram como tema d’*As Púnicas*. Nesse poema épico, as conquistas de Cipião eram louvadas pelo cônsul-escritor Sílio Itálico (c.25-101).

Da mesma forma que o autobiografismo e o biografismo impregnam vários discursos, o “briografismo” se apresenta como uma característica de relevo nas obras poéticas historiadas. Ao tentarem caminhos diferentes, anedotários, comédias ou sátiras não fugiram a esquematizadas representações durante os tempos abarcados pelo classicismo grego, pela civilização helenística e pelo império romano. No contexto de suas produções, já existiam certas formas autobiográficas ou biográficas embora muitas não constituíssem gêneros narrativos.

Nos primórdios da cultura latina, uma fértil imaginação teria produzido a loba Capitólia, tanto quanto a real família de Alba e Roma. Os mitos vieram juntar-se a outros textos “imaginativos”, corroídos por infiltrações “briográficas”, além disso, manchados por interferências do saber poético-retórico. O real e o ficcional pareciam interpenetrar-se constantemente, desfazendo a separação platônica entre os mundos inteligível e sensível.

Cópia do primeiro, seria esse o mundo da vida, cujas tentativas artísticas de reproduzi-lo consistiriam “simulacros”, imitações do já imitado.

1.3.2 *Vita Memoriae*: das virtudes, poéticas e confissões

Se, em poesia e prosa, devemos preferir uma grandeza com alguns defeitos, ou uma mediocridade correta, em tudo sã e impecável?

LONGINO
Tratado do Sublime

Roma pôde absorver o biografismo helênico, de modo que os discursos fúnebres sucederam as antigas deplorações (*Naenia*). Sob outra forma, o *Prodigia* consistia no presságio de felicidade ou desgraça da nação que, em suma, era o destino do chefe militar ou do ditador, equivalendo aos atuais princípios de talento, intuição e sucesso. Vinculada ao sentimento de casta, a família patricia dava suporte a tais espécies que, em vez de se orientarem aos vivos, na praça pública, estabeleciam conexões entre os antepassados mortos e suas descendências (BAKHTIN, 1990, p. 249-252).

Uma vida romana — para ser contada — devia estribar-se na *Virtus*, ou melhor, na virtude. Originando-se do termo *Vir* (homem), essa qualidade moral acentuava o vigor, o poder e a determinação frente às conjunturas adversas. As *Vitae* exigiam certa retórica, para se capacitarem à propagação de uma modelaridade que pudesse reprimir os vícios ou elevar as virtudes. Quando se tratou de celebrar as glórias dos reis e dos césares, as Vidas receberam especial atenção (CORASSIN, p. 99-111, 1997).

No primeiro século antes de Cristo, Varrão tinha gerado aproximadamente 700 retratos de poetas gregos e romanos. O pensador de expressão latina evidenciava-se profícuo numa prática bastante disseminada:

Salústio utiliza esse recurso estilístico para evidenciar seus objetivos artísticos e de conteúdo, especialmente na apresentação dos indivíduos que deixaram sua marca na história. O autor, cabe observar, retrata tanto os homens bons como os maus, os que merecem ser imitados e os que não o devem, atendendo a seu gosto de construir a narrativa por antíteses [...] As próprias famílias romanas, nos átrios de suas casas, conservavam as máscaras de cera, retratos de seus antepassados, com o objetivo de lembrar aos netos e descendentes as suas façanhas, estimulando-os ao valor (DALPIAN, p. 268, 2000).

Nesses termos, as *Vidas* de Cornelius Nepos (c. 100-c. 24 a.C.) contam episódios acerca do general Aníbal e do poeta Ático, por exemplo, num molde que depois utilizaria Plutarco. Na passagem à era cristã, Nicolau de Damasco realizou as crônicas do rei Herodes e

a *Vida de Augusto*. No século I depois de Cristo, o historiador Quinto Cúrcio produziu a narrativa centrada em *Alexandre Magno* e o filólogo Marco Valério Probo, as *Vidas*, nas quais elenca diversos comentários a Virgílio, Horácio, Lucrécio, Plauto, Terêncio e Salústio.

Tácito (séc. I-II d.C.) elogiava o sogro em *Sobre a vida e o caráter de Júlio Agrícola*. A obra é considerada a primeira, dentre as *Vidas*, que teria se aproximado ao formato pelo qual hoje conhecemos o gênero biográfico. Na mesma época, Suetônio Tranqüilo (69-132) elaborava *Sobre os homens ilustres* e *Vidas dos Césares*. Como antes visto, Plutarco (c. 46-125) teve lugar marcado entre os biodoxógrafos e igualmente seria um dos grandes modelos para os autores de biografias, na acepção mais estrita da palavra.

Em suas *Vidas paralelas*, desfilam altas figuras do mundo greco-romano, como Cícero. Para o autor, a exemplaridade nem sempre residiria naqueles feitos mais louváveis ou rumorosos. Muito pelo contrário, freqüentemente podia suceder que:

um fato comezinho, uma palavra, uma pilhéria, revelem bem mais nitidamente o caráter que os combates onde se contam milhares de mortos, os exércitos numerosos e os assédios mais espetaculares. Assim como os pintores captam a semelhança a partir dos traços do rosto, que denunciam o caráter e pouco se ocupam das outras partes do corpo, assim também nos seja lícito penetrar de preferência nos sinais distintivos da alma e, com ajuda deles, representar a vida em sua caracterização deixando para outros o aspecto grandioso dos acontecimentos e das guerras (PLUTARCO, 1992. p. 53).

Os terrenos poéticos e retóricos eram usualmente invadidos, um pelo outro. Transgressões foram observadas não apenas em seus já escassos limites, mas também nos distintos usos do vocábulo grego *Poíesis*. Roberto Acízelo de Souza (1987, p. 47-55) informa que a palavra se fez entender como: gênero veiculado em linguagem metrificada e sob a forma do verso; textos de qualidades artísticas ou imaginativas; conjunto de reflexões sobre o fazer poético, a fim de permitir que tais desenvolvimentos fossem expostos com certa clareza.

Vista principalmente na *Poética* (1966) de Aristóteles, a mimese traduzia-se por: imitação da natureza, tipo de conhecimento, representação, *Techné* (arte). Tais noções vigoraram por muito tempo no Lácio, em que a “poética clássica” desdobrava-se em torno a conceitos básicos para o estagirita: caráter mimético; verossimilhança; propriedades catárticas e universalidade. Embora demonstrem indícios normativos, as especulações platônico-aristotélicas desvelam-se mais abertas do que os tratados latinos de poética e retórica.

Dessa maneira, Horácio (65-8 a.C.) disseminou volumes capazes de reunirem estóicos e epicuristas, mas nos quais realçava o enfeixamento platônico-aristotélico, juntando suas formulações e a mundivisão romana à poética dos gregos. Quase ao fim da vida, o estudioso

produziu *Epistola ad Pisones*, batizada como *Ars Poetica*, na qual já percebia os traços construtivos da obra de arte. O pensamento não seria exclusivo da epístola horaciana, fazendo-se presente nas considerações de Cícero e Quintiliano (c. 35-c. 95).²⁵

A idéia aparece no tratado *Do Sublime* cuja autoria credita-se ao suposto Longino ou Dionísio (1995), que muitos têm por anônimo: “requer-se nas estátuas a semelhança com o homem; na eloquência, a superação das faculdades humanas” (p. 106). Principalmente nos mencionados tratadistas, e de modo similar noutros poetas ou pensadores antigos, as estruturas textuais guiavam-se pelo crivo de quem as organizava. Isso acontecia em virtude “do compromisso histórico entre forma e conteúdo, fato que não perceberam os repetidores e diluidores da poética clássica, que tomaram o acidental – as soluções dadas – pelo essencial: a busca de soluções adequadas a novas necessidades” (BRANDÃO, 1995, p. 1-18).

As energias criativas da poética teriam florescido num campo semeado às narrativas de assinalamento biográfico. Pessoas de real existência eram utilizadas como personagens na maioria das obras de Platão, cujos títulos carregam os nomes dos respectivos protagonistas: *Cármide*; *Crátilo*; *Critias*; *Eutidemo*; *Eutífron*; *Fédon*; *Fedro*; *Filebo*; *Hípias Maior*; *Hípias Menor*; *Íon*; *Laques*; *Lísias*; *Ménon*; *Parmênides*; *Protágoras*; *Teeteto*; *Timeu*. Ainda que filosóficos, esses diálogos do século V a.C. inspiravam-se por um tipo de relacionamento mimético:

Eles são tipicamente compostos com inocente descaso pela documentação anterior; e se fossem privados dessa inocência jamais poderiam vir a ser o que são. É curioso e interessante o fato de que Platão, no correr do século IV, querendo apresentar credenciais de uma produção compatível com uma época letrada, sente-se, todavia, livre de inventar, em apoio de seu escrito, uma documentação do século V que, verossimilmente, nunca teria podido existir (HAVELOCK, 1996b, p. 32).

Um híbrido dos discursos filosófico e poético – as confissões – projetavam-se desde o “Livro de Jó”, do *Primeiro Testamento*, e do poeta grego Anacreontes (c. 563 a.C. –478 a.C.) para se firmarem na escrita de Platão.²⁶ Também as cartas de Sêneca (4-65) e a obra *Para mim mesmo* (171-180), do imperador Marco Aurélio (121-180), integrariam o gênero confessional, a se marcar pela ascese cristã e a filosofia epicurista. Através de conselhos, ensinamentos, lições etc, o poder vigente garantia o domínio de “si sobre si mesmo”, ou “conhecimento de si por si”, conforme o pensador francês Michel Foucault (2002, 2004).

²⁵ Vide: CÍCERO, 1899 I, § 18; QUINTILIANO, 1997-1999, Libri XII.

²⁶ O gênero das confissões prosseguiria com: Santo Agostinho (354-430); Baruch de Espinosa (1632-1677); Jean-Jacques Rousseau (1712-1778); Friedrich Nietzsche (1844-1900) e Søren Aabye Kierkegaard (1813-1855). Cf. ZAMBRANO, 1999.

Escritas como as de Plutarco igualmente desenvolviam “técnicas de si”, receitando normas que proporcionassem o estabelecimento das identidades individuais. Calcadas em *Mnemosyne*, *Memoria*, tanto *Bios* quanto *Vitae* salientavam o predomínio das descrições sobre as representações. Seus estilos, contudo, admitiam o tratamento poético de sucessos “verdadeiros” e suas funções pedagógicas não se iriam restringir a um testemunho do real, categoria da história, ou à verossimilhança, categoria da poética.

Segundo Bakhtin (1990, p. 237-242), “trabalhos sobre escritos pessoais” — de Cícero, Galeno e outros — foram tecidos por comentários autobiográficos e transpassados pelo “caminho do indivíduo que busca o conhecimento”, uma idéia platônica. Eles ainda se fizeram notar pela doutrina aristotélica da *enteléquia*, o último objetivo e, ao mesmo tempo, a primeira causa da evolução. Daí que os primeiros tempos da pessoa biografada se destinassem a anunciar e a reforçar o auge de sua maturidade.

Em cima desse alicerce, ergueram-se duas espécies estruturais da antiga biografia: a) “energética”; b) “analítica”. A primeira teria por fundamento o conceito aristotélico de energia, representando a vida do sujeito como a revelação e o acabamento do seu caráter, através de atos, conversas e outras expressões humanas. É a forma adotada por Plutarco, tornando-se paradigma, nem tão somente para relatos biográficos, mas também a obras poéticas, acentuadamente, na arte dramática.

Por outra via, a espécie analítica distribui o material biográfico em rubricas específicas (sociedade, família, virtudes, vícios etc.), quebrando a ordem temporal e reunindo diferentes épocas de uma vida, sob o preceito orientador do caráter. Sua ordem sistemática caiu ao gosto de Suetônio, cujas influências foram exercidas sobre os biógrafos, em especial nas Idades Médias, e ainda se verificam em biografias que subdividem a existência por setores: como pai-de-família, como escritor, como político etc.

Todas essas formas passaram por modificações, transitando a expedientes mais “autobiográficos” quando começou a aparecer uma consciência privada do indivíduo. Teria sido esse apenas o princípio dum largo projeto de privatização do ser humano, que pode ser notado: a) pela representação satírico-irônica do sujeito e de sua vida (Horácio, Ovídio e Propércio); b) pelas formas retóricas íntimas, sobretudo, as epístolas aos amigos (cartas de Cícero a Titus Pomponius Atticus); c) pelas “consolações”, ou diálogos com a filosofia-consoladora (*Consolatio* e *Ad Hortensio*, de Cícero).

Iniciado em Simônides, o jogo memoralístico passou a se orientar pelas regras aristotélicas da experiência, do confronto e da analogia. A partir de Cícero, a mnemotécnica se transformava, de *Techné* grega em *Ars* romana, quer dizer, numa parte da retórica que servia de veículo à moral cristã. Nessa denotação pré-moderna, “arte” significava:

um objeto de saber sujeito a regras e por isso mesmo bom de aprender, de uma certa complexidade, que pede considerável esforço e paciência para ser aprendido, pois ‘a arte é longa, a vida breve (*ars longa, vita brevis*)’. Todas as associações românticas e pós-românticas com espontaneidade, criatividade e genialidade não existem, pois, nesse velho conceito de arte. Também não se pode ainda pensar em ciência (WEINRICH, 2001, p. 30).

No pensamento de Cícero, *Exempla* legados por seres de boa reputação e bom nome guiarão atos e reflexões dos futuros indivíduos. Esse orador identificou os componentes da virtude: Força, Justiça, Temperança e Prudência, dentro da qual, se localizariam a inteligência, a memória e a providência. Nos passos da filosofia platônica, o retórico determinava que um homem virtuoso seguisse aos princípios da razão e da ordem natural das coisas, harmonizando-os até se tornarem procedimentos habituais (YATES, 2005, p. 20).

Maria Luiza Corassin (p. 104-105, 1997) frisa que Cornelius Nepos e Plutarco reiteravam seus ofícios como escreventes de *Vidas: a Historia*, regida pelo verbo fazer, e a *Vita*, pelo ser, teriam respectivamente caráter público e privado. Conciliados a uma filosofia pragmática, os pressupostos de Cícero (1899) recomendavam que os “varões ilustres” fossem narrados através de feitos e virtudes, igualmente, das vidas exemplares. Uma definição ciceroniana se manteria por longo prazo: “a história é, na verdade, a testemunha dos tempos; luz da verdade; vida da memória; mestra da vida; mensageira do passado” (II, 9, 36).²⁷

Seguindo rumo contrário à expressão socrática — “Conhece-te a ti mesmo” —, as verdades eram progressivamente internalizadas:

Paradoxalmente, a memória, antes de ser reminiscência, é apropriação; o presente, antes de ser volta ao passado, é mirada para o futuro; a vida, antes de ser balanço, é processo de transformação. A memória (o presente, a vida) se exercita sob a forma de ‘exercícios progressivos de memorização’, desde que nos entendamos sobre o sentido novo desta palavra (SANTIAGO, 2004, p. 205-212).

Idéias acerca do verdadeiro eram apreendidas individualmente, ainda que as lições do mais divulgado, entre os discípulos de Platão, não dessem convencimento da verdade como critério inabalável. Na seguinte passagem, Aristóteles (1966, 1461b, p. 105) parece entrar em acordo com o pensamento de Isócrates: “Em suma, o absurdo deve ser considerado ou em

²⁷ *Historia Vero Testis Temporum; Lux Veritatis; Vita Memoriae; Magistra Vitae; Nuntia Vetustatis.*

relação à poesia, ou ao melhor, ou à opinião comum. Com efeito, na poesia, é de preferir o impossível que persuade ao possível que não persuade.”

A coincidir com um talvez anônimo autor *Do Sublime*, o estagirita refutou a mediocridade, preferindo magnitudes, embora defeituosas, ao medíocre bem apresentado. A força da reflexão aristotélica sobre a poética não foi prontamente sentida. Do mesmo jeito, as produções artísticas de sua predileção seriam acobertadas por um “controle do imaginário”,²⁸ frente ao qual o sincretismo retórico-poético apresenta-se como bastante sintomático.

1.3.3 *Magistra Vitae*: a história, as memórias e a retórica

Tanto historiare quanto figurare significam ‘representar em imagens’, ‘ilustrar’; a primeira, no entanto, apenas no sentido literal, mas a segunda também no sentido de ‘interpretar alegoricamente’.

ERICH AUERBACH

Figura

Até o ponto em que as intermediações doxográficas e outros registros permitem deduzir, os estudos poéticos, históricos e retóricos desenvolveram-se junto ao clássico embate da filosofia com a sofística. Representante da última zona discursiva, o encômio à moda Isócrates não deixou de ter popularidade na era helenista, fornecendo a noção de cronologia para os estudos históricos. Mais tarde, a retórica latina estabeleceria que, ao lado das ações de pessoas dignas, os oradores ressaltassem tanto seus caracteres quanto as passagens memoráveis em suas existências (HENGST, 1981, p. 44).

Referir-se a detalhes insignificantes – (*In Dignum Memoratu*) – seria inconciliável com a operação da *Elocutio*, dificultando entender uma história contada. O vocábulo *Monumentum* indica que sua raiz indo-européia – *Men* – exprimia uma das funções essenciais do espírito: a memória (*Memini*). Entre outras acepções, *Monere* pode ser traduzido por “fazer recordar”, ato que se afigurava como retrospectivo desde que a narrativa mostrou ser um espaço primordial à veiculação da memória:

Representa a fonte do contar, logo, a origem da narração, exposição primitivamente oral de um sujeito para um grupo de ouvintes, com o qual compartilha interesses e expectativas. Ulisses ocupa o lugar do paradigma, a partir do qual filósofos distantes no tempo e no espaço, como Platão e Walter Benjamin, refletem. Mas converte-se, ele mesmo, num profissional, metamorfoseando-se no rapsodo que se dirige aos ouvintes, esperando captar sua simpatia por referir-se a episódios com os quais aqueles guardam afinidade (ZILBERMAN, p. 130, 2006b).

²⁸ Expressão devedora da seguinte trilogia, em seu conjunto, intitulada conforme o primeiro volume: COSTA LIMA, Luiz. *O controle do imaginário: razão e imaginação nos tempos modernos* (1984); *Sociedade e discurso ficcional* (1986); *O fingidor e o censor* (1988).

A palavra “monumento” significa tudo que evoque o passado, inclusive atestamentos visuais e auriculares, a marcarem presença nos métodos históricos, desde o privilégio a eles conferido por Heródoto (c. 485-420 a.C.). A prioridade recebida pelos testemunhos, vividos ou colhidos diretamente, não se verificou na escrita, onde suas recolhas foram exíguas. A transmissão pela oralidade ainda se pronunciava em Tucídides (c. 460-c.400 a.C.).

Mesmo ao não dispor de arquivos, e ao trabalhar sobre diminuta base epigráfica, esse historiador grego libertou-se da tradição mítica, em sua história sobre a guerra do Peloponeso. Narrando-a com evidente domínio argumentativo, ele requeria o “meio de fixação dos acontecimentos, fazendo da imutabilidade do escrito uma garantia de fidelidade (bem ao contrário de Platão). Inaugura, assim, uma política da memória, e delimita os domínios de um novo saber histórico” (SMOLKA, p. 179, 2000).

Heródoto e Tucídides localizavam-se justamente no ponto em que a tecnologia de comunicação enfrentava mudanças, quer dizer, no trânsito da vocalidade à escrita. O senso de classe do último, aristocrata, fez com que repudiasse as escritas de caráter biográfico. Passados mais de dois séculos, Políbio (203/201 a.C-120 a.C)

insistia na necessidade de distinguir entre biografia e história. Porque estava convencido de que o objetivo da história não se reduzia à monografia, mas visava à síntese geral, considerava que os historiadores deviam evitar a dramatização da narrativa (procedimento próprio do teatro trágico) e empenhar-se em estabelecer e transmitir a verdade. Nesse sentido, a antonímia assinalada pela historiografia grega ultrapassava a questão do gênero biográfico e se inseria num debate mais amplo, no qual os valores estilísticos de simplicidade e clareza de que Políbio se tinha feito defensor se opunham ao ideal poético perseguido pelo sofista Górgias e por outros autores (LORIGA, 1998, p. 228).

Muitos discursos históricos demonstravam elevado grau de clareza e ordem, contudo, visavam conferir eficiência dramática ao acontecimento, já que desempenhavam a função retórica da *Illustratis* e serviam para explicar pensamentos morais ou políticos. Tais produções não desprezariam a história pessoal, “como na caracterização de Catilina por Salústio e, sobretudo, na de Tibério por Tácito. Mas aqui está o limite. Moralismo e retórica são incompatíveis com a compreensão da realidade” (AUERBACH, 1971, p. 34-35).

Os relatos memorialísticos identificavam-se como um gênero poético-retórico desde o princípio da era romana: seus caracteres específicos já radicavam nos *Comentários* do imperador Júlio César (séc. II-I a.C.). Assim como as Vidas e os gêneros poéticos, as memórias foram seduzidas pelo briografismo, quando a honraria e o triunfo eram “o máximo que um simples mortal poderia desejar. Tudo isso converge para a convicção de que o

passado é o fundamento do presente e do futuro. É a crença, em última análise, de que a vida só se torna perfeita através da morte” (DALPIAN, p. 266, 2000).

As memórias romanas uniam o sentido nacional à publicidade e à historicidade, próprias da consciência biográfica. Flávio Josefo (séc. I d.C.) efetua um compósito de memórias políticas, história militar, auto-recomendação e apologia moral ou religiosa em *Autobiografia*, pioneiro testemunho do influxo greco-romano sobre a cultura judaica. Se a palavra “autobiografia” era desconhecida, o título não deve proceder do escritor, entretanto, seu trabalho se adequaria ao conceito romano de *Vita*, caso ele não se referisse à própria “conduta de vida” (MISCH, 1950, p. 315; SCHEINER, 2001).

Outra narrativa seria impropriamente rotulada como autobiografia – *Sobre os meus próprios livros* – de Galeno (129-c. 200). Nascido em Pérgamo, esse intelectual expressou em grego suas reflexões filosóficas, lógicas e retóricas, além de escrever a respeito de si mesmo e de ingressar nos estudos poéticos. Os tons autobiográficos de seu texto, antes destacado, confirmam que, na era imperial de Roma, o ser humano passou a entender-se como responsável pela própria sorte, fato que daria prestígio às Vidas (SANCHEZ MARÍN, 1992).

Muitas narrativas, como a de Galeno, não se furtaram às abordagens da experiência, mas continuariam no domínio público-retórico até os tempos medievais. Nesse trajeto, a *Ars Memoriae* teria consistido em arte tópica: o “artista” grego ou latino recapitulava um grupo de *topoi* ou *loci* que, na retórica, eram bem familiares: a casa do memorialista ou o fórum. Realizando sua força imaginativa, “ele testemunha em seqüência ordenada os conteúdos isolados da memória, depois de primeiro os ter transformado em ‘imagens’ (grego, *phantasmata*, latim, *imagines*), se já não o forem por natureza” (WEINRICH, 2001, p. 31).

O espaço biográfico, e nele, o gênero memorialístico, punham-se ao lado de uma história que buscava relatar o passado, juntando escritos e os convertendo em testemunhos. De sua parte, a razão lógico-analítica pareceu vencer uma luta desenvolvida a partir do século V a.C. e que teve como principais expoentes, num lado da arena, Isócrates e seus encômios; no outro, Platão com seus diálogos confessionais. Na primeira centúria depois de Cristo, a retórica se incorporou das composições letradas em geral, finalmente, absorveria a poética.

Formas autobiográficas e biográficas vinham concedendo amplitude à vida íntima, embora não deixassem de sublinhar os exemplos e as virtudes. Ao mesmo tempo, sobrevivia uma noção antiga de figura, a qual se transferiu das escolas de oratória e dos mitos zombeteiros de Ovídio para outros domínios: “*historia* ou *littera* é o sentido literal ou o

acontecimento relatado; *figura* é o próprio significado literal ou acontecimento referido ao preenchimento nele oculto, e este preenchimento é *veritas*, de modo que *figura* torna-se o termo do meio entre *littera-historia* e *veritas*” (AUERBACH, 1997b, p. 40-41).

O timbre laudatório dos textos biográficos e poéticos, de gregos ou de romanos, pode remontar ao heroísmo cantado pelas epopéias helênicas. Doutra maneira, os brios, as glórias e os elogios afincam-se no cunho apologético das frações textuais reunidas pela biodoxografia. A identificação de tais nexos longe está de qualquer demanda por uma fonte originária, concentrando-se na tentativa de verificar possíveis amarrações entre os gêneros antigos e a ficção narrativa que, até o presente momento, ainda não cintila nesta pesquisa.

O verossímil resultava em noções aceitas pelo senso comum; naquilo que não extrapolasse as convenções fixadas quanto ao *Decorum*. Uma exceção às imitações de homens acima da média ficou por conta do *Novo Testamento*, ao tratar dos pescadores, da samaritana, dum fariseu, duma adúltera. Habitualmente, figuras extraídas de circunstâncias triviais, e postas frente a Jesus, revelavam suas tragicidades.

As novas escrituras mostrariam autênticas noções de ordem, época ou estados interiores. Conceitos abstratos, como a justiça, a morte, o pecado etc, já não significavam apenas um acontecimento, uma qualidade, apresentando-se como estratégias que conduziriam à mudança interna e histórica. Porém, “o caminho dessa transformação leva para fora da história, para os tempos finais ou para a sempiternidade, ou seja, para cima [...] o essencial ainda é o seguinte: as camadas profundas, que nos observadores antigos eram imóveis, entram em movimento” (AUERBACH, 1971, p. 38-39).

Os retóricos não puderam classificar os textos evangélicos; seu objeto via-se inadequado a qualquer gênero que eles discerniam. Por outro lado, na clássica era grega, e ao avesso das escrituras com foco na vida e morte do filho de um carpinteiro, inscrevia-se o deus das máscaras e das metamorfoses. Na poesia, Diónisos “não fala mais através de forças, mas como herói épico, quase com a linguagem de Homero” (NIETZSCHE, 2006, p. 62-63).

Os *Evangelhos* apócrifos justapõem as escrituras apostólicas ao feixe teofrástico, abalando uma estrutura que granjeria prestígio desde que Eduard Zeller publicasse *A History of Greek Philosophy...* (1881). A doxografia dependeu de Teofrasto, “espelho das opiniões históricas de Aristóteles, e se estas situam o pensamento primitivo num contexto de problemas que são aristotélicos, mas não pré-socráticos, então a tradição não pode ser histórica” (HAVELOCK, 1996a, p. 13).

Também na 19^a centúria, Hermann Diels editaria *Doxographi Graeci*, espécie doxográfica que dava menos relevo aos testemunhos do que às opiniões e teses, aos dizeres e sistemas. Sua utilização adentra na modernidade nietzscheana, pois não se pode constatar

até que ponto não há fatos, mas apenas interpretações, e interpretações das interpretações, Nietzsche sendo, aliás, como se sabe, exatamente contemporâneo ao momento da filosofia alemã no qual se constitui o objeto doxográfico, e tão atento ao palimpsesto que é o maior, senão o único, comentador de Diógenes Laércio. Assim, com a doxografia, o problema da transmissão se apresenta como um problema hermenêutico, uma questão de sentido. E o sentido não cessa de oscilar entre insuficiente e demasiado (CASSIN, 1999, p. 28-29).

No século XX, Roland Barthes inverteria o sentido da *mimesis* platônica. Do contrário, Erich Auerbach não teria modificado a mimese aristotélica, a qual se fundamentara no verossímil, pautado por um “sentido natural (*eikos*, o possível), enquanto nos poéticos modernos, ela se tornou a verossimilhança em relação ao sentido natural (*doxa*, a opinião). A reinterpretção de Aristóteles era indispensável para promover uma poética anti-referencial que pudesse apoiar-se na dele” (COMPAGNON, 2006, p. 102).

A mimese deslizaria — duma referencialidade à natureza — para a cultura ou a ideologia, com o estruturalismo e o pós-estruturalismo. Nessa moldura, o doxógrafo ideal pouco se aparta do copista ideal: face a face com a idéia de origem e na busca da neutralidade, ambos terminam por apagar os intermediários. Conforme Jacques Derrida (1973), a escrita deveria reinvestir-se do papel de intermediária entre leitor e língua falada, pois a “metafísica logocêntrica” entendeu o lógos como fonte do verdadeiro, lócus onde o alfabeto não residiria.

Ainda de acordo com as idéias derridianas, o saber viria utilizando a escrita fonética de forma recalcada, razão por que vários planos de pensamento depositaram suas confianças na enunciação da verdade e na morte da letra. Por sua vez, ao desempenhar um papel da psique humana, o inferno personifica-se no mito grego de Hades, o vencido pelos defuntos. Isso acontece por meio duma identificação com os mortos, em consciente desvio perversivo, ou através de inconscientes tentativas que visem recalca-los (DIEL, 1991, p. 42).

Alegorias de tal espécie dependiam de interpretações figurativas, do mesmo jeito, a palavra *Figurare* coube a fatos do *Primeiro Testamento*, entendido como prefiguração da Boa Nova. *Historia* e *Littera* não se distinguiam, mas a última resvalaria ao conceito de literatura. Suas histórias permitem vislumbrar copioso debate sobre a originalidade do estilo, a qual parece “favorecer mais o caráter arbitrário da narração que a fidelidade estrita à reminiscência ou o caráter documental do narrado” (MIRANDA, 1992, p. 30).

Os antigos já compreendiam que recordar pressupõe a oportunidade, o imaginário e certa habilidade no arranjo das composições:

E o mesmo acontece com respeito à antecipação do futuro. Enquanto é ativa, a antecipação é um imaginar que dá significado ao futuro, que constrói o futuro como significativo para o sujeito, em algum aspecto particular, e como aquilo para o qual pode traçar um percurso. A antecipação é a construção imaginativa de futuros possíveis (LARROSA, 2004, p. 16).

Transformações ocorridas na cultura ocidental imprimiram seus traços ao primeiro momento dos estudos históricos, o qual se prolongava à era cristã. Os latinos inventaram o conceito de testemunho e a lógica da história, fundada na noção de verdade, mas a produção histórica não existiria fora dos textos escritos, num liame a se consolidar durante os medievos. O argumento de que a escrita, grafia (*Gráphein*) compõe um dos termos basilares à tese ora desenvolvida, faz compreender, assim espero, a formatação introdutória do presente capítulo.

Ademais, o autor e a gênese de um texto envolvem assuntos pertinentes à biografia, enquanto as recepções da obra publicada convocam os fundamentos da história total. Daí que Antoine Compagnon (2006, p. 126) sugerisse a reabilitação da mimese, através duma terceira leitura da *Poética* de Aristóteles. Como as palavras não ficam presas à língua, além de serem protéicas, revelam que a esfera das antigas letras compartilhava suas formas orais ou manuscritas, fazendo-se, ela própria, metamorfose.

2 MESTRA DA VIDA: FICÇÕES NO PURGATÓRIO

*Para navegar por águas melhores,
minha poesia agora,
deixa para trás aquele mar cruel*

*E segue para o segundo reino
onde a alma humana se purifica
e se torna digna de elevar-se ao céu*

DANTE ALIGHIERI
Comédia

2.1 METALEPSE: TESTEMUNHOS E IMAGINÁRIO

Estenderei a pesquisa, passando da simples figura, ainda que constasse de muitas palavras (metalepse figural), ao que, sem mais, terá de chamar-se ficção (metalepse ficcional), que para mim é um modo ampliado de figura. Muito ampliado, sem dúvida. Não preciso recordar a raiz comum de ambos termos, que encontramos no verbo latino fingere com o significado de 'modelar' e, ao mesmo tempo, 'representar', 'fingir', 'inventar'.

GÉRARD GENETTE
Metalepsis: de la figura a la ficción

2.1.1 Presente grego na (pré)visão da história

O experimentalismo com relação à figura do narrador dá margem a que se elabore o conceito de ficção, o que, na esfera das novidades que se encontram neste último dos gêneros criados pelos antigos, talvez seja a mais surpreendentemente nova – a celebração de um novo pacto de leitura...

JACYNTHO LINS BRANDÃO

Narrativa e mimese no romance grego...

Jacques Le Goff (2003) estabelece o ato inaugural do relato histórico no transcurso do século V a.C. ao I d.C. Em consonância com o significado de *Histoire* no dialeto jônico, a história era definida em função dos verbos “indagar” e “testemunhar”. Convertida em fonte essencial do conhecimento, a visão “leva-nos à idéia de que *histor*, aquele que vê, é também ‘aquele que sabe’; *historein*, em grego antigo, é ‘procurar saber’, ‘informar-se’. *Histoire* significa, pois, ‘procurar’” (p. 111).

A prévia apresentação da ciência histórica, embora debatesse a posição ocupada pelo testemunho, não teria apresentado um sentido crítico, ainda segundo Le Goff (p. 83):

Avançaram apenas, como esquemas explicativos gerais, a natureza humana (isto é, a imutabilidade), o destino e a Fortuna (isto é, a irracionalidade), o desenvolvimento orgânico (isto é, o biologismo). Sitou o gênero histórico no domínio da arte literária e atribuiu-lhe funções de distração e utilidade moral. Mas previu uma concepção e uma prática ‘científicas’ da história (Tucídides), a investigação das causas (Políbio), a procura e o respeito pela verdade (todos e principalmente Cícero).

Nos idiomas românicos, e em outros, a história se relaciona com determinada procura das ações concretizadas pelo ser humano. Os sentidos do termo abarcam também o próprio objeto de tal busca, ou seja, aquilo que foi realizado pela humanidade, a série dos acontecimentos relatados. Além disso, a palavra compreenderia uma narração histórica ou imaginária, envolvendo dicotomia que a língua inglesa soluciona, por meio da respectiva distinção entre *History* e *Story*; até pouco tempo, válida em português.

Carlos Rama (1978, p. 11) pensa que, assim como as ficções dramáticas e romanescas, a história derivou da poesia épica dos gregos: “Poderíamos dizer que surge quando se produz a crônica em que se objetiva o dado inserido na epopéia.” Embora se admita essa ligação entre o épico e o histórico, a forma oral da saga nunca poderia constituir um sistema de relações entre causas ou categorias e assuntos, pois cantava mais os feitos do que os eventos.

O *Epos* homérico não podia configurar um conceito abstrato de tempo, já que as ações épicas eram contínuas e, quando aparecia, *Chronos* marcava a espera ou períodos em que

nada era feito. Não se elimina totalmente a hipótese de sua apresentação como registro duma série de acontecimentos, todavia, o encadeamento paratático das ações não significa que “o poema épico primitivo seja uma crônica, pois a idéia de uma seqüência natural no tempo, imune à subjetividade por parte do poeta, é mais complexa [...] A cronologia depende em parte do domínio do tempo como uma abstração” (HAVELOCK, 1996a, p. 209).

A ação na *Iliada* e a experiência na *Odisséia* preenchem o espetáculo concretizado, que durava um dia. Homero adentrou ao terreno das composições periódicas, mas que nada teriam a ver com as antigas escritas históricas. Mais perto dessas narrativas, estariam os domínios de *Bios*, ainda que já fossem registradas algumas distinções entre tais áreas. No entanto, Aristóteles (1966, p. 78) parecia localizar as Vidas numa zona de abrangência da história, segundo esta passagem da *Poética*, muito difícil de elidir:

a poesia é algo de mais filosófico e mais sério do que a história, pois refere aquela principalmente ao universal, e esta o particular. Por ‘referir-se ao universal’, entendo eu atribuir um indivíduo de determinada natureza, pensamentos e ações que, por liame de necessidade e verossimilhança, convêm a tal natureza; e ao universal, assim entendido, visa a poesia, ainda que dê nomes aos seus personagens; particular, pelo contrário, é o que fez Alcibíades ou o que lhe aconteceu.

Como visto, uma configuração mais precisa do espaço biográfico se afirmava no início da era cristã. Plutarco havia fornecido importantes pistas quanto a diferenciar os relatos históricos daquelas narrativas cujos títulos, ao serem transliterados do grego para o latim, designariam igualmente sua natureza: *Bioi* e *Vitae*. O autor de *Vidas paralelas* “demonstrava pouco interesse pelos determinantes estruturais e sempre reivindicava com energia a superioridade dos sinais da alma sobre a etiologia política” (LORIGA, 1998, p. 228).

De tática semelhante, valeu-se o escritor duma colônia norte-africana de Roma, Lucius Apuleius (125-c. 180), em texto de marca encomiástica: *Apologia*. No século II, um satirista nascido na então província romana da Síria – Luciano de Samósata (125-c. 190) – enveredou pelos campos da teoria em *Como se deve escrever a história*. Brandão (2001) afirma que o libelo, dirigido aos historiadores das guerras párticas, aborda o manejo da história em relação ao ficcional (*Pseúdos*); ao “verdadeiro”; à política; à “liberdade pura” do poeta.

O trecho que se pôde conservar do *Satyricon* – “Banquete do Trimalcião” – (século I d.C.) apresenta-se como uma das produções mais alheias ao briografismo. Nele, as personagens eram focadas em traços esquemáticos:

O romance, finalmente, *fabula milesiaca*, gênero ao qual pertence, no fim de contas, a obra de Petrónio, está, em outros fragmentos ou obras que conservamos, tão fortemente carregado de elementos mágicos, aventureiros, mitológicos e, sobretudo, eróticos, que de maneira alguma pode ser considerado uma imitação da vida cotidiana de então – sem falar da estilização irreal e retórica da linguagem. O que mais se aproxima da representação ampla, verdadeiramente cotidiana da existência, é algo da literatura Alexandrina; talvez as duas mulheres do festim de Adônis, em Teócrito, ou o processo do alcoviteiro, de Herodas. Mas também estes dois trechos – composições em verso – são, com respeito ao realismo, à infra-estrutura sociológica, mais brincalhões e mais estilizados na linguagem do que Petrónio (AUERBACH, 1971, p. 26).

Geralmente, os atos de mesclar a realidade com a ficção elencavam dados, compósitos e suposições. Tal vínculo, apresentado como duplo, via-se convertido em tríplice, confirmando a teoria de Wolfgang Iser (1983, p. 385). Para o estudioso germânico, “o texto ficcional contém elementos do real sem que se esgote na descrição deste real, então, o seu componente fictício não tem o caráter de uma finalidade em si mesma, mas é, enquanto fingido, a preparação de um imaginário.”

Com precedentes nas culturas orientais, a narrativa ficcional era divulgada no mundo europeu através dos gregos. A novidade do gênero residia em: a) constituir uma ficção, mas sob a forma da prosa; b) não se referir, em tese, a qualquer “discurso verdadeiro”. As figuras de retórica já enformariam pequenas ficções: “seu caráter ficcional é atenuado, de certa forma, pelo exíguo de seu veículo e usualmente pela frequência de seu emprego, que impedem perceber a ousadia de seu motivo semântico” (GENETTE, 2004, p. 19).

Da figura à ficção, e nos primeiros 200 anos da era cristã, Xenofonte de Éfeso produziu *As Efesíacas*, centrando-se nas personagens Habrócomes e Antíae. Entre a primeira e a segunda centúria, por igual em período impreciso, Caritón de Afrodísias narrou as aventuras dos amantes siracusanos *Quéreas e Calirroo*. No prefácio, explicava para virtuais leitores que a história narrada provinha de uma pintura; em tradução próxima, contudo inexata, significaria “escrever o que estava pintado”.

Brandão (p. 39, 1999) considera que tal sentido não faz jus ao assunto do qual se ocupa o proêmio, já que não abarca o duplo sentido dos vocábulos gregos *Gravfein* (escrever e pintar) e *Grafhv* (escrita e pintura). Entendendo-os mais livremente, trata-se:

de algo como contrapintar a pintura, o que se faz escrevendo, garantindo-se que a origem da obra está em algo que o narrador viu: não os próprios acontecimentos, senão uma representação figurada deles, ou seja, o que ele dá é um testemunho mediatizado, inclusive pela interferência de um intérprete do quadro. Finalmente, o objetivo da obra é constituir um ‘patrimônio encantador’ (*kth'ma terpnovn*, fórmula que ecoa o ‘patrimônio para sempre’ – *kth'ma ej'' aiv* – de Tucídides), cujos efeitos se pretende que sejam curar, consolar, fazer recordar e ensina.

Aquiles Tácio pareceu exercer-se numa função dos antigos historiadores – a de testemunha – quando ao contar em primeira pessoa sua história *Leucipe e Clitofonte* (séc. II). Luciano de Samósata produzia sátiras, em particular, contra Platão e os filósofos, estóicos ou cínicos. Neste caso, transforma Diógenes e Menipo de Gadara em personagens da conhecida obra *Diálogos dos mortos*. Ambos podem-se enquadrar à categoria da metalepse, que abriga um enunciado sobre si mesmo e “qualquer discurso, primário ou secundário, real ou ficcional, que implique ou desenvolva um tipo semelhante de enunciado. Essa forma de metalepse é sem dúvida menos ostensivamente fantástica do que as demais” (GENETTE, 2004, p. 129).

Luciano teria escrito *Lúcio ou o asno*, trabalho similar às *Metamorfoses*, ou *O asno de ouro*, que circulou na órbita romana sob a rubrica de Lucius Apuleius. No livro XI dessa ficção, o autor transfere circunstâncias da própria vida ao narrador-personagem Lúcio, algumas vezes, confundido com Lúcio de Patras, instância de mesma particularidade em *Lúcio ou o asno*. Por intermédio da mentira, a narrativa “não é mais representada como um derivado dos discursos verdadeiros, mas como um outro gênero de discurso autônomo que, em sua autonomia, põe em xeque os discursos verdadeiros” (BRANDÃO, p. 55, 1999).

O ficcionista Longo produziu a história sobre irmãos que se apaixonam, um pela outra, em *Dáfnis e Cloé* ou *As pastorais* (séc. II-III) e Heliodoro de Emesa trouxe à luz *Teágenes e Caricléia* ou *As etiópicas* (séc. III). Em vista de tamanha produção, urge situar o “fictício” como um ato intencional, dando relevo a sua característica de ato, para que “nos afastemos de seu caráter, dificilmente determinável, de ser. Pois, tomado como o não real, como mentira ou embuste, o fictício serve sempre apenas como conceito antagônico a outra coisa, com o que antes se esconde do que se revela a peculiaridade do ofício” (ISER, 1983, p. 413).

Nas destacadas ficções, avultam heroínas e heróis, individuais ou aos pares. Algumas de suas marcas retornariam em obras posteriores, a exemplo do diálogo com a narração histórica. Sua ordem perigráfica teve paralelo em narrativas históricas e manuscritos diversos. O elemento periférico de uma obra, mesmo sob “apresentação mais simples, não deixa de ser também uma das espécies de representação, no sentido de que o único que importa, no nível textual, são as estratégias de enunciação que buscam estabelecer certos parâmetros capazes de orientar o entendimento e a fruição da obra” (BRANDÃO, p. 55-56, 1999).

O pacto de leitura, estabelecido pelos citados romances, implicaria na determinação de novos estatutos do narrador e da própria narrativa ficcional. O discurso filosófico, entretanto, permitia entrever “que a caça às ficções é guiada pelo esforço de que elas próprias não se convertam nos objetos daquela ‘realidade’ que representam. Assim também, no

autodesnudamento da ficção, se mostra que o texto, como um fingido, não é idêntico ao que por ele se representa” (ISER, 1983, p. 400).

Surgiu então a “hagiologia” ou “hagiológica”; com os calendários litúrgicos

e a comemoração dos mártires nos lugares de seus túmulos, a hagiografia se interessa, durante os primeiros séculos (de 150 a cerca de 350), menos pela existência e mais pela morte da testemunha. Uma segunda etapa se abre com as *Vidas*: as dos ascetas do deserto (assim como a *Vida de Santo Antonio*, por Atanásio) e, por outro lado, a dos ‘confessores’ e dos bispos: *Vidas de São Cipriano* (+ 258), de São Gregório, o Taumaturgo (+ cerca de 270), ou de São Martinho de Tours (por Sulpício Severo). Segue um grande desenvolvimento da hagiografia no qual os fundadores de Ordens e os místicos ocupam um lugar crescente (CERTEAU, 2002, p. 267).

A “imagem” ou “exemplo” se fundaria na incorporação de certas qualidades em figuras, algumas vezes, baseadas na existência duma pessoa; em outras, vindas da mitologia, das lendas, da história. As últimas situações seriam governadas pelo termo latino *Fingere*: “os substantivos *fictio* e *figura*, ancestrais de nossos ‘ficção’ e ‘figura’, derivam desse verbo, o qual designam melhor, na medida em que é possível estabelecer diferenças entre suas denotações, a ação e o produto ou efeito de dita ação” (GENETTE, 2004 p. 19).

O ramo das *Vidas* alcançava notória ampliação. Mikhail Bakhtin (1990, p. 250) destacaria os vínculos da narrativa ficcional com as espécies primordiais do espaço biográfico. Ele sublinha o papel desempenhado por “formas biográficas e autobiográficas notáveis que exerceram influência não só para o desenvolvimento da biografia e da autobiografia européias, mas também para o desenvolvimento de todo o romance europeu.”

Nos medievos, as primeiras narrativas históricas – anais e crônicas – adotaram

a escrita como veículo, assegurando, com isso, maior confiabilidade e distanciamento em relação aos sujeitos que constituem matéria de narração. História enquanto narração transforma-se em sinônimo da memória, compondo com a escrita, e seus suportes, uma aliança tão completa, que se converte em exemplo para as demais manifestações verbais. Não por outra razão, Walter Benjamin assinala que, na crônica histórica, e não no conto, está a origem do romance, dado o caráter de manifestação exclusivamente da escrita, compartilhado pelos dois gêneros (ZILBERMAN, p. 131, 2006b).

A ciência histórica e o espaço biográfico sentiriam o refluxo das práticas letradas, tanto quanto a filosofia, a poética ou a retórica. Durante o grande lapso temporal coberto pela Antigüidade tardia e pelas Idades Medievais, as línguas românicas ou “romance” puseram-se a recuperar alguns temas precedentes, reinterpretavam personagens já vistas, representariam histórias anteriores em novas imagens. Sob renovada ótica, os vernáculos moldavam uma sorte de globalidade que veio antecipando *A galáxia de Gutemberg*.

2.2 MONUMENTO: RECORDAR E VIVER

A Commedia sempre funcionou como um espelho da condição humana, individual e coletivo; por isso, foi exaltada por pessoas e épocas tão diversas. Ela é a autobiografia espiritual do Poeta e uma biografia atemporal do ser humano.

HILÁRIO FRANCO JÚNIOR
Dante: o poeta do Absoluto

2.2.1 “Mitistória”, as hagiografias e a biografia

Uma concepção do homem perfeito veio a originar-se das idéias de espiritualismo comum, e talvez jamais se tenha acentuado o quanto esse ideal romântico tem suas raízes na Antigüidade. As noções em geral associadas com ‘antigo’ e ‘cristão’ são ainda demasiadamente unilaterais...

ERICH AUERBACH

Dante: poeta do mundo secular

No século IV, a expansão do alfabeto poderia incrementar-se em virtude do *Códex* ou *Liber Quadratus*, nova forma sob a qual se produziam os textos. A escrita, contudo, se reservaria a uma utilização cada vez mais restrita, destinando-se a sacerdotes ou figuras pertencentes ao universo sacro-político. Durante as Idades Médias, a Europa vivenciava um acentuado refluxo do letramento que, na verdade, nunca havia sido constante (MARTÍNEZ DE SOUSA, 1999).

A quarta centúria descerrava o segundo momento dos estudos históricos, quando a idéia de periodização era difundida pelo cristianismo que, ao mesmo tempo, oferecia sentido à história. Eusébio de Cesaréia preocupava-se com as citações dos materiais, identificando suas fontes corretamente: “Esta utilização crítica dos documentos permitiu a Eusébio e a seus sucessores caminharem com segurança, para além da memória dos testemunhos vivos” (LE GOFF, 2003, p. 116).

O problema do (*In Dignum Memoratu*) continuava a se pronunciar; é o que indica um texto do gramático Donato sobre Virgílio, antes já focado por Suetônio. Outras referências à definição dos acontecimentos valiosos para a memória futura revelam-se abundantes em paratextos de obras históricas da Antigüidade. Assim, nos proêmios da *História Augusta*, Flávio Vopisco de Siracusa e Júlio Capitolino (séc. IV) apareceram como alguns dos responsáveis por tal narrativa, disposta por categorias biográficas.

Além de preferirem essa ordem “eidológica” em oposição à cronológica, eles adotaram o modelo de Suetônio, intercalando excertos das fontes históricas realmente consultadas com trechos de ficção. Segundo Corassin (p. 9-17, 2001), o exame dos “documentos” anexados às *Vitae*, objetivando testemunhar a glorificação dos imperadores, mostrou que esse documental era tão falso quanto os nomes de seus escritores. Capitolino e Vopisco somavam-se a quatro diferentes pseudônimos, através dos quais se disfarçava o autor do trabalho, no qual enumerava 36 biógrafos e historiadores inautênticos, entre os quais, Cordo é o mais citado: algumas vezes, com o prenome Élio; em outras, como Júnio.

A fim de narrar Vidas secundárias, o redator da *Historia Augusta* recorreu à ficção, usando artifício por ele mesmo batizado “mitistória”. Seus detalhes mentirosos e suas anedotas triviais, assim como excessos romanescos, a constarem nas Vidas escritas por Mário Máximo, incluíam os autores, um inventado; outro, real, na definição da *Mythistoria*. O termo latino equívaleu às palavras *Fabula*, *Fabella*, *Historia Fabularis*, significando uma história ficcionalizada (HENGST, 1981, p. 52-53).

Ocorre que os filhos dos imperadores, distinguidos com o título de “usurpador” ou César, proporcionavam escassas informações a respeito das correspondentes existências, devido aos curtos reinados que tiveram:

No século IV d.C., a distinção entre redigir uma História de Roma e compor biografia de imperadores romanos perdera qualquer nitidez. De certa forma, a preocupação dos historiadores sempre fora registrar para os ‘homens vindouros’ a ação dos governantes, com o objetivo de escapar ao esquecimento — o destino dos homens obscuros (CORASSIN, p. 15-16, 2001).

Nesse contexto, as invasões bárbaras proporcionaram a formação das línguas românicas, ao passo que escolas e igrejas conservavam o latim como língua culta. O espaço biográfico seria incrementado pelas consolações de Boécio e Santo Agostinho, assim como por famoso texto agostiniano: *Confissões* (397-400). Todavia, nem os santos conseguiram escapar da mitistória, pois quase nada de verdadeiro haveria nas narrativas de Hilarião, Malco, São Jerônimo e São Paulo de Tebas (CHASTAGNOL, 1994, p. XI, C-CII).

Ao se formar, o neoplatonismo invocava Platão, Pitágoras e Aristóteles; em paralelo, o cristianismo recorria sobretudo às idéias platônicas. As interpretações da palavra divina, efetuadas por Santo Agostinho (1969; 2002), assinalavam-se pelo dualismo neoplatônico e por determinado entrecruzamento das reflexões platônico-aristotélicas à visão linear da história, contida no *Primeiro Testamento*. O “doutor da Igreja” sincretizou reflexões judaicas, gregas e romanas, tornando-se o mais expressivo representante da “patrística” durante os séculos IV e V.²⁹

A compatibilização do deísmo platônico com outras doutrinas é sinalizada pela doxografia dos primeiros séculos da era cristã e por escritos que surgiram sob a rubrica de um Pseudo-Dionísio, o Areopagita (séc. VI). Por isso, Umberto Eco (1993) afirma que já se considerava o pensamento aristotélico desde os primeiros tempos medievais, a partir do agrupamento realizado pelo filósofo grego Andrônico de Rodes (séc. I a.C.) e das traduções

²⁹ A “patrística” ou “patrologia” é o período em que a filosofia cristã começou a se desenvolver, primeiramente, com os “pais” da Igreja, desde os apóstolos de Cristo, até o fim do período helênico-romano.

latinas de Boécio. Por sua vez, o termo “biografia” era cunhado pelo neoplatônico Damaskios (c. 462-538 d.C.), a quem se atribui uma narrativa intitulada *Vida de Isidoro*.³⁰

Na mesma centúria, o realismo eclesiástico da *História dos Francos*, por Gregório de Tours (c. 538-594), tentava imitar o acontecimento de forma sensível, e nunca visada pela historiografia romana. A cronologia implantada na Primeira Idade Média³¹ retomava antigas formulações da história greco-romana. As perspectivas cronológicas da história cristã provinham de noções bíblicas, quase todas, cristalizadas numa liderança religiosa individual, como Daniel, Noé, Abraão, Davi e Jesus Cristo.

Isso conduz Le Goff (2003, p. 116) à idéia de que um retorno ao antigo classicismo não seria privilégio da Renascença:

Em 776 começa o cômputo por Olimpíadas, em 754 a lista dos éforos de Esparta, em 686-685 a dos arcontes epônimos de Atenas, em 508 o cômputo consular de Roma. Em 45 a.C., César tinha instituído em Roma o calendário juliano. O cômputo eclesiástico cristão refere-se à datação da festa da Páscoa. As hesitações quanto à fixação do início da cronologia e do início do ano duraram muito tempo. As atas do Concílio de Nicéia são datadas quer com os nomes dos cônsules, quer dos anos da era dos selêucidas (312-311 a.C.). Os cristãos latinos adotaram inicialmente, em geral, a era de Diocleciano, ou dos Mártires (284); mas, no século VI, o monge romano Dinis, o Pequeno, propôs-se a adotar a era da Encarnação, fixando o início da cronologia na data do nascimento de Cristo.

A obra de São Beda (672-735) sobressai nas zonas de trânsito entre a história e o espaço biográfico. Escritos em latim, e logo traduzidos ao saxão, os cinco livros de sua *História eclesiástica dos anglos* narram episódios laicos e da vida civil, ancorando-se em documentos ou cartas de abades e bispos, com os quais manteve contato direto. Além de apresentar a fixação documentada do cristianismo na Inglaterra, enfoca certas figuras históricas, como o imperador Júlio César e São Paulino; ao final, realiza as biografias dos cinco primeiros abades de Wearmouth e Jarrow.

Durante a fase da economia natural dos medievos, a proliferação dos vernáculos e a variedade das escritas locais dificultavam maiores comunicações entre os povos latinos. Por isso, a Renascença Carolíngia do século VIII tinha em mente uma “escrita européia”, a se

³⁰ A partir desse momento, em que a **biografia** passou a existir como palavra, não mais tratarei das outras espécies que integram o espaço biográfico, a não ser quando estritamente necessário.

³¹ Arnold Hauser divide os tempos medievais em três fases: a economia natural do primeiro período; a cavalaria galante da Alta Idade Média e a cultura burguesa urbana do fim da era. Com sua divisão, parece concordar a equipe autoral de Burns, ao separar as Idades Médias em: Inicial (500-1050); Alta (1050-1300) e Tardia (1300-1500). Franco Jr. procede a esta classificação: Primeira Idade Média (séc. IV a meados do VIII); Alta Idade Média (meados do séc. VIII a fins do X); Idade Média Central (séculos XI-XIII) e Baixa Idade Média (do século XIV a meados do XVI). O autor situa a infância e adolescência medievais entre os séculos IV e X; a maturidade, do XI ao XIII e a senilidade, durante o XIV e o XVI. Ver: BURNS; LERNER; MEACHAM, 1990, p. 203-236; FRANCO JR, 2001; HAUSER, 1995, p. 123-131.

integrar pelos relatos hagiográficos que, contudo, não pertenciam à ordem do clero. Como exemplo, as “Paixões dos mártires” “não foram introduzidas na liturgia romana senão tardiamente (século VIII). O mesmo ocorre na Igreja grega onde a hagiografia, entretanto, se desenvolve muito mais rápido e, a partir do século IX, freqüentemente entre os leigos” (CERTEAU, 2002, p. 271).

Os atos escritos davam instrumentalização a duas línguas que competiam, mas por igual, operavam como meios intertradutórios. De tal maneira, puderam estabelecer uma comunidade de leitura tanto em grego quanto em latim, de forma semelhante ao que ocorre em culturas de bilingüismo. Ainda que não seja possível ignorar “as diferenças óbvias entre o espírito dos escritores gregos e o dos latinos, na prosa e na poesia continua a ser verdade que, se hoje os identificamos pelo título comum de ‘clássicos’, este uso reflete uma realidade da história da cultura” (HAVELOCK, 1996b, p. 339).

A conversão da escrita em fenômeno generalizado somente ocorreria nos anos de 1800. Entretanto, isso remonta ao período decorrido entre os séculos IX e XIII, atestando-se na difusão da obra de Santo Beda, o “Venerável”. O medievalista Paul Zumthor estudaria alguns dos mais antigos textos em vernáculo francês (8ª e 9ª centúrias), distinguindo os monumentos lingüísticos dos simples documentos: “os primeiros respondem a uma intenção de edificação, no ‘duplo significado de elevação moral e de construção de um edifício’, enquanto os segundos respondem ‘apenas às necessidades de intercomunicação corrente’” (LE GOFF, 2003, p. 535).

Nos passos de São Beda, e ao raiar do século IX, a anônima *Historia Britonum* [*História dos Bretões*] notabilizou-se por equívocos que ingressariam nos estudos históricos como verdades inquestionáveis (RIQUER, 2003). Nessa moldura, surgiu por vez primeira o general Artús, feito herói nacional dos bretões, e cuja base histórica se assenta em Victrix, comandante romano que lutou a favor da Bretanha. A história “inventada” remete ao pensamento de Iser (1983, p. 385) acerca daquilo que, num livro, “não só deve ser identificável como realidade social, mas que também pode ser de ordem sentimental e emocional. Estas realidades por certo diversas não são ficções, nem tampouco se transformam em tais pelo fato de entrarem na apresentação de textos ficcionais.”

Entre a mitistória, as lendas e a biografia, transitava o monge Einhard (c. 775-840), autor da *Vita Caroli Magni* [*Vida de Carlos Magno*]. O monumento lingüístico seria digno de memória póster, retro-alimentando as indefinições da história, da poética e da retórica, bem como sucessivas reescritas, em prosa e em poesia. Da 9ª centúria, ainda se destacam: uma

biografia anônima sobre Guilherme Marechal³² e a Vida do rei Alfredo da Inglaterra, produzida por John Asser.

Já se pronunciava uma erudição que, contudo, não pôde fazer frente à preponderância da hagiografia, termo sedimentado. De acordo com Certeau (2002, p. 167-168):

Não é mais a morte, mas a vida, que se considera fundada. Inicialmente, entre os gregos (no século X, Simeão, o Metafrasta, etc), depois no Ocidente Medieval (no século XIII, a ‘*Légende dorée*’, de Jacques de Voragine não é senão o caso mais famoso) multiplicam-se, as compilações mais recapituladoras e cíclicas indicadas por títulos antigos dos quais mudam o sentido: *Martirologio*, *Catalogus sanctorum*, *Sanctilogium*, *Legendarium*, etc. Ao longo deste desenvolvimento, distingue-se a *Vida* destinada ao ofício litúrgico (tipo mais oficial e clerical) e a *Vida* destinada ao povo (tipo mais ligado aos sermonários, aos relatos de jograis etc).

Santidades como se interpunham entre a escrita e suas próprias existências modelares, parecendo eliminar *Bios*, uma circunstancialidade terrena. Vidas de santas e santos, mas também de abades e monges, freiras e freis, estavam repletas de lições morais, normas de conduta e convocatórias à caridade, à fé, à piedade ou à virtude, que migravam de uma personagem a outra.³³ Em quase todo um milênio regulado pelo bem maior, nem seria tão relevante compreender uma vida que se desenvolvia em *continuum* quanto apreender aqueles momentos reveladores, em que o Bem alcançasse concretização.

Hagiografias e relatos similares passavam lentamente a conviver com histórias de rainhas e reis, de senhores e suseranias. Ao ritmo expansivo dos burgos, aumentava o número de biografias, exemplificadas pelas vidas de Luís VI, “O Gordo”, escrita por Saint-Denis (12^a centúria), e do soberano francês Luís IX, por Jean de Joinville (sécs. XII-XIII). Ainda revestidas de importância, as narrativas hagiográficas contemplariam a São Francisco de Assis (1181-1226) e ao frei dominicano Tomás de Aquino (1225-1274).³⁴

Com fins de veicular a cultura erudita resguardada nos mosteiros, o *Mester de Clerecia* difundiu em vernáculo espanhol as seguintes obras: *Libro de Apolonio*; *Libro de Alexandre*; *Poema de Fernán González*. O novo estilo abarcou a produção do religioso Berceo, autor dos textos hagiográficos acerca de São Milán, Santo Oria e São Domingo de Sillos. Geralmente, as Vidas santas atribuíam-se duma origem nobre, assinalando a fonte divina das ações e virtudes de seus heróis:

³² Conferir ainda a excelente obra de: DUBY, 1988.

³³ Sobre hagiografia, ver: MELO, 2005.

³⁴ Cf. BURKE, p. 83, 1997. O historiador não informa quem seriam os autores de tais hagiografias. Provavelmente, refira-se às obras do frei Tomás de Celano e de São Boaventura, no caso de São Francisco, as quais constam em: ASIS, 1991. Quanto a Tomás de Aquino, é muito provável que esteja a tratar da *Vita di Tommaso d’Aquino*, de Pietro Calo, publicada pela primeira vez em 1911. Cf. PRÜMMER, 1911-1937.

O sangue é a metáfora da graça. Daí a necessidade das genealogias. A santificação dos príncipes e o enobrecimento dos santos estão em simetria, de texto para texto: estas operações recíprocas instauram em hierarquia social uma exemplaridade religiosa e sacralizam uma ordem estabelecida (tal é o caso de São Carlos Magno ou São Napoleão). Mas, igualmente, obedecem a um esquema escatológico que inverte a ordem política para substituí-la pela celeste e transformam os pobres em reis. De fato existe circularidade: cada ordem reconduz à outra (CERTEAU, 2002, p. 273).

O feudalismo e as cidades, estruturas mais significativas da sócio-política medieval, vincularam-se às genealogias e à história urbana. Os acontecimentos avançavam na fundamentação de histórias que enfocariam os monarcas, a exemplo das *Grandes chroniques de France*. Na Península Ibérica, Alfonso X (1221-1284) mandou escrever duas obras monumentais, depois revistas e alteradas: *Estória de España* (c. 1260-1284); *Grande e general estória* (c. 1270-1284).

O assim chamado “rei sábio” juntou argumentos morais a suas composições novelescas: uma que leva por título *Calila e Dimna*, e a outra, *Sendebâr*. Por intermédio desse expediente, a repetição se apresentava como um ato de fingir, “pelo qual aparecem finalidades que não pertencem à realidade repetida. Se o fingir não pode ser deduzido da realidade repetida, nele então surge um imaginário que se relaciona com a realidade retomada pelo texto” (ISER, 1983, p. 385).

Ao correr dos anos de 1200, o testemunho pessoal voltava a ser privilegiado, graças aos novos membros das ordens dominicanas e franciscanas que, na maior parte dos sermões, utilizavam *Exempla* provindos da experiência (*Audivi*). A hagiografia era um discurso de virtudes, todavia, encerrava de forma secundária “e nem sempre, uma significação moral. Ele se aproxima mais do extraordinário e do maravilhoso, mas apenas enquanto estes são signos. Designa o exercício de ‘poderes’ ligando-se aos *dunameis* do Novo Testamento e articulando a ordem do parecer com a ordem do ser” (CERTEAU, 2002, p. 273-274).

O cristianismo acolhia reflexões de Aristóteles, unidas às de Platão, ao prisma histórico agostiniano e aos neoplatônicos. A partir desse conjunto, a teologia medieval se firmaria com Pedro Abelardo (?-1142) e Santo Tomás. O poder da escolástica oferece razões para Auerbach (1997a, p. 35) inferir que a herança dos antigos “não foi a cultura da Grécia Ática ou o espírito pragmático dos romanos, mas o nebuloso e sincretista neoplatonismo, fundido ao cristianismo e para o qual cunhamos o termo ‘espiritualismo vulgar.’”

O crescente interesse pelas obras físicas do estagirita se acompanhou de uma tendência ao naturalismo nas produções vernaculares e assim, a *Canção de Aleixo* repetiu-se na 11^a centúria, em alguns manuscritos franceses e nas *Memórias* do rei granadino Abd-Allah; mais

tarde, fazia parte da *Vida de Santo Anselmo*, atribuída ao monge Eadmer (sécs. XI-XII). Na península itálica, o mercador veneziano Marco Polo daria conta de suas andanças orientais no livro chamado *Il Milione* (1298). Biografia, ficção, história e relato de viagens aí se confundem, da mesma forma que as audiências dos séculos XI, XII e XIII não distinguiam entre a narração histórica e a épica medieval.

2.2.2 O romance histórico e *A divina comédia*

Leitor, não se espante que eu evoque tantos autores. Porque só com tais exemplos podemos indicar o que consideramos construção de mais alta qualidade.

DANTE ALIGHIERI
De como escrever em vernáculo

O decurso da Alta Idade Média (1050-1300) assistia à generalização do sistema de citações e ao crescimento das bibliotecas. Creditado aos árabes, o estudo das obras aristotélicas impulsionava futuras reorientações na filosofia do Ocidente. Conforme Óscar de La Cruz Palma (p. 21-28, 2002), a fé não-cristã também sofria intentos de ser combinada com a razão, por meio do sábio hebraico Maimônides (1135-1204) e do filósofo muçulmano Ibn Rochd, o Averroés (1126-1198).

Se a tonalidade narrativa estendeu-se por todas as temporalidades medievais, na zona latina, predominava uma concepção oratória. Esse fato deve-se ao continuado prestígio da retórica, bem como ao surgimento da “gaia-ciência”, técnica e arte de versificar segundo modelos que floresciam entre os anos de 1000 a 1200. Os vernáculos já ofereciam peças merecedoras de conservação por suas culturas, a partir dos trovadores occitanos e de suas canções, erroneamente, denominadas provençais.³⁵

O lirismo occitano resultava de poemas amorosos muçulmanos e dos hinos em latim médio, a circularem no sudoeste da França. Destinado, em geral, a glorificar os nobres, penetraria nas composições galaico-portugueses de escárnio e maldizer, nas cantigas d’amor e d’amigo, no romance cortês. Entre sátiras e *fabliaux*, as *Chansons de Geste* iam girando em torno dos seguintes heróis: Roland; Alexandre; Carlos Magno e seus 12 pares; Garin de Monglane (Guilherme de Orange, núcleo da gesta *Chanson de Guillaume*).

³⁵ A poesia dita provençal é, de fato, occitana, compreendendo a produção em “língua de oc” (*lange d’oc*), do Midi francês e da região ao sul do rio Loire. Como nação sem Estado, a Occitânia abrange não só a Provença, mas também: Aquitânia, Auvérnia, Gasconha, Guyenne, Lemosim, Poitou, o Languedoc e o Delfinado. Considerando o fator linguístico-cultural, englobaria alguns vales alpinos na Itália e o Vale de Arã na Catalunha.

Um novo gênero inaugurou-se a partir do *Romance de Alexandre*, escrito em 1130 por Albéric de Pizançon. Não haveria qualquer motivo para lhe negar o qualificativo de romance e o epíteto de histórico, no sentido moderno desses termos. “Parece, pois, haver fundamento em pensar que os primeiros romances ocidentais eram romances históricos. Entretanto, o termo não aparece quase nunca entre os historiadores da literatura medieval” (LE GOFF, p. 166, 1972).

A lenda celta de Tristão e Isolda (séc. IX) confluía aos ciclos arturianos do Santo Graal. Além de circularem oralmente, as histórias do rei bretão eram referidas em alguns manuscritos, ajudando a gerar vários subciclos ficcionais e adaptações para diversos meios. Filmes, livros infantis, peças teatrais, telenovelas, até os dias de hoje, tomam por base a Artur, Gawain, Gareth, Lancelot, Percival, Tristão, dentre outros heróis, “cavaleiros da tábua redonda”.³⁶

Assim, Geoffrey de Monmouth convocou narrativas arturianas para sua *Historia Regum Britanniae* [*História dos reis da Bretanha*]. No reino de Castela, o guerreiro Rodrigo Díaz de Vivar transformava-se no herói nacional El Cid Campeador e no protagonista do *Cantar de Mio Cid*. Esse texto anônimo, um fragmento do *Cantar de Roncesvalles*, mais uma parte do cantar das *Mocedades de Rodrigo*, foi o pouco que restou da gesta espanhola (RIQUER, 1975).

As regiões hoje compreendidas pela Catalunha e pela França transmitiam sua herança poética por meio de influentes epopéias, como a *Chanson de Roland*. Em estilo elevado e rígida estrutura, os cantares heróicos podiam separar inflexivelmente o cotidiano e o sublime, mas não deixavam de ser populares. Junto a outras canções, farsas e estórias em prosa vernacular, integravam o repertório da oralidade, contrapondo-se ao idealismo das narrativas de cavalaria.

As crônicas históricas despontaram somente por volta de 1200, mas a epopéia heróica rememorava os acontecimentos reais, demonstrando a qualidade básica das ficções, quer dizer, uma relação triádica entre o real, o fictício e o imaginário. O último desses elementos

³⁶ Mesmo imbricado às canções de gesta, o romance medieval apartou-se daquelas produções, as quais se valiam do canto e tematizavam as façanhas do herói que encarnava uma ação coletiva. O romance destinava-se à leitura e à recitação, demonstrando caráter descritivo-narrativo. Cf. ZUMTHOR, 1993. Baseado nesse medievalista, Aguiar e Silva (1974, p. 9) esclarece: “o romance medievo encontra-se profundamente ligado à historiografia - na língua francesa, durante os séculos XII e XIII, os vocábulos *roman* e *estoire* são equivalentes -, com a qual partilha de importantes caracteres estruturais. Apareceram assim, nas literaturas europeias da Idade Média, extensas composições romanescas, freqüentemente em verso, em que podemos discriminar duas grandes correntes: por um lado, o romance de cavalaria; por outro, o romance sentimental.”

vem a ser “experimentado antes de modo difuso, informe, fluido e sem um objeto de referência. Ele se manifesta em situações inesperadas e daí que de advento arbitrário, situações que ou se interrompem ou prosseguem noutras bem diversas” (ISER, 1983, p. 386).

O primeiro traço marcante da ficção residiria numa ausência de univocidade:

Por mais ignorantes que sejamos em ciências exatas, devemos saber que o objeto de uma ciência exata é tanto mais correto quanto mais unívoco for. Neste sentido, diremos que o objeto ficcional se desloca no antípoda do objeto científico (ou mesmo filosófico). Em termos menos técnicos, no ficcional, os elementos componentes são ao mesmo tempo signos — eleitos por sua materialidade, pela luminosidade ou obscuridade engendrada por sua expressão sonora — e expressão de desejo. Desejo entretanto não menos ambíguo: se, por um lado, não deixa de ser uma apetência de fato mantida pelo sujeito empírico que o inscreve. Apetência então de quem? Da possibilidade que o autor se permite atualizar sob o disfarce do fingimento (COSTA LIMA, 1987, p. 487).

Diversas lendas sedimentaram o mágico ambiente do romance cortês, que se ausentava dos papéis histórico-sociais, vistos em figuras épicas. Experiências perigosas tornavam-se a predestinação duma classe ascendente, representada por Chrétien de Troyes, mas o ciclo história-aventura-catástrofe durou aproximadamente um século, desenrolando-se entre cerca de 1140 e 1240. O cavaleiro não mais veria sentido em correr riscos; para tanto, havia leituras, e os atos de fingir provocavam “a repetição no texto da realidade vivencial, por esta repetição atribuindo uma configuração ao imaginário, pela qual a realidade repetida se transforma em signo e o imaginário, em efeito do que é assim referido” (ISER, 1983, p. 385-386).

Utilizada como um eficiente modo de reconciliar o ser humano com o mundo histórico, a aventura se transformava em refúgio. Obras evasivas, “de amor e armas”, passariam por reelaborações autorais, de que oferece testemunho a cadeia entre André le Chapelain, Guillaume de Lorris e Jean de Meung, resultando no *Roman de la Rose*. Das mencionadas transmissões, derivaram dois expoentes do lirismo biográfico da Occitânia: *Jaufre e Flamenca*.

Como não existiam limites nacionais nos terrenos cobertos pelos idiomas originários do latim, suas obras, temáticas ou personagens migravam de uma para outra região; de um tempo a outro. Histórias, autores e personagens denotam uma ampla operação de hibridizações e reescrituras. Foi assim que as línguas vernaculares, ou romance, puderam-se afirmar e oferecer a público seus bens simbólicos, primeiramente, concentrados com maior destaque nas culturas do Languedócio, entre o Mediterrâneo e o Maciço Central, os Pirineus e a fronteira italiana.

Sob as máscaras da mimese, o realismo popular dos últimos tempos medievais revelou-se devedor de São Francisco. As atitudes franciscanas, bem como as posturas de outros movimentos mendicantes, agiram sobre a poesia religiosa que, durante a 13^a centúria, propagaria descrições intensamente dramáticas do martírio de Jesus. No cristianismo, as linguagens baixa e sublime vinham juntas “desde o princípio, especialmente na encarnação e na paixão de Cristo, nas quais se tornam realidade e são unidas, tanto a *sublimitas* quanto a *humilitas*, ambas, no mais alto grau” (AUERBACH, 1971, p. 129).

A espiritualização ultrapassou a órbita eclesiástica durante a Alta Idade Média. Personagens das epopéias e dos ciclos lendários foram subsumidos pela interpretação figural, junto a outras formas, alegóricas e simbólicas. A Europa latina dispôs as figuras heróicas “como cruzados, ligou seus feitos de guerra com os caminhos da peregrinação e criou, a partir da morte de Roland em Ronceval, o paradoxo do guerreiro mártir, para o qual a morte em combate significa uma vitoriosa realização transcendente” (AUERBACH, 1997a, p. 35).

O trovadorismo aportou na corte sulina da Itália, entretanto, na península do *Cor Gentile*, as confissões cifradas do hermético *Trobor Clus* occitano conduziram o vernáculo florentino ao *Dolce Stil Nuovo* e a Dante Alighieri (1265-1321).³⁷ Se Francisco de Assis estimulara os dramas italianos, o franco trovador Arnaut Daniel contribuiu para que Dante viesse trazer mais vida à poesia: em *Fiore*, esse autor dialoga com o *Roman de la Rose*, apontando para um espaço exterior ao texto, assim como ao tempo que lhe precede.

Por outro lado, não há evidências biográficas de que o amor do poeta de Florença com Beatrice Portinari algum dia se consumara, mas a presença da musa transpôs-se à *Comédia*, cujo epíteto de “divina” lhe seria dado pelo escritor franco-italiano Giovanni Boccaccio (1313-1375). Igualmente referido n’*A divina comédia*, São Bernardo pode enviar a um ser histórico, qual seja, ao fundador da Ordem dos Templários. A retórica do poema não exclui o acontecimento real, mas a personagem histórica aí opera como uma figura da verdade, menos importante do que seu preenchimento.

Da Antigüidade real à realidade textual da *Comédia*, migrara Virgílio; da contemporânea vida do escritor, procedeu a mulher que amoldaria sua protagonista. O antigo vate, a bem-amada e o Santo Bernardo transformam-se nos condutores biograficamente qualificados do próprio autor-personagem. Todos encontram inúmeras figuras da órbita greco-

³⁷ O círculo de Guido Guinizelli (1230-c.1276) contou com Dante, Guido Cavalcanti (c. 1250-1300) e Cino da Pistóia (falecido em 1337). A poesia *nuova* italiana mostra-se mais lógica do que aquela realizada pelos poetas francos Bernard de Ventadour (c. 1125-1200) e Peire Vidal (c. 1175-c.1205).

latina ou do próximo Oriente, pelos numerosos espaços dessa, que é uma das máximas catedrais da cultura ocidental.

Entre suas bases e seus acabamentos, conciliam-se o estilo sincrético, verificado no *Cor Gentile*, com a lógica do realismo tomístico:

Embora santo Tomás seja capaz de construir o mundo católico-aristotélico num bem-acabado sistema, um edifício no qual Deus, as ‘substâncias separadas’, o homem, sua alma, e a natureza têm, cada um, lugar apropriado, ele não o povoa com indivíduos, nomeados e caracterizados separadamente. Dante, por outro lado, vive entre figuras da sua fantasia poética, cada uma das quais brotou da inspiração irracional de um momento concreto e, com a ajuda do pensamento filosófico, ele consegue definir a natureza, lugar, classe e atividade próprias de cada figura (AUERBACH 1997a, p. 98-99).

Ainda que jamais narrasse o evento sob a forma desconexa das lendas, Dante valeu-se de figuras lendárias ou de pessoas conhecidas, a exemplo de Bruneto Latini, Cavalcante e Guido Cavalcanti; Farinata degli Uberti, Filippo Argenti, Francesca da Rimini e Pier della Vigna. Eliminando a temporalidade em sua obra, o poeta se aproximava de Aristófanes, porém, as semelhanças ficam por conta de suas críticas e da estratégia consistente em chamar personalidades históricas à ação poética. O florentino erige “um outro da multidão no Outro mundo, para que interprete lá sua realidade essencial, como se ele fora tão famoso como um dos seus contemporâneos, como uma figura mítica ou, pelo menos, historicamente estabelecida” (AUERBACH, 1997b, p. 182-183).

Os retratos do ser humano, que Dante pretendeu oferecer, ajudavam a estruturar seu projeto monumental. Ele assim exemplifica um dos pressupostos das teorias da recepção e do efeito, segundo o qual, a partir do momento em que “a realidade repetida no fingir se transforma em signo, ocorre forçosamente uma transgressão de sua determinação correspondente. O ato de fingir é, portanto, uma transgressão de limites. Nisso se expressa sua aliança com o imaginário” (ISER, 1983, p. 386).

A retórica então preponderava nas universidades, enquanto Agostinho continuou a ser bem recebido, em contato com as filosofias grega, judaica e árabe. A idéia platônica do conhecimento transparece nas leituras alegóricas que São Tomás propunha, embasado nos conceitos do racionalismo e do realismo aristotélico. Buscando conciliar a filosofia clássica e a fé cristã, o teólogo excluía o sentido figurado das exegeses bíblicas:

Não está facultado à poesia, portanto, exprimir verdades essenciais, que só se encontram nas Escrituras, as únicas que contêm sentido espiritual, passível de ser desvendado pela alegoria factual. Contudo, Santo Tomás admite a possibilidade de as Escrituras apresentarem verdades que extrapolem a compreensão humana através da figura de coisas corporais, entendendo que a leitura do texto sagrado se funda,

acima de tudo, no sentido literal ou sentido histórico. [...] A teoria de Santo Tomás assenta-se na distinção entre simbolismo das palavras e simbolismo das coisas, cabendo à alegoria divina a virtude da arte autêntica. As ficções poéticas, não passando de um sentido literal, limitam-se a, no máximo, ilustrar uma verdade teológica (FONSECA, 1991, p. 22-23).

A escolástica não permitiu que os currículos universitários contemplassem a história; ocupando discreto lugar no saber, até o século XV, a ciência histórica nem seria considerada como auxiliar do direito, da moral ou da teologia. Mesmo assim, os historiadores testemunhavam a predileção do público laico pelas narrativas históricas. Obras ficcionais que continham figuras baseadas em seres históricos cresciam aceleradamente e logo se acompanhariam das narrativas biográficas italianas.

De acordo com Hilário Franco Júnior (1986, p. 18), o pensamento de “Sócrates só se entende a partir de seu caráter profundamente ateniense; também o de Dante só é compreensível por seu profundo florentinismo.” No entanto, desde os tempos do filósofo grego àqueles vividos pelo escritor italiano, nem as nações eram contornadas, nem seriam precisas quaisquer linhas que separassem a história da poesia. Daí perguntar em quanto a palavra poética se fez da mitistória e da narrativa hagiográfica, do lendário e do romance, bem como da biografia, essa antiga escrita de *Bios* ou de *Vita*.

2.2.3 Proêmio à filologia e mais realismo de rei

*Mas antes que janeiro inteiro se torne inverno
Pelos desprezados centésimos de um dia
Ressoarão tão forte estes círculos supernos...*

DANTE
A divina comédia

No estudo a que intitulou *De Vulgare Eloquentia*, Dante Alighieri considera três idiomas europeus como fundamentais. Nomeados de acordo com seus modos de dizer “sim”, os “vulgares” básicos viriam a ser as correntes línguas de *Oil*, de *Oc* e de *Si*. Concentrando-se na *Lingua di Si*, o intelectual florentino pôde “caracterizar os vários dialetos italianos, classificando-os, estudando as várias formas de métrica de versificação, como um precursor da filologia” (FRANCO JÚNIOR, 1986, p. 33-34).

Desde os anos próximos à morte de Dante até meados do século XV, as pestes e a fome grassavam pela Europa, ao mesmo tempo em que diversas monarquias enfrentavam também seus estados de crise. O povo buscava consolo nas religiões, orientadas pelas mentalidades

antigas, principalmente, da órbita greco-romana. Junto à releitura de clássicos pagãos, o dialeto florentino afirmava-se como a força motriz das produções em línguas românicas.

A temática religiosa era utilizada pelas artes plásticas e esculturais, em que os italianos alcançariam excelentes resultados. Diferenciando-se das crônicas papais e imperiais, outras produções vêm a ser realçadas por Jacob Burckhardt entre as conquistas impulsoras d'*A civilização do Renascimento na Itália*. (1951). O historiador de Basileia destaca tais espécies narrativas, que retomavam o sentido didático dos antigos latinos e haviam encontrado seu modelo no poeta de Florença.

Precedendo um fazer histórico de teor humanista, referidas escritas construam as personalidades de alguns tiranos e *condottieri* do norte italiano, distinguindo-os como um grupo ou como tipos. Ao narrar suas visitas à corte de Verona, Francesco Petrarca (1304-1374) expõe de que forma os mecenas garantiam as honras da posteridade:

o tirano e o erudito estão unidos pelo desejo de glória e de fama (*Ruhm*). Mas ambos os conceitos representam, já no contexto da vida cidadã italiana do século XIV, uma sensibilidade nova e uma renovada visão de mundo, pois diferentemente dos direitos medievais de herança, representam uma aquisição pessoal, dependem das realizações individuais (FERNANDES, p. 182, 2004).

A destacada abordagem, ao ignorar uma consciência individual nas outras Idades Médias, geraria reações de historiadores medievalistas.³⁸ No próprio estudo de Burckhardt, a conjuntura ainda não considerada como renascentista mostra que Giovanni Villani (c. 1275-1348) pensou em escrever os acontecimentos de sua pátria, visando à memória e à imitação posteriores. Após falecer, suas *Croniche* foram continuadas pelo irmão, Matteo Villani (c. 1285-1363) e pelo filho desse, Filippo (1325-1407).

Na metade da 14^a centúria, a Itália descobria e retomava os autores clássicos, dando-lhes popularidade, da mesma maneira que se voltava para o desconhecido e à tradição arcaica. Enquanto o conhecimento passou a se dividir entre clérigos e seculares, a empiria e o naturalismo³⁹ buscavam suas motivações nas “ciências exatas”. De programa curricular, visando à troca da escolástica analítica e da metafísica pela ética, pela história e pela poética, o humanismo logo passaria a designar um movimento, também uma atitude, da burguesia ascendente em face do mundo que a cercava.

³⁸ Vide: FERGUSON, 1948; GUREVICH, 1990; MORRIS, 1972.

³⁹ A descoberta da natureza pelo Renascimento “foi uma invenção do liberalismo do século XIX, que colocou o deleite renascentista na natureza em contraste com a Idade Média, a fim de desferir um golpe na filosofia romântica da história [...] em vez de reivindicar Dante e Petrarca para a Renascença, faremos melhor em investigar, como os adversários da teoria clássica fizeram, as origens medievais da idéia de renascimento, elaborando a continuidade entre a Idade Média e a Renascença” (HAUSER, 1995, p. 275, p. 283).

Valiosos à divulgação do pensamento humanista, mostravam-se os aperfeiçoados métodos para fabricar o papel que, trazido pelos muçulmanos, aportara na península itálica ao redor do século XII. A matéria-prima se alastrava aos territórios hoje ocupados por França, Países Baixos, Suíça e Alemanha. Até os anos de 1400, entretanto, a novidade não influiria significativamente nas edições, “nem talvez chegasse ao mercado em quantidade bastante para suplantar o pergaminho [...] não significa que, sem o papel, a imprensa tivesse podido registrar o desenvolvimento que teve” (FEBVRE; MARTIN, 2000, p. 15).

A obra de Petrarca surgia em meio a essas condições tecnológicas, favoráveis à vigorização da cultura italiana. Seu conjunto *De Viris Illustribus* centra-se em “grandes vultos” públicos, como Rômulo e Tito. Sua correspondência resulta em material riquíssimo para biógrafos, contendo uma gama de informações a respeito do poeta, mas também sobre aqueles com os quais se correspondia. As églogas de *Bucolicum Carmen* atenderiam ao mesmo objetivo, pois veiculam abundantes detalhes privados do escritor e de pessoas a ele chegadas, por exemplo, Cola di Rienzo (MANETTI, 1939).

Servindo para ilustrar a celebridade adquirida com méritos pessoais, Petrarca “cultivou a fama fora do mundo estritamente religioso e também fora da esfera política” (FERNANDES, p. 68, 2004). Giovanni Boccaccio reverenciou esse que foi um de seus mestres nas églogas da obra *Bucolicum Carmen*, homônima ao trabalho petrarquiano, e no tratado *De Vita et Moribus Domini Francisci Petrarchi de Florenti*. O pendor biográfico se prolongou à série *De Casibus Virogrum Illustrium*, onde desfilam seres masculinos, do Adão bíblico a nobres e cortesãos italianos; de modo idêntico, figuras femininas ou personagens ilustres, desde Eva à rainha Joana de Nápoles, preenchem *Los De Claris Mulieribus*.

Boccaccio prestava homenagens para o autor da *Divina comédia* no *Trattatello in laude di Dante*. O biografado é descrito em minudências da vida íntima, como seu nariz aquilino, sua pele morena, uma expressão melancólica e a boa memória:

Distintamente das biografias escritas por Suetônio, as vidas descritas por Plutarco eram aparentemente desconhecidas na Europa Ocidental antes do fim do século XIV. Referências aos manuscritos de pelo menos algumas de suas vidas começam a surgir em Florença especialmente a partir do início do século XV, no círculo de Leonardo Bruni e Niccolò Niccoli. Eles eram conhecidos de alguns humanistas fora de Florença (BURKE, p. 89, 1997).

No término das *Croniche Fiorentine*, escritas por seu pai, Filippo Vilani modificava o foco histórico tradicional, justapondo marcas pessoais dos biografados aos retratos externos. Suas *Vite Degli Uomini Illustri Fiorentini* começam no poeta Claudiano (séc. V) e chegam a

personalidades que lhe eram contemporâneas, como Brunetto Latini, Coluccio Salutati e Guido Cavalcante. O autor espelhou-se nas habilidades familiares, mas por igual em Boccaccio, a quem homenageia numa *Vita*, incluindo-o no mais alto patamar da erudição, junto a Dante, Petrarca e Zanobi Strada.

Em formatos antigos ou novas formas, os textos ampliavam-se para além dos clássicos. “O leitor não só é posto em presença de uma vastíssima memória coletiva, cuja matéria já não tem possibilidades de fixar, como também se vê confrontado com a exploração de novos escritos” (LEROI-GOURHAN, 1987, p. 62). Desse modo, em terras espanholas, Rodríguez de Lena relatou o confronto entre Suero de Quiñones e uma legião de cavaleiros europeus no *Libro del Paso honroso* (c. 1434).

Os costumes da cavalaria ibérica foram narrados por Gutierre Díez de Games, em sua crónica de Dom Pero Niño, intitulada *El Victorial* (c. 1436). Os espanhóis desempenhavam-se nas Vidas reais desde Pero López de Ayala (1332-1407) e Alvar García de Santamaría (1370-1460). Fernão Lopes (c. 1380-1459) parece ser o responsável pela *Crônica do condestável D. Nuno Álvares Pereira* e se destaca, junto ao cronista Gomes Eanes de Azurara (1410-1474), pelas narrativas focadas em reis portugueses.

O relevo dado às crônicas históricas e às memórias fazia-se acompanhar do interesse despertado pelos registros de episódios importantes na vida de proeminentes indivíduos. Sócrates, Sêneca e o papa Nicolau V integraram o elenco digno de ser lembrado por Giannozzo Manetti (1396-1459). Em suas Vidas filosóficas, Guarino Veronese (c. 1370-1460) dá centralidade a Platão, ao passo que Leonardo Bruni (c. 1370-1444) elege Aristóteles como protagonista.

Manetti não excluiu o triunvirato da erudição florentina de suas biografias; Dante e Petrarca são igualmente abordados por Bruni em *Historia Fiorentini Populi*, texto marcante por se desviar do providencialismo histórico. O autor contempla questões públicas envolvendo o poeta florentino, mas não deixa de lado alguns detalhes, como sua caligrafia e o lento falar. Também divide a narrativa sobre o filósofo de Estagira no que chama de duas “voltas” em torno da pista: uma, tratando da vida pública; a outra, dedicada às particularidades: “pernas finas, seus olhos pequenos, seu hábito de usar muitos anéis e assim por diante” (BURKE, p. 90, 1997).

As biografias fundamentavam-se nos exemplos greco-latinos, mas os textos poéticos encontravam apurado modelo em Petrarca, entre cujas obras, sobressai *África*, um épico sobre o conquistador Cipião Africano. Já Boccaccio empenha-se em narrar os amores de Biancifiore

com Florioes nos cinco volumes do *Filocolo*. Considerada como a primeira narrativa italiana de ficção, baseia-se na obra toscana *Il cantare di Fiorio e Biancifiore*, devedora dum poema medieval francês, que circulou em várias versões.

A prosa ficcional da Itália integrava o *Novellino*, marcando-se pela nitidez e a brevidade dos eventos narrados; moldou-se nos exemplos morais em latim (*Exempla*). Aí se deslumbrariam algumas visadas à constelação do *Como Se*, por meio do “gênero bucólico renascentista, em que a ficção pela primeira vez se autotematizou. Daí que na écloga, assim como no romance e no drama pastoris, venha indicado que o mundo pastoril representado não se confunde com o pastorismo real” (ISER, 1983, p. 401).

A *Comedia delle ninfe fiorentine* de Boccaccio foi popularizada como *Ninfale d'Ameto* (1344) ou pelo nome de seu protagonista, o pastor *Ameto*. Nele, transfigurava-se o autor, cuja amada Maria d'Acquino inspirou e ofereceu título à *Elegia di madona Fiammetta*. A figura dessa filha natural do rei Roberto dera inspiração a outros trabalhos boccaccianos e integraria o *Decamerão*, em que o próprio escritor se disfarça, sob a pele de Dioneo.

O novelista italiano adotava semelhante procedimento com uma Senhora Flora, na qual se baseou para compor a *Signora Fiordaliso* do *Decameron*. Outras pessoas figuram com seus nomes reais, a exemplo de: Giotto di Bondone, Guido Cavalcanti e Saladino; o rei siciliano Guilherme II, os malandros Bruno e Buffalmaco, assim como sua vítima, Calandrino. O subtítulo da mencionada coletânea refere-se ao príncipe Galeotto, aludindo a uma passagem da *Comédia* de Dante, na qual Paolo e Francesca tomam conhecimento da história daquela nobre personagem artúrica (DOMBROSKI, 1972).

Boccaccio não encontraria termo de comparação com a poética antecedente. Ordenando seus microcosmos artísticos, o escritor italiano fazia com que o acontecimento vivido deixasse de operar como um exemplo moral e não mais servisse

à despreziosa vontade de rir do povo, mas ao divertimento de um círculo de pessoas jovens, distintas e cultas, damas e cavaleiros que se deleitam com o jogo sensível da vida, e que possuem sensibilidade, gosto e opinião refinados; para anunciar esta intenção na sua narração, ele criou a sua moldura. O nível estilístico do *Decameron* lembra muito o gênero antigo correspondente, o antigo romance de amor, a *fabula milesiaca* (AUERBACH, 1971, p. 185).

Algumas das obras elencadas revelam-se didáticas e modelares: “Os italianos também seguiam modelos. Petrarca provavelmente se inspirou no *De Viris Illustribus* de Jerônimo e este, por sua vez, seguiu o modelo de Suetônio em suas vidas dos escritores romanos” (BURKE, p. 85, 1997). Nesse período, muitas Vidas e criações poéticas buscavam distinguir-se

da história. Se o universo representado não pretendia ser o mundo efetivo, “pois não serve para sua expressão, então pela colocação entre parênteses, resultante do fingir, se cumpre uma irrealização em que se indica a presença daquilo a que se refere” (ISER, 1983, p. 401).

Dessa forma, o diálogo que os espanhóis firmavam com a épica e a *Chanson de Geste* francesas prolongava-se através do *Poema de Alfonso XI* e do cantar sobre *Abad Juan de Montemayor*. O príncipe Johas, filho do rei pagão Morován, e o conde Lucanor, nesta ordem, eram refigurados por *El libro de los Estados* e pelo *Libro de Patronio*, obras de Dom Juan Manuel (1282-1348).⁴⁰ Até mesmo uma estória que se repetia enfrentava determinado tipo de recriação, a não ser em casos grotescos: adulterações, cópias infiéis, interpolações etc.

No que concerne às existências relatadas nas Vidas, nem reproduziam a realidade vivida, nem lhe eram fiéis. Do contrário, seriam recontadas, reelaboradas:

O problema é que essas biografias não são (ou não são inteiramente) biografias no sentido que damos ao termo. Elas não discutem o desenvolvimento da personalidade, freqüentemente ignoram a cronologia e em geral introduzem materiais aparentemente irrelevantes, dando uma impressão de ausência de forma. A vida de Dante por Boccaccio, por exemplo, foi criticada por um estudioso [Roberto Weiss] por estar ‘sobrecarregada de anedotas’. O que mais desconcerta o leitor é que esses textos estão repletos de *topoi*, anedotas sobre uma pessoa já contadas sobre outras pessoas (BURKE, p. 83, 1997).

Muitas vezes, tais rerepresentações davam-se de forma deliberada, com explicitação dos métodos utilizados para tanto, através de vários expedientes paratextuais. Isso ocorria noutras espécies de textos, e não apenas em narrativas de caráter biográfico, tornando mais claros seus mecanismos de diálogo intertextual. A intertextualidade que as biografias estabeleceram com Plutarco mostrou-se flagrante entre os séculos XIV e XV, de modo que as *Bioi* plutarqueanas, no mínimo, haviam encontrado utilizações como “estímulo para escrever daquela maneira, legitimando o interesse pela vida privada, a personalidade única e a aparência física dos indivíduos” (BURKE, p. 90, 1997).

Nas duas centúrias precedentes, as *Vitae* dos santos Anselmo, Francisco e Luís já deporiam a favor da intimidade biográfica e dum conceito de indivíduo nas Idades Médias. Arnold Hauser estaria certo, ao sugerir o prolongamento dessa temporalidade na Renascença. Tanto isso parece correto que os textos centrados no sujeito remontam ao século XII. “Exemplo disso são as cantigas de amor e amigo da lírica portuguesa medieval em que o poeta relata seu drama amoroso e sua coyhta de amor” (REMÉDIOS, 1997, p. 10).

⁴⁰ Dom Juan Manuel, assim como Lope de Vega e Raimundo Lulio, várias vezes utilizaram-se de uma obra que muito circulou na Idade Média — *Baarlaam e Josafat* — adaptação cristã da lenda de Buda, produzida em grego no século VII pelo monge Juan de Sabbas. Cf. ARIAS; HADIS, 2001, p. 129-141.

A biografia, embora raramente, pareceu visar às diferenças individuais. Em vias distintas, o texto hagiográfico alegava o fundamento de origem, que tudo justificaria “com uma ‘vocaçãõ’, com uma ‘eleiçãõ’ ou como nas vidas da Antigüidade, com um *ethos* inicial. A história é, então, a epifania progressiva deste dado, como se ela fosse também a história das relações entre o princípio gerador do texto e suas manifestações de superfície” (CERTEAU, 2002, p. 273).

Nesses casos, a prova ou a tentação desvelam-se como elemento patológico, uma indecisão convertida em ficcional. Os textos se autonarravam, centrando a vida do herói em sua perseverância frente ao pecado. Por sua vez, a épica dantesca não configura o ser humano

como um representante abstrato ou anedótico de um tipo ético, mas o homem tal como nós o conhecemos, na sua realidade histórica viva, o indivíduo concreto na sua unidade e inteireza. Depois de Dante, mitologia e lenda também se tornaram história. Mesmo ao retratarem santos, os escritores se esforçaram para chegar à verdade do retratado, sua verdade concreta, histórica, como se os santos também fizessem parte do processo histórico (AUERBACH, 1997b, p. 216).

Assentada na interpretação figural, *A divina comédia* se constituiria num grandioso monumento cristão; em seus estilos mistos, variados dramas se revelariam exemplares, destinando-se à conquista da eterna bem-aventurança. Dante permite compreender que a transposição imposta pela mimese exige o conhecimento de que se adentra numa conjugação lúdica, não por isso, isenta de regras. “Jogo particularizado, a *mimesis* distingue-se dos demais porque sua ludicidade é apenas um ponto de partida, que logo se transforma numa seriedade que lhe é reservada: a de exigir pensar-se sobre o que se joga” (COSTA LIMA, 1981, p. 230).

Ao fim dos medievos, as produções textuais de Petrarca e Boccaccio difundiam uma idéia de auto-suficiência da vida terrena, mas que ressaltava certos liames entre o ser humano e seu destino histórico. Neste sentido, sobre alguns detentores de glórias injustas, passou-se a guardar um cabível, merecido, silêncio. Entretanto, a posteridade concederia seus tributos para Dante, que havia enfrentado uma “odiosa sentença, perpétuo banimento, alienação da propriedade familiar e, se acaso conseguissem, a mácula duma gloriosíssima fama, por obra de falsas acusações” (BOCCACCIO, 1964-98, p. 426).

Paradigmática das contrariedades e ambigüidades que iam auxiliando na pavimentação dos caminhos poéticos e históricos, a *Commedia* retomava diversos mitos de gregos e troianos; dos árabes, dos judeus e dos cristãos. No atual momento desta pesquisa, o trânsito entre culturas românicas possibilita identificar seus ramos familiares. Como na obra-prima do escritor florentino, “A nau correrá justa e proba como devia/ E o bom, o verdadeiro fruto, depois da flor virá” (ALIGHIERI, 2007; ALIGHIERI, 1899, p. 978-979).”

2.3 MIMESE: LIVROS & DOCUMENTOS

A única universalidade de que se pode falar a propósito dos produtos da mimesis é de que eles não o são por alguma propriedade essencial, mas assim se tornam para as comunidades e, dentro destas, para os receptores capazes de operar uma transposição peculiar, aquela que lhes manifesta um jogo entretanto não apenas lúcido, um jogo que implica prazer e distanciamento, em que o prazer incita o distanciamento e este obriga o retorno àquele.

LUIZ COSTA LIMA
Dispersa demanda

2.3.1 Testemunha dos tempos: indivíduo nas escritas

A obra de Dante tornou realidade a essência cristã-figural do homem e a destruiu na mesma realização; a poderosa moldura rompeu-se pela supremacia dos quadros que envolvia.

ERICH AUERBACH
Mimesis

Consignada na Antigüidade, a noção da existência de um sentido nos destinos individuais fez-se mais intensa com a mimese medieval. Ao sobrelevar antigos mitos escatológicos, a doutrina cristã salientou a indestrutibilidade do indivíduo. A percepção da história e da realidade imanente, atingida pela *Divina comédia*, levou à idéia de que uma vida concreta estava intrinsecamente ligada ao destino final dos seres, conceito que os artistas tentavam conservar, junto à herança de Dante.

Num outro esforço, para fixar a memória que resistia à transmissão por meio da experiência, mostraram-se de grande valia as atividades de advogados, magistrados, funcionários, conservadores de arquivos do século XV. Primordiais à organização da história, os atos dispositivos do mundo jurídico se estenderiam aos anos de 1500. Seria esse o terceiro momento da ciência histórica, marcado por instaurar perspectivas laicas de abordagem e pelo delineamento de uma crítica documental apoiada na filologia (LE GOFF, 2003, p. 117).

O fazer histórico dos humanistas já procurava se afastar das fábulas, das lendas e dos mitos. Os historiadores profanos guardavam certa distância do viés sobrenatural e, para tanto, encontraram apoio em Lourenço Valla, inaugurador da crítica dos documentos, através da obra *De Falso Credita et Ementia Constantini Donatione Declaratio* (1440). A história estreitava seu elo com a erudição e lançava os fundamentos das ciências que lhe serviriam de auxiliar, iniciando-se numa perspectiva crítica.

A partir do prelo com tipos móveis, invento creditado ao mestre gráfico Johannes Gutenberg, o uso do papel se alastraria. Embora a imprensa só alcançasse maior público nos séculos XVIII e XIX, seu desenvolvimento contribuiu para difundir as biografias e na preservação de fontes históricas. No momento em que precisaram rever suas técnicas, os impressores conduziam o mundo da leitura a novo objeto: “a busca da correção tipográfica, o desejo de editar os textos do ‘bom manuscrito’, tudo isso estimula os estudos filológicos” (FEBVRE; MARTIN, 2000, p. 338).

Crônicas de estilo medieval, textos neolatinos e antigos eram lidos por pessoas da lei, integrantes da corte, militares, burgueses mercadores, simples artesãos. Cada vez mais, esse

público se interessaria pela história nacional e pelas histórias imaginárias, mas pouco se importava em distinguir entre o lendário e o supostamente verdadeiro. Toda essa demanda laica por obras históricas tornaria o espaço biográfico um tanto quanto suspeito para os historiadores.

Gesta Ferdinandi (1445-46), trabalho daquele mesmo Lourenço Valla, foi severamente criticado por mencionar risadas e rancos de soberanos. Estando na zona histórica, “mais dignificante” do que a biográfica, seu autor deveria eximir-se de tais detalhes. Das Vidas, exigir-se-ia um conceito mais satisfatório à gradativa busca da autenticidade documental, que poderia colocar em risco a baliza das existências prodigiosas (MADELÉNAT, 1983, p. 45).

Burckhardt exemplifica a natureza versátil do “novo indivíduo” através de Enea Silvio Piccolomini que, além de assumir o papado em 1458 como Pio II, era poeta e cosmógrafo. Em *Commentari*, o papa se confundiria em retratista e biógrafo, representando as criaturas humanas por meio dos caracteres que mais as identificavam. Os *Comentários* ainda transformam o autor-protagonista em sujeito da história: “a autobiografia se resolve em historiografia, contudo, não se anula nessa” (GUGLIELMINETTI, 1977, p. 210).

Na parte norte da Itália, os tiranos faziam-se príncipes ou requintavam seus meios de dominação, envoltos na complexidade do aparelho estatal-cidadino, com certa independência do poder pontifício. Giannantonio Campano (1429-1477) e Pier Candido Decembrio (1392-1497) elaboraram, nesta ordem, as Vidas dos *condottieri* Braccio da Montone e Niccolo Piccino. Inspirada em Suetônio, a escrita biográfica de Decembrio abarca igualmente Filippo Maria Visconti e Francesco Sforza, sucessivos governantes do ducado de Milão.

A história do rei Alfonso de Aragón, narrada por Antonio Panormita (1394-1472) e Bartolomeu Fazio (1440-1467), soma-se às precedentes para comprovar a paridade entre os príncipes e aqueles braços do mercenarismo, quando se trata da dignificação pela memória. Ao exibirem os topônimos de nascimento, ao lado dos nomes batismais, Sigismondo de Rimini e Federico de Urbino indicam o grau de liberdade gozado pelas cidades italianas. Entre demais poderosos, eles davam forma a um tipo de municipalismo em cujo seio gerava-se o mundo da cultura: “O Império da Igreja mantinha, com os poderes principescos ou republicanos locais, uma relação extremamente variada, em acordo com a multiplicidade de formas em que tais estados se apresentassem” (FERNANDES, p. 185, 2004).

Coetâneas às *Vitae* reunidas no *De Viris Illustribus* (1456) por Bartolomeu Fazio, as *Croniche* de Matteo Palmieri (1406-1475), os *Decadi* de Biondo da Forli (1392-1463) e as crônicas dos Villani demonstram em que intensidade a *urbis* centralizou tanto a organização sócio-administrativa e político-cultural da Itália quanto suas relações de poder. Organismo da *vita civile*, a cidade confundia o aparelho estatal com seus limites e funcionamento. Uma dessas cidades, Florença deu abrigo para o humanismo neoplatônico, segundo a exposição do cardeal Nicolau de Cusa (1401-1464).

As *Vite degli uomini illustri del secolo XV*, escritas por Vespasiano da Bisticci (1421-1498), entre as quais se contam as Vidas do humanista Pomponio Leto e do mecenas Cosimo de Médici, converteram-se na fonte básica para o trabalho de Burckhardt. Além das figuras do mercador e do estadista, aí constam personalidades do círculo sacro, homens e mulheres ilustres. Suas biografias funcionam como meios de acesso a eventos, hábitos e valores que permitem inferir sobre os ofícios e as ações do ser humano nesse tempo.

Por meio de tais obras, as gerações futuras podem verificar a semelhança de Leonardo Bruni com sua personagem Dante: ambos eram homens que “economizavam as palavras”. Pela mesma via, Giannozzo Manetti dotava-se de “memória maravilhosa e dormia apenas cinco horas por noite. O papa Eugênio IV gostava de ler na cama. O *connoisseur* Niccolo Niccoli gostava de usar finos tecidos vermelhos e tinha suas refeições servidas em ‘pratos lindos e antigos’” (BURKE, p. 90, 1997).

Os domínios biográficos também se demarcavam por intermédio de Bartholomeus Platina, com as *Vitae Pontificum* (1481) e de Giacomo Filippo Foresti, com o *Supplementum Chronicarum* (1483). O último escritor dedicou *De Claris Mulieribus* (1497) a Beatrice de Aragón. Esse livro deve a Boccaccio não apenas o título, mas também sua organização, destacando mulheres humanistas, a exemplo de Cassandra ou de Isotta Nogarola.

No decorrer da 15^a centúria, Philippe de Commynes relatou a história do rei francês Luís XI, ao passo que um texto anônimo enfocava Pierre Terrail, o senhor de Bayard. Os espanhóis assistiram ao incremento das *Crônicas de reinados* com Alfonso de Palencia, Andrés Bernáldez, Diego Enríquez de Castillo, Diego de Varela e Pedro de Escavias. Ao último cronista, tributa-se a autoria dos *Hechos del condestable Don Miguel Lucas de Iranzo* (c. 1475).

A biografização pela qual passou a nobreza ibérica exemplifica-se pelo trabalho de um autor desconhecido: *Crónica de Don Alvaro de Luna, condestable de Castilla, maestro de*

Santiago (1455-1460). Fernán Pérez de Guzmán, em *Generaciones y semblanzas* (1450-1455), oferece retratos de personalidades das cortes de Enrique III e Juan II: Ayala, Villena, Dom Alvaro de Luna etc. Conhecido pela narrativa de corte biográfico, Hernando del Pulgar, em *Claros varones de Castilla* (1486), focaliza os reis Juan II e Enrique IV, bem como a órbita cortesã, em que se contam, dentre outros, Dom Rodrigo Manrique e o marquês de Santillana (SÁNCHEZ ALONSO, 1947-1950).

A biografia transpunha os limites românicos, por meio de Tito Livio Frulovisi, um italiano expatriado, que se volta para o rei inglês Henrique V em *Vita et Gesta Henrici Quinti* (1438). O alastramento do humanismo ao Norte europeu também se daria por intermédio da vida de Petrarca, narrada pelo erudito holandês Rudolf Agrícola (1473-1474). Narrativas como essas se contaminaram por estratégias ficcionais e normas da retórica, tanto que *Jouvencel* (c. 1465), por Jean de Bueil (1405-1477), receberia a etiqueta de “romance biográfico” (HUIZINGA, 1952).

Após o humanismo do *Trecento*, a farsa realística dos mistérios conduziu a formas que não se mostraram suficientemente enérgicas para manterem as interpretações figurais, decorrentes da mistura estilística cristã. Uma viva representação do ser humano, quer dizer, a “imagem criatural”, ultrapassava os limites do cristianismo, ocorrendo em simultâneo com o “cavaleirismo cerimonial”. Essa convivência se alastrara pelo século XIV, embora tivesse adquirido contornos mais definidos no decorrer do século XV (CARPEAUX, 1978, p. 271-437).

Assim, Iñigo López de Mendoza — o marquês de Santillana (1398-1458) — pôs a figura de Boccaccio no contexto da derrota naval sofrida pelo rei Alfonso V, em sua *Comedieta de Ponza*. O autor realizava um encômio ao revés, na diatribe contra Dom Álvaro de Luna que constitui sua obra *Doutrinal de privados*. O nobre poeta dispôs ainda de outras figuras históricas em *Coronación de Mosén Jordi de Sant Jordi*, *Defunción de Don Enrique de Villena* e *Diálogo de Bías contra la Fortuna*.

Juan de Mena (1411-1456) valeu-se do mesmo recurso na composição de estilo trovadoresco *Coronación del Marqués de Santillana*. Em intertextualidade mantida com a *Divina comédia*, ele trouxe Dom Álvaro de Luna e Lorenzo Dávalos, entre outras personalidades históricas, para a recriação textual d’*El laberinto de Fortuna*, ou *Las trescientas*. De forma similar, na antologia intitulada *Cancionero de Stúñiga*, figuram diversos nobres que freqüentavam a vida palaciana no tempo de Alfonso V.

Em *Tirant lo Blanc*, Joanot Martorell (c. 1405/1415-1468) descreve fatos corriqueiros, festas e combates. O escritor catalão utiliza estilo que, como outros livros de cavalaria, parece dever às crônicas reais. Produto de um ressurgimento do cavaleirismo na Itália e no Flandres do século XV, o êxito alcançado por tais narrativas vincula-se a uma capacidade para retratar a degeneração da experiência democrática cidadina e a gradativa assimilação da cultura europeia aos padrões cortesões.⁴¹

As produções do cavaleiro provençal Antoine de La Sale (c.1390-c.1461) não rompiam com a linguagem do próprio estamento, revelando-se medievais. Não seriam clássicos, nem humanistas, seu romance *Hystoyre et plaisante cronique du petit Jehan de Saintré*, ou as narrativas que congregava em *Réconfort de Madame du Fresne*. As escritas medievais ainda se impunham, todavia, sob olhares diversificados, como na sátira de Luigi Pulci (1432-1484) ao ideal cavaleiresco, denominada *Morgante Maggiore* (1481).

O poeta italiano narra como Roland e o primo Renaud largam Carlos Magno ao sabor da sorte, nesse trabalho que não deixa de apresentar seu lado sério, mas cujos altos momentos residem na comicidade alegórica, encoberta pelo gigante protagonista, e direcionada ao cristianismo. Na mesma cultura, Roland protagonizou *Orlando enamorado*, poema narrativo composto em 1483 por Matteo Maria Boiardo. Os heróis Roland/Orlando reenviam ao ciclo de Carlos Magno, diluído no conjunto arturiano, na *Demanda do Santo Graal*.

Uma personagem recorrente nos contos em verso da Espanha medieval — Dom Bueso — marcava presença na antiga fração do *Cancionero de Hajar* (século XV). Sua figura provém de Ortwin, o noivo da protagonista cujo nome dera título à epopéia germânica *Kudrun*. Até meados da 15^a centúria, o romanceiro espanhol contava com exemplares procedentes da épica: Bernardo del Carpio, El Cid, Fernán González, Infantes de Lara etc (MENÉNDEZ PIDAL, 1977, p. 97-106).

Na outra metade do século, as composições tradicionais circulariam nos palácios, sob as formas: do ciclo histórico nacional; da gesta francesa; mourisca (a exemplo dos romances *Abenámar y El Rei Don Juan e Reduán*); noticiosa (tipo *Romance sobre Don Pedro, el Cruel*); novelesca (no estilo do *Romance del conde Arnaldos*). Processados por tais releituras, os textos históricos ou lendários não permaneceriam fixos em suas temporalidades pois, no abismo temporal que os separava, iam-se transformando os meios de controle do imaginário. Já era possível aceitar enredos para cuja legitimação

⁴¹ No tempo e no espaço representados, a nobreza via uma orientação didática em ficções de tal espécie e se espelhava em suas histórias. Cf. RIQUELME; COMAS, 1993, p. 572-578.

bastava que pudessem ser alegorizados conforme os níveis de interpretação medieval. No momento, contudo, em que essa cosmovisão entrou em crise e o julgamento individual assumiu o peso que já se lhe reconhece no século XV, o álbi do fictício deixa de vigorar. Noutras palavras, o risco do controle do ficcional existiu pelo menos desde que a linguagem teológica teve a necessidade de se armar em dogmas, evitando a fluência imagética da linguagem mítica. Mas esse risco só se atualizaria quando a rigidez conceitual da cosmovisão teológica já não se mostrou capaz de se conciliar com o peso concedido ao julgamento individualizado (COSTA LIMA, 1988, p. 361-362).

A sátira popular da Espanha quatrocentista foi reunida nas *Coplas del Provincial*, que não poupam os mais importantes medalhões da corte de Enrique IV. Frei Íñigo de Mendoza (1424-c.1508) teria escrito as *Coplas de Mingo Revulgo* (c. 1464), nas quais o referido soberano transfigura-se no pastor Candaulo. Jorge Manrique (c. 1440-1479) prestava tributo à memória do pai nas *Coplas por la muerte de su padre* e seu tio — Diego Gómez Manrique (c. 1412-1490) — havia procedido dessa forma honorífica nas *Coplas a Diego Arias de Ávila*.

Juan del Encina (c. 1469-1529) produziu élogos inspiradas pelo bucolismo à italiana: *Fileno; Zambardo y Cardonio; Cristino y Febea; Plácida y Victoriano*. O autor, entretanto, não abandona os traços nacionais em suas últimas obras. Se as primeiras imitações efetuadas durante a regência da escatologia cristã ligaram-se ao firme objetivo de vivificar histórias da Bíblia, Dante animou, dentro da moldura figural, todo universo histórico e toda figura humana que sua pena conseguiu atingir.

A partir das inúmeras vozes, tornadas audíveis pela voz do escritor italiano, a mimese: “não estava mais sujeita às leis aristotélicas e já não se enquadrava em qualquer dos gêneros clássicos. Nisso ela se parecia a toda a arte cristã da Idade Média, embora de modo mais consciente” (AUERBACH, 1997a, p. 117). Sucedendo ao humanismo florentino, a narrativa francesa ressaltou determinadas características sensíveis-criaturais:

Boccaccio e o primeiro humanismo não mais sentiam aquela seriedade criatural na experiência da vida; na própria França, e em toda parte, ao norte dos Alpes, todo realismo sério estava ameaçado de morte por sufocação, causada pela trepadeira da alegoria; mas a força espontânea do sensível era mais forte, e dessa forma, o realismo medieval-criatural alcançou o século XVI; conferiu ao Renascimento um forte contrapeso oposto às forças separadoras dos estilos, que brotaram da imitação humanista da Antigüidade (AUERBACH, 1971, p. 224).

Dessa maneira, torna-se necessário agora estudar as produções biográficas, assim como a convergência entre poética e retórica, sob a égide do humanismo. Acontece que, na moldura da Renascença, e no interior do espaço biográfico, antigos modelos de Vidas continuariam acenando aos narradores italianos. Tais exemplos já se mostravam transpostos

por algumas expansões, ora conectadas com as mudanças que seriam infringidas à *mimesis* de Aristóteles.

2.3.2 A Poética do Renascimento e as escritas de vida

*Como é bela a juventude
que parte tão depressa!
Quem quiser ser feliz, que seja:
Do amanhã, não há qualquer certeza*

LORENZO, IL MAGNÍFICO
Canti carnascialeschi

Cristianizada por João Filopono, a reflexão aristotélica desfrutava de grande circulação no mundo ocidental, após um dos eventos que marcou o fim das Idades Médias: a queda do Império Romano do Oriente (1453). Os árabes contribuíram significativamente para desvestir o filósofo de Estagira das maneiras de compreensão que tivera durante os medievos. Em paralelo, as histórias das *Mil e uma noites* alcançariam popularidade, muito embora os célebres contos orientais tivessem de esperar aproximadamente dois séculos para serem traduzidos a uma língua ocidental.⁴²

Junto a Horácio e ao Anônimo, Aristóteles distinguia-se por seus traços lógicos ou analíticos, integrando a codificação da poética clássica, cuja rigorosidade preceptiva não seria olvidada. Redescoberto, seu método dialético tornava-se útil por viabilizar uma noção sistêmica do conhecimento, como visto. As reflexões platônicas igualmente se tornariam mais divulgadas, mas era preciso “esperar pelos derradeiros anos do século XV e pelo início do século XVI para se multiplicarem as edições corrigidas pelos filólogos e aparecerem numerosas edições de Homero ou de Platão” (FEBVRE; MARTIN, 2000, p. 331).

Ainda que se mantivesse a antiga confluência entre poética e retórica, a primeira recobrava autonomia, sob o nome de “retórica poética”. Os estudos a ela competentes, marcados por aspectos técnico-formais e integrados à ordem filosófica dos discursos, passariam a se diferenciar daqueles que compunham a “retórica geral”. Os fundamentos retóricos de disposição, elocução e invenção deram corpo a seus objetivos pragmáticos, mais aplicados aos gêneros deliberativo e judicial.

⁴² Um ilegível manuscrito sírio do século IX traz a inscrição “livro que contém a história das mil noites”. O acréscimo de uma noite mostra a coerência na organização daquele outro manuscrito, de 1455, a ser traduzido, organizado e aumentado pelo erudito francês Antoine Galland no século XVIII. Cf. JAROUCHE, 2006

A mimese transfigurava-se na *Imitatio* renascentista a partir de 1498, quando a *Poética* de Aristóteles era preparada para edição e, após um lustro, saíria em versão latina. Com o renovado interesse pelo texto aristotélico, vários tratados e traduções ressaltaram uma normatividade, de cujo rigor, nem o original se revestia. A lógica do estagirita se aparelhava para servir ao primado científico-racional, ao mesmo tempo em que as práticas históricas e poéticas ampliavam-se, coincidindo, pois, com a trajetória inicial da Modernidade.

A terminologia ao redor da palavra *Hodiernus*, bem como as discussões nas quais se envolveu, não encerrariam tanta novidade assim. O neologismo *Modernus* datava do século VI, a tomada de consciência quanto ao “modernismo” vinha da Renascença Carolíngia e, por fim, os conflitos dos antigos com os modernos procediam do século XII. No limiar dos anos de 1500, surgiriam em clima cultural idêntico, e diretamente conectados, vários movimentos a reivindicarem abertamente os tempos modernos: “o Renascimento perturba a emergência periódica do ‘moderno’ como oposto ao ‘antigo’, ao restituir a cultura greco-romana pagã da Antigüidade. Mas também estabelece uma periodização fundamental entre época antiga e época moderna” (LE GOFF, 2003, p. 182).

Ernest Cassirer (2001) ressalta que a modernidade inicial deu a conhecer uma nova idéia de indivíduo, assinalada pelo tensionamento moral entre a fundamentação de sua vontade e o seu conhecimento. Quer dizer, entre um total “voltar-se para” o mundo e uma total separação desse universo, do qual o sujeito não mais viria a ser uma simples partícula integrante. Mantida a dualidade espírito/natureza, o ser humano se via como excêntrico ao mundo natural e era conduzido outra vez a ele; a subjetividade ligaria o conhecimento e seu agente à esfera produtiva, do Todo, formando também uma noção de objeto do saber.

Como importante descoberta moderna, junto à imprensa, encontra-se o Novo Mundo. Pouco antes das grandes navegações, os reis católicos unificaram politicamente o reino espanhol e reconquistaram Granada. Caía por terra o reduto dos mouros, aí estabelecidos desde 711 d. C. Expulsos os judeus, ia por água abaixo a tolerância religiosa, característica da Península Ibérica que, dessa forma, qual se desincumbia dos laços anteriores, e produtivos, com a cultura oriental.

A cargo da empresa marítima espanhola, Cristóvão Colombo pisava o estranho continente, mas o nome da terra nova honraria o navegador florentino Américo Vespúcio, cuja carta *Mundus Novus* ganhava crédito, embora plena de falsificações. As Américas incutiam, na cultura renascentista italiana, os elementos culturais que a fariam mais espessa. O imaginário se apresentava altamente determinado, de forma negativa, pois “o fictício, como transgressão de

limites, não é substituível pelo real a que se refere, porquanto garante ao imaginário sua significação e, mais ainda, a condição de sua experimentabilidade, não só pela determinação de sua configuração, quanto por sua referência a algo real” (ISER, 1983, p. 411).

Na realidade, desde os anos finais do *Quattrocento* à terça parte do *Cinquecento*, a península itálica vivia turbulenta fase política, em vínculo direto com determinado enfraquecimento de seu poderio econômico. Ao norte, o continente europeu presenciaria diversas inovações, resultantes do acúmulo mercantil proporcionado pelas novas colônias. Em simultâneo, irradiava-se o humanismo neoplatônico, abrangendo a visão heliocêntrica de Nicolau Copérnico (1473-1543).

Entre tais humanistas, Marsílio Ficino (1433-1499) traduziu Platão ao latim, salientando as charneiras entre religião e filosofia, bem como se empenhou em revalorizar a escolástica, afirmando as características moventes da natureza humana. De acordo com Ficino, o ser humano era dotado de extrema liberdade para proceder a suas escolhas. Poderia exercer seu livre arbítrio para degenerar no mundo das coisas inferiores ou regenerar na ordem divina, superior. (HANSEN, 1986, p. 67).

Giovanni Pico della Mirandola (1463-1494) reagiu a determinados excessos do humanismo. O pensador estudou a *Cabala* e o *Talmud*, harmonizar a filosofia platônica com a aristotélica, o cristianismo e a mística judaica. Seu sobrinho, Giovanni Francesco, além de carregar o mesmo nome, como ele, desempenhou-se nos estudos filosóficos, e produziria um relato sobre o tio: *Ioannis Pici Mirandulae Vita* (1496). Em meio a novidades tão impressionantes, como a Bíblia impressa e o continente americano, Pico se libertava dos traços sincréticos que vieram assinalando seu pensamento.

Ele combate a astrologia no *Discurso sobre a dignidade do homem* (1496), em que recupera o espaço do médico árabe Averróis e dos sábios hebraicos, deslocando a centralidade da tradição greco-romana. As esperanças que depositava no intelecto e na racionalidade incentivaram as reflexões de Erasmo Desidério (c. 1467-1536). Associado com as idéias de João Calvino (1509-1564) e Martin Lutero (1483-1546), Erasmo dava corpo à cultura renascentista da Europa setentrional, a realçar o sentimento religioso e a “verdade da fé”.

Em coetâneo aos passos iniciais do absolutismo monárquico, consolidava-se a reforma protestante. Seu ideário atentou às possibilidades humanistas de veicular as expressões contrárias ao dogmatismo da igreja católica e de educar os seres humanos, mirando ao

caminho da salvação. No reino espanhol, o “Erasmismo” destacava-se com Juan Luís Vives (1492-1540).

Os humanistas italianos haviam inaugurado uma ciência histórica profana, sem fábulas nem intervenções sobrenaturais, que se estenderia de Leonardo Bruni (1404) aos historiadores franceses Etienne Pasquier, François Hotman, Claude Fouchet, Lancelot-Voisin de La Popelinière, Louis Le Roy e Nicolas Vigner. Própria ao humanismo, a erudição seria retomada na segunda metade do século XVI. O hábito daquelas coleções, reunidas na Itália e depois na França, difundia-se graças ao financiamento dos mecenas.

Herança involuntária dos antigos, o documento se apresentava especialmente como testemunho escrito. Mediando a propriedade, os registros da vida civil e a presença da autoridade, seu caráter objetivo parecia opor-se à marca intencional do monumento, conforme verificada n’*O livro do cortesão* (1516) de Baldesar Castiglione. Nesse tempo, reafirmava-se freqüentemente a distinção feita por Plutarco entre as ordens do biográfico e do histórico.

Entre os cronistas do rei espanhol Carlos V, destacaram-se Antonio de Guevara e Pero Mexia, o primeiro, com seu *Libro Aureo de Marco Aurélio* (1528). Os cronistas portugueses Damião de Gois e Rui de Pina deram tons lendários a suas narrações concentradas nos reis lusitanos. Os autores tentavam “disfarçar sua natureza de produto do imaginário. O fictício procura se vender como sendo o que não é: como estória sucedida, respeitosa do cotidiano, submetida ao critério da verdade” (COSTA LIMA, 1987, p. 488).

Tendendo ao fictício ou mirando à história, a biografia dava sintomas de alargamento numa obra com foco em São Jerônimo (1516), redigida por Erasmo de Roterdã. Esse pensador serviria de modelo ao texto de Beatus Rhenanus (1540) que, da mesma forma, protagonizaria uma narrativa biográfica. Também o “reformador Melanchton e o humanista Lipsius, todos tiveram seus biógrafos, para não falar nos santos, como Vicente Ferrer e Inácio de Loyola, cujas vidas foram escritas no novo estilo humanista por Ransano e Ribadeneira” (BURKE, p. 85, 1997).

Narrativas dessa espécie proliferavam na Itália, onde crescia o interesse pelas histórias com fundamento em soldados e sultões, de Paolo Giovio (1483-1552). Na mesma contextura, Giovanni Corsi retratou Marsílio Ficino (1505) e, na esteira da obra boccacciana, mulheres humanistas, como Isabella d’Este e Margarida de Navarra, viam-se contempladas por narrações de Giuseppe Betussi (c. 1512-1573). Vários casos biográficos transitaram do fictício ao ficcional, impondo relações dialéticas entre o imaginário e o vivido:

A compreensão de cada um dos dados (*Gegebenen*) já é uma transgressão, e o escalonamento dos diversos atos de fingir se manifesta como um processo de tradução gradual, no qual o dado correspondente — pertença ele ao contexto, à organização dos campos semânticos ou ao que se põe entre parênteses — é sempre algo transgredido. Se os atos de fingir encontram seu traço comum na transgressão, é então face a este que se mostra a atualidade das diversas particularidades (*Besonderheiten*), pois estas se realizam como operações complementares, que permitem o processo de reformulação do mundo, que não encontra seu idêntico no mundo, deixando aberta tanto a experiência, quanto, por fim, a compreensão (ISER, 1983, p. 411).

Na *Scritta di Vita* intitulada *Lorenzo Vecchio de Medici, il Magnífico*, Niccolo Valori (1464-1530) relata casos sobre o príncipe florentino, como as previsões de sua morte, que lembram Suetônio em *Vidas dos Césares*. Lorenzo faria parte da *Istorie Fiorentine*, de Nicolau Maquiavel, em que sobressai como adepto de “jogos infantis”, a mesma predileção de Augusto e Agesilau, conforme antes destacados por Suetônio e Plutarco. Já Maquiavel responsabilizou-se pela *Vita di Castruccio Castracani da Lucca* (1520), na qual retrata o chefe dos Guibelinos que tomaram Florença no século XIV, atribuindo-lhe frases ditas por Diógenes de Laércio, acerca do filósofo Aristipo de Cirene.

Ainda nos passos dos antigos biógrafos, Giovio imitava Plutarco e Cornelius Nepos. Traduzidas para os idiomas românicos, as *Vidas* gregas e romanas, bem como suas correntes imitações, sinalizavam a uma história que batia em retirada dos domínios da crônica. Neste sentido, o fictício qualificava-se como um veículo de movência entre universos reais e imaginários, “com a finalidade de provocar sua mútua complementaridade. Enquanto forma de passagem, o fictício seria um fato, porquanto por ele se realizam contínuos processos de troca, ainda que em si mesmo seja um nada, pois existe apenas por estes processos de comutação” (ISER, 1983, p. 411).

As narrativas biográficas e históricas inseriam-se na área da política e na identificação dum destino comum, a ser partilhado pela humanidade. Em tal espectro, de 1482 a 1579, apareceram epítomes dos manuscritos de Plutarco em grego, a partir dos quais, o autor seria vertido ao latim e traduzido aos vernáculos das maiores comunidades lingüísticas européias. Na Antigüidade, as *Bioi* e as *Vitae* haviam contemplado, de preferência, aos filósofos e governantes, mas concediam lugares a poetas e a generais e agora, sendo que agora o foco nos escritores e artistas era visivelmente ampliado.

As escritas de vida se abriam para outras personagens: mulheres, cavaleiros, *condottieri* ou mercadores; pessoas de distintas esferas cortesã e religiosa. Além de Giovio ter-se voltado a sultões árabes, Petrus Perondinus enfocaria o conquistador mongol Tamerlão,

em *Vita Tamerlanis* (1553). As biografias renascentistas também contariam com *Átila*, do historiador húngaro Miklós Oláh (1537) e *De Divi Mathiae Regis Laudibus Rebusque Gestis Dialogus* (1563).

No último texto, editado postumamente, Galeotto Marzio da Narni (1422-1492) biografara Matias Corvino, rei da Hungria. Por fim, Maomé reviveria no trabalho do filólogo austríaco Johann Widmanstetter (1543). Junto à profusão biográfica, as bibliografias sistemáticas iriam se apresentar sob forma narrativa e seguindo a ordenamentos cronológicos:

Bibliotheca Universalis (1545-1555), de Conradus Gesner, talvez seja o primeiro exemplo. O interesse enciclopédico prevalece, embora mais restrito, no *Dictionnarium Historicum, Geographicum et Poeticum* (1553), de Carolus Stephanus. Os polígrafos chegam a compor dicionários biobibliográficos de autores de determinadas nações (CARPEAUX, 1978, p. 17).

Escritores clássicos, gregos ou latinos, davam fundamento às narrações de vida; seu modelo descritivo mantinha traços miméticos, desejando atender à compreensão aristotélica. No entanto, a *Ars Poetica* de Aristóteles era comentada, interpolada e reinterpretada diversas vezes desde 1527, quando Girolamo Vida publicou *De Arte Poetica*. Seu original enfrentaria inclusive recriações, como a de Ludovico Castelvetro: *Poetica d'Aristotile vulgarizzata e sposta* (1570).

Fixando-se como disciplina normativa, a poética dominaria até o Século das Luzes. Em suas modernidades mal definidas, e pessimamente distribuídas, as culturas ocidentais apresentavam estilos tão díspares quanto o gótico medieval e distintas faces dum controvertido Renascimento, às quais se sobreporiam expressões maneiristas da maior importância. A consciência da fugacidade terrena dava lugar a muitas encruzilhadas de sentido, em face do incerto amanhã.

2.3.3 Preâmbulo de ouro: novas vidas, imagens, novelas

Mas como puderam os escritores do Renascimento ignorar a individualidade dessa maneira? O problema se assemelha ao uso da mesma matriz de madeira para imprimir retratos de indivíduos diferentes em livros impressos nos séculos XV e XVI.

PETER BURKE
A invenção da biografia e
o individualismo renascentista

Na extensão do século XVI, a remodelagem dos protagonistas narrativos alcançaria, com êxito similar, a biografia e o cosmos ficcional. Giovio, assim, dedicou-se ao papa Leão X

(1548) e Giovanni Battista Pigna dirigiu o foco de uma *Vita* ao poeta Ludovico Ariosto (1554). O arquiteto Filippo Brunelleschi veio integrar um elenco de artistas cujas vidas fundamentaram os trabalhos de lições moralizantes, desenvolvidos pelo pintor Giorgio Vasari (1511-1574).

Também arquiteto, esse artista narra histórias envolvendo Piero della Francesca, como se fossem reais, mas que parafraseiam anedotas sobre:

antigos pintores gregos contadas por Plínio em sua *História natural*. A história sobre como o cardeal Granville ditava simultaneamente para diversos secretários é o eco de uma anedota que tanto Plínio quanto Plutarco escreveram sobre Júlio César. Os historiadores se acostumaram ao fato de escritores medievais usarem *topoi* dessa natureza, tal como acontece no famoso caso da vida de Carlos Magno por Einhard, que adorna o biografado com as características heróicas de vários imperadores romanos, inclusive tomando de empréstimo expressões como *corpore fuit amplo ataque robusto* (BURKE, p. 83, 1997).

O pintor-biógrafo proporcionou a única nota sobre Oderisi da Gubbio, iluminador que, transformado em personagem, representa a futilidade da glória na *Divina comédia*. Muitas vezes, o autor dessa obra *sui generis* converte-se em fonte exclusiva sobre as pessoas aí mencionadas, e das quais existem apenas pinturas. Quando discorre sobre opositores de César, a exemplo do general Catão, “Dante menospreza inteiramente as relações desses homens uns com os outros, interpreta cada figura individualmente, e lhe atribui o lugar que lhe cabe com vistas à finalidade do mundo” (AUERBACH, 1997a, p. 122).

Vasari adaptou formas que antes utilizara o antigo filósofo Diógenes Laércio, em suas biodoxografias, e como aquele, Ascanio Condivi assinava uma narrativa sobre *Miguel Ângelo Buonarroti* (1553). Ao melhorarem suas posições na sociedade, os artífices, cortesãos e cavaleiros ganhavam novo status nas escritas de vida, tomando lugar às figuras de mercadores e de humanistas. Expandiam-se as representações biográficas, em meio a textos centrados na matriarca ítalo-francesa Catarina de Médici; nos humanistas franceses Guillaume Budé e Petrus Ramus; no artista belga Lambert Lombard.

As façanhas dos imperadores de Roma ofereceram matéria-prima à *Historia imperial y cesárea*, do cronista espanhol Pero Mexia. O compositor flamenco Josquin Desprez integrava um relato do humanista suíço Henricus Glareanus (1488-1563), quando também avultavam *La vie de Pierre Ronsard* por Claude Binet (1586) e a *Vida de Calvino*, pelo teólogo protestante Theodore Beza (SCHAFF, 1979, p. 811-827). Os modelos de Plutarco e Suetônio desfrutavam de contínuo movimento receptivo e inspiraram os “Grandes capitães”, do soldado francês Pierre de Brantôme (1540-1614).

Desde o final do século XV, as biografias dos escritores eram publicadas como preâmbulos de seus livros. Edições dos antigos poetas Estácio, Plauto, Claudiano e Horácio precediam-se das narrações de suas vidas, realizadas pelo humanista florentino Pietro Crinito, e que antes haviam integrado uma coleção (1508). Por meio idêntico, as narrativas biográficas de São Jerônimo e Erasmo valeram como prefácios e as *Ouevres*, ou *Opere*, de Calvino, recebiam o acréscimo da versão francesa de sua Vida ou da tradução desse texto ao latim.

No mesmo rumo, a *Vita di Boccaccio*, por Francesco Sansovino, resultaria de encomenda para o *Decameron* a ser editado em 1546. A narrativa sobre o poeta Ariosto, de Giovanni Pigna, seria incluída junto ao *Orlando furioso*, a partir do ano 1556. Assim também, desde 1583, o construto biográfico de Bernardino Marliani —*Baldessar Castiglione*— passaria a fazer parte de um conhecido texto do escritor biografado: *O cortesão*.

Presente nas Vidas de artistas, certa hibridez do retrato com a biografia teve por modelo *Imagines*, de Varrão. Segundo Peter Burke (p. 87, 1991), tornava-se uma prática bastante trivial que os textos dramáticos e poéticos trouxessem as imagens de seus autores. Elas eram dispostas, “geralmente, por frontispício, como nos casos de Ariosto (1532), Erasmo (1533), Petrarca (1536), Ronsard (1552), Vasari (1568) e Shakespeare (1623).”

O bardo inglês e o ficcionista castelhano Miguel de Cervantes Saavedra (1547-1616) situam-se na arte “maneirista”, que vingou a partir da década de 1520. Seus adeptos buscavam maior expressão à subjetividade, no bojo de renovado interesse pelas vidas heróicas e por uma cavalaria nem tão forte quanto a medieval. O maneirismo vincula-se à realidade política da Europa, conforme as descrições de Maquiavel n’*O Príncipe* (1532) e do cronista espanhol Luis de Avila y Zuñiga, em *Comentário de la guerra de Alemania por Carlos V* (1548).

As novelas de cavalaria experimentavam grande sucesso junto a espanhóis e franceses, enquanto as ficções narrativas da França e da Itália seguiam fornecendo seus protótipos às demais regiões européias. Ainda vigoravam reescritas poéticas, tais como *Orlando furioso* (1516), texto no qual Ludovico Ariosto (1474-1533) valia-se de obra homônima, do já referido Matteo Boiardo. O assinalamento do intertexto aqui opera no sentido de revelar o discurso entre ficções e, assim, “mostra a preocupação de impedir que uma ficção, que não se evidencia por si mesma, se qualifique como realidade” (ISER, 1983, p. 399).

Apresentando os discursos ficcionais de maneira explícita ou implícita, os domínios da poética estendiam sua magnitude à Espanha quinhentista. Com motivos de sobra para qualificarem o período como *Siglo de Oro*, seus artistas tomavam a linha dianteira no mapa

cultural do Ocidente. Mesmo ao tentarem se explicar, a princípio, para fugirem a seu estatuto ficcional, as obras literárias espanholas davam-se a conhecer sob uma aparência de realidade, da qual se valiam para que operassem como transcendentais ao real.

Entre os fios que teceram o extenso “Século de Ouro”, *Los quatro libros de Amadís de Gaula* centram-se numa única personagem, à moda das escritas de vida. O anônimo texto português circulava desde o século XIV, mas uma versão definitiva dessas novelas seria fixada em 1508 pelo escritor castelhano Rodríguez de Montalvo. A consistir no primeiro ciclo espanhol de cavalaria, originou as séries dos Amadís, imortalizados por Feliciano da Silva.

O protagonista de *Don Palmerín de Oliva* (1511) seria reproduzido à exaustão, como em *Don Palmerín da Inglaterra* (1547) e nos inúmeros cavaleiros, andantes ou não, cujas aventuras correriam mundo.⁴³ Muitas vezes, os autores de tantos Palmerines não explicitavam suas fundamentações, mascarando o ato de fingir, traço básico a uma obra ficcional. Seguindo as formulações de Iser (1983, p. 398), “a renúncia ao desnudamento não resulta necessariamente de uma intenção de fraude; ele não se realiza porque do contrário seria afetado o valor da explicação ou da fundamentação.”

Devedor dos elementos cavaleirescos e de temas trágicos ou burlescos à poética italiana, o subgênero da novela sentimental viu-se representado na Península Ibérica por Diego San Pedro. Em sua obra *Cárcel de amor* (1492), o protagonista Leriano, encarcerado, sofre de amores pela princesa Laureola. Essa mistura do biográfico e do ficcional serviria como importante fundamento dialógico para um texto atribuído a Fernando Rojas, original à época, por misturar aspectos do drama e da ficção narrativa: *La Celestina* (1499).

Subtitulada como “tragicomedia de Calisto y Melibea”, o título da *Celestina* destaca o nome da alcoviteira que intercede para a união do casal de personagens que lhe intitula, recorrendo em especial ao intertexto com Petrarca. Sua vasta intertextualidade é fixada, entre demais nomes, com a *Commedia Poliscena* de Bruni; *Historia Duobus Amantibus*, do cardeal Piccolomini; *Elegia di madonna Fiammeta*, de Boccaccio. A remissão às novelas de cavalaria ocorre no plano simbólico do rapaz que, por acaso, encontra uma bela moça.⁴⁴

A história toma rumos distintos, quando centrada na referência à burguesia urbana espanhola, e matizada por uma finalidade moralizante, no sentido de reprimir as seduções

⁴³ Necessário inferir que o século XIV já registrava os antecedentes da cavalaria espanhola, em notório diálogo com a poética francesa: a *Gran conquista de Ultramar* e o *Libro del Caballero Cifar*.

⁴⁴ A obra apresentou, fundamentalmente, duas versões: a *Comédia* (1499, 16 atos) e a *Tragicomédia* (1502, 21 atos). Celestina teria inspirado a ama da peça *Romeu e Julieta*, de Shakespeare. Cf. LIDA DE MALKIEL, 1970.

materiais. A paródia ao amor cortês dirigia-se às personagens das classes altas, enquanto a cobiça devia atingir outros estratos sociais. Os motivos da avareza, do egoísmo e do individualismo somam-se aos temas do amor proibido, da corrupção e das lutas entre opostos, representadas especialmente pelas contendas entre cristãos novos e judeus conversos.

Todas essas temáticas não equivalem ao fictício apresentado pela híbrida tragicomédia *La Celestina*. Tampouco as mudanças nas relações sociais e os múltiplos espaços de sua cidade arquetípica:

quanto menos o sentido é este fundo, tanto menos o fictício é capaz de sê-lo. Se o sentido é a operação semântica que se realiza entre o texto, como configuração fictícia de um imaginário, e seu receptor, então o fictício, como ato negador do imaginário, é apenas a condição para a reformulação das realidades postas e daí transgredidas no texto. Como, no entanto, o imaginário no texto literário se concretiza e se torna eficaz apenas através do fictício, ele precisa introduzir-se na língua (ISER, 1983, p. 412).

A relação fictício-imaginário-real teria continuidade com o subgênero picaresco que, na Espanha, fez jus à palavra feminina da qual seu idioma se vale para também denominá-lo. A picaresca espanhola inaugurou-se com *La lozana andaluza* (1528), de Francisco Delicado. A novela pícaro teve sua paradigmática representante numa obra de autoria desconhecida, mas cujos título e conteúdo utilizaram a simulação auto(biográfica) que se tornaria característica desse tipo narrativo: *La vida de Lazarillo de Tormes y de sus fortunas y adversidades* (1554).

A novelística sentimental ainda se fazia representar por Juan de Flores, com a *Historia de Grisel y Mirabella* e o *Breve tratado de Grimalte y Gradisa*, ambos os livros, publicados ao redor de 1519. Sem autoria conhecida, *La Cuestión de amor* (1513) enfoca Flamiano de Valência, o qual não se vê correspondido em sua paixão pela jovem Belisena. O protagonista depois morre na guerra contra a monarquia francesa, quando então serve ao rei Carlos I.

Demais povos igualmente contavam com seus “livros de ouro”, a exemplo dos franceses. Assim, o pensamento do humanista italiano Pico della Mirandola, com influxo similar ao que desempenhava sobre Erasmo de Roterdã, veio ao encontro de François Rabelais (c. 1483-1553). Esse atentou à potencialidade do ser humano em transformar-se constantemente; suas narrativas davam novo sentido a perspectivas carnavalescas ou pitorescas que lhe antecederam, revelando a face grotesca do Renascimento (BAKHTIN, 1999).

Os gigantes rabelaiseanos Gargantua e Pantagrue viveriam no país imaginário cujo nome proveio da *Utopia* imaginada por Thomas More em 1516. Aqueles protagonistas atacavam o individualismo da Modernidade; sem nomearem qualquer pessoa, suas zombarias eram voltadas contra os acadêmicos da Sorbonne, os burgueses, cavaleiros e monges.

Rabelais tematizou as descobertas, enquanto More dispusera, no centro de sua obra, o lusitano Rafael Hythlodæmus, sobrenome que se traduz como “narrador de histórias fantásticas”.

O autor tinha bebido nas fontes da oralidade para compor *Pantagruel* (1532). Além disso, recorreu ao antigo poeta Luciano, a sermões da Idade Média Tardia, a uma edição de contos populares e a notícias referentes às terras novas, de maneira que uma de suas personagens chama-se Pietre Álvares, enviando ao capitão-mor da armada portuguesa que navegou para o Brasil. A história escrita antes, mas publicada depois – *Gargantua* (1534) – já se afastou das tradições orais; resultava numa linguagem mais permeável ao academicismo.

Vivendo no quadro artístico do ocaso medieval, Rabelais procurava um caminho oposto à moldura cosmológica e religiosa de sua época. Não quer dizer que tivesse um enquadramento anticristão, mesmo ao expressar a vitória da natureza e a dinâmica da corporalidade. Isso vem fortalecer a provocação de Arnold Hauser e dos medievalistas ao estudo das inter-relações medievo-renascentistas, possibilitando questionar o freqüente argumento sobre a “origem” do indivíduo na moderna Renascença.

As criaturas rabelaiseanas gozaram de maior liberdade em seus desejos, instintos e reflexões do que aquelas imaginadas nos períodos antecedentes. Não constitui um caso de simples resolução, todavia, que se distingam como mais individuais em virtude dessas prerrogativas. O caráter unitário do cosmos imaginado pelo cristianismo, e a conservação figural do mundano “na sentença divina, conduziam para uma permanência muito forte e indestrutível do pessoal, o que pode ser demonstrado com maior nitidez em Dante, mas também aparece em outros casos; é justamente isto que agora está em perigo” (AUERBACH, 1971, p. 238).

A cultura popular e o humor, revelados pelo escritor francês, uniam-se a uma concepção do ser humano

libertada dos conceitos emoldurantes cristão e estamentais da Idade Média. Mas nem por isso ele cabe na moldura dos conceitos antigos; a Antigüidade significa para ele libertação e ampliação do horizonte, mas nunca uma nova limitação ou compromisso; nada está mais longe dele do que a antiga divisão dos gêneros estilísticos, que levou na Itália, já no seu tempo e logo mais, na França, ao purismo e ao ‘classicismo’. Para ele, não há medida estética; tudo casa com tudo (AUERBACH, 1971, p. 238-239).

Ocorre que a noção de haver um afastamento entre o cenário da mimese e as representações encenadas fazia com que os objetos se tornassem dignos de serem conhecidos ou questionados. Esse vinco, ao mesmo tempo em que “impossibilita a atuação prática sobre o mundo, admite pensar-se sobre ele, experimentar-se a si próprio nele. Mas, se só a distância

quanto às representações caracterizasse a *mimesis*, ela se confundiria com o esforço de interpretá-lo analiticamente” (COSTA LIMA, 1981, p. 231).

Enquanto a narrativa ficcional se incrementava, o fictício se constituía sob a forma de um ato negador do imaginário que, ao mesmo tempo, não impedia seu desvelamento na materialidade textual das obras de ficção. Daí que seja necessário examinar com maior cuidado tais conceitos, a fim de distinguir a presença do imaginário na poética latina. Neste trabalho, a idéia de hegemonia nem aguarda exemplos e vai convocando a imagem duma única matriz impressora, no duro esforço para reproduzir as mais diversas xilogravuras.

2.3.4 Mirem-se no exemplo: fictício-imaginário-ficcional

*Eu sou como o centro de um círculo
— ao qual igualmente se referem —
todas as partes da circunferência...*

DANTE
Vida nova

Desde o início da Modernidade, os reinos de Espanha e Inglaterra viviam tempos áureos. Se nem tudo que reluz é ouro, suas criações imaginativas eram submetidas à tutela religiosa, em meio a um processo que se tornava cada vez mais agudo. Chegando até a ser tolerado, caso se harmonizasse aos mecanismos por intermédio dos quais sofria o exercício de severas regulações, o campo ficcional passaria a enfrentar maiores controles, nessa submissão ao império da verdade.

Nas culturas românicas, o domínio religioso sobre a ficção se prolongaria às adjacências da era iluminista, as narrativas balançando entre os modos fictício e ficcional. Na primeira de tais modalidades, o discurso sujeita-se ao domínio da verossimilhança para se subordinar à verdade. O segundo modo caracteriza-se como “uma forma discursiva que, pela ambigüidade de seu objeto e por sua insubmissão ao princípio da verdade empírica, se opõe ao princípio de atuação do fictício” (COSTA LIMA, 1988, p. 362-363).

Inserida nos tempos modernos, a reforma católica tomava corpo, desempenhando firme tutoria sobre a cercadura ideológica ocidental. Preocupado com a incrementação protestante, o contra-ataque do catolicismo elegeu a arte secular como um de seus alvos preferidos. As determinações do Concílio de Trento (1545-1563) guiavam suas atividades inquisitoriais no plano político; no estético, regulamentavam sua ação programática quanto ao controle das obras artísticas, das escritas e das leituras permitidas.

Marcada centralmente pela conjunção de antíteses, a lógica cultural da contra-reforma privilegiava o sobrenatural e o sublime, acentuando um retorno ao tema religioso. As rotas do espaço biográfico se bifurcavam entre a abstração do “caráter” e a concretude do anedotário, devedor dos “exemplos” de Cornelius Nepos. De acordo com Daniel Madelénat (1983, p. 45-46), a pequena história vinha esboçando uma leitura ao avesso do sério fazer histórico.

Em seu estilo, as ficções demonstravam semelhança com as escritas de vida, diversas vezes, apresentadas fragmentariamente. Ambas detalhavam-se por fatos privados, tentando revelar a personalidade dos indivíduos cujas histórias eram focalizadas em pormenores (ANDERSON, 1984, p. 24-38). Dessa forma, o privilégio concedido às personagens referenciais no *Siglo de Oro* espanhol atingiu a coletânea editada pelo cronista Pedro Mexia, no estilo das antigas miscelâneas gregas e latinas: *Silva de varia lección* (1540).

Joan Timoneda seguiria esse caminho com “pequenos contos, mentiras, fábulas”, reunidos em seu anedotário *El Patrañuelo* (1567). O autor não descarta *flashs* de vida, uns clarões biográficos, como nas histórias de “Grisélida” e “Apolônio”. Relacionada por igual com o mundo greco-latino, a novelística pastoril enraizava-se nas tradições helenistas e no primeiro humanismo, como se sabe, desde o bucolismo de Teócrito e Virgílio aos trabalhos boccaccianos *Ninfale D’Ameto* e *Ninfale fiesolano*.

O gênero se acresceu das tonalidades que lhe forneceram as cartas de Vespúcio, bem como duas obras editadas no século XVI: *Novae Novi Orbis Historia*, de Girolamo Benzoni, e *Delle Navigationi et Viaggi*, de Giovanni Battista Ramusio (NUÑEZ, 1972, p. 85). A pastoril extraía seu molde preponderante do escritor italiano Jacopo Sannazaro (1456-1530). Trata-se dum compósito ficcional em prosa e poesia — *Arcádia* (1502) — que relata o percurso do jovem napolitano chamado Sincero, desde a frustração amorosa e o idílio junto a pastores arcadianos, ao retorno para sua cidade originária, onde toma conhecimento de uma tragédia.

Na Península Ibérica, as novelas pastoris incorporaram a melancolia portuguesa da *Menina e moça* (1554) de Bernardim Ribeiro. O escritor bilíngüe Jorge de Montemayor, com *Los siete libros de Diana* (1559?), evocava o idealismo utópico da vida natural. Os seguintes autores procederiam da mesma forma em suas respectivas obras: Gil Polo, *La Diana enamorada* (1564); Gálvez de Montalvo, *El pastor de Filida* (1582) e Suárez de Figueroa, *La constante Amarilis* (1607).

Miguel de Cervantes e Saavedra adentrou na ficção narrativa por intermédio da novelística pastoril. Sua novela de estréia — *La Galatea* (1585) — disfarça como pastores

alguns seres históricos do tempo representado no texto ficcional. Assim ocorre com as seguintes personagens: Meliso (Dom Diego Hurtado de Mendoza); Australiano (Dom Juan de Austria); Larisleo (Mateo Vasquez); Siralvo (Gálvez de Montalvo) e Lauso (o próprio Cervantes).

Produzida por Nuñez de Reinoso, a *Historia de los amores de Clareo y Florisea* (1552-1565), como toda obra pertencente à novelística bizantina, possui enorme débito com a *Historia etiópica dos amores de Teágenes e Clariclea* (séc. III). Desde a descoberta do manuscrito grego e da primeira edição em Basiléia, no ano de 1534, esse texto foi traduzido ao latim e aos principais vernáculos. Atribuído a Heliodoro, motivou criações que passaram a mesclar seu caráter sentimental com o relato fundamentado em viagens ou peripécias.

Também circulavam novelas históricas sem autoria definida, como as mouriscas, entre as quais, *Historia del Abencerraje y de la hermosa Jarifa* (1565). A narrar o ambiente cortesão e cavaleiresco dos mouros granadinos, tal narrativa seria baseada em alguns fatos de seu passado recente. Do mesmo modo, parece referencial a *Historia de los bandos de Zegríes y Abencerrajes* (1595-1619). Os textos em grifo reescreviam diversas histórias extraídas do repositório cultural e inspirariam obras posteriores.

Na passagem ao século XVII, o judeu-espanhol Mateo Alemán contribuiu para dar forma ao subgênero da ficção picaresca, através da *Vida del pícaro Guzmán de Alfarache* (1599). Esse texto dá espaço às andanças do escritor por terras americanas, que se interpõem a fragmentos clássicos, expressões prosaicas e ditos populares. De semelhante modo, contempla intertextos com “Ozmín y Daraja”, da tradição moura; “Dorido y Clorinia” e “Bonifacio y Dorotea”, de motivos italianos.

Além dos Pirineus, Torquato Tasso (1544-1595) destacava o verossímil no lugar do imaginativo, submetendo a ordem ficcional ao domínio do fictício. O escritor italiano referiu-se às cruzadas e à cavalaria, sintetizando a *Humanitas* greco-latina com o nacionalismo em suas epopéias *Jerusalém Libertada* (1575) e *Jerusalém Conquistada* (1593). Na última, ressalta uma “orientação pós-tridentina, figurando alegoricamente a alma humana no herói Godofredo; o corpo, nos soldados; as faculdades, em Tancredo e Renaud; as tentações, em Armida e Ismen” (MONIZ, 2007).

Muitos leitores portugueses acessaram a cultura renascentista italiana por meio da língua espanhola. Entre os tais, havia de estar um qualificado leitor do poeta Virgílio — Luís Vaz de Camões (c. 1524-1580) — sobre quem, desde a data do nascimento, “tudo são

suposições e conjecturas na existência atormentada” (BUENO, [s.d.], p. 11). As intertextualidades firmadas com o mestre latino transparecem n’*Os Lusíadas* (1572).

A epopéia nacional da gente lusitana individualiza personagens da cavalaria, revigoradas pelo ideal cruzadista, como rei Artur e Carlos Magno. Do mesmo modo, fabrica suas próprias lendas, fundamentando-se em Bartolomeu Bueno da Silva, Borba Gato, Paes Leme etc. Tendo por núcleo a viagem de Vasco da Gama às Índias, entre 1497 e 1498, o poema camoniano trouxe à luz várias personalidades históricas, como Egas Moniz, Dom Manuel, Paulo da Gama e Inês de Castro, a paixão fatal d’El-rei Pedro I.

Camões tentou conciliar a virtude cristã com o legado platônico-aristotélico, reflexão que voltaria a se impor, conforme o processamento antes efetuado pelos feixes doutrinários da patrística e da escolástica. Para São Tomás e os escolásticos, a devoção amorosa seria complementativa. Ao ser “uma paixão, portanto, um apetite que busca o apetecível, o amor implica associação com o seu objeto. Ou, no caso extremo, o amor através do espelho do objeto amado reflete o próprio amante” (FRANCO JÚNIOR, 1986, p. 58-59).

A nobre galega Dona Inês transcenderia a própria morte da mesma forma pela qual Dom Sebastião ancorou a lenda que prometia seu retorno e lhe negava uma face da própria biografia. Ponteando a 16^a centúria, os tons cavaleirescos utilizados pelo escritor João de Barros na *Crônica do Imperador Clarimundo* (1524) tingiram o *Memorial das proezas da Segunda Távola Redonda* (1567), por Jorge Ferreira de Vasconcelos. A demanda pelo biográfico e o lendário atingiu a *História da Província Santa Cruz a que vulgarmente chamamos de Brasil* (1576), do cronista lusitano Pero de Magalhães Gândavo, e ressuscitava Dom Juan Manuel, por meio de seus contos do *Conde Lucanor*.

Não tardou para que o fictício se prestasse a fomentar o medo: um conceito universalista de arte, apenas a ensaiar os primeiros passos, logo predominaria. Em situações anômalas como essa, é que o procedimento mimético supõe a primazia da semelhança; na maior parte de suas incidências, o resultado obtido vem a ser completamente inverso, pois o “aprendiz aos poucos amalgama suas propriedades com as do modelo e de tudo, afinal, resulta menos a sua semelhança final do que sua própria diferença. A *mimesis*, por conseguinte, é produção da diferença e não o império da semelhança” (COSTA LIMA, 1988, p. 359-360).

Ao reordenamento do universo artístico, somavam-se as formulações do cético humanista Michel de Montaigne (1533-1592). Em seus *Ensaaios*, o filósofo discute o ingresso da alteridade na construção identitária, dando centralidade à criatura humana. No segundo

livro do trabalho em destaque, louva Plutarco, em virtude das dimensões concedidas por esse biógrafo ao cosmos interno e à vida privada, no lugar da órbita externa e da coisa pública.⁴⁵

Conforme o pensador francês, as Américas inverteriam a imagem da civilização, pois o indígena gozava de mais liberdade, saúde e igualdade social do que o europeu. A mitologia em torno ao “bom selvagem” atualizava o mito greco-latino da “Idade do Ouro”, na qual os seres humanos viveriam “segundo as leis da natureza, em harmonia com os outros animais e em fraternidade com seus semelhantes. Esse mito pode ser verificado em poetas como Virgílio e Ovídio ou em filósofos como Platão e Aristóteles” (SOUZA FILHO, p. 81, 2002).

A recusa dos mitos pseudo-históricos, inaugurada pelo humanismo italiano do *Quattrocento*, encontrou continuidade no século XVI, por meio dos historiadores franceses, em cujo grupo, a expressiva fração de juristas ia tomando distância dos eruditos. Os homens da lei e das letras deram contornos à crítica documental, mas não retiraram a história dos campos da poética. Essa disciplina instituía seu poder regulador, como se sabe, mas os domínios poéticos e históricos mal se distinguiam quando os historiadores de princípios do século XVII começaram a se afastar dos letrados.

O meio jurídico então prefigurava o saber histórico a ser capitaneado pelos filósofos do Século das Luzes. Os eruditos alcançavam expressivo progresso em seus trabalhos, sem que saíssem das raias dos colecionadores, da história-monumento. De acordo com Le Goff (2003, p. 527), a palavra *Documentum*, provinda de *Docere* (ensinar), e situada no mesmo campo semântico de *Dóxa*, evoluiria para o significado de “prova”, cobrando utilização no vocabulário legislativo.

No epílogo quinhentista, o terceiro círculo da ciência histórica findava com a idéia duma história perfeita, enquanto começara retomando aos antigos a noção de *Historia Magistra Vitae*. Sob as abrangências da contra-reforma, a Renascença trilhava longo caminho. Principiara com a redescoberta das culturas clássicas, mirou a tais exemplos e assistia às próprias extensões, hispanizada em diversos barrocos que variavam segundo as regiões e os receptores, contudo se orientassem pelo jogo religioso das celebrações tridentinas.

⁴⁵ Ver: GAI, 1997; MONTAIGNE, 1987; SOUZA FILHO, p. 81-84, 2002.

2.4 MENSAGEIRAS DO PASSADO: BÍBLIAS E BIBLIOTECAS

Há autores cujo fim é dizer os fatos. O meu, se fosse capaz de tanto, seria dizer o que pode acontecer. Dos exemplos que tiro daqui, das coisas que ouvi, fiz ou disse, proibi-me de ousar alterar até mesmo as mais insignificantes e inúteis circunstâncias. Minha consciência não falsifica nem uma vírgula; minha ciência, não sei.

MICHEL DE MONTAIGNE

Da força da imaginação

2.4.1 Um prólogo exuberante ao moderno romance

— *Eu sei quem sou — respondeu don Quixote — e sei que posso ser não só os que eu disse ser, mas todos os doze Pares de França e, ainda, todos os nove da Fama, pois as minhas façanhas irão superar todas aquelas que fizeram eles todos: juntos, ou cada um por si próprio.*

MIGUEL DE CERVANTES
Dom Quixote de la Mancha

Durante o século XVI, contos, novelas e descrições aparentadas às formas do espaço biográfico tomavam sinais caracterizadores, rumo aos gêneros pelos quais hoje são conhecidos. O pórtico da 17^a centúria faria ornamentar-se pelo gênero romanesco moderno, a coroar uma já robusta prosa, antes marcada pela síntese ficcional. No contexto, Michel de Montaigne ansiava pela representação cotidiana, observando as ações privadas desde a própria experiência.

O humanista francês julgava os trabalhos históricos sobejamente unitários, quanto à configuração do elemento humano. Colecionadores quinhentistas de objetos artísticos, franceses e italianos, haviam desenvolvido métodos que permitiriam chegar à “história propriamente científica”. Em sua gênese, no quarto momento da ciência histórica, “o século XVII, com os bolandistas e os beneditinos de S. Mauro, lança as bases da erudição moderna” (LE GOFF, 2003, p. 111).

O barroco se manteria até por volta de 1730 e provava distintas ramificações nacionais ou regionais, que se distinguiam conforme o vigor político-econômico, ou dos nobres, ou dos burgueses. As diferenças entre os barrocos ainda dependeram, em grande sentido, da hegemonia religiosa local. Nos espaços de dominância católica, a arte se desenvolvia tanto em formas classicistas (mais pensamentos do que palavras) quanto cultistas ou culteranistas (mais palavras do que pensamentos).

Na Itália, tais expressões deveram o nome sob o qual se abrigaram — “marinismo” — ao napolitano Giambattista Marino (1569-1625), que dedicou a Luis XIII sua obra *Adonis* (1623). O barroquismo italiano se deslocou à Península Ibérica, onde foi nomeado “gongorismo” a partir do escritor Luis de Góngora y Argote (1561-1627). Nos lugares de economia mais débil ou de mentalidades mais conservadoras, como a Espanha, o controle do imaginário teria continuidade.

Os espanhóis tinham absorvido as idéias de Erasmo e se moldavam ao pensamento da modernidade inicial, possibilitando à igreja romana bloquear o reformismo protestante. Mais

tarde, as estratégias contra-reformistas e seu aparelho estético-ideológico vingariam sob a tutela da “ilustração” peninsular. Isso, porém, não significa uma absoluta inexistência de transgressões: um dos desvios à hegemonia, Dom Miguel de Cervantes ultrapassava os princípios exemplares e lógicos de seu tempo.

O ficcionista pôde concretizar os ardis do fingimento, transgredindo as limitações das novelas de cavalaria. Desse modo, fundava o romance moderno, com a primeira parte de seu livro *El ingenioso hidalgo Don Quijote de la Mancha* (1605). As personagens centrais, Dom Alonso Quijano (Quixote) e Sancho Panza, expressam a sátira do autor à cavalaria arruinada e ao feudalismo, em proposta que concilia o romance idealista de cavalaria e a novela picaresca vulgar.

El Quijote é visto pela ótica do maneirismo em função das afetadas figuras retóricas, dos ritmos artificiais e da natureza deformada, extravagante. Além de submeter o real à transfiguração imaginativa, permite outras miradas maneiristas:

a comédia, cujo fulgor transparece em meio às densas trevas da tragédia; a presença do trágico no cômico; a natureza dual do herói, fazendo-o parecer ridículo ou burlesco num momento, e sublime ou augusto no momento seguinte. O fenômeno de ‘auto-sugestão consciente’ é também uma destacada característica desse estilo: as alusões feitas pelo autor ao fato de que o mundo de sua narrativa é fictício, a desenvoltura com que os personagens do romance saem despreocupadamente de sua própria esfera e penetram no mundo do leitor, a ‘ironia romântica’ com que faz referência, na segunda parte do livro, à fama dos principais personagens (HAUSER, 1995, p. 418).

Devido a ilhas descontínuas, como a obra de Cervantes, o aparato de controle do imaginário não cabe na imagem dum arado devastador. Sob outra perspectiva, muito embora o fictício apresente vários atos de fingir, “esses podem ser também apreendidos porquanto suas funções são determináveis. Evidentemente, é necessário o concurso de várias funções para que se realize a ‘mediação’, no texto ficcional, do imaginário com o real” (ISER, 1983, p. 388).

À descontinuidade representada pelo *Quixote*, alia-se *Tirant le Blanc* (séc. XV), o livro mais citado pelo narrador da obra máxima de Cervantes e, não raro, colocado em nível próximo a ela, senão como seu arquétipo. Os dois textos explicitam a ambigüidade típica da palavra: como detentora duma vertente alegórica, a valer pelo que refere; ou como performativa, também cobrando valor pelas concretizações. O caráter ambíguo “cria uma tensão interna que se atualiza no ato da leitura e recebe soluções variáveis de obra para obra, de período para período” (COSTA LIMA, 1988, p. 362).

Expressões que vingariam no futuro também guardam bastante afinidade com o primeiro romance moderno. A partir do século XIX, tais aspectos do *Quixote* seriam notados

como afins à prosa ficcional corrente: diálogos baseados no falar cotidiano; saltos cinematográficos do discurso narrativo; introdução de novos episódios, comentários e divagações. De forma semelhante, os seguintes caracteres: apresentação do universo em mudança; desvios da rota romanesca; alterações de caráter das personagens; a falta de uniformidade no desenvolvimento da história romanesca.

Entre as duas partes de sua obra-mestra, e sob o signo barroco, Cervantes redigiu *Novelas ejemplares* (1613). O escritor castelhano se mostrava consciente da importância que passou a ter para as letras de seu país. No prólogo da coletânea, declara:

Meu talento e minha inclinação conduziram-me a esta escrita, e tanto quanto eu me considere, assim o é: sou o primeiro a novelar em língua castelhana, porque as muitas novelas que nela andam impressas, todas são traduzidas de línguas estrangeiras. No entanto, estas são de fato minhas, nem imitadas nem roubadas; meu talento as engendrou, e minha pena as pariu, e vão crescendo nos braços da imprensa (CERVANTES SAAVEDRA, 1994, p. 12).

O primeiro grupo de tais narrativas marca-se pelas personagens do mundo aristocrático e pelo estilo refinado. Junto a uma ótica idealista, esses traços impregnam “A espanhola inglesa”, que se ambienta durante a invasão de Cádiz pelos britânicos. Sua protagonista é levada a Londres, onde trabalha como dama da rainha Elizabeth I. A intenção do autor pode ser aferida por meio dos elementos que concretizaram a montagem do texto, quando vistos em suas relações com as séries contextuais.

Assim como essa novela, de corte italiano e traços realistas, “As duas donzelas” permite observar certo destaque à sociedade e ao subjetivismo. A liberdade formal se apresenta na ordenação fragmentária, que transita entre a ficção e a confissão, a novela paródica e as moralidades. As personagens centrais, Teodósia e Leocádia, ocultam damas andaluzas, cujos nomes verdadeiros, o autor afirma suprimir, por decoro (FUCHS, 2001).

No mesmo agrupamento das novelas cervantinas, duas narrativas referem-se à órbita espanhola: “A cigarinha” e “A criada ilustre”. Aquela idealiza a comunidade cigana por meio de Preciosa, sua personagem central. A outra coloca os temas da liberdade e da virtude no ambiente das estalagens castelhanas, onde a empregada de nome Constanza cuja origem nobre é revelada no final do enredo, provoca os amores dum jovem fidalgo, na contingência, a se desempenhar como garçom.

No segundo grupo das *Novelas ejemplares*, “Rinconete e Cortadillo” distingue-se pela idealização de cenas da vida comum e gira em torno de dois ladrões assim apelidados. “O ciumento de Extremadura” enfoca o ancião indiano Carrizales, que mora em Sevilha e se

acomete de sentimentos doentios pela jovem Leonora. O caráter realista da novela não oculta suas referências: *Orlando enamorado*, *Orlando furioso*, *Filocolo*, *Decameron* e a quinta narrativa das *Novelle* escritas por Matteo Bandello (1485-1561).

“O licenciado Vidriera” privilegia Tomás Rodaja, a debater-se com a questão do pecado original, e cuja demência o leva a imaginar que seu corpo fosse de vidro. Os textos centrados no marido extremamente zeloso e no bacharel Vidriera evidenciam o conflito quixotesco sociedade *versus* indivíduo. Por sua vez, “A Senhora Cornélia” divide seus cenários entre aventuras de viagens, o mundo social da corte espanhola e o centro econômico da Espanha, radicado na zona de Sevilha.

As intenções observadas nas referidas obras ficcionais não se encontram no sistema referencial que transgridem, nem na materialização do imaginário. Entre tal conceito e o mundo, a intencionalidade revela-se como figura de transição, com o estatuto da atualidade, segundo Iser (1983, p. 390). “Atualidade é a forma de expressão do acontecimento, e a intencionalidade possui o caráter de acontecimento na medida em que não se limita a designar campos de referência.”

Cervantes produziu ainda uma novela bizantina, editada postumamente: *Los trabajos de Persiles y Sigismunda, historia septentrional* (1616). Tematiza o amor e a peregrinação, vividos por Auristela e Periandro cujos nomes supostos como reais figuram no título. Pérsiles e Sigismunda vinculam-se à mentalidade redentora do barroco:

Depois de comprovar o fracasso da utopia nos mundos construídos pela imaginação educada (quer dizer, o fracasso das utopias renascentistas), Cervantes lança suas personagens à busca da utopia barroca, dentro do mundo real ou, se assim desejado, fora dele, mas um ‘fora’ que não implica outro lugar, a não ser o não-lugar absoluto: o lugar de Deus. A ilha de Policarpo, em *Pérsiles*, equivale à venda de Juan Palomeque no *Quixote*. Ambas as cenas constituem o eixo dos respectivos romances. [...] Abandonada a esperança renascentista, a segunda parte do *Pérsiles* é uma incursão pelo mundo da contra-reforma. A partir de agora, não há lugar para mundos fora do mapa, ou *hic sunt leones*. A partir de agora, o Paraíso (ou o inferno) está aqui e agora; somos nós mesmos (BAENA, p. 136, 1988).

Uma narrativa espanhola de natureza bizantina era lida sob o prisma biográfico: *El peregrino en su patria* (1616), escrita por Félix Lope de Vega Carpio (1562-1635). Gonzalo de Céspedes y Menezes, com a novela *Poema trágico del español Gerardo* (1615-1617), deu vazão a expectativas semelhantes, procedendo à busca da unidade narrativa por meio dum considerável número de eventos particulares. Já Francisco López de Ubeda revelou-se pioneiro, ao encarnar a figura picaresca na personagem feminina de *La pícaro Justina* (1605).

Por outro ângulo, raízes e interesses aristocráticos de Dom Francisco de Quevedo y Villegas levaram-no a eliminar o tema da ascensão social – um traço pícaro – de sua *Historia de la vida del Buscón Don Pablos, exemplo de vagamundos y espejo de tacaños* (c. 1604). Conforme declarações do autor, cristãos-novos, “gente baixa”, como seu protagonista, não se deveriam imbuir de aspirações pertinentes a outros estratos (MCGRADY, p. 239, 1968-69).

Salas Barbadillos era profícuo em novelas de protagonistas, cujos nomes geralmente constavam em seus títulos. O ficcionista misturou aspectos picarescos aos da novela cortesã madrilenha, todavia, mostrou-se fiel à picaresca com *La hija de la Celestina o la ingeniosa Elena* (1612). Por seu turno, Vicente Espinel construía uma personagem que se dava como biográfica, a partir da intitulação narrativa: *La vida del escudero Marcos de Obregón* (1618).

Também a se valer de protagonista supostamente biográfico, o responsável pela *Vida y hechos de Estebanillo González* (1646) parecia declarar seu nome real no título da novela, mas ao se colocar como terceira pessoa, desvia qualquer expectativa de biografismo. Na obra, o desconhecido autor conflui ao narrador, dando conta de suas viagens e da participação na guerra dos 30 anos (1618-1648). Sob autoria de Céspedes y Menezes, *Varia fortuna del soldado Píndaro* (1626) igualmente recai no jogo biográfico (MADROÑAL DURÁN, 1991).

No seio das miscelâneas “La Filomena” (1621) e “La Circe” (1624), que integram a coleção *Novelas a Marcia Leonarda*, Lope de Vega dedica algumas narrativas a sua ex-mulher, Marta de Nevares Santoyo (BLECUA, 1955, p. 28-67). A personalidade histórica volta a ser referida, sob o disfarce do nome Amarílis, na ficção em prosa e verso *La Dorotea* (1632). O intertexto com *La Celestina* é balanceado pela figura do autor, o qual se traveste em Fernando, enquanto veste a protagonista com referências a Elena Osório, uma paixão juvenil.

Castillo Solorzano abrandou a narrativa pícara, dando-lhe fundo cortesão, como nestas novelas, construídas na órbita de protagonistas femininas: *Las harpías de Madrid: historia de cuatro pícaras* (1631) e *La niña de los embustes, Teresa de Manzanares* (1632). Nos seguintes trabalhos, o escritor continuou a usar estratégias biográficas: *Las aventuras del bachiller Trapaza* (1637); *Epítome de la vida y hechos del ínclito rey don Pedro de Aragón* (1639); *Los alivios de Casandra* (1640); *La garduña de Sevilla y anzuelo de las bolsas* (1642).

Feminista temporã, María de Zayas y Sotomayor (1590-c. 1661) publicou em 1637 a primeira série de suas narrativas curtas: *Novelas amorosas y ejemplares*. Ainda que herdeiras do *Exemplum* medieval, de Boccaccio, de Cervantes e do estilo dos contos orientais, denunciam a situação feminina no mundo da nobreza espanhola. Na primeira delas,

“Aventurarse perdiendo”, Zelima, escrava moura, era reconhecida como a proceder duma pessoa real e, simultaneamente, como fruto da imaginação.

Em certo ponto da novela, a personagem anuncia que seu nome é Isabel Fajardo:

Sua realidade não é nada mais nada menos do que aparência, mas sua aparência revela a realidade de sua condição feminina. É um emblema ambulante, mas seu relato enuncia uma total subversão dos valores do emblema. Uma denúncia. [...] Uma situação real que se expressa com tópicos literários e que se veste de ficção (RUIZ-GÁLVEZ PRIEGO, 2001, p. XXVI, XXXIII).

As *Novelas amorosas* seriam exemplares porque ilustravam os defeitos ou qualidades a serem observados pelas senhoras e senhoritas em suas relações com os homens, no que María de Zayas denominava “pacto erótico/sentimental”. Suas histórias se propõem como um lugar a mais onde aprender, daí os discursos moralizantes que dirigem às protagonistas, como acontece em “La burlada Aminta”. A escritora, e outras mulheres da época, tiveram acesso aos tratados de moral, principais veículos do “matrimônio-sacramento”.

Essa “teoria” se firmava por obra do Concílio de Trento, assim, o amor cortês e a dama idealizada como reflexo da beleza divina esbarravam na prosa cotidiana. Por isso, Zelima, em seu elo sadomasoquista com Dom Manuel, fosse “talvez a sombra, o duplo secreto e escondido de Dona Isabel, a nobre dama... Toda sua aparência e tudo o que diz ou que faz obedece à dinâmica do Paradoxo, união de contrários que se anulam reciprocamente” (RUIZ-GÁLVEZ PRIEGO, 2001, p. XXXVIII).

A segunda série das narrativas de Doña María se forma por *Novelas y saraos* (1647) e *Parte segunda del sarao y entretenimientos honestos* (1649), reeditada como *Desengaños amorosos*. Em “La esclava de su amante”, uma das histórias da última coletânea, aquela mesma Isabel Fajardo é apresentada como natural de Múrcia, e a descender duma ilustre família. Usando estratégias diferenciadas, a autora recorre a nomes trazidos de outros textos seus, como Beatriz, Lisis e Lisarda.

Cervantes também havia processado mudanças, nada casuais, entre as duas partes do *Quixote* (1605-1615). Na primeira, ele arriscava-se a trocar o aceitável modelo do “Sou quem sou” por uma frase inventada: “Sei quem sou”. Poucos anos depois que o ficcionista espanhol apresentou o segundo tomo d’*El Quijote*, Gabriel Téllez — o Tirso de Molina (c. 1583-1648) — trouxe à cena o protótipo de todo e qualquer Dom Juan: *El burlador de Sevilla y convidado de piedra* (1630).

Um século antes de estrear o *Don Juan* de Tirso, Montaigne revelava-se ao mundo a partir de sua existência concreta; ainda que tivesse precursores, “tão suculenta, corpórea e espontaneamente, nenhum filósofo antigo escreveu, nem Platão quando representa Sócrates falando” (AUERBACH, 1971, p. 254). Da Grécia antiga à velha Europa e ao Mundo Novo, a estética barroca reafirmava seus pares contraditórios, orientando-se pelo modelo sincrônico dos florentinos quatrocentistas. Em outro rumo, a biografia e o espaço biográfico principiariam a se alimentar do auto-retrato esboçado pelo humanista francês.

2.4.2 A biobibliografia, os bolandistas, beneditinos...

Não existem acidentes, por mais infelizes, dos quais os astutos não extraíam alguma vantagem, nem acidentes, por mais venturosos, que os imprudentes não consigam fazê-los voltar-se contra si mesmos.

LA ROCHEFOUCAULD
Máximas morais

Durante o século XVII, as narrativas ficcionais e biográficas atingiam pontos decisivos. A cultura oriental despertava atenções do Ocidente graças às novelas históricas espanholas, ao *Decameron* e a *L’Heptaméron* ou *História dos amantes afortunados*, da escritora francesa Marguerite de Navarre (1492-1549). Antes de vingar nas colônias americanas, um eixo barroquista da estética barroca predominou entre italianos, ibéricos e alemães. Esse ângulo diferenciava-se, pois, do clássico, a prevalecer na França

desde Malherbe (1555-1628), sob Henrique IV, o primeiro Bourbon, até os ‘clássicos da Escola de 1660’ (La Fontaine, Molière, Boileau, Racine), e na Inglaterra — no período jacobeu, com o teatro ‘moralista’ de Ben Johnson (1573-1637); nas décadas do meio do século com a épica de Milton (1608-1674); e em plena Restauração, com as sátiras de Dryden (1631-1700). Na crítica, o breviário do barroco barroquista é a *Agudeza y Arte de Ingenio* (1642), do jesuíta Baltasar Gracián; o do barroco racionalista, a *Art Poétique* (1674) de Boileau (MERQUIOR, 1977, p. 16).

Na segunda metade do século XVI, uma espécie cultista de barroco foi denominada “preciosismo”, indicando certa mudança na poética francesa. Madame de Sévigné (1626-1696) e Madeleine de Scudéry (1607-1701) aderiram às formas preciosistas. A última transferiu a vida social de sua época para o cosmos da Antigüidade, nas seguintes novelas, publicadas sob o nome de seu irmão Georges, também escritor: *Ibrahim* (1642); *Artamenes* ou *Le Grand Cyru* (1649-1653); *Clélie, história romana* (1654-1660); *Almahide, l’esclave reine* (1660); *Matilde d’Aguilar, histoire espagnole* (1667).

Em *Ciro, o Grande*, Mademoiselle Scudéry mascarava-se na personagem Sapho; em *Clélie*, usava o nome ficcional de Clarinte para representar sua amiga, a marquesa de Sévigné. O autor preciosista Jean-Louis Guez de Balzac (1597-1654) levou a termo um elogio ao soberano Luís XIII na obra *Le Prince* (1631) e ainda escreveu: *Socrate chrétien* (1652) e *Aristippo, ou homem da corte* (1658). Martín Le Roy Gomberville e Madame de Capranède, em ordem respectiva, legaram as seguintes ficções de protagonista: *A Jovem Alcidiana* (1651) e *A princesinha Alcidiana* (1661).

Marie-Madeleine Pioche de La Vergne (1634-c. 1693-96) publicou *La Princesse de Montpensier* (1662) e *Zaide* (1670), além de redigir as *Memoires de la cour de France pour les années 1688, 1689* e a *Histoire de madame Henriette d'Angleterre*. Os livros dessa senhora, que se tornaria famosa como a Madame de La Fayette, ficaram inéditas até o século XVIII. Situada na corte de Francisco II, sua obra-prima — *A princesa de Clèves* (1678) — é talvez o primeiro romance moderno em língua francesa (CARPEAUX, 1980, p. 714-128).

À frente do próprio tempo, algumas narrativas européias provocaram sentimentos de revolta contra as formas da antiga civilização. Um típico representante dessas criações, o escritor francês de nome Huet, transmitiu à posteridade o manuscrito de um romance intitulado *O falso Inca* (1667). “Ou seja, a representabilidade daquilo que é provocado pelo *como se* significa que nossas capacidades se põem a serviço desta irrealidade para, no processo de irrealização, transformá-la em realidade (ISER, 1983, p. 407).”

Entusiasmado por figuras do mundo intelectual, o escritor português Francisco Manuel de Melo (1608-1666) realizava seus *Quatro apólogos dialogais*. No quarto apólogo, “Hospital de letras”, imagina-se a conversar com: os humanistas Boccacini e Justo Lípsio; o fidalgo espanhol Francisco de Quevedo. Conceituado representante do barroco luso, Dom Francisco assinou as narrativas biográficas *Teodósio I e Tácito Português, vida e morte, ditos e feitos de El-Rei D. João IV*, ambas, publicadas no século XX.

Ainda em Portugal, frei Luís de Sousa escrevera o relato biográfico *Dom Frei Bartolomeu dos Mártires* (1619) e Jacinto Freire de Andrade, *Dom João de Castro, quarto vizo-rei da Índia* (1651). Na França, Jean de La Bruyère produzia *Caracteres de Théophraste, traduits du grec, avec les caractères ou le moeurs de ce siècle* (1688). A maior parte das biografias enfocava personalidades conhecidas, enquanto as obras ficcionais detiam-se em costumes, festas e diversões populares que não ameaçassem o *status quo*. Basicamente, “no âmago da arte barroca e da insegurança material do artista, permanecem a omissão do momento histórico como tema, a miséria, a opressão ou as tragédias de

camponeses e dos pobres, sem lugar no espaço artístico do século XVII” (GRAWUNDER, 1996, p. 80).

Peter Burke (p. 89, 1997) sublinha o destaque oferecido, na vasta seara do espaço biográfico, às falas entre as personagens e ao desenvolvimento da personalidade. Cada vez mais dramático e usual a partir do século XVI, o diálogo recobrava tamanha importância que, mais tarde, se transformaria em gênero do espaço biográfico. Um dos primeiros tipos assim elaborados, a *Apologia de Sócrates*, por Xenofonte, havia sido modelar para os autores renascentistas Galeotto e Panormita.

Na 17^a centúria, o texto inspirou Baltasar Porreño a compor seus *Dictos y hechos del señor rey Don Felipe Segundo* (1628). O biógrafo espanhol também produziu relatos acerca de Dom Juan da Áustria, bem como sobre os cardeais Gil de Albornoz e Gonzalo Jiménez de Cisneros. Na Itália, Giovan Battista Manso escreveu a *Vita di Torquato Tasso* (1621) e, a modo de uma carta ao príncipe Leopoldo de Medici, Vincenzo Viviani elaborou *Racconto istorico della vita di Galileo* (1654).

Giovanni Passeri (1610-1679) seguiu os passos de Vasari ao biografar artistas barrocos, assim, comprova que os modelos italianos para as escritas de vida se impunham como prioritários, encontrando adeptos por todos os lados. Karel van Mander igualmente havia-se orientado pela obra de Vasari para criar seu *Livro dos pintores* (1604). O artista holandês demonstrava sinais apreciáveis da “biografia íntima”, porém, tal característica se manifestara em textos antecedentes, conforme acentuam as investigações desenvolvidas por Donald Stauffer (1964).

No correr do século XVI, as narrativas biográficas eram formadas em séries categóricas, quase todas, cabíveis às espécies da 17^a centúria. Algumas delas podiam ressaltar as categorias morais (constância, coragem, estabilidade, prudência etc); outras, os atributos médicos (caráter sanguíneo, fertilidade, melancolia, robustez etc). Avultava certa tensão entre o indivíduo pensado como exemplar e, por outro lado, como um ser único; salientava-se o fator estático da personalidade, quer dizer, como resultado fixo duma equalização de vários “humores” (HAMPTON, 1990).

A previsibilidade do futuro heróico dependia, em certos casos, de toda uma conjuntura favorável, intimamente ligada com o nascimento do ser humano a ungir-se pela fama. De mais a mais, vingava uma noção de que a pessoa se desvelaria por meio das frases proferidas, idéia que manifesta duas concepções retóricas: da palavra como gesto e ação; do talento

performativo. À primeira vista, incompatíveis com os caracteres digressivos dos textos biográficos, todas essas marcas eram vislumbradas desde os séculos anteriores.

Embora alguns biógrafos da época se orientassem pela cronologia, geralmente, a apresentação estrutural de seus trabalhos mostrava-se temática ou tópica. As biografias sublinhavam as origens, a formação, a atividade profissional e a personalidade do biografado. O epitáfio funerário e as inscrições proféticas, que envolviam a magnitude do protagonista, eram temas de grande utilização, tal como antes nas hagiografias medievais ou nas Vidas dos ilustres varões da Antiguidade (MAYER; WOOLF, 1995).

Em língua francesa e inglesa, os respectivos termos *Biographie*, *Biography*, ganharam circulação nos anos derradeiros de 1600. No mesmo fim de século, alterava-se a configuração biográfica, em fundamental, graças à obra do enciclopedista francês Pierre Bayle (1647-1706). Seu *Dicionário histórico e crítico* (1696-1697) serviria de referência aos critérios racionalistas de julgamento religioso, principalmente, na defesa da tolerância e da liberdade de crença. A maioria dos trabalhos de cunho biográfico dedicava lugares privilegiados

a eventos que os historiadores modernos (pelo menos até recentemente) deixariam de lado como ‘meros rituais’. Os leitos de morte, por exemplo, descritos de maneira dramática e patética, ganham espaço considerável, correspondendo ao interesse dos contemporâneos pela última cena de uma peça biográfica. Se o protagonista ocupa um cargo público, os rituais ligados ao cargo podem ser descritos com detalhes cuidadosos (BURKE, p. 88, 1997).

Os próprios *Ensaio*s de Montaigne resultaram, entre outras coisas, de seus diálogos com citações, coletâneas de exemplos ou coleções de provérbios. Referências essas, que retroagiam dos tempos medievais ao mundo greco-romano e, desde o século XVI, veiculavam o programa humanista. Ao mesmo tempo, a política reinante se guiava por um dos *leitmotifs* do manual político de Nicolau Maquiavel e da alegoria autobiográfica de Thomas More: a organização da *pólis* grega.

Numa outra era, a “cidade letrada” de Ángel Rama (1998) conceberia o espaço americano sob a forma dum grandioso laboratório para o “saber barroco”. Em seu interior, os preceitos imperativos do velho mundo e dos novos impérios esbatiam-se com a fértil imaginação e a particularidade das colônias. Foi o conhecimento das realidades natural e humana do Novo Mundo que reestruturou a história seiscentista, caracterizada por dar abertura a uma prática erudita coletiva.

Pioneiro quanto a esse aspecto, Héribert Roswey havia organizado certo elenco de santidades, no qual se baseou Jean Bolland para publicar suas Vidas de santos ou documentos

hagiográficos, a serem apresentados pela ordem do calendário. O padre Roswey deu fundamento à obra jesuítica de Bolland e Jean Mabillon. A partir de 1643, a hagiografia tornava-se uma especialidade dos “bolandistas”, responsáveis pela edição das *Acta Sanctorum*.

Num volume de 1675 dessas atas, Daniel Von Papenbroech [Papenbroch] divulgou seu método para discernir o “verdadeiro do falso em velhos pergaminhos”, sem que lograsse êxito ao aplicar a metodologia. Coube ao monge Mabillon o papel de fundar a diplomática: publicada em 1681, sua obra *De Re Diplomatica* fundamentou a crítica da documentação dos arquivos. O beneditino francês concluiu ser possível o estabelecimento da verdade por meio da concordância entre duas fontes, afirmativa inspirada em René Descartes (1596-1650).

O estudo da história se vincularia ao estabelecimento documental, concentrado nos bolandistas e nos beneditinos. Segundo Michel de Certeau (2002, p. 65-119), formava-se um grandioso complexo, a ocupar espaço e tempo bem definidos (Ocidente do século XVII), que se vinculava a um grupo (dos eruditos), a lugares (bibliotecas), assim como a determinadas práticas (de cópia, impressão, comunicação etc.). Entre suas técnicas, o documento hagiográfico demonstrava uma organização textual capaz de favorecer o desdobramento das possibilidades antevistas nas denominações que lhe conferiam:

Acta, ou mais tarde, *Acta Sanctorum*. Deste segundo ponto de vista, a combinação dos atos, dos lugares e dos temas indica uma estrutura própria que se refere não essencialmente ‘àquilo que se passou’, como faz a história, mas ‘àquilo que é exemplar’. As *res gestae* não constituem senão um léxico. Cada vida de santo deve ser antes considerada como um sistema que organiza uma *manifestação* graças à combinação topológica de ‘virtudes’ e de ‘milagres’ (CERTEAU, 2002, p. 267).

Haveria progressiva clivagem entre a nova perspectiva histórica, em declínio, e a erudição dos jesuítas, que alcançava progresso. A história dos anos de 1500 e 1600 seria enfrentada como prática libertina, devido a suas preocupações com as causas dos acontecimentos, no lugar de confundi-los com a poesia ou a narração pura. Os historiadores humanistas optaram por abordagens universalizadas e determinavam as civilizações como matéria de estudo, tendo em mente que uma civilização inicia sempre antes da escrita.⁴⁶

Ao final da 17^a centúria, o *honnête homme* encarnava um tipo de conhecimento não-profissionalizado, mas apto a exercer julgamentos de gosto: nem erudito, ao nível dos especialistas, nem inculto como a plebe. O labor dos principais historiadores dos anos de 1500

⁴⁶ Entre tais historiadores, destacaram-se os franceses, como Bodin, Louis le Roy, Lancelot-Voisin de la Popelinière, Nicolas Verguer etc.

e 1600 não se reduziu à noção de uma história exemplar, pois era ultrapassado pela história “perfeita”, “integral” ou “acabada”. Mesmo entre os que defendiam esse conceito, seguiu vigorando a teoria providencialista cristã, do agostinismo histórico, cuja mais relevante expressão se daria por meio de Jacques-Bénigne Bossuet (1627-1704).

Seu trabalho *Discours sur l’histoire universelle* (1681) abriria flancos a um senso de racionalidade histórica, pois tomava os acontecimentos particulares, verificados na história dos impérios, como integrantes de sistemas gerais. Para Bossuet, a intervenção divina seria rara e se viabilizaria por intermédio de causas secundárias. A oscilação do teocentrismo à *Ratio* moderna encontra suas imagens no livro sagrado e no saber livresco, duas formas representativas do aparelho regulador do imaginário, uma no século XVII e a outra, no que lhe sucederia.

O romance *Dom Quixote de La Mancha* e a coletânea de epigramas *Maximes* (1664), do escritor François de La Rochefoucauld (1613-1680), operam como exceções a uma regra quase geral. Ambos textos fugiram ao controle da imaginação, antes exercido pela igreja, mas que passaria a domínio secular, tendo suas fontes no iluminismo francês. Em ambos escritores, o termo comparativo a que visa o *como se* “recebe uma certa concreção. Outra vez assim se mostra uma característica do fictício, pela qual o mundo organizado no texto é transgredido em favor de atividades dele orientadoras. E também o imaginário se transforma na configuração concreta de atividades de representação” (ISER, 1983, p. 405).

Contudo, a estética marcada pelas contrariedades barrocas voltava-se contra si mesma: o pensamento neoclássico imbuu-se do racionalismo de Boileau, ao passo que a língua francesa e suas *belles lettres* dominariam a cena cultural do Ocidente. Constantes agonias pelo unitário atingiram a infinitude do espaço e a incompreensão do silêncio, conforme as reflexões de Blaise Pascal (1632-1662). Uma sinfonia de angústias revelava-se como a grande peça dos séculos barrocos, ávidos por uma regência que unisse o racionalismo à sensibilidade humana sobre o universo, à maneira da orquestração metafísica encaminhada pela filosofia ontológica de Nicolas Malebranche (1638-1715).

2.5 MIL E SETECENTOS: AS LUZES DA VERDADE ACESAS

O moderno tende, acima de tudo, a se negar e destruir. Da Idade Média ao século XVIII, um dos argumentos do moderno era o de que os antigos tinham sido modernos no seu tempo. Fontenelle lembrava que os latinos tinham sido modernos em relação aos gregos. Definindo-se o moderno como um presente, chega-se a fazer dele um futuro passado. Já não se valoriza um conteúdo, mas um conteúdo efêmero.

JACQUES LE GOFF
História e memória

2.5.1 A *Ratio* moderna num prelúdio ao gênero biográfico

O mundo espiritual e intelectual burguês do século XVIII transformou a História em um processo. Esse acontecimento, que inaugura a época nova, é idêntico à gênese da filosofia da história.

REINHARDT KOSELLECK
Crítica y crisis del mundo burgués

Os domínios poéticos, as escritas de vida e as crônicas históricas despertavam atenções dos povos antigos inclusive antes de Heródoto. No presente subcapítulo, entretanto, buscarei esclarecer como as pesquisas em história se vinculariam à paulatina corporificação dos saberes ocidentais. O quinto momento da ciência histórica se demarcaria, no século XVIII, pelas primeiras instituições consagradas à história e pelo alargamento do terreno às curiosidades históricas.

Ampliava-se também o exame crítico dos documentos, com vistas a uma possível determinação das leis que regiam o mundo. O retorno à Antigüidade não se daria somente nas artes: “dos humanistas do Renascimento aos filósofos das Luzes, houve a dominância de uma história didática, cujo método baseou-se em lugares-comuns, tributários dos estóicos, dos reitores e dos historiadores romanos” (LE GOFF, 2003, p. 111).

Quase a modo de prelúdio a tal cenário, os resultados obtidos pela revolução gloriosa na Inglaterra de 1689 iam derivar em tentativas de sintetização do enciclopedismo com o iluminismo. Por volta da guerra dos 30 anos (1618-1648), os impérios da razão começavam a empreender o racionalismo francês de René Descartes e o empirismo inglês de Francis Bacon (1561-1626). O empirista notabilizou-se pela dúvida frente ao passado e pela contraposição da racionalidade ao imaginário.⁴⁷

Formado em grande parte na cultura francesa, o racionalismo assimilava um percurso antecedente. A filosofia socrático-platônica desbravou-lhe as trilhas, quando ao examinar o problema do conhecimento pela retícula da linguagem. Desde *Crátilo* e *Teeteto*, ficou patente que a explicação racional se defrontaria com as palavras entre as coisas:

Na direção de um conhecimento que nos faça *ver* a verdade através dos nomes e além deles. Parece que tentando, desde aí, conquistar esse lugar neutro para o pensamento, sucessivamente ocupado pelo *Cogito* de Descartes, pelo amor *intellectualis Dei* de Spinoza, pela analítica de Kant e pela *redução* de Husserl, a filosofia começava a empreendar a ‘luta contra o sortilégio da linguagem sobre o nosso pensamento’, de que falou Wittgenstein (NUNES, 1973, p. 15).

⁴⁷ No mesmo conjunto da *Utopia*, de More, e d’*A cidade do sol* (1602) de Tomás Campanella, pode ser incluída uma narrativa de Bacon: *The New Atlantic* (1616).

A demanda pelo método científico dedutivo se fortalecia na Holanda, com Baruch de Espinosa, que contestava o dualismo da razão cartesiana mas, por tal meio, chegou à idéia monista do universo. No *Tratado da correção do intelecto*, esse filósofo ibero-judaico propõe o controle da imaginação, visando descobrir os motivos da existência dos objetos, porque a verdade seria inerente ao conhecimento. Para escolásticos e filósofos modernos que o precederam, haveria verdade apenas quando o intelecto se adequasse à coisa a ser conhecida.

No *Livro V da Ética*, Espinosa indica que a virtude consistiria no encontro com a Natureza, quer dizer, na felicidade em si mesma. Quem desejasse alcançá-la, precisaria fugir dos sentimentos adversos face ao infinito. “No autor da *Ética*, não há tragédia, nem há mistério; ao contrário, confiança plena na razão, capaz não só de conhecer, mas de fazer o homem trilhar o caminho das paixões positivas, a alegria e o amor” (CHAUI, 1979, p. XIII).

A reflexão espinosiana parece absorvida pelo médico inglês John Locke (1632-1704), o qual, no “Ensaio acerca do entendimento humano” (1690), condena as ficções, já que a metáfora e outras figuras vetariam o acesso à verdade. O ensaísta visualiza três tipos de idéias, fornecidas pelas experiências: sensação, reflexão e ambas, concomitantemente. Localizada no segundo tipo, a memória se distinguiria do conhecimento sensorial imediato, havendo

uma clara diferença entre as idéias situadas em minha memória (sobre as quais, se estivessem apenas lá, eu teria constantemente o mesmo poder para dispor delas e arranjar-las à vontade) e aquelas que forçam a si mesmas sobre mim, e não posso evitá-las. E, portanto, necessita-se de alguma causa externa, e da ação brusca de certos objetos externos, a cuja eficácia não posso resistir, e que produzem estas idéias em minha mente, quer queira, quer não. Ademais, não há ninguém que não perceba por si mesmo a diferença entre a contemplação do sol, como adquire esta idéia em sua memória, e atualmente olhando para ele (LOCKE, 1978, p. 315).

O Século das Luzes abrigava correntes tentativas de conciliação entre um frágil racionalismo e uma sólida religiosidade. Encarnada na figura do *honnête homme*, a classe burguesa reproduzia a vida cortesã na sociedade urbana. O cidadão burguês revelava-se como “principal suporte de um novo *éthos* religioso: a *ascese intramundana* (Weber), combinação efficacíssima do desprezo pelo mundo com o mais resolutivo pragmatismo, que foi a têmpera tanto do puritanismo calvinista quanto da militância jesuítica” (MERQUIOR, 1977, p. 13).

Já organizados em instituições como arquivos e bibliotecas, os estudos históricos esposavam a necessidade duma metodologia que substituísse o manejo das fontes, encastelado nas circunscrições eruditas. Giambattista Vico (1668-1744) oferecia uma visão da história como processo, recusando Descartes. O pensador italiano propunha como alternativas à razão

e à crítica: o engenho (faculdade para descobrir o que pode ser verossímil); a tópica (espécie de arte que disciplina as invenções do engenho).

Para Vico, o método científico resulta da compreensão humana, razão pela qual, as verdades são verossímeis e muitas delas escapem à demonstração lógica, envolvendo-se por mitos, fábulas, alegorias e várias linguagens. Vinculado à filologia, seu conceito de tempo histórico guiava-se pela circularidade mítica. Sua obra *Scienza Nuova* tornava mais espessa uma constelação de “filósofos da história” cujo princípio de vigência remonta, no mínimo, a Maquiavel.

O conceito de “filosofia da história” é devido a François-Marie Arouet, o Voltaire (1694-1778), mas pode retroceder ainda mais, encontrando Santo Agostinho, Heródoto e alguns trechos bíblicos do *Primeiro Testamento*. Neste caso, Waldir Cauvilla (2007) infere que o seguinte fragmento estatuiria um sentido de permanência, a ser levado em conta:

Não há nada novo debaixo do sol, e ninguém pode dizer – Eis, aqui está uma coisa nova, porque ela já existe nos séculos que passaram antes de nós. Não há memória das coisas antigas, mas também não haverá memória das coisas que hão de suceder depois de nós entre aqueles que viverão mais tarde (*Livro do Eclesiastes*, 1, 4,8-11).

As mudanças advertidas na cultura e na sociedade ocidentais sustentaram-se ainda na ética natural de Hugo Grotius (1583-1645). O filósofo holandês ganhou destaque por sua posição favorável aos direitos da Espanha, de Portugal e do Reino Unido sobre o comércio nos mares. Conforme William Walsh (1978, p. 13), durante a 16^a e a 17^a centúrias, a segunda escolástica, dos jesuítas espanhóis e portugueses, dava corpo ao conjunto filosófico da história, declarado em forma subliminar desde a Antigüidade greco-romana à “ciência política” de Maquiavel e a Francesco Guicciardini (1483-1540).

Já os pensadores ingleses Thomas Hobbes (1588-1679) e Isaac Newton (1643-1727) harmonizavam a fé religiosa com perspectivas mecânicas quanto ao funcionamento do universo. Suas visões conciliadoras não teriam o respaldo de projetos materialistas que se desenrolariam do século XVIII ao XIX, principalmente, com germânicos e anglo-saxões. Entre os últimos, George Berkeley (1685-1753) e David Hume (1711-1778) opuseram o discurso filosófico-científico às variações imaginativas.

Berkeley duvidava da existência em absoluto de tempo e espaço, referenciais cuja percepção situou na consciência. Hume assinalaria os distintos conteúdos perceptivos, as imagens produzidas em seqüências e os nexos entre causas e efeitos dos fenômenos, a constituírem o fluxo constante das operações mentais, ao qual, por equívoco, teriam dado o

nome de “espírito”. A partir dos empiristas, o eixo da filosofia europeia, ora concentrado na Inglaterra, deslizava à França e à Alemanha.

A reflexão histórica de cunho filosófico ampliou-se com o enciclopedista Charles-Louis de Secondant, o barão de Montesquieu (1689-1755). As razões do iluminismo espalhavam-se a diferentes universos, favorecendo a diversificação de teorias nostálgicas, pedagógicas e utópicas. Na área da história, os críticos da segunda metade do século XVII haviam recomendado o estudo das cartas para fins de prova, mas agora, a reorganização das leis e do direito passava a situar o documento em primeiro plano.

Registros mantidos por instituições setecentistas apontam ao declínio dos monumentos e ao pleno ascenso dos documentos. A partir do século XVIII, a categoria biográfica da “felicidade”, existente nos antigos prodígios, se convertia em noção pessoal e privada. Junto aos monumentos, às inscrições e às estátuas, a biografia sinalizava ao desejo de memória das personalidades históricas. “As vidas exemplares dos homens ilustres, dos heróis e dos príncipes, concederam-lhes uma espécie de imortalidade literária e pedagógica para a edificação dos séculos futuros” (GUSDORF, p. 10, 1991).

Voltaire escreveu *A história de Charles XII da Suécia* (1734); *O Século de Luís XIV* (1752); *Ensaio sobre a história geral, os costumes e o espírito das nações desde Carlos Magno até nossos dias* (1756). O maluco e infeliz rei sueco era contraposto a seu glorioso adversário Pedro, o Grande. Se o biógrafo francês não enaltecia o heroísmo, “achava que as grandes inteligências permitiam reconhecer as surpresas da história, esses acontecimentos imprevisíveis e tão essenciais num campo onde necessariamente não acontece o que é verossímil” (LORIGA, 1998, p. 229-230).

A prática dos historiadores tocava nos frágeis limites da biografia:

Dos gregos do século V a. C. ao *Dicionário histórico e crítico de Bayle* no final do século XVII, passando pelos cumes de Suetônio, Plutarco, Eginardo, Joinville, pelos vales das hagiografias medievais e pelas encostas cada vez mais escarpadas da erudição nascente, com Bolland e Papebroch, o panorama mudou, mas conservaram-se em grande medida os artifícios retóricos, as preocupações de louvor e o caráter literário das construções, indicando quase sempre a ausência ou, pelo menos, o lugar secundário ocupado pelo aspecto referencial da narrativa, que fará a fortuna da historiografia posterior, propriamente moderna (NEVES, 2002).

O espaço biográfico tirava benefícios das diretrizes fornecidas pela erudição bolandista e maurista. As *Confissões* de Agostinho pesaram sobre a obra de Pascal e seu vigor faria sentir-se nas *Confessions* de Rousseau. Adequadas aos vetores predominantes na ciência,

as formas biográficas integrariam o clássico paradigma de Madelénat (1983) que, assim, não as distingue do gênero biográfico em si.⁴⁸

A redescoberta da objetividade analítica, presente nas *Bioi* plutarqueanas, veio fortalecer as narrativas de teor biográfico: “quase podemos afirmar que o Renascimento durou até o século XVIII. Isso é verdadeiro pelo menos no que toca ao fascínio pelos heróis de Plutarco, que contaminou de Carlos XII a Benjamin Franklin, de Rousseau a Madame Roland” (BURKE, p. 94, 1997).

A França continuou a receber com interesse as séries biográficas de Brantôme, porém:

O fosso entre as ‘Biografias’ eruditas e as ‘Vidas’ edificantes se amplia. As primeiras são críticas, menos numerosas, e tratam de santos mais antigos, quer dizer, são ao mesmo tempo relativas a uma pureza primitiva do verdadeiro e a um privilégio elitista do saber. As segundas, como milagres de ‘*Flores dos santos*’ populares, são muito difundidas e consagradas a contemporâneos mortos ‘em odor de santidade’ (CERTEAU, 2002, p. 268).

A nova conjuntura requeria uma imagem de “homem público”, a ganhar vulto em seu posto de cidadão bem-sucedido. A criatividade dos narradores dirigiu-se ao relato biográfico de caráter profissional, inserido na biobibliografia, no dicionário histórico, no discurso cerimonial e no elogio, formas que se autenticavam quando reconhecidas em existências concretas. Os avanços científicos engrossavam as circunstâncias que dariam centralidade ao ser humano no conjunto dos eventos sociais (CARINO, p. 153-182, 1999).

Recém a cultura inglesa se tornava conhecida no mundo. As biografias conquistavam o público-leitor; nem poderiam lembrar as mesmas narrativas que, durante o século XVII, ficaram ilhadas no Reino Unido. Em tal circunstância, distinguiram-se publicações: do bispo de Salisbury, Gilbert Burnet (1643-1715); de Izaak Walton (1593-1683), John Aubrey (1626-1697) e Margareth Cavendish (1624-1674).

O jurista inglês Roger North (1653–1734) produziria vultoso trabalho sobre três dos seus irmãos. Editadas postumamente sob o título *The Lives of the Norths*, as biografias abarcam o primeiro ensaio crítico-teórico sobre a narrativa biográfica, definindo suas ligações com a história e tornando patente seu ideal de objetividade. Além de tudo, a obra se apresenta sedutora, no formato de uma deleitável narrativa (MADELÉNAT, 1983, p. 48).

Não seria contemporânea, pois, a atenção suscitada pelas biografias e gêneros a ela aproximados. Tampouco se revela inédito um procedimento como este – de Madelénat a

⁴⁸ Ao estabelecer essa linha histórica, sobre a qual se haveria estendido a narrativa biográfica, Madelénat procede a um estudo aplicativo da teorização de Thomas Kuhn (2003) acerca dos paradigmas na história da ciência.

reescrever Lejeune – para definir biografia: “narrativa em prosa, escrita e também oral, efetivada por um narrador, com foco numa personalidade histórica, realçando a vida desse indivíduo, bem como o prolongamento do seu caráter ao longo da existência” (MADELÉNAT, 1983, p. 18).⁴⁹

Essas linhas mestras conduziram a biografia, de modalidade discursiva, para um gênero específico.⁵⁰ O gênero biográfico se instituiu através da forma (narração, prosa); do plano narrativo (foco em determinada mundivisão e interioridade); do assunto (personagem fundamentada num ser histórico). A última categoria define a natureza de seus textos, como referenciais, e não ficcionais: “narrativa, narrador, histórico, indicam o pertencimento comum à literatura e à história, com a necessária discrição que exigem a complexidade do problema e as polêmicas que suscitou” (NEVES, 2002).

A história se fazia processo e a filosofia tentava mascarar o fingimento, próprio às obras ficcionais: “de Bacon a Vaihinger entende-se a ficção como se ela tratasse de dissimular o que é, do que deriva uma das tarefas principais da teoria do conhecimento: cada vez mais mostrar esta tendência” (ISER, 1983, p. 398). O mundo real dava acesso ao inventário de almas gentis nunca dantes imaginadas. Navegar haveria de valer a pena, ao menos, para bucaneiros, corsários e piratas; franceses, holandeses ou ingleses.

2.5.2 Literatura e gênero romanesco no Século das Luzes

O conceito de particularidade realista é algo geral demais para que se possa demonstrá-lo concretamente: tal demonstração demanda que antes se estabeleça a relação entre a particularidade realista e alguns aspectos específicos da técnica narrativa.

IAN WATT
A ascensão do romance

Desde que Colombo e os tripulantes de suas naus pensavam desembarcar no Japão, as sociedades ocidentais assistiam ao florescimento da narrativa ficcional ibérica. Muitas vezes

⁴⁹ *Récit écrit ou oral, en prose, qu'un narrateur fait de la vie d'un personnage historique (en mettant l'accent sur la singularité d'une existence individuelle et la continuité d'une personnalité).* (MADELÉNAT, 1983, p. 18). Em texto anterior, *Le pacte autobiographique*, Lejeune (p. 48, 1991) havia caracterizado a autobiografia como uma “narrativa retrospectiva, em prosa, que uma pessoa real faz de sua própria existência, dando ênfase à sua vida individual e, em particular, à história de sua personalidade.”

⁵⁰ Um discurso se transforma em gênero a partir do momento em que já se torne conhecido por um público considerável, assim, a gastar menos energias para decifrá-lo. Origem da temática e fonte de uma autobiografia, o autobiógrafo prepara seu processo narrativo acreditando nos acontecimentos a serem narrados, pois tem em mira o leitor. A essas normas persuasivas, junta-se o ato ilocutório: se o autor-narrador tem seus direitos a esquecer, obliterar e omitir determinados fatos, o receptor do texto tem igualmente o direito de adequá-lo a suas expectativas. Cf. BRUSS, p. 62-79, 1991.

fundamentados num só protagonista (como as biografias), diversos trabalhos da poética francesa recorriam à ficção espanhola. Inaugurado na Espanha, por um contínuo fluxo de narrativas ficcionais, o *Siglo de Oro* era sucedido pelo *Grand Siècle*, da burguesia mundana e do afrancesamento europeu.

Os preconceitos em torno ao barroco viam no exagero de sua arte uma condição fatigosa e suscitaram o retorno à formatação renascentista de Aristóteles. Ao mesmo diapasão, os valores dos novos heróis extraíam suas lições da moral estóica, basicamente, do entendimento de Sêneca. Herdeiro da religiosidade barroca, o neoclassicismo alçava-se a status hegemônico ao raiar do Século das Luzes, momento em que a cultura oriental despertava interesse através das novelas espanholas de temática moura e do manuscrito sírio das *Mil e uma noites*, traduzido ao francês por Antoine Galland (1646-1715).⁵¹

Centradas num herói, histórias que não pertenciam à coletânea originária foram incorporadas ao texto: “Ali Babá e os 40 ladrões”; “Simbad, o Marujo” (séc IX); “Aladim e a lâmpada maravilhosa” (séc. XI). A oferta do novo então afirmaria o indivíduo perante seus confrades, daí que o trabalho do orientalista servisse para exercitá-lo nos ofícios próprios a um erudito de fino gosto. Realizada como passatempo, a tradução de Galland se apresentava a um público ansioso pelo exotismo:

Todo o texto é um convite à sedução, a partir do título, equivocadamente traduzido de ‘várias’ ou ‘muitas’ para ‘Mil e uma noites’. Esta interferência, aliás, é bastante indicativa dos reflexos provocados pelo jogo de espelhos que se prenuncia a partir de histórias de amplo domínio popular. A tradução e os intervalos provocados pelo desconhecimento dos valores do chamado Oriente viabilizam uma leitura estranha ao espírito inicial dos contos. Não há exagero, pois, em se afirmar que o texto produzido pelo francês Galland é mais ocidental que ‘árabe’. Ademais, o tom ‘engenhoso’ e ‘de fábula’ serviu para garantir uma historicidade européia — bem francesa, por sinal — para as variadas histórias (MEMEIHY, 1987, p. 11).

Sob controle ou por vezes incontrolável, o imaginário se expressava em contos maravilhosos, fundados em arquétipos europeus e orientais. O ser primitivo e a criança passavam a ser vistos em contigüidade, devido às noções que teriam do real, supostamente aparentadas. Segundo Nelly Coelho (1991), os livros infantis alcançariam grandes tiragens no século XVIII, devido à recente compreensão da infância como período distinto na existência.

⁵¹ Entre as traduções mais recentes das *Mil e uma noites*, encontram-se os seis volumes traduzidos diretamente do árabe pelo professor brasileiro Mamede Mustafa Jarouche (2006); o texto estabelecido por René Khawan, que se baseou na retomada de versões dos séculos XVI e XVII (1986); uma adaptação de fontes alemãs para a língua francesa, por Armel Guerne (1966); a tradução ao espanhol, de Rafael Cansinos, publicada no México. Muitas edições ocidentais foram impregnadas do tom vitoriano, da infantilização das histórias ou da licenciosidade erótica. Para um histórico sobre outras traduções da coletânea, como a de Edward Lane, Enno Littmann, Gustavo Weil, Joseph-Charles Mardrus e Richard Burton, ver: BORGES, 1953, p. 99-134.

A mentalidade europeia conformava novas posturas quanto ao ensino das crianças; usava e abusava de textos com fins pedagógicos. Edições desse tipo couberam a Charles Perrault (1626-1703) cuja narrativa maravilhosa intitulada *Barba Azul* se fundamentaria no suposto criminoso francês Guy de Laval, mais conhecido por Gilles de Rais. Contudo, a inocência do acusado viria à luz quando se procedesse a uma revisão de sua biografia.

Até meados da 18ª centúria, o termo latino *Litteratura* expressava o conhecimento relativo às técnicas de escrever e ler, a cultura da pessoa letrada, mas o erudito alemão Gotthold Ephraim Lessing (1729-1781) empregou a palavra ineditamente, como grupo de textos reunidos, em *Briefe, die Neueste Literatur Betreffend* (1758). A partir daí, literatura significaria o trabalho do profissional em letras, fixando a base de suas acepções modernas. No sentido da produção escrita em dado período ou em uma nação, por exemplo, a “moderna literatura inglesa setecentista” não abarcava somente ficções ou “escritas criativas”.

Do contrário, abrangia textos investidos de valores ideológicos, fossem poéticos, históricos, filosóficos, ou ainda, ensaios e cartas, ao mesmo tempo em que o romance não gozava de boa reputação; questionava-se com frequência se deveria integrar determinado corpus de leitura. Adequando-se às “belas letras”, as normas que podiam definir o cânone inglês teriam sido estritamente ideológicas. Circunscritas aos valores e gostos das classes mais favorecidas, essas regras nunca admitiam “uma balada cantada nas ruas, um romance popular, e talvez até mesmo o drama” (EAGLETON, 1983, p. 29).

Lado a lado com o estabelecimento do gênero biográfico, os romances ordenavam-se em torno de um só protagonista, ascendendo na produção e no gosto dos leitores. Na Grã-Bretanha, desde o início do século até 1740, produziam-se aproximadamente sete livros de tal espécie por ano, mas a cifra se elevou para cerca de 20 entre 1740 e 1770 e se duplicaria de 1770 a 1800. A narrativa romanesca modificou-se depois da forma impressa em França por Antoine Furetière (1619-1688), Paul Scarron (1610-1660) e René Alain Lesage (1668-1747).

Na Inglaterra, por Daniel Defoe (1660-1731), Henry Fielding (1707-1754) e Samuel Richardson (1689-1761):

O ‘realismo’ dos romances de Defoe, Richardson e Fielding é intimamente associado ao fato de Moll Flanders ser ladra, Pamela ser hipócrita e Tom Jones ser fornicador. Entretanto esse emprego do termo ‘realismo’ tem o grave defeito de esconder o que é provavelmente a característica mais original do gênero romance. Se este fosse realista só por ver a vida pelo lado mais feio não passaria de uma espécie de romantismo às avessas; na verdade, porém, certamente procura retratar todo tipo de experiência humana e não só as que se prestam a determinada perspectiva literária: seu realismo não está na espécie de vida apresentada, e sim na maneira como a apresenta (WATT, 1990, p. 12-13).

A demanda pelas reescritas de obras espanholas ou clássicas ainda vigorava, como indicam os episódios da história escrita em 1618 por Vicente Espinel — *La vida del escudero Marcos de Obregón* — que seriam reapropriados por René Lesage no *Gil Blas de Santillana* (1715-1735). Voltaire conheceu a nova prosa inglesa, por exemplo, com Jonathan Swift (1667-1745) e suas *Viagens de Gulliver* (1726). Aquele recorreria à ficção narrativa, com *Zadig ou o destino* (1747), cuja referência contextual se dissimula por meio do protagonista, um antigo filósofo babilônico, e do exotismo das terras distantes.

Nesse ponto, o poeta francês foi precedido pelas seguintes obras, de convizinho assunto: *L'indienne amoureuse* e *Polexandre* (1627), respectivamente, assinadas por Sieur de Rocher e Gomberville. No mesmo grupo, destacam-se a *Viagem às Índias Ocidentais* (1666-1667), do clérigo espanhol Francisco Correal, e *As aventuras de Robinson Crusó* (1719), contadas pelo ficcionista inglês Daniel Defoe. A temática em questão reincidiu no *Manon Lescaud* do Abade Prévost (1733) e nas *Cartas peruanas* da Madame de Graffigny (1747).⁵²

Impregnadas da linguagem satírica, e a simularem o biografismo, as *Cartas de Juan de la Encina* (1732) haviam sido escritas pelo jesuíta espanhol José Francisco de Isla y Rojo (1703-1781). O mesmo “padre Isla” demonstrou-se a serviço da efabulação biográfica na *Historia del famoso predicador fray Gerúndio de Campazas, alias Zotes* (1758). No ano seguinte, Voltaire expressava-se a respeito do terremoto de Lisboa, mesclando suas reações a temas da lenda do Eldorado,⁵³ na prosa ficcional a que denominou *Cândido ou o otimismo*. A fidelidade à história não orientava nem essa, nem outras criações do enciclopedista francês, a exemplo do conto filosófico *A princesa de Babilônia* (1768).

De um a outro extremo da 18^a centúria, as expressões da arte transitavam pelo amor, a natureza, a intimidade. Esses temas podiam alternar-se entre o velamento e a desocultação, recorrendo a máscaras, fantasias, disfarces. O parque monumental e as vastas paisagens cediam espaço ao pitoresco jardim e às ruas estreitíssimas; a cultura abrigava o prazer hedônico, um erotismo “simultaneamente sensual e cerebral, tipificado em Casanova, réplica rococó ao D. Juan barroco” (MERQUIOR, 1975, p. 53).

⁵² Referidos textos dialogam com narrativas de Sir Walter Raleigh e William Dampier, da mesma forma, com o relato do corsário inglês Woodes Rogers, intitulado *A Cruising Voyage Round the World*. Entre seus intertextos franceses, encontram-se os trabalhos dos viajantes Esquemelin de Oexmelin, Jacques Massé e Ravenau de Lussan. Cf. NUÑEZ, 1972, p. 100.

⁵³ A mitologia em torno do Eldorado, lugar imaginário, deve sua construção ao mito anterior do El-Dorado, monarca feito ouro e, assim também, os europeus passaram a supor que fossem as ruas, as casas e as cidades dos reinos americanos. Cf. GALEANO, 1986, p. 158.

Instituições filosóficas ou históricas, academias de belas artes e belas letras, acumulavam os processos de redação e impressão conhecidos pela técnica erudita. O quadro foi-se alterando gradualmente, das notas, índices e dicionários à *Grande Encyclopédie* (1751). As referências começavam a ser dispostas, no “sentido de facilitar ao leitor a exploração da obra cujo conteúdo ele ignora, situação que corresponde precisamente ao papel desempenhado por uma memória externa” (LEROI-GOURHAN, 1987, p. 63).

A racionalidade ilustrada enfraquecia o absolutismo, a vigorar desde o século XVI. Rousseau alentava o conflito, ao propor um reino de inocência e virtude, em sua obra *Emílio* ou *A educação* (1762). Assim, teria oferecido a força dos sentimentos à ideologia burguesa:

A guerra civil não ameaça através dos descontentes e dos ilustrados; sua ameaça encontra melhor apresentação na figura do homem virtuoso. Seu veredito moral já não permanece no campo do politicamente facultativo e não-vinculante, mas o obriga, ao mesmo tempo, a levá-lo à realidade (KOSELLECK, 1965, p. 310).

Criticada por Voltaire n’*O Ingênuo* (1767), a idéia rousseauniana de “homem natural” transparecia nestes autores: Jean-François Marmontel (*Los Incas*, 1777); Gian Rinaldo Carli (*Lettere americane*, 1780); Bernardin de Saint-Pierre (*Paulo e Virgínia*, 1787). A selvagem inocência tanto poderia estar no Oriente asiático quanto nas Américas, meridional ou setentrional. Na via oposta da civilização, a venturosa sociedade americana era “um pretexto exótico para urdir uma trama correspondente à inquietude do homem da Ilustração, com um tema ajustado à sensibilidade dos leitores europeus desse momento” (NUÑEZ, 1972, p. 101).

De acordo com Louis Bergeron, François Furet e Koselleck (1989), progrediam as comunidades agrupadas pelas vias imaginárias da consciência nacional. Isso acontecia sob as distintas formas de adesões dinásticas ou patriotismos localizados. Preferido pelas classes médias e superiores, o romance “alcançou, depois de certo tempo, o estatuto de arte literária, enquanto que as demais modalidades, por contarem tão somente com a adesão dos grupos populares nas zonas urbanas em franca expansão, foram sendo aos poucos intelectualmente desprezadas” (ZILBERMAN, 1991, p. 23).

A estética burguesa subjetivista ocuparia o lugar da arte cortesã de motivação histórica e o êxito das narrativas romanescas ou biográficas justificava-se por suas concepções alternativas ao fazer histórico. Através do riso, a narração de uma vida se autorizava e se constituía em fonte histórica muito particular. “O jocoso, o risível, o ridículo, burlam a

vigilância exercida pelo poder e expõem, por meio de vidas individuais caricaturadas, as mazelas de toda a sociedade.” (CARINO, p. 161, 1999).⁵⁴

Descerrado pela efervescência ficcional espanhola e inglesa, o período áureo da estética barroca terminava quase em simultâneo à morte do cientista francês Bernard Le Bovier de Fontenelle (1657-1757). Defensor dos tempos modernos, ele afirmava que a prova testemunhal de quem acredita numa coisa estabelecida “não tem força para apoiá-la, mas o testemunho dos incrédulos tem suficiente vigor para destruí-la” (FONTENELLE, 2005).

De tal forma, Colombo não inspirou nenhuma epopéia na Espanha, nem deu nome à América, batizando apenas uma parte do Novo Mundo. No entanto, sua primeira carta sobre a terra lançou a idéia do “bom selvagem”, a qual brotava particularmente nos escritos de Rousseau. Na virada do século XVII para o XVIII, outras experiências de viagens e conquistas tinham relatado as Américas como diversas do contexto oriental, numa espécie de rousseunismo *avant la lettre*.

Como se sabe, o universo interior já era considerado em tempos antecedentes. A noção de privacidade, todavia, ganhou força entre os anos de 1600 e 1770, com o advento da “filosofia moderna”. Movidos por fins reformadores, os livros e as bibliotecas, “além de caracterizarem a intimidade como passatempo da vida privada, facilitando a aquisição de conhecimentos, dão prestígio à leitura, como exemplariza *A Tempestade*, de Shakespeare” (GRAWUNDER, 1996, p. 79).

Localizado numa ilha distante, o cenário shakespeariano dessa obra, datada de 1623, firma seus intertextos com *A República* de Platão e a *Utopia* de Thomas More. Por outro viés, aí cintilam os relatos de viagem, pois o texto referia-se a um acontecimento da conquista platina, anteriormente, contado pelo navegador português Fernão de Magalhães (1480-1521). A temática e o nome dados à personagem Miranda enraizavam-se no mundo histórico, mas a arte renascentista aí se dispunha como um passado a ser vencido pela filosofia empirista, da mesma forma que a estética barroca se fazia suceder pela *Ratio* moderna.

As críticas de artes e letras traziam à cena, “dentro da república dos sábios, o confronto entre antigos e modernos, enformando a compreensão de tempo que geraria um abismo entre passado e futuro” (KOSELLECK, 1965, p. 20). Outra criatura do bardo inglês n’*A tempestade*, Caliban espelhou a metáfora de um Outro que o próprio império desejaria

⁵⁴ O romance enquanto prosa ficcional era apreciado pelos habitantes da América Portuguesa desde meados do século XVIII, precisamente, desde 1769. Cf. ABREU, 2003, p. 265-266.

enxergar, em anagrama. Nas imagens do antropófago, de um escravo, dum bicho, “Canibal” justapõe-se a uma poética (sif)ilizadora.⁵⁵

Por outra via, o fazer histórico não era contemplado pela revolução científica do Século XVIII. A *Historia Magistra Vitae* constituía-se num acervo de lições para os governantes, como na Grécia do historiador Políbio. Quanto à história como sucessão dos fatos humanos e sociais, o apagar das Luzes trocava um pensamento cíclico, “que torna efêmera a superioridade dos antigos sobre os modernos, pela idéia de um progresso linear, que privilegia sistematicamente o moderno” (LE GOFF, 2003, p. 184).⁵⁶

Em tempos de continuada expansão ultramarina, o ato de narrar e suas estratégias pareciam revelar-se como eficazes para o domínio de qualquer entrave à compreensão da história. Índice do rápido prestígio alcançado pela biografia, o vocábulo com que os alemães a designaram na 17^a centúria – *Lebensbeschreibung* – cedeu lugar a *Biographie*. O romance individualizava suas personagens, ambientando-as num contexto em que várias naus ainda corriam a novos reinos deste mundo, à busca doutros frutos, d’ouro, do futuro.

⁵⁵ Ver: BEVERLEY, p. 14-15, 1997.

⁵⁶ Tal conceito fixava-se através do livro *Esquisse d’un tableau des progrès de l’esprit humain* (1793-1794), obra-prima de Marie Jean Antoine Nicolas de Caritat (1743-1794). Vulgarizado como o marquês de Condorcet, ele publicou as biografias *Vie de Turgot* (1786) e *Vie de Voltaire* (1787).

3 MUSEUS E GRANDES NOVIDADES: TEMPO E TEORIAS

*A meio caminho desta vida,
achei-me a errar por uma selva escura.*

DANTE ALIGHIERI
A divina comédia

*O real não está na saída nem na chegada:
ele se dispõe para a gente é no meio da travessia.*

GUIMARÃES ROSA
Grande sertão: veredas

*Eu vejo o futuro repetir o passado
Eu vejo um museu de grandes novidades*

CAZUZA
O tempo não pára

3.1 MÉTODO: OS SABERES E OS PODERES

A educação pode muito bem ser, de direito, o instrumento graças ao qual todo o indivíduo, numa sociedade como a nossa, pode ter acesso a qualquer tipo de discurso; sabemos no entanto que, na sua distribuição, naquilo que permite e naquilo que impede, ela segue as linhas que são marcadas pelas distâncias, pelas oposições e pelas lutas sociais. Todo o sistema de educação é uma maneira política de manter ou de modificar a apropriação dos discursos, com os saberes e os poderes que estes trazem consigo.

MICHEL FOUCAULT

A ordem do discurso

3.1.1 A ideologia alemã, os filósofos da história e a historiografia

Dois espíritos, é certo: a filosofia e a história. Dois espíritos irreductíveis. Mas não se pretende 'reduzir' um ao outro. Pretende-se, sim, agir de tal modo que, mantendo-se embora nas suas posições, não se ignorem a ponto de serem, se não hostis, pelo menos estranhos.

LUCIEN FEBVRE
Combates pela história

A filosofia dos ilustrados culminaria na Independência das colônias norte-americanas (1776) e na Revolução Francesa (1789). O ideário divulgado por essas rupturas na ordem política mundial produziria uma onda libertária nos universos coloniais do império europeu. Recorrências a discursos cada vez mais orientados para o sujeito faziam com que a modernidade inicial desse lugar à modernização epistemológica, no interregno compreendido pelas décadas de 1780 e 1830.

No centro de tal processo, os 50 anos que medeiam os séculos XVIII e XIX equivalem à “crise de representabilidade”, definida por Michel Foucault (1999) e assinalada pelo desabrochar das ciências humanas. As humanidades passavam a analisar seus objetos conforme a evolução dos seres vivos, postura à qual se adequava a dialética, na mesma hora em que a lógica se robustecia. Ao afinar os métodos da crítica erudita, a história formava disciplina e instaurava a sexta etapa da ciência histórica.

Em território germânico, as reflexões histórico-filosóficas vinham-se ampliando a partir do *Jusnaturalismo* de Samuel Puffendorf (1632-1694) e do racionalismo conciliatório de Gottfried Wilhelm Leibniz (1646-1716). Uma sinopse do método leibniziano pode concentrar-se na Realidade Suprema e suas conseqüências:

só é real a representação do universo tal como existe no nosso espírito. As entidades metafísicas, as unidades espirituais, ou *mônadas*, independentes mas solidárias, representam, cada uma por si, a infinidade desse universo, exprimindo uma *representação* completa, embora desigualmente clara, dos seus atributos gerais. O que distingue as mônadas entre si é o grau de clareza da representação, havendo, em todas, a mesma tendência para a maior clareza possível. Independentemente entre si, estão todavia ligadas por uma harmonia *pré-estabelecida* e exterior a elas, em obediência à vontade e sabedoria da criação divina que determinou cada uma em função do maior bem do conjunto (DUCASSÉ, [s.d.], p. 74).

O pensamento alemão desembocava no *Aufklärung*, espécie de iluminismo a medrar de 1720 a 1754, em torno das contendas entre Christian Thomasius (1655-1728) e Christian Wolf (1679-1754). Seguidor do wolfismo, Alexander Baumgarten (1714-1762) mentava o conceito de estética, a englobar “as artes em geral, as experiências de conhecimento pela

sensibilidade, percepção e imaginação, tornando-se um dos ramos da gnosiologia, disciplina filosófica interessada em investigar a natureza do conhecimento” (SOUZA, 1992, p. 373).

A segunda fase do assim chamado esclarecimento prosperava no intervalo de 1755 a 1795. Tendo em Locke, Leibniz e Hume seu amálgama fundamental, caracteriza-se por subordinar a poesia às técnicas imaginativas e promover uma história da humanidade que seria produto da revelação divina. Dentre outros pensadores, essa linha representava-se por: Friedrich Schiller (1759-1805), Johann von Herder (1744-1803), Johann Salomo Semler (1725-1791) e Johann Wolfgang von Goethe (1749-1832).

À época, o complexo mercantilista sofreu abalos, de alguma forma, relacionados às concepções desenvolvidas por Adam Smith (1723-1790) n’*A riqueza das nações* (1776). O intelectual escocês amparou-se na corrente que unia Grotius, Hobbes, Puffendorf, Montesquieu, Rousseau, Smith e outros iluministas. A se tornarem mais secularizadas com o passar do tempo, suas reflexões comuns abrangiam a vida social e se fundavam, em grande maioria, nos argumentos históricos, ainda que não resultantes de pesquisas empíricas:

A construção de um passado não como foi na realidade, mas como a razão exigia que devesse ter sido. Por conseguinte, um trabalho de teorização sobre a idéia de sociedade que, ao se acumular, colocava à disposição dos pósteros não propriamente uma história, mas sobretudo uma série de pressupostos, de esquemas mentais, para interpretar as ações dos homens e dos povos (NEVES, 2002).

O iluminismo juntava-se à prática dos revolucionários franceses, pelos direitos do cidadão e por tratamento mais humano aos infratores das normas jurídicas. Exoravam à liberdade de culto, imprensa e pensamento; lutavam contra os atos discriminatórios, a censura e o escravismo. Burke (1992, p. 16-19) infere sobre um movimento internacional ansioso por histórias que não se confinassem às nações ou aos feitos políticos, mas se relacionassem ao comércio, às leis, às maneiras de pensar das sociedades, com seus hábitos e costumes.

O modelo já se apresentava tanto em obras históricas sobre personalidades femininas quanto na história mundial alemã. No mesmo caminho, Christoph Meiner deu início à publicação dos quatro volumes de sua obra *Geschichte des Weiblichen Geschlechts* [*História do sexo feminino*]. Na Inglaterra, William Alexander editou *The History of Women*, ao passo que, na França do ano 1791, “Olympe de Gouges reivindicava para as mulheres exatamente os mesmos direitos dos homens” (GAARDER, 1995, p. 341).

A história enfrentou mudanças quando a homogeneidade dos tipos heróicos viu-se oposta a uma consciência sobre as diversas nuances de uma só personalidade. Para tanto, os últimos volumes do trabalho historiográfico *Decline and Fall of the Roman Empire* (1776-

1788) revelaram-se fundamentais, principalmente, através das várias fases na vida de Maomé, oferecidas por seu autor, Edward Gibbon (1737-1794). Foi com ele também que surgiu o emprego moderno da palavra “historiografia”.

Lucien Febvre (1989, p. 282) afirma que, no século XV, sem referir-se a um cargo específico, Alain Chartier utilizou o termo “historiógrafo”, no sentido de uma honrosa distinção. Significando “escrita da história”, a historiografia, assim como a biografia, encerra no próprio nome “o paradoxo — e quase o oximóron — do relacionamento de dois termos antinômicos: o real e o discurso. Ela tem a tarefa de articulá-los e, onde este laço não é pensável, fazer como se os articulasse” (CERTEAU, 2002, p. 11).

Gibbon articulou a clássica erudição com a história filosófica no *Ensaio sobre o estudo da literatura* (1761) e na referida obra *Declínio e queda do Império Romano*. O historiógrafo inglês sintetizou as correntes históricas que lhe antecederam, as quais não se deixam resumir pela *Historia Magistra Vitae*. A exemplaridade nelas avultante resistiu até o momento em que a luta entre “o sábio pedante e o *gentleman* bem-educado acabou com a vitória do *erudito* sobre o *filósofo*” (LE GOFF, 2003, p. 85).

Iniciada nos medievos, sólida no Renascimento, posta no coletivo pela erudição, a crítica de arquivo foi em síntese uma procura de autenticidade. No século XIX, incrementava-se a partir da universidade alemã de Göttingen, quando historiadores eruditos constituíram as bases da documentação histórica, difundindo novos métodos e seus resultados. Faziam isso através de publicações ou do ensino institucional, pesando sobre eles a força do “historicismo”.⁵⁷

Em particular na Alemanha, a primeira fonte historicista revoltava-se contra o iluminismo. Desse modo, Humboldt veiculara uma “teoria das idéias históricas”, em resumido trabalho cujo título pode-se traduzir como *O dever do historiador* (1821). “Suas idéias não são metafísicas, platônicas, são idéias historicamente encarnadas num indivíduo, num povo (espírito do povo, *Volkgeist*), numa época (espírito do tempo, *Zeitgeist*), mas permanecem vagas” (LE GOFF, 2003, p. 89).

No bojo da revolta anti-iluminista, o entendimento histórico ao qual visava Georg Wilhelm Hegel (1770-1831) pressupôs a dispensa das evidências em favor de abordagens

⁵⁷ O termo historicismo é aqui utilizado no sentido da tradição histórica acadêmica, desde Wilhelm von Humboldt (1767-1835) e Leopold van Ranke (1795-1886) a Ernst Troeltsch (1865-1923) e Friedrich Meinecke (1862-1954). Assinala-se por uma espécie de afetividade entre historiador e objeto, pela canonização da historiografia burguesa e a idéia de um tempo cronológico linear, “homogêneo e vazio”. Cf. BENJAMIN, 1994.

filosóficas. Para fins didáticos, a filosofia da história teria iniciado com Herder, em *Idéias para uma história filosófica da humanidade* (1784) e terminaria pouco depois da morte de Hegel, uma vez publicadas suas *Conferências sobre a filosofia da história* (1837).⁵⁸

Sociólogos como Saint-Simon (1760-1825), Auguste Comte (1798-1857) e Herbert Spencer (1820-1903) tomavam as estruturas sócio-econômicas como foco central, integrando a segunda fonte historicista que, de certa forma, dava continuidade às Luzes. O historicismo assinalou as reflexões “do século XIX, conseguindo finalmente triunfar devido à teoria de Darwin sobre o evolucionismo em *The Origin of Species* (1859). O conceito central desta teoria é o de desenvolvimento, muitas vezes tornado mais rigoroso pelo apoio do conceito de progresso” (LE GOFF, 2003, p. 88-89).

A ciência social marxista rejeitou a filosofia da história, porém, os vínculos entre questões filosóficas e históricas eram imanentes ao “materialismo histórico” de Karl Marx (1818-1883) e Friedrich Engels (1820-1895). Nos *Anais franco-alemães* de 1844, Marx agradeceu-se do texto que aí publicara Engels, intitulado “Esboço para uma crítica da economia política”, e decidiu conhecer o autor, firmando com ele um verdadeiro pacto

de amizade, fraternidade, sobretudo, de radical colaboração teórico-metodológica na construção dos referenciais da ‘Concepção Materialista da História’, bem como na crítica à sociedade do capital. A colaboração resulta em textos fundamentais ao materialismo histórico, como *A Sagrada Família* e *Manifesto do Partido Comunista*, além das inúmeras correspondências redigidas. Contudo, o cerne da Concepção Materialista da História estaria posto na obra que, segundo Marx [*Para a crítica da economia política*, p. 53], pela impossibilidade de sua publicação, foi entregue à ‘crítica roedora dos ratos, tanto mais a gosto quanto já havíamos atingido o fim principal: a compreensão de si mesmos’. O manuscrito, crítica da filosofia pós-hegeliana e seu caráter ideológico, só viria a público em 1932, com o título *A ideologia alemã* (DANTAS JÚNIOR, 2005, p. 136).

Søren Kierkegaard procedeu a uma desleitura do idealismo de Hegel e da teologia luterana, criticando a poética e a filosofia clássicas. Por intermédio do pensador dinamarquês, lançavam-se as filosofias da existência, quer dizer, um enfeixamento de filósofos que comungavam das mesmas ferramentas analíticas, ao se indagarem sobre a existência do ser humano, a partir de suas ações no concreto da vida.⁵⁹ A procura de um sentido para a vida na história filosófica veio agravar as clivagens entre biografia e historiografia.

Nem toda a história foi exemplar, nem toda a historiografia era historicista, mas geralmente, a política européia orientava-se por modelos históricos positivistas. Os mais

⁵⁸ Cauvilla (2007) encontra uma filosofia da história “especulativa” em Comte, Marx, Spengler e Toynbee. Essa perspectiva receberia os seguintes tratamentos: metafísico (Hegel), empírico (Toynbee) e religioso (Niebuhr).

⁵⁹ Aí também se incluem Nietzsche, Gabriel Marcel (1889-1973) e Martin Heidegger (1889-1976).

importantes motivos para suas construções factuais residiam na moralidade, na exaltação da consciência nacional e na apologética religiosa. O parâmetro de Ranke – dos fatos “como realmente ocorreram na realidade” – constituiu-se no fio condutor de um fazer histórico ao qual se subordinariam as outras ciências sociais.

A poética occitana desempenhou importante papel no estabelecimento da filologia românica, disciplina a ser estudada por Nietzsche na Universidade de Bonn, quando se entusiasma com as leituras de Arthur Schopenhauer (1788-1869). Esse filósofo encantou-se como o pensamento oriental, mas as traduções por intermédio das quais os textos lhe chegavam eram de qualidade duvidosa, razão suficiente para que ocorresse a uma proveitosa estatueta. “Sem conhecimentos para sondar as bases práticas do que tais livros continham, Schopenhauer dá-se por satisfeito ao ‘encontrar consolo no amável sorriso de Buda diante do absurdo da existência’” (ARTHUR SCHOPENHAUER WEB, 2006).

Se o racionalismo já dedicava maiores atenções à interioridade do que as filosofias precedentes, o acompanhamento cotidiano da vida íntima levaria o sujeito iluminista a outras visões. Desviado ao leste, o pensamento europeu alcançava relevo com Immanuel Kant (1724-1804). Durante os séculos XVII e XVIII, o platonismo era “quase exclusivamente literário: a partir do movimento idealista provocado por Kant, o estudo direto dos escritos do mestre retomou real importância” (TANNERY, 1978, p. 53).

Numa consideração extemporânea, assim falaria Nietzsche (1988, p. 35): “o ‘verdadeiro mundo’ acabou por se tornar uma fábula”. No futuro mais distante, Eric Hobsbawm intitularia como *A era das revoluções* (1996) sua obra historiográfica centrada no decurso entre a Revolução Francesa e um conjunto revolucionário de cunho liberal-nacionalista, instalado na Europa em 1848. Esse foi também o ano do *Manifesto comunista*, de Engels e Marx, o qual citava Hegel, dizendo que os fatos e as personagens repetem-se duas vezes na história: a primeira, em forma de tragédia; a segunda, como farsa.

De acordo com Edgard Morin (1997), o fenômeno da consciência do progresso já ocorria, mas ainda num plano mentado pelas elites. Cabendo divisar o farsesco da sociedade capitalista em seus períodos críticos e suas metamorfoses, o marxismo viria exigir a mediação concreta do ser humano e sua análise das reais condições históricas, a fim de superar ou manter as contradições do sistema. À primeira vista, iluminismo e filosofia da história pareciam irreconciliáveis com o espírito (crítico) desse tempo, fosse ele pronunciado como *Esprit du Temps* ou sob a emergente forma do *Zeitgeist*.

3.1.2 Biografia romântica e literatura, das revoluções aos impérios

Aristóteles estava errado; dizia que a arte imita a vida, mas é o contrário: a vida imita a arte. Onde estavam as névoas de Londres antes que Turner as pintasse? Não existiam. Ele teve de vê-las pela arte, para que depois elas passassem a fazer parte da vida, para que as pessoas começassem a vê-las.

OSCAR WILDE

As academias contribuíram ao avanço do gênero biográfico, a ocorrer no final do século XVIII.⁶⁰ Seu paradigma romântico, segundo Madelénat (1983), instaurou-se por meio da obra de James Boswell, *The Life of Samuel Johnson* (1791). Jorge Luis Borges declara que Boswell teria feito dessa biografia “uma obra dramática, com diversas personagens. Aí está Reynolds, aí está Goldsmith, algumas vezes, os integrantes do ‘Cenáculo’ ou, como diríamos agora, do círculo literário do qual Johnson era o líder” (ARIAS; HADIS, 2001, p. 151).

Nos passos da *Vida de Samuel Johnson*, muitas vezes comparada às *Conversações com Goethe* (1836-1848), de Johann Peter Eckermann, apareciam inumeráveis narrativas acerca dos “grandes vultos da história”, como Danton, Robespierre, Wellington etc. Em obras biográficas marcadas por aspectos romântico-positivistas, despontavam assinaturas de intelectuais famosos, como Jules Michelet, Max Stirner, Thomas Carlyle, Thomas Macaulay e outros. Na Paris de 1846, inclusive surgiu a “*História de Napoleão*, redigida por um mulato baiano, Caetano Lopes de Moura, que servira de médico nos exércitos do imperador e que se fixara como tradutor na capital francesa” (NEVES, 2002).

O conceito da personalidade em desenvolvimento, verificado nas *Confissões* de Rousseau (1770), também alcançava o universo romanesco, através do *Tristram Shandy* (1759) de Lawrence Sterne e do *Bildungsroman*, “romance de aprendizagem ou formação”, moldado em Goethe. No mesmo ano em que era publicado o volume primeiro daquela narrativa romanesca, Dr. Johnson editava *The History of Rasselas*, usualmente, comparada ao *Cândido* de Voltaire. Além da composição biográfico-ficcional centrada no príncipe Rasselas da Abissínia, o escritor inglês produziu trabalhos de cunho biobibliográfico sobre poetas conterrâneos, reunindo-os em *Lives of the Poets* (1779-1781).

A distinção entre as “belas-letras” e a literatura passou a vingar com as séries de fragmentos do romântico alemão Friedrich Schlegel (1772-1829), classificadas como *Kritische Fragmente*, ou *Lyceums-Fragmente* (1797), e *Athenäum-Fragmente* (1798). A primeira delas reservava especificidade às abrangências da poesia e, à zona literária, destinava

⁶⁰ Vide: LONGAKER, 1971; STAUFFER, 1970.

o amplo leque usualmente abarcado pela retórica. Aparentemente contraditórias, ambas as séries resultavam de concepções em vigência na então cultura germânica:

A antiga unidade das letras, corporificada por aquele que sabia combinar palavras e períodos, tende a se dissipar, substituída pela aproximação entre poesia e literatura. Mas tanto a preservação da unidade como a aproximação mais estreita são apenas tendências, passíveis de contradições. Para verificá-lo, será conveniente um breve percurso pelos dois conjuntos de fragmentos. Embora eles não tenham um objeto de eleição, é patente que privilegiam as formas poéticas e o que já é o gênero saliente da literatura, o romance (COSTA LIMA, 2006, p. 321-322).

Literature não fez parte do vocabulário inglês até os anos de 1800 enquanto, nas últimas décadas de 1700, *Poetry* designou as escritas, nem tão apenas em verso, contrapostas à ideologia do capitalismo inicial, como delata o ensaio de Percy Shelley, *A Defense of Poetry* (1821). A prosa seria considerada vulgar ou carente de inspiração e o conceito abarcado pelo termo “poesia” significava “imaginativo”. Sua ambigüidade sugeria essas visadas, pois encerrava a “ressonância do qualificativo ‘imaginário’, significando o que é ‘literalmente inverídico’, mas é também, de certo, um termo avaliativo, que significa ‘visionário’ ou ‘inventivo’” (EAGLETON, 1983, p. 20).

No final da centúria iluminista, literatura implicava qualidade estética, segundo aceções veiculadas pelo trabalho de Jean-François Marmontel, *Eléments de littérature* (1787). O mesmo pode ser dito sobre Madame de Staël e sua hiper-referida obra *De la littérature considérée dans ses rapports avec les institutions sociales* (1800). Desde o exílio dessa escritora e de Chateaubriand, a França começou a importar outros livros e ia perdendo a hegemonia literária sobre o mercado europeu, conquistada no início do século.

Os franceses tinham destaque, por exemplo, com as literaturas feminina, de viagens e burguesa. Conforme Aguiar e Silva (1974, p. 7), pouco sobra duma gama de narrativas editadas desde o iluminismo à crise que assinalou a modernização epistemológica:

Durante o império napoleônico, por exemplo, publicavam-se anualmente em França cerca de quatro mil romances: desta mol desmesurada de produções romanescas, apenas alcançaram a imortalidade *Adolphe* de Benjamin Constant e os breves romances de Chateaubriand (*René, Atala*).

De acordo com Paul Valéry (1997), a poética se revitalizou a partir de Edgar Allan Poe (1809-1849). Uma “nebulosa” estabelecida em França traduzia as composições e reciclava as idéias desse escritor norte-americano, não sem antes debatê-las e testá-las. A contar entre tais poetas, críticos, estetas e artistas, Charles Baudelaire (1821-1867) responsabilizou-se por veicular a palavra Modernidade, num artigo a que intitulou “*Le peintre de la vie moderne*” (1860-1863).

A utilização do vocábulo restringiu-se aos espaços artísticos, ao mesmo tempo em que a poética se limitava, normalmente, aos escritores e filósofos. A retórica destinava-se a professores e alunos, ou seja, às escolas e universidades, apenas oferecendo simplificadas enumerações de figuras em currículos dos anos de 1700 e 1800:

Rompe-se desse modo a congruência até então observada entre a literatura (clássica) e os discursos que a tomavam como objeto [...] Se o romantismo constitui, no âmbito das ideologias literárias, a senha para a superação da retórica e da poética, nos campos da especulação filosófica e da pesquisa científica, o mesmo pode ser dito respectivamente da estética e da história (SOUZA, 1992, p. 373).

Depois de 1848, uma vez apaziguados temporariamente os movimentos revolucionários, formavam-se os estados nacionais e ascendia o capitalismo industrial. O fortalecimento da cultura burguesa era seguido pela constituição do proletariado urbano e das organizações sindicais, bem como pela crítica de Marx à economia política em seu tratado *Das Kapital* (1867). Não sem motivos, Hobsbawm (1988) catalogaria esse período, que se estendeu até 1875, como a “Era do Capital”.

O mesmo historiador inglês (HOBSBAWM, 2003) denominaria “Era dos Impérios” ao interregno de 1875 a 1914, a se marcar pela expansão colonialista e pelas notações culturais da alta modernidade no transcurso do século XIX ao XX. Se literatura hoje significa pejorativamente uma expressão artificial ou afetada, isso se deve a Paul Verlaine (1844-1896) que imortalizou a frase *Et tout le reste est littérature*. O termo ainda nomeia uma sistematização do conhecimento literário, como acontece com: “literatura brasileira”, “literatura hispano-americana”, “literaturas afro-asiáticas de expressão portuguesa” etc.

Compartimentações dessa espécie vigorariam sob as práticas da literatura comparada, detida nas fontes e influências, ou se vinculando a uma das perspectivas da “história literária”. Por outro viés, os ensinamentos aristotélicos passavam aos manuais de estilo e retórica e a poética retomava o sentido anterior, de estudo das formas metrificadas, ou para expressar um conjunto de textos que apresentassem propriedades artísticas. Como disciplina, livrou-se da pecha normativa e incluiria a “vivência poética” entre seus objetos.

Na trajetória de institucionalização das ciências humanas, os estudiosos das letras dividiam-se entre a história da literatura, a crítica literária e a ciência da literatura, segundo as utilizações e os locais onde atuavam. Suas abordagens distribuíram-se entre os ângulos biográfico-psicologista, sociológico ou filologista. No final da 19^a centúria, somava-se àqueles ramos o “impressionismo crítico”, ligado ao estilo jornalístico a veicular-se nos diários, em periódicos, nas revistas e outros meios.

O método de Gustave Lanson (1857-1934) foi assinalado pelo eruditismo positivista dos compatriotas Charles-Victor Langlois (1863-1929) e Charles Seignobos (1854-1942). Segundo Compagnon (2006, p. 24), uma obra daquele professor de retórica serviria de *tertium comparationis* entre

o modelo da *história da literatura* e da *história literária* (a síntese versus a análise, o quadro da literatura em oposição à disciplina filológica, como o manual de Lanson, *Histoire de la Littérature Française* [História da Literatura Francesa], de 1895, frente à *Revue d'Histoire Litteraire de la France*, fundada em 1894).

Charles Augustin Saint-Beuve (1804–1869) faz-se recordar por seus retratos biográficos, ao estilo da *Galerie des femmes célèbres*, editada pela Garnier em 1862. O famoso crítico literário seria para sempre lembrado por não conceder os devidos valores a Balzac, Baudelaire e Stendhal: “faltara a seu ofício fosse por dedicar dezenas de seus *Lundi* a escritores medíocres e nenhum a Baudelaire, de quem, entretanto, se dizia amigo, fosse, sobretudo, pelo método que desenvolvera” (COSTA LIMA, 2006, p. 337).

Para Baudelaire, o tempo era um instante, o vivido, fugidio; com essa idéia, o poeta deu ânimo a renovado confronto de “moderninhos contra os antiquados”. No *fin-de-siècle*, cada novo movimento artístico, literário, até mesmo religioso, batizava-se ou era batizado de “modernismo”. A presença da literatura francesa era marcante na América Latina, de 1800 a 1860, e “até o começo da Grande Guerra, continuou a fazer-se sentir fortemente, sem impedir a infiltração de outras literaturas e correntes de pensamento” (JOZEF, 2005, p. 12).

A derrocada do historicismo trouxe uma vacilação entre os métodos da história literária e da “teoria da literatura”. A “teoria” é definida como um feixe de reflexão, gênero misto, ainda novo durante os anos de 1800, quando já mesclava crítica literária, filosofia moral, história intelectual e profecia social. Seu grande mérito consiste em sinalizar para o fato de que o senso comum é historicamente construído, “um corpus ilimitado de textos escritos que está sempre sendo aumentado. A impossibilidade de dominar a teoria é uma causa importante de resistência a ela” (COMPAGNON, 2006, p. 24).

Na tentativa de oferecer maior especificidade ao literário, Alexander Potebnia (1835-1891) escrevia uma obra a ser editada postumamente: *Notas para uma teoria da literatura* (1905). Os estudos literários esquadriavam suas fronteiras, onde ainda cabiam a comparação, a crítica e a historiografia literárias, as quais predominaram no século XIX. Trabalhos realizados pelos lingüistas Charles Bally, Ferdinand de Saussure e Karl Vossler

fariam com que uma herdeira da retórica — a “estilística” — engrossasse tal sistema de conhecimento e tivesse grande voga entre os alemães e os espanhóis.

A primeira guerra mundial dava início à *Era dos extremos* (HOBSBAWM, 1995) em cuja ponta, ocorreria o ato inaugural da teoria da literatura,⁶¹ atribuído ao movimento formalista russo. Em outro ponto, dilatava-se a produção criativa dos escritores ocidentais, em meio a tensionamentos constantes entre a continuidade modernista e o antimodernismo (LODGE, 1991, p. 3-16). Nem sempre apartadas pacificamente, essas tensões se inclinariam, de forma respectiva: a) ao privilégio da linguagem sobre a representação, de que é exemplo o concretismo brasileiro; b) aos modelos miméticos, cujas expressões bastante conhecidas encontram-se nos neo-realismos, no realismo socialista e no romance histórico.

A experiência imposta pela mimese veio gerando algumas dificuldades em teorizar acerca de tal conceito. Nem os tratados de Aristóteles lhe ofereceram tratamento explícito, ainda que o estagirita se demonstrasse lúcido ao formular, “com nitidez, a razão do interesse provocado pela *mimesis* trágica: o sentimento de alívio catártico. A poética da modernidade como que inverteu os fatores: a catarse é desprezível; o distanciamento, o desejável” (COSTA LIMA, 1981, p. 232).

Os historiadores julgariam o gênero biográfico inadequado, devido à carência de articulações lógicas e procedimentos analíticos, entretanto, as biografias não eram banidas, nem do universo dos escritores, nem dos leitores. Mesmo documentadas em textos, as vidas ilustres “podem classificar-se na linhagem clássica de transmissão da experiência comunitária. E foi, justamente, o esgarçamento dessa linhagem que sinalizou, para Walter Benjamin, a aceleração das perdas e transformações desencadeadoras da modernidade” (CARDOSO, 2002, p. 112).

A teoria e a arte poética de Paul Valéry ergueram a ponte que ligaria Edgar Allan Poe, a moderna lírica francesa e Jorge Luis Borges. Nascido na era do capital, aquele poeta das *Variedades* presenciou a *Belle Époque* dos impérios e viria a falecer no “breve século XX”. Da velha Europa ao Novo Mundo, a novidade apresentada pela estética dos tempos modernos reside na concepção de que os elos da literatura com o mundo, além de percorrerem o caminho do real ao imaginário, andam igualmente pela trilha inversa.

⁶¹ Considerações sobre a teoria da literatura são extraídas de: CULLER, 1999; LODGE, 1988; REIS, 1997; RICE; WAUGH, 1996.

3.1.3 Era dos extremos: a teoria da literatura e a moderna biografia

*Uma vez que a política esteticiza-se,
é necessário politizar a estética*

WALTER BENJAMIN

No ano de 1917, jovens estudiosos de São Petersburgo fundavam a *OPAIÁZ* (Sociedade para o Estudo da Linguagem Poética). Desejando aprofundar as investidas prévias do Círculo Lingüístico de Moscou, comporiam o “formalismo russo” e se ocupavam, de maneira especial, em oferecer caráter científico àquilo que se esboçava, na Alemanha, como uma ciência da literatura. Para eles, a “literariedade” consistia em atributos específicos do texto literário, em suma, o tratamento diferenciado da linguagem e a moldagem de universos ficcionais ou imaginários.

Contando entre as leituras dos formalistas, as reflexões filosóficas de Edmund Husserl dariam munição para que, na Polônia, Roman Ingarden concebesse uma vertente dos estudos literários, denominada “fenomenologia dos estratos”. Boris Tomachevski publicava *Teoria da literatura* (1925), mas a “revolução russa nos estudos literários” se veria bloqueada, por não se adequar às diretrizes traçadas pelo regime da nova União Soviética. Revistas e ampliadas pelo Círculo Lingüístico de Praga, as formalizações dos eslavos não surtiriam efeito imediato.

Terminologias e territórios à parte, o nazifascismo avançava sobre a Europa, enquanto a “escola morfológica alemã” dedicava-se a retomar o legado de Goethe, assim como a refutar o historicismo. A “teoria crítica”, ou “escola de Frankfurt”, desenvolvia pesquisas sobre cultura, literatura e sociedade, representando-se, em especial, por Herbert Marcuse, Jürgen Habermas, Max Horkheimer, Theodor Adorno e Walter Benjamin. À exceção desse filósofo, que acabaria por suicidar-se, os referidos intelectuais judeus, ou de ascendência hebraica, buscariam exílio após a segunda guerra, alguns deles, na América.

A “corrente textualista” dos estudos literários era defendida pelos empreendimentos teóricos e pelas histórias de vida: dum norte-americano emigrado à Inglaterra (T. S. Eliot); de um tcheco emigrado aos Estados Unidos (René Wellek) e de seu *partner* norte-americano, Austin Warren. Além de se apoiarem no crítico britânico Ivor Armstrong Richards, os textualistas sofreram o impacto da lingüística estrutural de Saussure. *Anatomy of Criticism* e *New Criticism* foram designações assumidas por essa “corrente formalista-estruturalista”.

A programática da “sociologia da literatura” empreendeu-se a partir das concepções de Georg Lukács. Ombro a ombro com a mirada sociológico-estilística do erudito germânico

Erich Auerbach, a teoria da literatura se tornava robustecida com o ingresso, em suas fileiras, das filosofias da existência, destacadamente, do “existencialismo” de Jean-Paul Sartre. Em 1948, esse pensador indagava: *O que é a literatura?* e, nas recordações da segunda guerra mundial, portanto, bem antes de Pierre Bourdieu, anunciara o extravio definitivo da “ilusão biográfica”, a qual “consistiria em acreditar que uma vida vivida possa assemelhar-se a uma vida contada” (QUINTILIANO, 2005, p. 279).

As linhas fenomenológicas dos estudos literários se difundiam, tanto quanto o *New Criticism* americano. Seus pontos cardeais localizam-se nos Estados Unidos de 1948, com o lançamento do livro escrito por Warren e Wellek — *Teoria da Literatura* (1956) — e na França, com a tradução dos formalistas, a que procederia Tzvetan Todorov, em 1965. Roman Jakobson apostou na textualidade, a qual se veria reforçada na metade dos anos 50, com a semiótica, o estruturalismo francês e a semiologia.

Os empreendimentos do romanista Ernst Robert Curtius – autor de *Literatura européia e Idade Média latina* (1948) – mais se inclinavam à ciência da literatura. O filólogo germânico não acreditava em tamanha mobilidade do literário que, ao enfrentar as mudanças “da história, correspondesse sua não-identidade com períodos atravessados por uma constelação histórica diversa. Sem ter pretendido colaborar com a teoria da literatura, Curtius lhe fornece entretanto um material de primeira ordem” (COSTA LIMA, 1975, p. 24).

No percurso da literatura comparada, são de extrema valia as pesquisas dos formalistas eslavos. Suas abordagens viriam somar-se à efetivação de leituras contrastivas entre obras de diferentes nacionalidades, prática recorrente nos estudos literários. O conjunto ganharia vigor com a entrada dos conceitos bakhtinianos na Europa ocidental, sobretudo, a noção de uma dinâmica da incidência ideológico-social, responsável pelo diálogo efetivo da obra literária com as coordenadas histórico-sociais que a regem.

Cada um a sua maneira, o anglo-argentino Jorge Luis Borges e o norte-americano, residente na Inglaterra – T.S. Eliot – haviam proposto maneiras diferenciadas de abordar a tradição literária. Novas discussões nesses domínios alimentavam-se desde que Borges publicara sua primeira coletânea de contos: *Historia universal de la infâmia* (1935). Esse mestre na montagem de jogos do real com a ficção logo se tornaria famoso, ao levantar problemas que seduziriam as investigações da literatura em toda a extensão do século XX.

Autoria, duplicidade, intertexto, tradução e transculturalidade eram temas amplamente discutidos pelo aclamado escritor. Em dois de seus ensaios, “Kafka y sus precursores” (1989,

p. 170-174) e “Pierre Ménard, o autor do Quixote” (1986, p. 29-38), Borges considera que cada escritor cria seus antecessores, ou que nossas concepções de autoria, passado e futuro são passíveis de mudança. O autor d’*O informe de Brodie* constrói determinada imagem de história, ao elaborar “uma narrativa que, de certo modo, descreve e explica, organizando os tópicos do discurso de acordo com um quadro de referências, estabelecendo conexões entre autores e textos, de uma maneira específica” (JOBIM, 1992, p. 139).

Em artigo que igualmente desloca idéias de influência e subalternidade, João Carlos Teixeira Gomes (1995, p. 71-93) pensa em “literaturas emissoras e literaturas receptoras”. Sob tal perspectiva, Borges, os poetas concretistas brasileiros e o romancista Jorge Amado inverteriam tradicionais relações de dependência. Suas obras definem expressões remetidas a culturas que, anterior e equivocadamente, eram tomadas como matrizes das literaturas argentina e brasileira. Gomes inclui, no rol das literaturas emissoras, a forma “real maravilhosa”, assumida por grande parte das narrativas hispano-americanas.

Segundo declarava o franco-cubano Alejo Carpentier em 1949, no prólogo de seu romance *El reino de este mundo* (1969, p. 7-14), o “real maravilhoso” liga-se ao fato de que o mito não decorre somente da fantasia. Presente na realidade americana, tal característica se identificaria como um espaço em anexo à vida cotidiana. Por isso, “temos de dar nome a nossas coisas, a nossos homens, e projetá-los nos acontecimentos universais para que o cenário americano deixe de ser uma coisa exótica” (CARPENTIER, 1984, p. 77).

A tal objetivo, visava uma grande parte dos ficcionistas latino-americanos durante as décadas de 40 e 50, dentre os quais, além de Borges, avultam Bioy Casares e Julio Cortázar, bem como um ítalo-cubano de nome Italo Calvino. A fecundidade desses narradores encontrou amparo no incremento das “políticas de cooperação entre as Américas”. Num contexto beneficiado pelo avanço dos meios de comunicação de massa, o irmão do norte recebia significativa leva de imigrantes dos vizinhos países latinos, ao mesmo tempo em que lhes exportava uma nascente cultura de massas e o *American Way of Life*.

Do outro lado da guerra fria, o entusiasmo suscitado pela revolução cubana de 1959 contribuiu também, com seus ideais emancipatórios, para difundir os bens simbólicos das Américas. Explodia o *Boom* romanesco, portanto, sem nascer de uma partogênese, como poderia ter parecido a alguns dos mais desavisados *Latin-Americanists*. Destecendo as leituras de Jorge Luis Borges, por exemplo, é público e notório que, nos ensaios de suas ficções, correm juntos, tanto Leibniz quanto Schopenhauer e suas filosofias.

Em objetos cotidianos, nas obras de arte ou nos bens de consumo, as experimentações do modernismo veiculavam a crítica situação do mundo:

Como a utilização *natural* das forças produtivas é bloqueada pelas relações de propriedade, a intensificação dos recursos técnicos, dos ritmos e das fontes de energia exige uma utilização *antinatural*. Essa utilização é encontrada na guerra, que prova com suas devastações que a sociedade não estava suficientemente madura para fazer da técnica o seu órgão, e que a técnica não estava suficientemente avançada para controlar as forças elementares da sociedade [...] é a forma mais perfeita do *art pour l'art*. Na época de Homero, a humanidade oferecia-se em espetáculo aos deuses olímpicos; agora, ela se transforma em espetáculo para si mesma (BENJAMIN, 1994, p. 196).

No “tempo dos homens partidos”, Alejo Carpentier fez-se amigo do líder surrealista André Breton, em cujo círculo, a leitura de Nietzsche apresentava-se como basilar. Assinalado pelo surrealismo, Humphrey Jennings foi uma das mais importantes figuras da série de ações culturais e conjuntas, desencadeadas após o choque da primeira grande guerra. Se tal movimento deveria suscitar, “na Grã-Bretanha, uma mobilização pela ‘restauração cultural’ nos círculos da intelectualidade conservadora, ele teve também o efeito de abrir o leque das teorias e das práticas culturais nos setores críticos” (MATTELART; NEVEU, 2004, p. 40).

A partir dos *English Studies* – ensino de língua inglesa à classe operária – e no bojo do *New Criticism*, erguera-se o “Materialismo Cultural”. Sob a liderança de F.R. Leavis, os intelectuais britânicos que o representaram veiculavam suas perspectivas na revista de crítica literária *Scrutiny*, a circular entre os anos de 1932 e 1953. Eles confrontariam a *Great Tradition* inglesa com a cultura de massas, detendo-se em sentidos históricos e sociológicos das culturas.

Desse *Big Bang*, irradiavam-se os *Cultural Studies*, cuja teoria e prática viriam desafiar os limites tradicionalmente definidos entre a cultura popular e a erudita. A metodologia dos estudos literários viu-se afetada pela biografia, pela estatística, pela história oral e pelos recursos audiovisuais. De tal forma, e na tentativa de compreender uma expressão cultural de importante recepção pelo grande público, refutou afirmações correntes de que o gênero biográfico era preterido pelo materialismo histórico na primeira metade do século XX.

Para tanto, convoco a marxista Rosa Luxemburgo no livro de Paul Frölich (1976). Além dessa narrativa, podem ser listadas: a obra de David Riazanov (1973) sobre os trabalhos e as vidas de Karl Marx e Friedrich Engels, assim como a biografia de Marx escrita por Franz Mehring (1973). Essa pequena mostra confirma que as biografias recuperavam prestígio, instituindo seu paradigma (ex)contemporâneo, desde *Times Square* a São Petersburgo.

Nos Estados Unidos, as edições de narrativas biográficas alcançavam o montante de:

4.800 entre 1916 e 1930; ou seja, uma média de 320 por ano. Foi então que autores como Litton Strachey, Emil Ludwig, Stefan Zweig e André Maurois estabeleceram o paradigma contemporâneo da biografia, recorrendo aos *insights* propiciados pela literatura, pelo historicismo alemão, pela revalorização da intuição por H. Bergson e pelas teorias psicanalíticas de S. Freud, que resultaram numa imagem mais complexa do indivíduo, fracionado em personalidades diversas, nem sempre congruentes nem conciliáveis. Ludwig, por exemplo, tinha como ideal ‘alcançar a semelhança psicológica de um romance, guardando ao mesmo tempo a precisão histórica de um diário íntimo’ (NEVES, 2002).

A referência se autentica por meio da técnica medieval do rodapé de página. Longe duma utilização expletiva ou ilustrativa, as citações das quais me sirvo operam como importante meio para conceder o devido reconhecimento a trabalhos que antecedem esta pesquisa. Da mesma forma, localizar reflexões precedentes funciona como uma “política de resistência do discurso intelectual – não só aos processos sumários da mídia, como também à ambição da certeza plena por parte de corporações de especialistas” (CARDOSO, 2002, p. 113).

Num livro que me provoca o “eterno retorno” – *História e consciência de classe* (1923) – Georg Lukács deixa claro que jamais pressuporia um reconhecimento acrítico das investigações de Marx. Não significa uma “fé” cega em suas teses, “nem a exegese de um livro ‘sagrado’. Em matéria de marxismo, a ortodoxia se refere antes e exclusivamente ao método. Ela implica a convicção científica de que, com o marxismo dialético, foi encontrado o método de investigação correto” (LUKÁCS, 2003, p. 64):

A quem ainda cause surpresa uma conhecida atração de Walter Benjamin pela Cabala e os arcanos do tarô, cabe lembrar que os marxistas não denegam a zona da crença. O marxismo nem refuta uma possível existência das esferas irracionais, nem ao menos tenta dissimulá-la. “Distingue-se, contudo, do pensamento conservador, pelo fato de conceber esta irracionalidade relativa como potencialmente compreensível através de novos métodos de raciocínio” (MANNHEIN, 1968. p. 154).

Neste sentido, Hans Georg Gadamer (1997) localizaria o *ethos* da ciência moderna, desde as formulações cartesianas, na condição segundo a qual apenas um objetivo de certeza satisfazia às condições da verdade. Outro fundamento epistemológico articulava sua dimensão hermenêutico-discursiva. A teoria vem integrar a ciência e, ao derivar da verdade para a verificabilidade, a teoria “estabelece uma ruptura decisiva com as figuras de saber do Ocidente grego e cristão. O que prevalece agora é a idéia de método” (p. 55).

Um acelerado incremento dos *mass media* parecia ressuscitar, dentre os mortos, aquela batalha demasiado antiga entre *Alêtheia* e *Dóxa*. Suas ficções, como outras, seguem os parâmetros de distanciamento do real. Na teoria de Iser, os espaços vazios, a serem complementados pelo leitor, permitem “a comunicação, quer literária, quer não, explicando-se assim a relação entre o novo e a repetição. É claro que esta relação não ocorre linearmente, mas sim através de regressões e progressões sucessivas, sem se fechar numa harmonia com qualquer tipo de identidade” (LOBO, 1992, p. 240).

Uma vez que o pretérito não se deixa apreender, é mister não distinguir entre seus traços úteis ou inúteis. Guidas pelo princípio construtivo, as narrações de experiências comuns geram outras narrativas, abertas e fragmentárias, nas quais a rememoração pode desencantar futuros e captar o tempo de agora. A partir dos erros lidos ao avesso, o porvir é prometido desde a ação presente; também o projeta, ao refletir sobre os instrumentos que viabilizam atos e atitudes do dia-a-dia:

as anotações que faço durante a leitura são mantidas na memória vicária do meu computador. Tal como o estudioso renascentista que podia perambular à vontade pelas câmaras de seu palácio da memória para recuperar uma citação ou um nome, eu entro cegamente no labirinto eletrônico que zumba atrás do monitor. Auxiliado pela memória dele, posso lembrar mais exatamente (se a exatidão é importante) e mais copiosamente (se a quantidade parece valiosa) do que meus ilustres antepassados, mas ainda preciso ser aquele que encontra uma ordem nas notas e tira conclusões. Trabalho também com medo de perder um texto ‘memorizado’ — medo que para meus ancestrais só vinha com as dilapidações da idade, mas que para mim está sempre presente: medo de uma falta de energia, de tocar na tecla errada, de falha no sistema, de vírus, de um disco defeituoso, coisas que podem apagar tudo na minha memória, e para sempre (MANGUEL, 1997, p. 80).

Esse fragmento concede atualidade às teses de Benjamin (1994, p. 222-234), segundo quem, a narrativa histórica deveria estruturar-se como a obra proustiana; cada narração a ensejar uma outra e, assim, sucessivamente. As narratividades concebidas pelo filósofo sino-germânico partem das experiências compartilhadas, de um passado a carregar os indícios do mistério. Atuações e vivências haveriam de empurrar a humanidade para o caminho da redenção.

3.2 MAL DE ARQUIVO: AS ESTÉTICAS E AS POLÍTICAS

Tinham o poder de interpretar os arquivos. Depositados sob a guarda desses arcontes, estes documentos diziam, de fato, a lei: eles evocavam a lei e convocavam a lei. Para serem assim guardados, na jurisdição desse dizer a lei, eram necessários, ao mesmo tempo, um guardião e uma localização. Mesmo em sua guarda ou em sua tradição hermenêutica, os arquivos não podiam prescindir de suporte nem de residência.

JACQUES DERRIDA
Mal de arquivo

3.2.1 Estremaduras: historiografia e a história em revista

A relação que a história mantém com diversas ciências lhe permite exercer, com referência a cada uma delas, uma função crítica necessária, e lhe sugere também o propósito de articular em conjunto os limites evidenciados desta maneira.

MICHEL DE CERTEAU
A escrita da história

A filologia moderna era visualizada por Benedetto Croce (1866-1952) em *Teoria e storia della storiografia* (1915). Ao refletir sobre a crítica documental, ele diferenciou entre *Res Gestae* – a história enquanto ação realizada – e *Historia Rerum Gestarum*: a historiografia, o estudo das questões históricas, o trabalho crítico em sua concretude. Contrapondo essa operação, relacionada ao conhecimento e aos objetos reais, àquela narração fundada no ideal de captar a essência das coisas desconhecidas, o filósofo italiano desviou-se do modelo que seguia, baseado no idealismo historicista.

À direcionalidade hegeliana, voltou-se Antonio Gramsci (1891-1937) que, em seus “cadernos de cadeia”, interpretaria o materialismo histórico sob a forma de um historicismo:

A afirmação de que super e infra-estruturas formam um bloco histórico — dito em outras palavras, que o ‘conjunto complexo, contraditório e discordante da superestrutura é o reflexo do conjunto das relações sociais’ [...] — foi, de modo geral, interpretada como um abrandamento da doutrina das relações entre infra e superestruturas que Marx tinha deixado no vácuo e que me parece a parte mais falsa, mais fraca e mais perigosa do materialismo histórico, mesmo que Marx não tivesse reduzido a estrutura à economia (LE GOFF, 2003, p. 99).⁶²

Acontecia uma histórica mudança, classificada por François Furet (1986, p. 81-98) como passagem “da história-narrativa à história-problema”.⁶³ O trânsito define-se pela “invenção das fontes”, bem como pela ruptura com a narrativa e o evento singular, de modo a enfrentar a história “acontecimental”, “evenemencial”, ou “historizante”. A sétima linha da ciência histórica, iniciando “a partir dos anos 1930, conhece ao mesmo tempo uma crise e uma moda da história, uma renovação e um alargamento considerável do território do historiador, uma revolução documental” (LE GOFF, 2003, p. 112).

Historiadores envolviam-se em calorosos debates, por exemplo, com a sociologia geral de François Simiand ou a com psicanálise freudiana. Os psicanalistas teriam sido pioneiros

⁶² O primeiro livro escrito em conjunto por Marx e Engels – *A ideologia alemã* – não dá nenhum fundamento a qualquer concepção idealista da história. A produção da vida, feita por ações concretas, essa sim, é considerada um fenômeno histórico. Cf. DANTAS JÚNIOR, 2005.

⁶³ A tese de George Lefebvre, *Paysans du Nord de la France pendant la Révolution* (1924) contribuiu sobremaneira à referida mudança. Cf. CERTEAU, 2002, p. 111.

em abordagens detalhadas do sujeito: “reduzindo a migalhas a confusão dos sonhos, Freud concebia o infinitamente pequeno não apenas como um índice indispensável, uma pista que permite encontrar o sentido geral, mas como um ponto nodal, ‘sobredeterminado’, para o qual convergiam suas motivações e pulsões” (LORIGA, 1998, p. 243).

As diversas compreensões do marxismo,⁶⁴ a crise do progresso e o incremento das ciências sociais transfiguravam o *design* dos arquivos que, no lugar das coleções documentais,⁶⁵ reuniram seus dados em séries de longos períodos. A história serial tornou-se a locomotiva da primeira geração dos *Anais*. Reunidos entre os anos de 1920 e 1930 em torno à revista *Les Annales: L'Histoire Economique et Sociale*, seus principais expoentes, Lucien Febvre e Marc Bloch, combatiam por aproximar a ciência histórica a outras ciências humanas.

Febvre advertia sobre a necessidade de questionar o documento em si, alargando seu conceito a tudo aquilo que revelasse a presença dos seres no tempo. Contra a idéia de reconstrução objetiva do passado, também reagiram Lewis Namier e R. H. Tawney na Grã-Bretanha do mesmo período, de maneira que os historiadores franceses não se achavam sozinhos em sua empreitada. Após a morte de Bloch (1944), as renovadas idéias de história se estabeleciam através da publicação periódica *Les Annales: Économies, Sociétés, Civilisations*.

Depois do falecimento de Febvre (1956), Fernand Braudel, Robert Mandrou e Marc Ferro notabilizaram a segunda geração dos *Anais*. Apoiando-se nas técnicas viabilizadas pelo computador, os historiadores passavam a estudar as forças profundas da história, apreensíveis na longa duração. A história total preconizada por Braudel (1958) teve por foco privilegiado a análise das estruturas, valorizando as mudanças econômico-sociais, de longo prazo, e as geo-históricas, de muito longo prazo.

Vários historiadores preocupavam-se com as opiniões das pessoas comuns e suas experiências de mudança social, assim, as fontes não mais se restringiam aos documentos. Apesar de tamanha repaginação da história, a crítica dos documentos ainda se calcava nos métodos aperfeiçoados pelos eruditos. O ponto alto da história quantitativa seria alcançado

⁶⁴ A importância de Marx é difícil de precisar, residindo, principalmente, na crítica do positivismo e nas afirmações sobre a história, distintas de suas considerações sobre a sociedade em geral. Associada a essa linha de pensamento, a “história marxista” orienta várias frentes de estudo e ação, mostrando-se tímida na França das décadas de 1920/30. A reiterada e frágil utilização de alguns elementos de Marx enforma a expressão “marxismo vulgar”. Cf. HOBBSAWM, 1982, p. 244-261.

⁶⁵ Documentos partem da escolha do historiador; a história os transforma em monumentos, apresentando uma massa de coisas que precisam ser dispostas em conjunto. Monumentos são heranças do passado; perpetuam a recordação; no século XIX, denominaram as grandes coleções de documentos. Cf. FOUCAULT, 1987; LE GOFF, 2003, p. 525-541.

entre os anos de 1950 e 60, quando a observação dos movimentos coletivos sobrepujasse as ações estudadas através da ótica de uma personalidade.

O afastamento da narrativa se transformava num dos algozes da biografia:

coube aos *Annales* as mais poderosas críticas ao método. E, embora Febvre e Braudel tivessem tomado figuras históricas como marcos referenciais de suas obras, o fizeram no sentido de situar tais vidas no correr da longa duração: Rabelais, Lutero e Felipe II estariam, assim, inelutavelmente submetidos às ‘forças profundas da história’ (MOTTA, p. 105, 2000).

Mesmo que a historiografia tradicional dominasse até o movimento estudantil do maio de 1968, as reformulações proporcionadas pelos *Anais* fecundariam sua “terceira onda”. A próxima geração ampliava os objetos historiográficos, a ponto de se confundir com a *nouvelle histoire*. Entre aqueles que organizaram, divulgavam e tentariam definir a “nova história”, encontravam-se Jacques Le Goff e Pierre Nora, ambos, destacados estudiosos da memória.

A ciência histórica estreitava seus laços com a antropologia social, a biologia, a literatura, a psicanálise, a semiologia e a sociologia, em paralelo ao sucesso do estruturalismo. A história veio tratar do cotidiano, das festas populares, dos fenômenos fronteiraços da cultura etc. Ações de grupos minoritários, descolonização, feminismo e revalorização da oralidade atingiram o que se fortaleceria como história cultural,⁶⁶ cujas fileiras engrossavam com as “mentalidades” (LE GOFF; NORA, 1995).⁶⁷

Os historiadores da cultura destacariam a função das representações no mundo social, correspondendo aos vínculos da etnologia com os estudos históricos. Suas novas balizas históricas esbarravam em questões de síntese, métodos, fontes e definição. Le Goff (2001) aventa o esmaecimento das fronteiras entre campos que se opunham, como acontecimentos e estruturas, erudito e popular, história política e não-política, voltando-se para escritas até então dispensadas, literárias ou de arquivos: os “etnotextos”.

A história experimentaria uma “virada epistemológica”, retornando ao acontecimento, à biografia, à narrativa e à política, mas em temáticas ou formas reestruturadas. Distinguiam-se nesses limites: a antropologia histórica;⁶⁸ a história

⁶⁶ No campo da história da cultura, são consideradas as relações da historiografia com as histórias da arte, da ciência e da literatura. Cf. BURKE, 1992, p. 195-236; LE GOFF, 2001, p. 177-202.

⁶⁷ As *mentalités* valem-se da psicanálise freudiana; abordando as ideologias, o imaginário social e grupos à margem do discurso hegemônico, intercomunicam-se com as histórias do imaginário e dos marginais. Mantendo elos com alguns pressupostos da história sócio-econômica, constituem-se como a primeira fase da história cultural. Cf. CHARTIER, 1990.

⁶⁸ Essa corrente valoriza a antropologia cultural ou simbólica. Também denominada “etno-história”, embora se manifestasse no século XVIII, vai renascer com Ariès, Certeau, Le Roy, centrado-se no estudo do folclore e das conjunturas menos formuladas da cultura, da história e da política. Cf. BURGUIÈRE, 2001, p. 125-148.

imediate;⁶⁹ o neomarxismo, com Christopher Heill, Edward Thompson, Eric Hobsbawm, Maurice Godelier e Pierre Vilar. A atenção a setores anteriormente excluídos tece uma rede de intercomunicações, que se verifica na história vista de baixo, na história dos marginais e na micro-história.⁷⁰

Os historiadores buscariam suas técnicas no público e no privado, na micro-narrativa, nas histórias em *flash-back*, nos múltiplos pontos de vista. A obra marxista fundamentava uma zona que seria classificada como história social. Conforme Rojas (2000, p. 12):

Depois de Marx e durante todo o século XX, os *Annales de História Econômica e Social*, a historiografia socialista britânica, a micro-história italiana recente, e todas as correntes que representaram, no momento de seu surgimento, inovações ou rupturas importantes no campo da historiografia, construíram-se sempre, de modo preciso, sobre a negação da história positivista, sobre a base da crítica e desconstrução a esse tipo de história dos grandes homens, dos grandes acontecimentos históricos, das grandes batalhas, com o qual o estudo da biografia, no seio da historiografia inovadora, em geral, caía um pouco em desuso.

Enriquecia-se o conteúdo da documentação histórica, sendo fonte mais apropriada a que fornecesse dados maciços, como os registros das paróquias. O historiador deveria constituir as próprias fontes, alargando-as para além dos textos tradicionais e, assim, tratar o novo documento, convertido em dado, “como um documento/monumento. De onde a urgência de elaborar uma nova erudição capaz de transferir este documento/monumento do campo da memória para o da ciência histórica” (LE GOFF, 2003, p. 539).

Certeau (2002, p. 78) alerta às implicações particulares que se infiltram na construção textual, pois a história se articula com o lugar onde é produzida. Discorrendo sobre a popularidade atingida pelas narrativas históricas sob diversas formas, como a do romance histórico, Le Goff (2003, p. 16) destaca: “as nações do Terceiro Mundo se preocupam, antes de mais nada, com dotar-se de uma história – o que, de resto, talvez permita tipos de história extremamente diferentes daqueles que os ocidentais definem como tal.”

As reestruturações que tomavam conta da historiografia e dos estudos literários fertilizariam os vínculos mantidos por esses campos. A convivência entre historiadores e profissionais das letras geraria atitudes dissonantes: ou de revalorar a história, ou de relativizá-la. Carlos Rojas (2000) pensa que o contato aproximado dos historiadores com as biografias lhes proporciona análises mais intensivas dos fatos. Além disso, conduz a

⁶⁹ Seus componentes são as proximidades temporal e material do tema e do fato narrado. A expansividade dos *media* é crucial à mútua implicação do historiador e do jornalista. Cf. LACOUTURE, 2001, p. 215-240.

⁷⁰ A micro-história nasceu na Itália, ressaltando o intercâmbio com as ciências sociais, a redução das escalas observáveis e o estudo intensivo dos documentos. Cf. LEVI, 1992, p. 133-162.

reconsiderações acerca de uma dialética liberdade/necessidade, na qual se envolveram filósofos, historiadores e filósofos da história. Para ele, o gênero biográfico pode minar perspectivas que, “concebendo o progresso histórico como uma simples curva acumulativa de avanços necessários e inelutáveis, terminam por apagar e eliminar o caráter contraditório, de encruzilhada e, de certa forma, aleatório do próprio devir histórico” (p. 39).

Vigentes no século XIX, duas concepções quanto à estruturação biográfica se mantêm durante a 20^a centúria. Numa delas, o contexto serve meramente como pano de fundo; na outra, é o produtor da necessidade, das possibilidades, inclusive, da realidade do “vulto” biografado. Em qualquer uma de tais perspectivas, a remontagem das trajetórias individuais apresenta distintos resultados, conforme a força, a função histórica ou a relevância das pessoas cujas histórias dão biografias (ROJAS, 2000, p. 30-31).

Se Freud detectou o “mal-estar na civilização”, a biografia ultrapassaria o caráter apologético, admitindo que uma vida seja explicável consoante as vivências históricas do sujeito e construída segundo valores literários. Em tais circunstâncias, o psico-historiador Peter Gay (1989) elabora sua narrativa biográfica sobre o psicanalista judeu-austríaco. Os métodos utilizados pelos biógrafos auxiliam no desvelamento das estremaduras por onde transitam as existências individuais e as malhas impositivas da história.

3.2.2 Teoria literária, estudos culturais e comparativismo

*Chamei de mau gosto o que vi
de mau gosto o mau gosto
é que Narciso acha feio
o que não é espelho...*

CAETANO VELOSO

Possíveis fundamentos à crise da metafísica, da razão e do sujeito, que vincam os séculos XX e XXI, vêm sendo em geral tributados a Marx, a Nietzsche e a Freud, os “mestres da suspeita”. A postura de colocar em dúvida, inclusive aos “profetas” do incredulismo, atinge tanto as humanidades quanto as ciências físicas. Da ocorrência de situações que desafiam verdades fixadas como inquestionáveis, oferecem exemplos, por suas próprias existências, a bioética, a biomedicina e a biotecnologia genética.

Métodos e técnicas de efeitos provocativos, como a clonagem, até de seres humanos, parecem derivar dos embates contra as tradições hegeliana e iluminista. No campo literário,

tais contraposições deram acesso, entre outras coisas, ao re-debate da mimese. No presente momento da tese, interessa-me a revisão desse conceito, no âmbito das reflexões de Luiz Costa Lima (1988). Daí sublinhar o complexo identificatório por ele detectado em Nietzsche, Heidegger, Derrida, Gilles Deleuze, Lyotard e Borges (COSTA LIMA, 1980, p. 229-258).

As presenças de Husserl e Heidegger impunham-se aos estudos literários. Reflexões de tais filósofos confluíam dos círculos fenomenológicos e da poética gerativa de Noam Chomsky à escola de Zurich, representada por Emil Staiger, e à crítica ontológico-hermenêutica, defendida no Brasil por Eduardo Portela. A poética desviava-se à “categoria do *poético*, noção que, sem se confinar à especificidade da Literatura, assimila as instâncias do literário e do existencial” (SOUZA, 1987, p. 52).

A teoria literária haveria de marcar suas diferenças em relação à teoria da literatura, pois essa última constitui um braço da literatura geral e do comparatismo. Um teórico da literatura reflete sobre as condições da literatura em si, da crítica literária e da história literária, assumindo papel de crítico da crítica, ou seja, de metacrítico. Por sua vez, o teórico literário demonstra caráter de maior opositividade, identificando-se mais com a crítica à ideologia, dentro dessa, à teoria da literatura.

Em tais marcos, a teoria literária era colocada em prática desde os formalistas russos:

passa a existir quando a abordagem dos textos literários não é mais fundada em considerações não lingüísticas, considerações, por exemplo, históricas ou estéticas; quando o objeto da discussão não é mais o sentido ou o valor, mas modalidades de produção de sentido ou de valor. Essas duas descrições da teoria literária (crítica da ideologia, análise lingüística), se fortalecem mutuamente, pois a crítica da ideologia é uma denúncia da ilusão lingüística (da idéia de que a língua e a literatura são evidentes em si mesmas): a teoria literária expõe o código e a convenção ali onde a teoria postulava a natureza (COMPAGNON, 2006, p. 24).

A partir de Bakhtin, Julia Kristeva elaborava o conceito de intertextualidade, figurado e a refigurar-se nas pesquisas narratológicas de Gérard Genette. As formalizações da teoria literária, em particular, o estabelecimento do referido mecanismo intertextual, convergiam às teorias receptivas e do efeito. A dívida de certas obras para com as antecessoras se livraria do estigma da minoração, fazendo-se entender como procedimento corriqueiro.

O feixe textualista dos estudos literários vivia estado de apogeu nos anos 60-70, encorpado pelas produções de Claude Brémond a Claude Lévi-Strauss; desde Algirdas Greimas, a Barthes e Todorov. A sociologia era atingida pelo estruturalismo, no reaproveitamento que dele fez Louis Althusser, chegando aos *Aparelhos ideológicos de*

Estado. O intelectual argelino igualmente notava que o trabalho de Gramsci, ao interpretar o materialismo histórico sob a forma de um historicismo,

apesar dos perigos de fetichização dos diversos gêneros que implica — é destruído pela sua concepção da ciência como infra-estrutura. A história — confundidos os dois sentidos da palavra — torna-se também ‘orgânica’, expressão e instrumento do grupo dirigente. A filosofia da história é elevada ao seu expoente máximo: história e filosofia confundem-se, formam também um outro tipo de ‘bloco histórico’ (LE GOFF, 2003, p. 101).

Se o estruturalismo definiu-se como escola, Jacques Lacan, Michel Foucault e Roland Barthes marcavam suas independências em relação ao movimento. No ano de 1967, o último veiculava sua bombástica inferência quanto ao “efeito de real”, a ocorrer quando os significados fossem extraídos dos discursos, permitindo, em aparência, confrontar a realidade com sua expressão. A “estrutura da narrativa, elaborada no cadinho das ficções (através dos mitos e das epopéias), torna-se, a uma só vez, signo e prova da realidade” (BARTHES, 2004, p. 157).

No mesmo ano, e numa década marcada pelo predomínio da lingüística estrutural sobre as humanidades, Hans Robert Jauss inaugurava outra forma de estudar o literário, em conferência editada posteriormente, com os respectivos títulos de *História da literatura como provocação à ciência da literatura* e, mais tarde, *História da literatura como provocação*:

A ruptura com a idéia de que a obra de arte é invariável e intocável, resíduo do idealismo vigente na estética desde seus inícios, bastaria para assegurar a Jauss cadeira cativa entre os notáveis da Teoria da Literatura, campo de reflexão que, para ele, deságua na história da literatura. Eis por que uma conferência bastaria para perenizar seu nome. É claro que não foi só assim: ele escreveu vários livros, lecionou por muito tempo em Constança, foi convidado para atuar em outras universidades e colaborou em congressos e simpósios internacionais (ZILBERMAN, p. 3, 1997).

A “estética da recepção” havia tomado por base os ensinamentos hermenêuticos de Gadamer, ex-professor de Jauss em Heidelberg. Com os aportes de Wolfgang Iser (1979, 1996a, 1996b), a teoria se incrementava em seus objetivos de conceder maior importância ao leitor no circuito das obras literárias. Deslocou-se um trajeto que, do autor, se concentrara no texto e passava a levar em conta a interação entre os três agentes.⁷¹

⁷¹ A teoria de Jauss caracteriza-se por uma refutação aos métodos tradicionais da historiografia literária, particularmente, no que tangem à narração amarrada, e cronologicamente alinhada, de acontecimentos artísticos aos fatos de uma época ou sociedade. Compreendendo a obra literária em sua história mesma, como se fosse um organismo vivo, em diálogo permanente com as diversas sociedades. Conforme o teórico, ainda que o texto seja uno, transforma-se em outro, ao responder diferentes questões, provocadas por leitores os mais variados. Cf. ZILBERMAN, 1989.

Ainda em 1967, Derrida trouxe a conhecimento suas obras *A escritura e a diferença* e *Gramatologia*, nas quais cintilam “operadores textuais” característicos de sua produção: “suplemento”, “rastros”, *phármakon*, *dissémination* etc. Qualificado estudioso do pensamento derridiano em nosso país, Evando Nascimento chama atenção, no texto do pensador francês, ao “Pé de página, desvio ou margem, as notas formam um ‘perigoso suplemento’ de leitura, aberto em seu próprio espaço, exigindo uma nova ciência do texto. Elas inferem uma ‘dobra’, o *pli* que marca o tempo e o lugar da escrita” (NASCIMENTO, 2001, p. 34).

A nota derridiana equipara-se a uma epígrafe: “para quem sabe ler, importam às vezes mais do que o texto dito principal ou capital” (DERRIDA, 1972, p. 230). Unido a esse filósofo pelo “princípio do prazer”, Deleuze publicava *Diferença e repetição* (1968), *A lógica do sentido* (1969) e textos a respeito de filósofos ou escritores, tais como Alfred Jarry, Foucault, Francis Bacon, Kafka, Kant, Nietzsche, Proust, Sacher-Masoch e Espinosa. O autor se acompanharia do psicanalista Félix Guattari, numa produtiva cumplicidade intelectual.

Ao limiar dos anos 60, Edward Thompson, Raymond Williams e Richard Hoggart dialogaram com o sociólogo da literatura Lucien Goldmann, divisando o literário como potente arma na efetivação de políticas orientadas ao social. Sem abdicar do debate, nem excluir a cultura do combate, organizaram-se na *New Left Review*, periódico que expressava idéias dessa “nova esquerda” inglesa. Junto ao intelectual jamaicano Stuart Hall, ao historiador Perry Anderson e a outros nomes, os “pais fundadores” dos Estudos Culturais integravam o processo de abertura do então restrito meio acadêmico da Inglaterra.

O local de sua atuação – Centro de Estudos Culturais Contemporâneos de Birmingham – rompeu com a hegemonia das tradicionais “universidades pedra gris”, a exemplo de Oxford e Cambridge. Durante a expansão do sistema universitário britânico, no período de 1964 a 1980, os culturalistas levariam a cabo uma efervescência produtiva; seus textos seriam traduzidos e suas reflexões, discutidas, quando não adotadas, nos departamentos universitários ou fora deles. Os estudos culturais,

portanto, nascem de uma insuficiência da teoria literária nos anos 50/60, que, preocupada com a explicação imanente dos textos, herança do Formalismo Russo e do *New Criticism*, esquecia sua inserção sócio-cultural e a materialidade de seus processos de produção e recepção, em favor de uma essencialização universalista de suas formas e de seus sentidos. Formados nos princípios da crítica formal-psicologista de I. A. Richards, os expoentes da Escola de Birmingham, egressos das classes operárias, perceberam que a valorização das manifestações populares, a investigação dos processos materiais de formação do público leitor, a defesa ao direito de acesso aos bens da alta cultura pelos grupos minoritários, exigiam que se considerasse não apenas a literatura, mas a cultura em que esta se produzia como novo campo de discussão teórica (BORDINI, 2006, p. 14-15).

Os *Cultural Studies* viriam ao encontro dos problemas de definição, síntese e métodos, enfrentados pela historiografia e a teoria literárias. Alargavam-se os objetos de pesquisa da história e da literatura, contemplando até mesmo suas inter-relações auto-questionadas. Os estudos culturais preenchiam o sentimento de vazio, causado pelo fracasso dos britânicos em não terem desenvolvido uma corrente marxista ou uma crítica sociológica dotadas de identidade própria.

Embora marcassem diferenças em relação ao marxismo vulgar e ao materialismo histórico, os culturalistas entenderiam os atos humanos em sociedade como balizas interpretativas das formações sócio-históricas anteriores. Nesse ponto, juntavam-se à concepção materialista da história, em seus vínculos com o meio-ambiente e outros seres, bem como na visada à infinidade dos movimentos contraditórios que integram o mundo concreto. Para o materialista histórico, há somente uma ciência — a histórica — da qual a ideologia constitui apenas um, dentre tantos aspectos.

Alianças entre práxis e processo reflexivo, nos estudos culturais e na literatura comparada, se renovaram pelas investidas da hermenêutica, da teoria crítica e do pós-estruturalismo. Além de se intercomunicarem, no que concerne a suas zonas de atuação, esses campos teóricos entrecruzavam-se a outras esferas do conhecimento. Estabeleciam-se novos conceitos, demarcando áreas de contato da história e da literatura com a filosofia e a lingüística.

Os domínios da literatura comparada se dilatavam para outras áreas do conhecimento. Novos olhares comparativistas se ampliaram aos elementos sócio-político-culturais, que predominariam até meados da década de 80, não só na França e nos Estados Unidos, mas também na União Soviética e na Alemanha. Conforme Tânia Carvalhal (1999, p. 9-12), a articulação entre culturas, as linhas de contraste e coincidência, alargariam questões em torno de temas como disseminação espacial, hibridismo e interpenetração cultural.

Passagens, migrações e trocas ocupariam o centro dos debates, encontrando fertilidade na “contextualização identitária”. Teoria da literatura e teoria literária, entre si e por si mesmas, revelavam intertextualidades, ao conviverem com antropologia, economia, ideologia, psicanálise e outras áreas do saber. A futura alegação de Bourdieu (1996) sobre a imanência dos significados de uma biografia, configurando-se do princípio ao fim, já era debatida nos anos 70 por Barthes, que propôs “fragmentar o texto antigo da cultura, da ciência, da literatura e disseminar-lhe os traços segundo fórmulas irreconhecíveis, da mesma maneira que se disfarça uma mercadoria roubada” (1990, p. 13).

Os historiadores da literatura passariam a considerar a “vida literária”⁷² em seus estudos ou, de maneira mais elaborada, o “sistema literário”.⁷³ As universidades pareciam ver ao revés, enxergando os avessos do avesso: “povo oprimido nas filas, nas vilas, favelas, da força da grana que ergue e destrói coisas belas, da feia fumaça que sobe apagando as estrelas...” (VELOSO, 2007). A história da literatura tentava responder às provocações da estética da recepção, assinaladas pela hermenêutica, não seria demais recordar.

3.2.3 Desconstrução, multiculturalismo, pós-colonialismo

Falar dos silêncios da historiografia tradicional não basta; penso que é preciso ir mais longe: questionar a documentação histórica sobre as lacunas, interrogar-se sobre os esquecimentos, os hiatos, os espaços em branco da história. Devemos fazer o inventário dos arquivos do silêncio e fazer a história a partir dos documentos e da ausência de documentos

JACQUES LE GOFF
História e memória

Nos anos finais de 1960, as críticas à totalidade, ao sujeito e ao conhecimento, desenvolvidas pelos pós-estruturalistas, chegaram à América do Norte, onde Jacques Derrida ganhava centralidade. *Linguistic Turn*, ou “desconstrução”, era o nome dado pelos norte-americanos à crítica derridiana e à filosofia elaborada por outros pensadores franceses. Formulações desenvolvidas pelo desconstrucionismo norte-americano se multiplicariam até a década de 1980. A hegemonia da sociedade branca, anglo-saxônica e protestante viu-se abalada pelos efeitos da guerra do Vietnã e da liberação sexual, assim como pelas comunidades hippies ou por crescentes reivindicações de feministas, gays, negros e indígenas.

O termo “multiculturalismo” nomearia um sistema de pensamento, gerado no meio universitário, e que tentava intervir na sociedade. Os multiculturalistas baseiam-se,

⁷² A vida literária faz-se através de mecanismos extra-oficiais: contatos entre produtores, editores, meios de circulação e receptores; não se sustenta apenas no texto, muito menos em sua qualidade intrínseca ou imanente. Consiste naquelas atividades feitas na vida em si, na rua, nos bares, nas academias, nos grupos, nas instituições etc. Para ilustrar, já entre os séculos XIX e XX, se “o Estado não se responsabiliza pela alfabetização do público, nem preserva os interesses do país no mercado nacional, a nomeação de escritores para cargos públicos consistia, de um lado, na confissão de sua impotência institucional; de outro, na tentativa de remendar a impotência de forma canhestra, mutilando simultaneamente a instituição literária, por não reconhecê-la enquanto tal, e o serviço público, no qual postulava a existência do ócio necessário à criação” (LAJOLO; ZILBERMAN, 2003, p. 71).

⁷³ Siegfried Schmidt pensa que modelos diferentes de histórias literárias devem levar em conta outros sistemas sociais, imbricados ao tipo de representação que neles se deseja imprimir. Câmbios nas estruturas e funções do sistema literário precisam ser descritos como processos de múltiplas faces, redes complexas entre sistemas, não podendo elidir os papéis do sujeito nos sistemas literários modernos, os quais, assim, se revelam como área de grande interesse aos estudos da biografia. Cf. SCHMIDT, 1996, p. 101-131.

fundamentalmente, nos conceitos de diferença e descentramento, do pós-estruturalismo francês, mas com frequência, seus trabalhos dispõem os conceitos desconstrução/construção em relacionamentos binários. Segundo Maria da Glória Bordini (p. 18, 2006), quando *New Criticism* e psicanálise

foram perdendo força explicativa, em virtude de seu imanentismo, nenhum novo suporte garantia o prestígio de estudos literários ou culturais. Dessa forma, as questões da identidade e da diferença, reformuladas pela Escola Francesa, se transformaram no corpo mais apreciado de pensamento nos departamentos de Inglês, que passaram a atrair estudantes de outras áreas, igualmente interessados nas possibilidades transdisciplinares que ali se abriam. De outra parte, o espírito pragmático dos norte-americanos logo percebeu que esse novo âmbito de conhecimento oferecia respostas a problemas não apenas acadêmicos. A discussão sobre identidades múltiplas e diferenças culturalmente situadas propiciava o encaminhamento de condutas políticas sem pressupor a luta de classes.

Muitas vezes, o desconstrucionismo reduz-se a interpretações errôneas, como as de Hayden White (1995), na muito difundida, embora malfadada, inventiva para “desconstruir” a história. Verificando um processo retórico em obras de filosofia da história e historiografia redigidas no século XIX, o autor confunde os discursos histórico e literário; define as formações de enredo como originariamente poéticas, “ao considerar os modos pré-configuracionais como verbalmente exauríveis. Essa admissão leva-nos a acrescentar: no exato momento em que a *Linguistic Turn* encontrava, com o *Metahistory*, um de seus instantes capitais, ela descobria seu calcanhar-de-Aquiles” (COSTA LIMA, 2006, p. 20).

O adjetivo multicultural veio a calhar para uma sociedade cujas bases históricas haviam-se constituído através dos seguintes mecanismos:

inicial colonização inglesa, de confissão puritana, com o genocídio das populações indígenas, a importação em massa de escravos africanos para o trabalho braçal, a abertura do país à imigração ocidental e oriental quando o progresso do capitalismo liberal tornou o país o sonho de redenção para as camadas pobres da Europa e do Oriente, resultando numa sociedade multirracial, dominada, porém, por uma ética protestante que favorecia o acúmulo de capital e o empreendimento individual. Em todos esses estágios de formação, o elemento nativo e o estrangeiro, aos olhos dos cidadãos anglo-saxões, foi visto como alteridade ameaçadora, que deveria ser eliminada ou submetida, assimilando-se à cultura dos dominadores (BORDINI, p. 19, 2006).

O multiculturalismo, portanto, não se confunde com os estudos culturais que, apesar de não terem uma só origem, relacionam-se à escola de Birmingham. Desde os anos 50, os *Cultural Studies* vêm conjugando expressões populares ou de massa aos cursos de língua e literatura. Seu raio de ação passa das proposições iniciais, focadas em abordagens transdisciplinares e no alargamento dos objetos da literatura, à desnacionalização e à desterritorialização dos locais da cultura.

Desenvolta de tamanha amplitude, a literatura comparada enforma área disciplinar e se insere nos campos da cultura, discutidos ou colocados em xeque pelos estudos culturais. Ambas práticas ocupam zonas limiáres, chocando-se em algumas ocasiões; em outras vezes, trilhando as mesmas rotas. A partir da metade dos anos 80, as investigações comparatistas se difundiriam pela América Latina, pelas jovens nações francófonas e lusófonas da África ou por territórios orientais.

O comparatismo fixaria um ponto de contato com os estudos pós-coloniais, ou seja, com reflexões de teóricos radicados nos centros de poder, mas provenientes das ex-colônia do império europeu, como Edward Said, Gayatri Spivak, Homi Bhabha e Stuart Hall. Reflexões teóricas, críticas e hermenêuticas viriam a dedicar atenção para os espaços intervalares, às zonas limiáres, preocupando-se com o limite, as margens, os contornos. Nesse sentido, Edward Said, em *Orientalism* (1978) e Borges, no livro *Siete noches* (1980), sublinham a construção da idéia de Oriente no mundo ocidental.

Nessa época, Lyotard designou interpretações históricas de peso, a exemplo do marxismo e da psicanálise, como metanarrativas, ou seja, grandes sistemas de conhecimento em estado de crise. Ao mesmo tempo, destacava certa emergência de uma simultaneidade, a qual viabilizaria o acesso a múltiplas visões do mesmo fenômeno, e ainda notou que o saber

muda de estatuto, ao mesmo tempo em que as sociedades entram na idade dita pós-industrial e as culturas, na idade dita pós-moderna. Essa passagem começou desde pelo menos o final dos anos 50, marcando, para a Europa, o fim de sua reconstrução. Foi mais ou menos rápida conforme os países e, nos países, conforme os setores de atividades: donde uma discronia geral, que não torna fácil o quadro de conjunto. Uma parte das descrições não pode deixar de ser conjectural. E sabe-se que é imprudente conceder um crédito excessivo à futurologia (LYOTARD, 2002, p. 3).

Especialmente após a guerra em África e a redemocratização dos países sul-americanos, elites intelectuais e organizações populares empenharam-se em redefinir suas atuações, inspirando-se nas medidas adotadas pelos culturalistas de Birmingham. Várias culturas passavam a exigir seus direitos à autonomia, “sem predominâncias ou assimilações que destruam suas especificidades, e se postula uma convivência fraterna entre as diferenças sociais, com respeito mútuo – e essa é a sua melhor faceta, pois significa uma recusa à homogeneização proveniente da hiper-administração” (BORDINI, p. 13, 2006).

Iuri Lotman (1995, p. 26) trata dos códigos semióticos que, à semelhança do que ocorreu entre os povos africanos e latino-americanos, fazem a “pessoa sem biografia” criar determinado texto sobre uma “pessoa com biografia”. O teórico dá relevo para duas grandes narrativas biográficas, “a de Tolstói e a de Dostoiévski, biografias sem as quais se tornaria

impensável uma percepção da obra desses escritores e da cultura do século XIX em geral.” Por outro viés, Ernst Curtius projetara o texto literário sob a forma dum jogo, constituído por *topoi* (peças temáticas) que podem ser enumeradas *ad infinitum*.

Ainda que eurocêntrica, a noção de linguagem comum, pressuposta em Curtius, viria juntar-se ao pensamento de Costa Lima (1981, p. 233):

Se esta conclusão parecer plausível, sua primeira conseqüência prática será o não privilégio, pelo analista, de alguma propriedade estética, substituído pelo estudo de como, em um período histórico demarcado, se atualiza a idéia de *mimesis em relação* com as formas vigentes de representação social. Assim seria menor o risco das normatividades estéticas, sempre abusivas, bem como menor a vigência do purismo absentéista, i. e., a inclinação de abordar a arte por si mesma, fora da adequação com o seu contexto: quer o original, quer aquele a que ela se propagou.

Os estudos literários brasileiros abriam-se igualmente ao diverso e à alteridade, em concomitância ao singular. Tais posturas encontravam paralelo nos correntes empreendimentos para discutir e reconceituar os paradigmas das ciências humanas. Desde então, o setor das letras da academia, como outros, transita pelos espaços da intertextualidade, da inter-semiose e da transdisciplinaridade, encontrando arena em cursos de pós-graduação do país, assim como na Associação Brasileira de Literatura Comparada, fundada em 1986.

Os comparatistas latino-americanos juntavam-se à entidade que traz um designativo do nacional em seu nome. Ironias da semântica, pois um dos conceitos mais discutidos pelos estudos culturais e a literatura comparada seria justamente o de nação. Preocupações com o diluimento de seus limites chegaram a tal nível, que o eixo temático proposto pelo V Congresso da ABRALIC, realizado em Florianópolis no ano de 1998, alardeava: *Literatura Comparada = Estudos Culturais?*

Graças à *episteme* pós-moderna, é hoje possível falar desde as próprias culturas da América Latina, cuja pluralidade requer:

um enfoque também plural, que reconheça as diferenças de ordem geográfica, lingüística, etnográfica, cultural, econômica etc. do continente e busque dar conta dessa diversidade de maneira desierarquizada [...] assim, deve ser abordada por uma ótica que leve em consideração o processo mesmo dessa construção através do exame da produção e recepção de sua literatura (COUTINHO, 2003, p. 86).

Neste caso, revalorando e contrapondo as referenciais de espaço e tempo frente ao simulacro produzido pelas vias digitais, Marilena Chauí (2006) pensa que o mundo virtual constitui uma realidade elaborada. Como um ato de criação, ocupa o antigo papel que os filósofos atribuíam à natureza e as religiões, à “palavra inspirada”. Por isso, tento avivar os referentes da percepção, da vivência individual e coletiva, da geografia e da história,

experiências basilares às concepções de alteridade e identidade; objetividade e subjetividade; acaso, contingência, desejo, liberdade, finalidade, necessidade, vício, virtude etc.

Na era pós-moderna, os desenvolvimentos teóricos em relação ao intertexto, aliados à noção de suplemento (DERRIDA, 2001) admitem estudar os arquivos do sujeito produtor, retirando a centralidade das análises de sua figura. A partir da revolução digital, informações que se avolumam requisitam pesquisas cujo horizonte não é mais a síntese, quer dizer, um entendimento atual do passado. Certeau (2002, p. 86) reitera que as investigações históricas devem proceder a “uma formalização (um sistema presente) para dar lugar aos ‘restos’ (indícios de limites e, portanto, de um passado que é produto do trabalho).”

Na modernidade inicial, as coleções davam aquecimento a uma “febre de memória”, que passaria aos eruditos e às efemérides; a museus e bibliotecas; à fotografia, ao cinema e à tela pequena. Na Grécia antiga, quem zelava pela segurança material e pelo suporte onde a escrita se depositava era o arconte, possuidor da faculdade hermenêutica, ou seja, do direito à interpretação dos textos. Como esse privilégio não parece de todo abolido, cabe agora explorar o acervo de outras culturas e seus hiatos, lacunas, esquecimentos; o testemunho em branco da ausência, a documentação da barbárie, os monumentos de um grande arquivo silenciador.

4 SETE PASSEIOS POR SENDAS QUE SE BIFURCAM

Percorre-se um bosque experimentando um ou vários caminhos ou andando para ver como é o bosque e descobrir por que algumas trilhas são acessíveis e outras não: Há igualmente duas maneiras de percorrer um texto narrativo. Todo texto desse tipo se dirige sobretudo a um leitor-modelo do primeiro nível, que quer saber muito bem como a história termina [...] Mas também todo texto se dirige a um leitor-modelo do segundo nível, que se pergunta que tipo de leitor a história deseja que ele se torne e que quer descobrir precisamente como o autor-modelo faz para guiar o leitor....

UMBERTO ECO

Seis passeios pelos bosques da ficção

4.1 MAL-ESTAR NO LABIRINTO: ÉPISTEME PÓS-MODERNA

e também não é tão simples deparar-se com uma frase que pudesse criar a miragem de que cheguei ao fundo da verdade que se esconde atrás do mal endêmico, da pulsão negativa que paralisa as melhores mentes. Só sei que, para expressar esse drama, navego muito bem no fragmentário e na descoberta casual ou na lembrança repentina de livros, vidas, textos ou simplesmente frases soltas que vão ampliando as dimensões do labirinto sem centro.

ENRIQUE VILA-MATAS

Bartleby e companhia

4.1.1 Rapidez: contra o método, alguma conclusão antecipada

O advento do pós-modernismo é menos crise, do que vitalidade. Deveria preocupar-nos muito mais a calma, como sucede em muitos ambientes académicos, onde ninguém questiona ninguém, ficando tudo sempre como está...

PEDRO DEMO

Metodologia do conhecimento científico

O conceito de pós-modernismo se fixa quando as marcas da arte e da literatura alto-modernas, quer dizer, do entre-séculos XIX-XX, são confrontadas aos traços artístico-literários que assinalam as décadas finais do século XX. O termo pós-moderno já fora usado, “no continente americano, por sociólogos e críticos. Designa o estado da cultura após as transformações que afetaram as regras dos jogos da ciência, da literatura e das artes a partir do final do século XIX” (LYOTARD, 2002, p. XV).

A pós-modernidade pode retroceder até os anos de 1960, evidenciando-se através dos movimentos de contracultura e da contestação à racionalidade humanista-liberal. No entanto,

em 1948, Max Planck afirmava que para que uma nova verdade científica fosse aceite, o melhor seria esperar que morressem os seus opositores e punha desta forma em causa a própria racionalidade da ciência. Mas seria Thomas Kuhn com a *Estrutura das Revoluções Científicas* (1962) a provocar uma profunda viragem na forma de pensar a ciência. Ao defender que ela não é cumulativa, que evolui por roturas e por mudanças de paradigmas incomensuráveis entre si, ele introduziu o relativismo no cerne da atividade científica e pode por isso mesmo considerar-se como um pós-moderno *avant la lettre*. Foi só em 1979 que Jean-François Lyotard publicou *La Condition Postmoderne* (VELOSO, 2006).

Trabalhos como *O fim da história e o último homem*, no qual Francis Fukuyama louva o progresso das democracias neoliberais, obtêm respostas negativas à alegação de que o pós-modernismo e a pós-modernidade sejam anistóricos. O próprio filósofo nipo-estadunidense (1999) reconhece que o triunfo do mercado não sela os momentos agonizantes da história. Transformações biológicas, ocasionadas por novíssimas descobertas científicas, antes poriam termo às ciências naturais, gerando o desaparecimento da humanidade.

No conjunto dos estudos culturalistas, pós-coloniais e mesmo pós-modernistas, multiplicam-se as contestações à política global do capitalismo tardio:

Evidentemente, é necessário convir quanto a isto: se não há mais homens, a democracia corre o risco de se esvaziar. Para evitar semelhante perigo, bastaria, segundo Fukuyama, que ‘os países regulassem politicamente o desenvolvimento e a utilização da técnica’. Piedosa intenção que não come pão e que lhe permite manter-se em silêncio a respeito do essencial: é o mercado que mantém o desenvolvimento

infindável das tecnociências, as quais, não reguladas, conduzem diretamente para uma saída fora da humanidade (DUFOUR, 2005).

Paul Ricoeur fortalece o encaminhamento de conclusões a respeito das fronteiras entre teoria, ciência e arte quando, ao seguir os passos de Marc Bloch, sugere que os “rastros” são deixados por homens e suas coisas.⁷⁴ A remontagem desses farrapos, dos vestígios notados em documentos e monumentos, ocorre na esfera de um tempo histórico híbrido, resultante dos fragmentos do tempo estelar e do tempo vivido, sem marcação. O rastro significa sem fazer aparecer, indicando sempre uma passagem, mas não uma presença possível.

Cabe ao pesquisador “farejar” a perturbação de alguma ordem, ocasionada por tal indicativo, em clara alusão à “carência” psicanalítica. O “processo de falta” é ampliado por Homi K. Bhabha (2003, p. 105-128) em sua noção de “metonímia da presença”, desenvolvida com base no narcisismo e nas agressividades, meios de identificação que constituíram a estratégia do poder colonial. Como tipo de crença múltipla e contraditória, a forma estereotípica reconhece a diferença e, simultaneamente, a recusa ou mascara, em ato perturbado por sua re-apresentação ou construção, mais do que o “retorno do reprimido”, um signo das ausências e perdas (BHABHA, 2003, p. 119-125).

A literatura desconcerta o real, através da refutação ou do mascaramento de alguns fatos recalcados pela existência, entre eles, o fato biográfico. Algumas vezes ocultadas, as fontes constituem a pré-história de um texto, apresentando-se nos testemunhos, lembranças, informações de cunho biográfico. Comentários, contracapas e outros depoimentos a respeito da obra, normalmente a circundarem as edições, formam o já conhecido paratexto, de modo que o texto finalizado se compõe numa história, construída por seu caminho das fontes à recepção: “enquanto vive, o escritor acompanha esse percurso, reage a ele, interfere, procede a alterações. Revela igualmente seu processo de produção e as leituras que faz, as mesmas que fazem dele um elo na trajetória da intertextualidade” (ZILBERMAN, 2004a, p. 98).

As fontes primárias, convertidas em material secundário às pesquisas de historiografia literária, trafegam pelas vias pós-modernistas, contrapondo-se às idéias modernistas de retorno à origem e supremacia do artista. Lembranças e silêncios podem ocupar posição secundária em relação às fontes materiais que lhes dão suporte, como textos, objetos, imagens. Essas fontes materiais desempenham funções documentais ao oferecerem seus testemunhos nas escrituras e nos testamentos, em autobiografias e biografias, nos livros de

⁷⁴ Para tanto, cita a p. 56 da obra *Le plaidoyer pour l'histoire*, de Bloch: “Que entendemos por documentos, senão um rastro, ou seja, a marca perceptível aos sentidos que deixou um fenômeno em si mesmo impossível de captar?” (RICOEUR, 1994, p. 215).

memória e diários, pessoais ou de viagem.

De primárias, transformam-se em secundárias quando “não são mais o foco particular do estudo, mas apenas itens que servem como comprovação de afirmações ou de pistas para novos estudos sobre o autor ou sobre a matéria literária” (REMÉDIOS, 2004, p. 281). Secundário aqui não significa de menor importância, mas o ato de secundar, dispor-se ao lado de um texto e do leitor. Tal ação longe estaria do desprezo para com o autor; do contrário, atenta a seus registros em mapas, cadernos, fotos, agendas, “cadernetas, blocos e fólios, não comparece apenas a luta do escritor com as palavras, mas com diversas temporalidades – povoadas de pessoas, fatos, obras – nas quais ou contra os quais ele procura reconhecer-se e das quais se vale para compor o seu texto” (BORDINI, 2004, p. 211).

As formas narrativas, por meio das quais o historiador tenta responder às perguntas elaboradas no princípio ou desenvolvimento de sua pesquisa, se revestem de caráter provisório. Muitas vezes, são descartadas no decorrer do processo investigativo, compondo restos, talvez rastros, para novos trabalhos. Como algodão entre cristais, a narração medeia a pergunta inicial de uma dada pesquisa e os resultados fornecidos pelas fontes, as quais “influem profundamente (ainda que não de maneira exclusiva) sobre os modos pelos quais os dados históricos são recolhidos, eliminados, interpretados — e, por fim, naturalmente, narrados” (GINZBURG, 2002b, p. 114).

A proposta (contra)metodológica deste trabalho parte da idéia benjaminiana de ler a história ao revés, sugerindo a desleitura de uma tradição crítica e acadêmica que se impôs ao espaço e ao gênero biográfico. Para concretizá-la, teço um panorama que fornece caminhos para ler de outro modo as espécies biográficas e o gênero biográfico, sem que se confundam, por exemplo, com o histórico e o romanesco, o fictício e o ficcional. Querendo entender a *longue durée* da clássica biografia, na maneira proposta por Daniel Madelénat, vejo que o pesquisador se vale dos paradigmas da ciência, conforme desenvolvidos por Thomas Kuhn.

Por outro lado, Coutinho (2003) recomenda que a historiografia literária da América Latina seja feita nos termos da *épisteme* pós-moderna e o pós-moderno tende a rasurar diferenças significativas entre procedimentos científicos e ações políticas. Dessa forma, ocorre uma retomada do pensamento baconiano, mas em nova moldura, que nega Descartes e Kant: “a pós-modernidade é antitotalitária, isto é, democraticamente fragmentada, e serve para afiar a nossa inteligência para o que é heterogêneo, marginal, marginalizado, cotidiano, a fim de que a razão histórica ali enxergue novos objetos de estudo” (SANTIAGO, 2002, p. 127).

Paul Feyerabend (1989) afirma que o desenvolvimento da ciência dá-se apenas na luta contra o poder e não quando se instauram os momentos positivos, conforme deseja Thomas Kuhn. Segundo Imre Lakatos e Alan Mursgrave (1979), o conhecimento científico é atingido por meio de programas investigativos que rivalizam entre si. Mesmo ao atuarem simultaneamente, pode ser que determinado programa, mentado até como inviável, se eleve à hegemonia ou à emergência e que, do contrário, programas solidamente hegemônicos ou com grandes chances de emergência, apaguem-se do campo do saber.

Ao discorrer sobre Dante Alighieri, Erich Auerbach já sugere, por vias indiretas, desconfiar de uma duração extremamente longa quanto à do paradigma clássico das biografias. Conforme o erudito germânico: “Hesitamos em empregar a tão abusada palavra ‘clássica’ porque o estilo novo e medido, hostil a qualquer extravagância formal, incorpora um elemento de inquietação e veemência que não se coaduna com a arte e poesia da Antigüidade greco-romana” (AUERBACH 1997a, p. 89).

Sobre o classicismo francês do final da 17^a centúria a meados da 18^a, assim esclarece Auerbach (1971, p. 343-344):

A separação clássico-francesa dos estilos é muito mais do que mera imitação da Antigüidade no sentido dos humanistas do século XVI; o modelo antigo é intensificado, e há uma quebra violenta com a tradição popular milenar, cristã e *misturadora* de estilos; a exacerbação da personagem trágica (*ma gloire*) e o culto das paixões, levado ao extremo, é precisamente anticristão.

Não contou, e não conta, entre meus objetivos, identificar as rupturas ao clássico paradigma de Madelénat. O presente trabalho, contudo, desvela momentos capitais, que sinalizam a essas roturas, na individualidade sugerida por Hauser (1995) e Le Goff (1989) durante as Idades Médias, bem como na escrita de Dante, vista por Auerbach (1971; 1997a). Mesmo assim, ressalvo as meritórias contribuições do autor de *La biographie*, principalmente, a fartura das referências bibliográficas.

No entanto, a linearidade homogeneizadora do modelo a que denomina clássico não é sustentada pelos sete momentos da ciência histórica, conforme definidos por Le Goff, a se considerar que as espécies biográficas e o gênero biográfico transitam da história à literatura. Um dos importantes rompimentos ao padrão Madelénat acontece no final do século XVII, através de Pierre Bayle. Por isso, arranjo a tese em seu primeiro bloco, distendido até o terceiro capítulo, a modo de uma biobibliografia; sem os anseios da coerência, mas iluminada por clarões episódicos às existências que nela figuram.

O termo clássico exige o retorno de Calvino (1993) para quem uma obra clássica é a que suscita releituras e mantém as impressões de uma descoberta, ao indicar visadas precedentes e os traços por ela mesma impressos à cultura. Os clássicos ainda provocam demandas pelo texto original e, quando enfim lidos, mais ainda se revelam inéditos, devendo ter a medida do universo, como o *Aleph* de Borges. Um clássico dispõe a novidade à maneira duma cortina musical, mas sem “prescindir desse barulho de fundo. É clássico aquilo que persiste com rumor mesmo onde predomina a atualidade mais incompatível” (p. 14-15).

Obras clássicas não podem ser indiferentes, pois necessitam operar como parâmetros, por confronto e coincidência. Todavia, os regulamentos do cânone literário brasileiro “tomam configuração difusa, pois a literatura se debate em busca de manifestação autônoma e cada obra escrita e publicada no Brasil tem dificuldade em alcançar o status de clássico. Logo, apresentam pouca visibilidade, seguidamente substituídos por exemplos de fora” (ZILBERMAN, p. 4, 2001).

Em vários estudos e publicações nacionais, o conjunto ao qual venho chamando de espaço biográfico é geralmente rotulado como literatura íntima, literatura intimista, literatura confessional, gênero autobiográfico e gênero biográfico. Os termos são aplicados indistintamente para dar nome a todo grupo de escritas que abarque narrativas nas quais o tema central se volte ao sujeito do enunciado. Nelas, a personagem da narrativa enfrenta reconstruções operadas pela linguagem para equivaler ao ser real, mas acaba por resultar numa outra criatura: não mais o sujeito empírico, nem ficcional em totalidade.

As expressões que se acompanham da palavra literatura revelam-se inadequadas, pois o conjunto discursivo em questão remonta à Grécia antiga. Ademais, o termo apenas passou a vigorar no Ocidente a partir do século XVIII. Até cerca de 1650 “a literatura francesa ignorava a escritura porque enquanto a língua hesite quanto à sua própria estrutura, uma moral da linguagem é impossível; a escritura só aparece no momento em que a língua, constituída nacionalmente, torna-se uma espécie de negatividade” (BARTHES, 1990, p. 158).

Terry Eagleton, ao dissociar a literatura da noção de uma entidade estável, mira às concepções que vingam depois dos anos de 1700. No campo literário, inclui alguns tipos de ficção e outras notações, inclusive não ficcionais, e também metaficcionais, entretanto, “muita retórica elaborada não é literatura. A literatura, no sentido de uma coleção de obras e valor real e inalterável, distinguida por certas propriedades comuns, não existe” (EAGLETON, 1983, p. 11-12).

O autor sublinha que os vocábulos literatura e literário não seriam os mais apropriados, dessa maneira, comunga das idéias de Bakhtin. O conceito de literatura, identificado a um grupo ou grupos de textos, mesmo a outras notações culturais, faz-se compreender como signo. Vincula-se, pois, ao entendimento de que signos sociais resultam do “consenso de indivíduos socialmente organizados no decorrer de um processo de interação” (BAKHTIN, 1995, p. 30).

Daí que seja possível referendar a existência de uma literatura biográfica, mas ressaltando a utilização do termo ao período que sucede a existência da palavra literatura. Esse campo se integra pelos gêneros autobiográfico e biográfico; pelo diário íntimo; pelas histórias de vida e as memórias; pelos romances biográfico e autobiográfico etc. Também fazem parte de tal enfeixamento as teorizações acerca dos gêneros instituídos e, como não poderia deixar de ser, aquelas notações que se localizem nas ou entre suas fronteiras, estabelecendo diálogos, dialogizações, intertextualizações.

No âmbito literário, a quase ausência de estudos a respeito da biografia, até os anos de 1970, pode explicar-se pelo caráter textualista do qual se revestiu a teoria da literatura. Seus teóricos então se preocupavam com questões tais como a “literariedade”, ou seja, a essência de um texto literário. O panorama se modifica, entretanto:

uma instância mais primordial do contato com a literatura reside no reconhecimento de que a leitura é um saber cuja pertinência quem decide é o leitor, no quadro de sua vida. As explicações teóricas clássicas, como a mimese ou o reflexo estético, assinalaram rumos no passado. Esse tipo de preocupação hoje em dia adquire outras implicações quando se pensa que o mundo mimetizado ou refletido não é uno mas múltiplo e que nem mesmo o sujeito que produz a obra ou aquele que a lê é homogêneo (BORDINI, p. 12-13, 2006).

Por não compreender tamanha diversidade, a história da literatura vive atualmente uma crise de métodos. De acordo com Franchetti (p. 247-264, 2002), questões como as de sua utilidade e do lugar que ocupa no presente distinguem-se entre os sintomas de seu estado crítico. A política das semelhanças entre história e literatura, versada por Hayden White, mas a receber melhor destino com Walter Mignolo (1993, p. 134), delinea-se quando determinada notação engloba discursos que, pela lógica das diferenças, não ocupariam o mesmo espaço.

Isso obedece a um plano de oposição às formas literárias “cultas” e a teorias que lhes dão suporte, assim como às normas históricas que vieram impondo uma visão de história como “ciência rígida”. Vislumbrar as proximidades entre história e literatura não significa um abandono das fontes, apenas compreender que essas têm diferentes utilizações, nos termos de um paralelo entre historiador e romancista, mas o caso vem a ser outro quando se trata de um

historiador da literatura. Fontes não tradicionais flexibilizam visadas e interpretações, pedindo respostas menos assertivas, contudo, não dispensam as evidências.

Identificar os sistemas reguladores de comunidades acadêmicas ou profissionais e seus processos de mudança conduz a metodologias e abordagens diferenciadas. A complexidade do real não impede indagar sobre ele, mas rejeita uma objetividade que se garanta pela autoridade de quem escreve ou testemunha. O distanciamento do relativismo e da negligência ao transdisciplinar otimiza relações “do discurso com aquilo que ele designa perdendo, quer dizer, com o passado que ele não é, mas que não seria pensável sem a escrita que articula ‘composições’ de lugar com uma erosão destes lugares” (CERTEAU, 2002, p. 106).

É o que acontece com escritores aptos a transitarem pelas vias mistas dos gêneros biográfico e romanesco, compondo romances autobiográficos ou autobiografias romanceadas, biografias romanceadas ou romances biográficos. Lejeune reflete sobre autobiografia e romance autobiográfico ou ficcionalizado autobiograficamente. Para o crítico francês, a biografia e as memórias, dentre outros gêneros vizinhos, definem-se em função do texto autobiográfico: segundo dele se aproximem ou distanciem.

A biografia difere de outras espécies ou demais gêneros que compõem o espaço biográfico e a literatura biográfica porque seu narrador não produz um discurso sobre ele próprio, mas acerca de outro, no qual também deixa suas marcas. A ausência de identidade entre narrador e protagonista leva o biografado a falar por seus atos, trazidos a lume através de outras vozes: depoimentos, documentos, fotografias, filmagens etc. O eu do enunciado remete a um ser intermediado pelo eu da enunciação, com o qual não coincide.

Sua caracterização pode mascarar o sujeito, caso busque a objetividade e a verdade, assim como desvelá-lo pela e na linguagem. Lejeune (p. 57, 1991) chama de “modelo” ao referente extratextual, ou seja, um ser que existiu e oferece sua vida de molde ao ser narrado:

Por oposição a todas as formas ficcionais, a biografia e a autobiografia são textos referenciais: da mesma maneira que o discurso científico ou histórico, pretendem oferecer uma informação sobre uma realidade exterior ao texto, e submetem-se, portanto, a uma prova de verificação. Seu fim não é a mera verossimilhança, mas o semelhante ao real; não o efeito de realidade, mas a imagem do real. Todos os textos referenciais remetem, portanto, àquilo que eu denominaria pacto referencial, implícito ou explícito, no qual se incluem uma definição do campo do real a apontar e um enunciado das modalidades e do grau de semelhança a que se aspira.

Simetricamente ao pacto autobiográfico, os romances governam-se por seus pactos romanescos, os quais se firmam pela não-identidade entre autor e narrador-personagem, cujos nomes divergem. Também se estabelecem por meio de subtítulos indicativos do gênero

ficcional, estampados no paratexto das obras literárias, ou por intermédio de outras marcas. Importante ver como ambos os pactos, autobiográfico ou romanesco, coadunam-se tanto a Jauss quanto a Iser, no momento em que os teóricos da recepção “consideram previamente fadadas ao fracasso as poéticas que buscam definir a literalidade pela especificação de sua configuração discursiva e [eles] vêem a literatura como produto de dupla ação – a do poeta e a do receptor ou do efeito nele causado” (COSTA LIMA, 1981, p. 227).

A literatura biográfica já possui uma constelação teórica, a formar os rudimentos de uma poética, neste caso, entendida como a literatura existente sobre determinado tema e que pode ser reunida coerentemente, sendo também dotada de historicidade. A modo de exemplo, bastaria reunir as considerações de Elizabeth Bruss (1991), Mikhail Bakhtin (1990, 1992) e a teorização *hors-concours* de Philippe Lejeune, conforme a qual, biografia e autobiografia, em particular, se opõem através de uma

hierarquização das relações de semelhança e de identidade: na biografia, a semelhança deve sustentar a identidade, enquanto na autobiografia a identidade sustenta a semelhança. A identidade é o ponto de partida real da autobiografia; a semelhança, o horizonte impossível da biografia. A diferente função que cumpre a semelhança nos dois sistemas explica-se por essa razão (LEJEUNE, p. 58, 1991).

Bakhtin (1990) estabelece dois tipos biográficos (aventura heróica e individualizada) enquanto Lejeune traça o limite entre os gêneros do espaço biográfico e da literatura biográfica. O teórico russo pensa o dialogismo como um fenômeno natural e próprio a todo o discurso vivo. Formando relações de alteridade, “em todos os seus caminhos até o objeto, em todas as direções, o discurso se encontra com o discurso de outrem e não pode deixar de participar, com ele, de uma interação viva e tensa (p. 88).”

O conceito de dialogismo relaciona-se intimamente ao de plurilingüismo, também bakhtiniano, em razão da coexistência de contradições entre passado e presente, distintas épocas do passado, diferentes grupos sócio-ideológicos etc. Quanto a esse aspecto, Bruss pondera que biografia e autobiografia, como signos, regem-se por balizas variáveis de acordo com distintos paradigmas. No conjunto dos criadores de novos significados, o biografismo se oferece à forma pós-moderna do romance, configurando a metaficção biográfica.

A utilização de seres reais conhecidos como heróis desse tipo de ficção, em contextos transgredidos pela arte auto-reflexiva, enfatiza o discurso como processo. As metaficções autobiográfica e biográfica revalidam zonas de contato entre o romance, a autobiografia e a biografia, num tempo em que o texto literário deixa de ser somente um objeto artístico para ser também um objeto cultural, sujeito às cadeias de produção, recepção e circulação, aos

mecanismos da “vida literária” ou às engrenagens do “sistema literário”, em suas inter-relações com o mundo da cultura.

Muitas expressões atuais do gênero biográfico suscitam diálogos, ficcionalizações, intertextualidades, teorizações. No âmbito das articulações narratológicas, os estudos de Lejeune mostram-se de grande valia, principalmente, por haverem observado como o gênero autobiográfico e seus vizinhos movimentam-se na direção do receptor, argumento com o qual concorda o teórico brasileiro Costa Lima (1991, p. 231) quando se refere à mimese: “É a semelhança, portanto, entre a representação mimética e as representações do leitor que presidem a sua identificação.”

Iser e Jauss acentuam que os estudos do literário devem confrontar duas variáveis: as expectativas sociais – aquilo que se considera mimético, poético ou ficcional – e o “esquema”⁷⁵ contido pela própria obra. De acordo com o primeiro teórico, a marca da ficção

não designa nem mais a ficção, mas sim o ‘contrato’ entre autor e leitor, cuja regulamentação o texto comprova não como discurso, mas sim como ‘discurso encenado’. Deste modo, por exemplo, os gêneros literários se apresentam como regulamentações efetivas de longo prazo, que permitem uma multiplicidade de variações históricas nas condições contratuais vigentes entre autor e público. Contudo, mesmo designações de curto prazo, específicas a certas situações, como a de ‘romance não ficcional’, funcionam do mesmo modo, porquanto a convenção é aí afirmada justamente por seu desmentido (ISER, 1983, p. 397).

Por isso, a partir das inferências de Lejeune, proponho um termo que ele não utiliza,⁷⁶ mas deixa implícito: “pacto biográfico”, o qual ocorre ao nível de uma conexão entre narrador, autor, personagem e modelo extratextual, similarmente ao desenvolvimento do pacto autobiográfico: a) o emprego de títulos e/ou subtítulos (*Biografia; O caso, História de; Vida de* etc.); b) a seção inicial do texto, na qual o narrador se compromete a escrever sobre um sujeito que já não mais é o empírico, mas também não é ficcional; c) o nome dado à personagem na narração, devendo coincidir com o nome do modelo, o que leva, necessariamente, ou ao nome, ou aos indicadores pelos quais era conhecido o ser real, em sua existência pública ou privada.

Atento aos rumores dessa memória, tento reencontrar os contextos como partes integrantes do próprio texto, à maneira instigada por Umberto Eco (1991). A tática não concebe o simples uso de uma obra com vistas ao entendimento da moldura; de outro modo,

⁷⁵ O esquema opera como um filtro que habilitaria o receptor a juntar e a processar os dados oriundos da percepção. Cf. ISER, 1996a, p. 50-55.

⁷⁶ O próprio Lejeune reconhece que não resolve satisfatoriamente algumas questões, como os “graus de identidade”, o estilo, o conteúdo do texto (uma narrativa biográfica, a recapitulação de uma vida) e as técnicas narrativas (a exemplo da focalização). Ver: LEJEUNE, 1983;1980; 1986; 1989; 1998; 2003.

vale-se de instrumentais que impeçam desvincular as narrativas das equivalentes situações históricas. Na ciência histórica, o retorno à biografia constitui uma alternativa à separação binária entre o tratamento dos fatos irrepitíveis e, noutra campo, das regularidades históricas.

É possível refletir sob a orientação de inter-relacionamentos mais complexos entre as singularidades e as globalidades. Assim, os efeitos diferem das ações quando:

analisados em seu imediatidade e, de outra forma, considerados a partir de uma perspectiva cronológica de maior amplitude, nos efeitos um pouco mais duráveis sobre a conjuntura específica na qual se inserem suas atividades e seus trabalhos, ou seja, nos 20, 30 ou 50 anos dentro dos quais se desdobram esses impactos de médio prazo [...] tampouco se tentamos realocá-los desde a visão mais geral de seu impacto na longa duração histórica, a implicar que o contexto deve ser visto, tanto em sua complexidade horizontal [...] quanto em sua complexa riqueza vertical que é possível decompor nos termos dessas três temporalidades que o constituem (ROJAS, 2000, p. 34-35).

É preciso articular os elementos aos quais Marx denomina “análise histórico-concreta” com as dimensões regulares, reiteradas, que fazem referência a tendências ou leis do processo histórico em si, ainda segundo Rojas (2000). Vista sob tal ótica, a biografia contribui para com abordagens mais densas do sujeito e do fato histórico. Ao mesmo tempo, pergunta se o marxismo, de fato, desapossaria os indivíduos de seus papéis como agentes da história, limitando-os a meros ensejos e desejos de atuação.

Dantas Júnior (2005) ensaia uma resposta, ao pensar que “Ludwig Feuerbach e o fim da filosofia clássica alemã”, escrito em 1886 por Engels, consiste numa das mais luminosas produções do materialismo dialético. Não comungo de sua idéia segundo a qual o pensamento hegeliano resume a totalidade do desenvolvimento filosófico. Assinalo, porém, a minha concordância com o fato de indicar, embora “inconscientemente, a saída desse labirinto dos sistemas para o conhecimento positivo e real do mundo” (ENGELS, [1980?], p. 175).

Formas labirínticas marcam a obra de Borges, intelectual para quem cada autor gera seus precursores, entre outras coisas, devido à comunhão dos temas. Essa mirada organiza as propostas que Italo Calvino (1990b) sugere ao presente milênio. Falo de suas “lições americanas”, ou seja, do ciclo de seis apresentações que caracterizam as *Charles Eliot Norton Poetry Lectures*, desenvolvidas no curso do ano letivo da Universidade Harvard em Cambridge, Massachusetts, para as quais o escritor italiano foi convidado, em 1984.⁷⁷

⁷⁷ As conferências estão publicadas em *Lezioni americane: Sei proposte per il prossimo millennio* (No Brasil, *Seis propostas para o próximo milênio: lições americanas*). Essa obra póstuma teve seus capítulos organizados de acordo com os títulos das palestras: “Leveza”, “Rapidez”, “Exatidão”, “Visibilidade” e “Multiplicidade”. Quando faleceu Calvino, em 1985, a sexta comunicação já estava definida, embora não fosse escrita, e seria intitulada “Consistência”.

Visando conceituar a proposta “rapidez”, Calvino recorre a expedientes utilizados pelo autor argentino, em geral, imbricado ao narrador de suas ficções. O lapidar estilo borgiano se desvela nos “movimentos sintáticos, em seus adjetivos sempre inesperados e surpreendentes [...] um ovo de Colombo que lhe permitiu superar o bloqueio que lhe impedia, por volta dos quarenta anos, passar da prosa ensaística à prosa narrativa” (CALVINO, 1990b, p. 63).

Certeau (2002) observa uma escrita da história por cujo meio teria ocorrido a colonização do corpo pelo discurso do poder: no século XVI, desde que a organização etnográfica se chocou à oralidade “primitiva”. Igualmente, nos séculos XVII e XVIII, quando as escritas cristãs transformaram-se noutras representações ou em superstições marginalizadas pelo complexo ético-técnico dominante (igreja e sistema colonial). A última fase, ao final do século XVIII, assistiria “à luta de uma racionalidade escriturária – “esclarecida, revolucionária e jacobina – contra as flutuações idiomáticas das oralidades regionalizantes” (p. 10).

Marcello Pera (1991) distingue, na 16^a centúria, uma “*épisteme* de semelhança”; na 17^a, a “*épisteme* da ordem da representação”. Entre os séculos XVIII e XIX, o filósofo avista a “epistemologia da historicidade/temporalidade”. Sob a baliza das etapas históricas pressupostas em Certeau e Pera, bem como da hermenêutica, inverterei a ordenação do tempo narrativa desta tese, dispondo as análises do *corpus* de trás para diante.

Embora não me valha essencialmente dos “regimes de historicidade” defendidos por François Hartog, utilizo-me dessa expressão para nomear as fases antes referidas, que assinalam concepções similares das mesmas experiências temporais:

regimes não marcam meramente o tempo de forma neutra, mas antes organizam o passado como uma seqüência de estruturas. Trata-se de um enquadramento acadêmico da experiência (*Erfahrung*) do tempo, que, em contrapartida, conforma nossos modos de discorrer acerca de e de vivenciar nosso próprio tempo. Abre a possibilidade de e também circunscreve um espaço para obrar e pensar. Dota de um ritmo a marca do tempo, e representa, como se o fosse, uma ‘ordem’ do tempo, à qual pode-se subscrever ou, ao contrário, e o que ocorre na maioria das vezes, tentar evadir-se, buscando elaborar alguma alternativa (HARTOG, 1996).

Conforme tal proposta, o regime consecutivo ao da *Magistra Vitae* marca-se pelo abandono progressivo da história retórica, na segunda metade do século XVIII, equivalendo à modernização epistemológica. O regime da “história mestra da vida”, no qual o critério do verdadeiro não permite questionar a narrativa, corresponde ao que venho tratando de modernidade inicial, em cujo decorrer, a visão mostrou-se prioritária frente a outros sentidos.

Se o inferno antes residiu na escrita e o Jardim do Éden, no Verbo, a pena colonizadora veio traçar o semi-ágrafo continente americano, nele distinguindo um paraíso a ser conquistado.

4.2 RE(VISÕES) DO PARAÍSO: DAS MARGENS AO DESLOCAMENTO

*Quem me dera, ao menos uma vez,
ter de volta todo o ouro que entreguei
a quem conseguiu me convencer
que era prova de amizade
se alguém levasse embora
até o que eu não tinha...*

*Quem me dera, ao menos uma vez,
que o mais simples fosse visto
como o mais importante
mas nos deram espelhos
e vimos um mundo doente....*

RENATO RUSSO

Índios

4.2.1 Multiplicidade: Flora Tristán e Paul Gauguin em fractais

¿Está aquí el paraíso?. La respuesta era evidente: 'No, el paraíso no está aquí, está en la otra esquina'. Ese juego infantil significa, para mí, la búsqueda de lo imposible. ¿Y qué es la búsqueda de lo imposible? La utopía.

MARIO VARGAS LLOSA.

A ultra-abrangência da literatura comparada e a heterogeneidade que gravita em torno aos corpos teóricos do pós-colonialismo, do pós-estruturalismo e do pós-modernismo, todavia, convergem aos estudos de cultura quanto a questões como etnia, identidade, raça, gênero e sexualidade. Em seu princípio, os *Cultural Studies* britânicos preocupavam-se com o estabelecimento de uma prática na cultura que os distinguisse. Tal diretriz precisa ser considerada, num momento em que ocorre a “transformação de um modo de intervenção política em um modo de acumulação de conhecimento, testado em provas e exames acadêmicos” (CEVASCO, 2003, p. 135).

Nesse sentido, uma das grandes contribuições do culturalismo, desde os posicionamentos da revista *New Left Review* e do Centro de Estudos da Cultura Contemporânea de Birmingham, tem sido a visão da cultura como instrumento de descoberta, interpretação e luta social. Essas atitudes se expressam, entre outras coisas, através do esmaecimento das fronteiras impostas entre a cultura de massas e a alta cultura, sendo essa, representada sobretudo pela “arte literária”. Num panorama de revigoração, os estudos de literatura passam a se ocupar de notações culturais ao gosto do grande público, como novelas de detetive, romances cor-de-rosa, autobiografias e biografias.

Não poderia ser muito diferente no lado da prática, ou seja, da produção textual, contemporaneamente assinalada, em sua forma romanesca, pelas transformações de figuras históricas famosas em personagens de ficção, assemelhando-se a, ou simulando, narrativas autobiográficas e/ou biográficas. Distintamente do “romance histórico”, cujo molde aprimorado encontra-se em Walter Scott, o atual subgênero romanesco de que trato desrespeita o caráter reprodutivo das entidades históricas e rasura o predomínio do externo sobre o interno, do público sobre o privado, do tipo sobre o indivíduo e do evento sobre o invento na história central.

É sob essa ótica que são apresentados e representados a feminista Flora Tristán e seu neto, o pintor Paul Gauguin, na obra literária de Mario Vargas Llosa,⁷⁸ lançada em 2003, e que se intitula *O paraíso na outra esquina*.⁷⁹ Mesmo nominadas, em correspondência aos seres de real existência que as originam, as personagens em destaque já seguem à lógica da ficção, ao adentrarem no texto ficcional, norteando-se, pois, por uma questão de estatuto. Não se trata, portanto, de checar os acontecimentos narrados com aqueles cujos eventuais documentos possam atestar sua ocorrência real, mas de examinar qual modo de leitura é proposto pelo autor e pelos editores.

A obra em questão pode ser considerada ficcional, em primeiro lugar, porque seu paratexto assim nos indica, conforme a ficha catalográfica — “romance peruano” (p. 04) e a epígrafe de Paul Valéry — “Que seria, pois, de nós, sem a ajuda do que não existe?” (p. 07). O afastamento da mera reprodução dos fatos e sujeitos históricos já começa a ser definido nas abas do livro, onde Wladir Dupont afirma que estamos diante de um romance. Esse tradutor da destacada criação do escritor peruano para a língua portuguesa informa que “embora também baseado em fatos comprovados, é apresentado de forma mais vagarosa, reflexiva, permeado de vãos mais literários.”

Localizado o pacto romanesco, por meio dos expedientes antes identificados, a economia da narrativa permite inferir, apesar das volumosas descrições espaciais, que aí ocorre um visível predomínio do interno sobre o externo, conforme atestam várias incursões ao íntimo dos protagonistas. Tal veiculação se dá por meio de uma mistura de discurso indireto livre com discurso dirigido ao modelo, esse, em segunda pessoa, característico de biografias laudatórias. A mescla discursiva é paralela à intercalação dos capítulos (um centrado em Flora, outro em Paul), bem como à utilização combinada de tais nomes e dos apelidos dos protagonistas (Andaluza/Madame-la-Colère e Koke), denotando um jogo do narrador entre distanciamento e aproximação às personagens.

A instância narrativa, desse modo, descreve com propriedade: os mal-estares de Flora, suas dores de estômago e útero; a repugnância perante o sexo com o marido; as paixões por

⁷⁸ Jorge Mario Pedro Vargas Llosa nasceu em Arequipa (1936). Estreante na literatura, consagrou-se com o prêmio Leopoldo Arias pelo livro de contos *Los jefes* (1959). Publicou as seguintes narrativas: *La ciudad y los perros* (1963); *La casa verde* (1966); *Conversación en La Catedral* (1969); *Pantaleón y las visitadoras* (1973); *La tía Julia y el escribidor* (1977); *La guerra del fin del mundo* (1981); *Historia de Mayta* (1984); *¿Quién mató a Palomino Molero?* (1986); *El hablador* (1987); *Elogio de la madrastra* (1988); *Lituma en los Andes* (1993); *Los cuadernos de don Rigoberto* (1997); *La fiesta del Chivo* (2000); *El paraíso en la otra esquina* (2003); *Travesuras de la niña mala* (2006).

⁷⁹ VARGAS LLOSA, 2003b. Todas as citações serão extraídas dessa edição, acompanhadas apenas da indicação do número das respectivas páginas.

Olympia Maleszewska e Eléonore Blanc; os galanteios e assédios, por parte de vários homens com os quais não concretiza relações sentimentais; sua comoção diante das ínfimas condições de trabalho dos operários com quem mantém contato, em peregrinações “diaspóricas”. O despertar da consciência da protagonista, que a leva a agir, conscientizando os trabalhadores face às injustiças sociais, acontece na viagem a Arequipa (Peru), quando seu navio aporta em Cabo Verde, onde se depara com as atrocidades da escravidão.

Nas partes do romance que dizem respeito a Gauguin, são freqüentes as descrições minuciosas de suas experiências sexuais, seu processo criativo e reflexões sobre o fazer artístico, assim como sua emoção frente à morte da filha, Aline Gauguin. O sofrimento da mãe do artista, Aline Chazal, que chegou a ser abusada sexualmente pelo pai, alia-se a outros indicadores da relevância dada ao fator interno do protagonista: seu casamento com a dinamarquesa Mette Gad; a paixão pela bretã Madeleine Bernard; as desavenças com Vincent Van Gogh; os envolvimento amorosos com a javanesa Anah e outras nativas da Polinésia: Titi Peitinhos, Pau’ura, Teha’amana e Vaeoho; o calvário perante as transformações ocasionadas pela sífilis, contraída no Panamá em 1887.

Tanto em relação à narrativa de Gauguin quanto à de Flora, não é verificada a construção das personagens como tipos, nem de subjetividades unificadas, pois se desvelam em suas complexidades individuais. Para escapar à pobreza, vivida após 1807, ano da prematura morte do pai, a bastarda Florita vai trabalhar na oficina de gravura e litogravura do mestre André Chazal em 1819. O casamento com o patrão resulta em três filhos — Alexandre, Ernest-Camille e Aline — e numa série de maus tratos, que a levam ao campo em 1825, alegando necessidade de recuperação do primogênito, o qual morrerá em 1831. Apesar de agredir a mulher, Chazal sempre vence processos contra ela e pela guarda dos filhos.

Visando a fugir do esposo e da justiça, a protagonista embrenha-se pelo interior da França em 1832. Durante o calvário em que sua vida se transforma, visita o primo, Dom Mariano de Goyeneche, na cidade de Bordeaux. Na casa dele, refugia-se por quase um ano, após deixar Aline sob os cuidados de uma senhora que se apieda de sua história. Ficando com o pai, Ernest-Camille falecerá posteriormente. Dom Mariano providencia a viagem da prima a Arequipa. Ela tem por objetivo convencer Dom Pio Tristán a reconhecê-la como filha legítima do irmão desse poderoso peruano. Planeja, com isso, aferir renda que proporcione conforto material e espiritual a si mesma e a seus dois filhos, longe do desequilibrado marido. Frustrada essa expectativa, a Andaluza retorna a seu país em 1835.

Ela permanece na França até 1838, participa de encontros literários e políticos, escreve obras resultantes de sua observação das sociedades que visitou. Em 1839, vai a Londres, presencia grotescos espetáculos de humilhações a meretrizes, protagonizados por homens de alta classe e decide entregar-se à causa revolucionária. Após intensa atividade em prol da conscientização dos trabalhadores, Madame-la-Colère viaja entre várias cidades francesas e falece em 1844. Em suas palavras, evolui de pária a ativista feminista e socialista; seu posicionamento político e sua sexualidade não são dados como absolutos, mas se fazem construir em relação com o Outro, do mesmo modo que seus pontos de vista sobre a religião.

Por sua vez, Gauguin conhece a experiência diaspórica ao morar, ainda criança, no Peru. Os deslocamentos espaciais se intensificam quando ele serve por sete anos à Marinha, de 1865 a 1871. Depois, trabalha na bolsa de valores de Paris e se casa em 1873. A vida burguesa desmorona-se quando se encontra com a pintura e, em 1884, parte com sua família à Dinamarca, de onde retorna em 1885, separando-se da mulher. Como necessita abrir mão da comodidade para se habilitar à “vocação”, ele segue uma perspectiva idealista, que o leva a vivenciar estas diásporas: Panamá e Martinica (1887); Bretanha (de 1888 a 1890) e Taiti (1891-1893).

No último desses lugares, o artista busca o paraíso perdido, a ser reencontrado entre os selvagens. Entretanto, aí havendo somente estilhaços de um mundo livre dos preconceitos e do racionalismo europeus, retorna à França, onde fica até 1895, quando volta ao Taiti, de onde sai para as ilhas Marquesas em 1901. Ele crê que o arquipélago, onde morre em 1903, abrigaria os últimos resquícios de uma vida regida pelo prazer, pela liberdade sexual e pela ausência do dinheiro; também pensa encontrar o canibalismo e a primitiva arte da tatuagem.

Igual a sua avó, Koke está em constante movimento, na eterna procura das utopias, que fazem valer o sentido de não-lugar, do qual se reveste tal palavra. Ademais, a experiência sexual do artista com um *taata vahine* ou *mahu*, quer dizer, com um “homem-mulher” no dizer taitiano, delata a multiplicidade e a provisoriedade da sua identidade sexual. O pintor, assim, distancia-se dos papéis tradicionalmente definidos de homem e mulher enquanto categorias sexuais.

Não ocorre a idealização do passado no romance em análise, mas a natureza dos referentes e sua relação com o mundo real são problematizadas. Tais marcas poderiam levá-lo à “metaficção biográfica”, se combinadas à auto-reflexividade metaficcional. A ausência do discurso que se volta sobre a feitura do texto afasta-o, portanto, da metaficção, da mesma

forma que a falta de indicativos das fontes históricas não estabelece a configuração de uma biografia, no caso estrito.

O gênero biográfico rege-se pela semelhança, devendo definir a que campos do real aponta. Inicialmente, o livro é merecedor de averiguação sob o prisma dos estudos culturais por se aproximar a uma notação que não forma o conjunto da “alta cultura” e é recebida com êxito pelo público, assim como alcança ampla difusão pelos meios mediáticos. Por outro lado, sua proximidade — e concomitante não enquadramento — ao romance histórico ou à metaficção biográfica pós-moderna faz com que transite pelos entrelugares tão caros ao pós-estruturalismo.

Os estudos pós-estruturalistas, via Althusser, constituem-se numa das mais significativas importações teóricas realizadas pelos *Cultural Studies* britânicos. Trazida em suas reflexões, a posição relativa de local-limite, ocupada pela narrativa, em função de sua impureza, é notada nesta passagem: “nem francês nem europeu, Paco. Embora minha aparência diga o contrário, sou um tatuado, um canibal, um desses negros lá do Taiti” (p. 131).

A representação da América Latina, outrora colonizada, bem como a resposta às narrativas-mestras européias, provinda do escritor cujo berço é uma ex-colônia, habilitam o artefato de Vargas Llosa a certa perspectiva pós-colonialista. Isso fica evidente na visão de que a arte deve “abrir-se ao mundo, misturar-se às demais culturas, arejar-se com outros ventos, outras paisagens, outros valores, outras raças, outras crenças, outras formas de vida e de moral” (p. 446). Da mesma forma, o entrecruzamento das vidas dos protagonistas opera como exercício de literatura comparada, ao justapor: personagens masculino e feminina; dois períodos distintos (meados e fim do século XIX); diferentes sociedades (França, Peru, Inglaterra, Taiti e ilhas Marquesas); os escritos autobiográficos de Flora e a obra pictórica de Gauguin.

Os indícios pós-modernistas, pós-estruturalistas, pós-coloniais e comparatistas, aqui não se aprimoram em virtude do enfoque culturalista. Todavia, ratificam as mencionadas zonas de correspondência entre tais formulações críticas, as ações práticas dos estudos culturais e as obras ficcionais rotuladas como pós-modernas, na falta ainda de outro nome. Uma vez que o romancista peruano é doutor em Filosofia e Letras⁸⁰ e também exerce

⁸⁰ Graduado em Literatura pela Universidad Nacional Mayor de San Marcos (Lima, 1958), no ano seguinte, o escritor recebeu bolsa de estudos para cursar doutorado em Filosofia e Letras na Universidad Complutense de Madrid. Defendeu a tese de doutoramento em 1971. Cf. MARIO VARGAS LLOSA, 2006.

atividades de crítico,⁸¹ parece transformar em prática literária seus conhecimentos das teorias mais proeminentes do século XX.

O texto de Vargas Llosa, de tal forma, se abre a todas essas possíveis leituras e coloca em ação a transdisciplinaridade que baliza os estudos culturais na década de 1970, a partir do reconhecimento dos limites dos estudiosos em relação a áreas afins, como a economia, a história e a sociologia. O autor em destaque vem a inserir, no plano de seu romance, os três mais importantes sinais que o culturalismo desenvolve até os anos de 1980: o caráter transdisciplinar; a renovação dos objetos e dos problemas da cultura; a combinação entre pesquisa e engajamento.⁸²

A recusa das hierarquias acadêmicas não passa apenas por aquela espécie de paródia da biografia, mas igualmente pela divulgação de textos populares e não-canônicos, aproveitados pela narrativa ficcional lloseana. No que se refere à construção de Flora, destacam-se os opúsculos escritos pelo ser histórico que inspira essa personagem: *A união operária*; *Peregrinações de uma excluída*; *As peregrinações de uma pária*; *Sobre a necessidade de dar uma boa acolhida às estrangeiras*; *Passeios por Londres*.

Por outra via, as menções a Fourier, Proudhon, Robert Owen, Saint-Simon, e ao livro *A viagem por Icária*, de Étienne Cabet, provocam a recirculação desses autores, situados à margem do “socialismo científico”. Muitas vezes tidos como representantes do “socialismo utópico”, sendo desprezados por sua carga de ingenuidade e bizarrice, tais pensamentos desalojam outros “nobres” motivos de intertexto. Igualmente, a organização dos capítulos dedicados a Flora é orientada por eventos que se desenrolam entre abril e novembro de 1844, à maneira de um diário íntimo.

As constantes viagens da memória, inseridas para recompor o passado da protagonista, reforçam a modificação verificada no emprego dos objetos dignos de estudo e o questionamento do cânone ocidental, literário ou historiográfico. É o que também ocorre no segmento centrado em Gauguin, pois todos os capítulos aí constantes são organizados em

⁸¹ Entre as produções do crítico, estão: *Carta de batalla por Tirant lo Blanc* (1969); *Historia secreta de una novela* (1969); *García Márquez: historia de un deicidio* (1971, tese de doutorado); *La orgía perpetua: Flaubert y Madame Bovary* (1975); *Entre Sartre y Camus* (1981); *La utopía arcaica, José María Arguedas y las ficciones del indigenismo* (1996); *Cartas a un joven novelista* (1997); *El lenguaje de la pasión* (1999); *Bases para una interpretación de Ruben Darío* (2001, tese de licenciatura); *La verdad de las mentiras* (2002); *La tentación de lo imposible: Los Miserables de Victor Hugo* (2004); *Un demi-siècle avec Borges* (2004).

⁸² O engajamento assenta-se no compromisso com um projeto de transformação da existência. Embora as ações engajadas circunscrevam-se ao século XX, sua ancestralidade é outorgada a Pascal e Voltaire. Tais posturas encontram pontos de referência em Zola, Victor Hugo e Chateaubriand. A perspectiva do intelectual engajado, com figurino ideal em Jean-Paul Sartre, seria retomada por Pierre Bourdieu. Cf. BENÔIT, 2002.

função de distintas telas produzidas pelo artista. Também consta uma referência ao livro que o teria inspirado a viajar para o Taiti: *Le mariage de Loti* ou *Rarahu*, de Pierre Loti.

Por curioso que possa parecer, as idéias liberais de Vargas Llosa não vêm à tona quando ele combina sua pesquisa histórica, resultante no artefato literário, com a perspectiva engajada. O engajamento manifesta-se, entre outros fatos, na crítica a um sistema literário vulnerável às repercussões ideológicas da mídia, e representado pelas dificuldades que a imprensa objeta à venda dos livros de Flora, por ela mesma realizada, de porta em porta. Não deixa de ser irônica a observação de uma das mais divulgadas premissas econômicas do liberalismo — a lei do mercado — responsável pelo pauperismo do fim da vida de Gauguin, o qual somente após a morte alcança alta cotação nas flutuações das bolsas de arte européias.

Essas engrenagens do mercado artístico são mostradas por Néstor Garcia Canclini (2003, p. 330):

Tanto o artista que, ao pendurar os quadros, propõe uma ordem de leitura quanto o artesão, que articula suas peças seguindo uma matriz única, descubrem que o mercado os dispersa e ressemantiza ao vendê-los em países diferentes, a consumidores heterogêneos. Ao artista restam às vezes as cópias, ou *slides*, e algum dia um museu talvez reúna esses quadros, de acordo com a reavaliação que experimentaram, em uma mostra na qual uma ordem nova apagará a enunciação ‘original’ do pintor. Ao artesão resta a possibilidade de repetir peças semelhantes, ou ir vê-las — seriadas em uma ordem e em um discurso que não são os seus — num museu de arte popular ou em livros para turistas.

No entanto, a remodelação da sociedade e de suas formas artísticas pode coincidir com as demandas dos movimentos sociais. A dimensão histórica do romance convoca vozes reprimidas pela história, ao elencar visões de dois seres à margem da sociedade do século XIX, em função da etnia, da posição social, da sexualidade e do gênero. Além de contar com Flora e Gauguin, a órbita romanesca é composta por outras personagens *off*-centro: escravos, homossexuais, índios, latino-americanos, meretrizes, mulheres, polinésios, proletários, negros. Apenas tangenciadas, quando não excluídas, por tradicionais compêndios de feição historicista ou positivista, as histórias de seres ex-cêntricos são contempladas pelo narrador, entremeando-se às vidas escritas dos protagonistas.

Ilustram tal ocorrência, dentre outras, as passagens: da prostituta encontrada por Gauguin no Panamá, conhecida por encarnar uma versão local do mito da “vagina dentada”; das meninas vendidas pela própria família no Taiti; da freira arequipenha que se evade do convento, simulando a própria morte. Também a compor esse conjunto, destaca-se especialmente a figura feminina envolvida na atrapalhada revolução que

começou quando, em Lima, a Convenção Nacional elegeu, para suceder ao presidente Agustín Gamarra, que terminou seu mandato, o grande marechal don Luis José de Orbegoso, em vez do general Pedro Bermúdez, protegido de Gamarra e, sobretudo, da mulher deste, dona Francisca Zubiaga de Gamarra, apelidada de Marechala, uma personagem cuja auréola de aventura e lenda a fascinou desde que dela ouvira falar pela primeira vez. Dona Pancha, a Marechala, vestida de militar, havia combatido a cavalo ao lado de seu marido e governado com ele. Quando Gamarra ocupou a presidência, ela teve tanta ou mais autoridade que o marechal nos assuntos do governo e não vacilou em puxar uma arma para impor sua vontade, em brandir o chicote ou em esbofetear quem não lhe obedecesse ou respeitasse, como teria feito o mais beligerante macho (p. 277).

A transdisciplinaridade não se firma somente com as notadas ex-centricidades, peculiares ao pós-modernismo, mas também com as correntes reestruturadoras dos estudos da história, abrigadas sob o rótulo de nova história. Como os novos historiadores, Vargas Llosa dá valor à oralidade, procedendo a freqüentes reenvios e contextualizações de fatos contados em outros momentos da trama.

Os casos lembrados pela memória recobram importância, pois remetem a essas narrativas transmitidas de geração a geração, de que é exemplo a controvertida batalha peruana:

E se todas aquelas batalhas fossem tão disparatadas como a que você presenciou na Cidade Branca? Um caos humano que, depois, os historiadores, para satisfazer o patriotismo nacional, convertiam em coerentes manifestações de idealismo, valor, generosidade, princípios, nelas apagando tudo que fosse medo, estupidez, avidez, egoísmo, crueldade e ignorância da maioria, sacrificada de maneira implacável pela ambição, pela cobiça ou pelo fanatismo da minoria. [...] Sim, Florita: a história vivida era de um ridículo cruel, e a escrita, um labirinto de imposturas patrioteiras (p. 307-308).

A recorrência a personagens localizadas na base da pirâmide social conforma o campo da história vista de baixo, ângulo também favorecido pelo pintor da obra pictórica *A irmã de caridade*, cuja voz é processada pelo autor do livro *O paraíso na outra esquina*: “Um quadro que mostrava a total incompatibilidade de duas culturas, de seus costumes e religiões, a superioridade estética e moral do povo fraco e avassalado e a inferioridade decadente e repressora do povo forte e avassalador” (p. 480).

Aos marcados intertextos com a economia e a história, soma-se o diálogo com a sociologia, por meio de uma perspectiva que não ratifica as redutoras oposições opressor x oprimido, dominante x dominado, centro-periferia, ao considerar as diversas condições através das quais se processa a hegemonia, por cujo intermédio são alocados o direcionamento e a manutenção de determinada ordem social, tanto em sociedades ditas periféricas (América Latina, Polinésia) quanto nas capitalistas centrais (Europa).

As ações dos grandes industriais e banqueiros europeus, das elites locais e dos colonos, aliadas à presença das igrejas católicas e protestantes, não aparecem como determinadas. Do contrário, a narrativa enfatiza a criação da história dos oprimidos por meio da luta social, a investir contra o poder financeiro e patriarcal no segmento protagonizado por Flora; contra a moral burguesa na parte centralizada em Gauguin. Em vez do posicionamento populista que abordaria as culturas à margem da hegemonia, mas legitimando a cultura dominante, o narrador dá relevo às estruturas de sentimento, responsáveis, junto a outros fatores, pelas diferenças entre as identidades nacionais, étnicas, sexuais ou regionais.

A observação mais próxima das interações sociais no cotidiano e dos significados e valores culturais das diferentes sociedades revela um quadro em que a sombria Europa se descortina tão ou mais miserável do que a América Latina e a Polinésia. Essas duas regiões são narradas com sol e colorido, ainda que não seja omitido o enorme abismo entre suas classes, nem obliteradas as circunstâncias e estruturas de suas pobreza.

A presença de uma cultura hegemônica (européia) assegura comunicação imediata entre todos os seus membros, radicados na própria matriz ou em outros continentes, contribuindo à desmobilização das classes dominadas (índios, escravos, proletários europeus etc). A ordem estabelecida é legitimada através da hierarquização, de maneira que as culturas dominadas se definem por sua distância em relação à dominante. A hierarquia se estabelece, fundamentalmente, por meio do poder simbólico do jornal, do romance e do cristianismo, seja ele católico ou protestante.

As culturas locais ou regionais, contrapostas a essa forma de dominação, oferecem sinais de resistência, como nas festas taitianas onde os nativos usufruem a liberdade sexual, nas celebrações religiosas dos indígenas peruanos, nas crenças e superstições desses povos, na manutenção das línguas quíchua no Peru e maori na Polinésia. As figuras de Flora e Gauguin resultam do consenso entre culturas em choque, mesmo que se oponham à hegemonia.

Elas capitalizam simbolicamente os frutos dessa oposição e de suas inclinações às culturas subalternas, transferindo-os à ação política e artística, que os torna reconhecidos nessas áreas, embora tardiamente. Contra a vontade de ambas, a extrema-unção recebida pela feminista e o enterro do pintor em cemitério católico são sintomáticos do poder simbólico, “uma forma transformada, quer dizer, irreconhecível, transfigurada e legitimada, das outras formas de poder” (BOURDIEU, 2004, p. 15).

A força dos símbolos hegemônicos, a advogar uma identidade constituída na negação do Outro, transparece nos mundos sociais do século XIX, tanto em sua crise de representabilidade quanto na ruptura da alta modernidade. A representação dessas sociedades, alicerçadas sob a bandeira da construção de nacionalidades homogêneas, faz com que aflorem questões correspondentes à “virada etnográfica”⁸³ sofrida pelos estudos culturais a partir da década de 80 do século XX. Assim, Madame-la-Colère e Koke fazem parte de um manifesto processo de degradação dos limites que moldam tanto suas identidades individuais quanto as culturas nacionais do Peru, Taiti e ilhas Marquesas, de França e Inglaterra.

Os protagonistas são definidos através de suas situações relativas a diversas coordenadas (classe, etnia, gênero, nação), mas não se reduzem a nenhuma delas. Estreitamente vinculando-se a tal incidência, são levados em conta os fluxos migratórios, ocorridos massivamente nos anos de 1800. Do mesmo modo, a homogeneização/diferenciação, presentes em tal época, ainda que só tivessem se agravado no final do século XX, pondo em risco a organização do Estado-nação, da cultura e da política nacional:

No mundo contemporâneo, essas ‘comunidades imaginadas’ estão sendo contestadas e reconstituídas. A idéia de uma identidade européia, por exemplo, defendida por partidos políticos de extrema direita, surgiu, recentemente, como uma reação à suposta ameaça do ‘Outro’. Esse ‘Outro’ muito freqüentemente se refere a trabalhadores da África do Norte (Marrocos, Tunísia e Argélia), os quais são representados como uma ameaça cuja origem estaria no seu suposto fundamentalismo islâmico. Essa atitude é, cada vez mais, encontrada nas políticas oficiais de imigração da União Européia (King, 1995). Podemos vê-la como a projeção de uma nova forma daquilo que Edward Said (1978) chamou de ‘orientalismo’ — a tendência da cultura ocidental a produzir um conjunto de pressupostos e representações sobre o ‘Oriente’ que o constrói como uma fonte de fascinação e perigo, como exótico e, ao mesmo tempo, ameaçador (WOODWARD, 2000, p. 24).

Ainda sob o prisma da reconfiguração dos estudos de cultura, as lutas verificadas no romance dão-se no terreno dos movimentos sociais, como provam a insuflação dos marquesanos contra os impostos, realizada por Koke, e as pregações da Andaluza, visando à união dos operários franceses, independentemente de agremiações partidárias. Outra importante marca da virada etnográfica é o desvendamento dos mecanismos de codificação/decodificação, relacionado à ativa receptividade dos produtos da mídia, principalmente, da televisiva.

⁸³ A “virada etnográfica” pode ser pensada como identificação dos meios mais eficazes para analisar em campo enigmas ligados a processos de decomposição/recomposição identitária, compreender consumos culturais e “prazeres” midiáticos” que poderiam parecer escandalosos a intelectuais marcados pelo marxismo. Confira: MATTELART; NEVEU, 2004, p. 110.

A aferição dessa incidência numa obra literária torna-se um pouco dificultada, em virtude da indisponibilidade dos meios interativos de que a televisão se utiliza, muitos deles, financiados por *merchandising*, campanhas governamentais, anúncios publicitários etc. Entretanto, não deixa de ser conveniente a averiguação da maneira pela qual o livro, como produto cultural, tem sua recepção orientada, não por profissionais das letras, mas pelos representantes da grande imprensa.

No caso da edição brasileira d’*O paraíso na outra esquina*, isso é atestado por sua contracapa, onde cintilam três *releases* apreciativos de talhe impressionista, extraídos dos jornais *O Estado de São Paulo*, *Folha de São Paulo* e *O Globo*, todos eles, do centro do país. Na discussão do circuito de produção-circulação-recepção dos artefatos literários, também não poderia passar ao largo de um fato que me provoca desde a primeira leitura do romance em apreciação: a simpatia do autor por suas personagens revolucionárias e libertárias.

Isso poderia ser tomado como estratégia de marketing e se vincular a uma abordagem de economia política da mídia e da cultura, viés um pouco esquecido pelos estudos culturais desde os anos de 1980, com a despolitização e marginalização dos “pais fundadores” (Hoggart, Thompson, Williams, Hall), em benefício de autores catalogados como pós-modernos. Então, reconhecendo seu público-alvo nos que comungariam das mesmas discussões acerca da literatura, será que Vargas Llosa submete suas concepções ideológicas⁸⁴ ao raciocínio econômico da rentabilidade em curto prazo e se orienta em função dos horizontes de expectativas de seus virtuais leitores?

Se confirmada essa hipótese, não teria sido mais fácil associar-se à moda teoricista da relativização e da desconstrução indiscriminadas? No entanto, o escritor peruano conserva a perspectiva do embate, da prática construtora dos espaços de negociação e transformação, aliando-se às questões com as quais se defrontavam os estudos de cultura nos anos de 1970 e que devem ser retomadas, não seria demais repetir. O estatuto do cultural, as conexões transdisciplinares produtivas e o modo como o engajamento pode mover o trabalho intelectual são trazidos à luz pelo romance em tela, cuja ambientação no século XIX parece sinalizar às mudanças na economia global.

Nesta fase do sistema econômico mundial, a que Fredric Jameson (1996) chama de “capitalismo tardio”, as lutas passam a ser fragmentadas, agrupando-se majoritariamente em torno de entraves sofridos por grupos que, em muitos casos, já nem são minoritários. As

⁸⁴ Tais concepções podem ser conhecidas por meio do livro de memórias *El pez en el agua* (1993), bem como por publicações de cunho político, reunidas em: *Contra viento y marea* (1980-1993); *A Writer's Reality* (1991); *Desafíos a la libertad* (1994); *Making Waves* (1996); *Piedra de toque* (2001).

necessidades de entrada no mercado de trabalho, reconhecimento dos direitos civis, livre orientação sexual, ou mesmo de um visto de permanência, revelam-se mais urgentes do que os dogmas revolucionários. As condições objetivas e subjetivas de uma radical transformação da ordem vigente vêm-se obstaculizadas em virtude da dispersão do proletariado, cujos padrões estão, a cada dia, mais distantes e inacessíveis, devido à internacionalização do capital.

Em tal cenário, ganham importância a volta da história no domínio da literatura, a ênfase na recepção e a atenção aos estudos pós-coloniais, juntamente com a rejeição aos binarismos rígidos ao redor da cultura de massa e da alta cultura. Como os estudos culturais constituem-se numa formação discursiva, não têm origem única, abarcam discursos múltiplos e se recusam a ser uma grande narrativa, resultam proveitosas as estratégias transdisciplinares com a literatura comparada, o pós-colonialismo, o pós-estruturalismo e o pós-modernismo.

O pós-moderno não é, nem pode ser rejeitado inteiramente, pois registra mudanças estilísticas na dominância cultural. Sua articulação ao culturalismo, que também não basta como paradigma auto-suficiente para uma prática analítica, mostra-se frutífera quando considera as políticas culturais da diferença, de lutas em torno do diferente, da produção de novas identidades e da entrada de novos sujeitos na cena das políticas e das culturas, como bem observa Stuart Hall (2003, p. 25-50).

É assim que a estruturação da obra literária *O paraíso na outra esquina* oxigena o dominante gênero romanesco, valendo-se de estratégias da literatura biográfica. Esse leque narrativo, por sua vez, constitui-se em expressão de uma cultura residual, tendo em vista sua expressividade como gênero no Ocidente do século XVIII e o êxito obtido no final do século XX. Configura-se uma tradição emergente, no geral, associada com posicionamentos que revitalizam o passado discursivo e convocam novas identidades, até então, marginalizadas pelo discurso literário hegemônico, mas a integram o cenário sócio-cultural da pós-modernidade.

Exemplar de tal emergência, o romance em análise mostra que os pluricentros geográficos aí representados correlacionam-se às multidimensionalidades dos sujeitos nele envolvidos. Calvino (1990b, p. 134) ilustra seu conceito de “multiplicidade” em literatura outra vez por meio de Borges, o escritor que teria realizado perfeitamente a rigorosa geometria concebida pela estética de Paul Valéry. A linguagem borgiana, ao mesmo tempo, veículo do imaginário e direcionada por um raciocínio dedutivo, exemplifica-se através do conto “O jardim dos caminhos que se bifurcam”, da coletânea *Ficções*:

Um tempo múltiplo e ramificado no qual cada presente se bifurca em dois futuros, de modo a formar ‘uma rede crescente e vertiginosa de tempos divergentes, convergentes e paralelos’. Essa idéia de infinitos universos contemporâneos em que todas as possibilidades se realizam em todas as combinações possíveis não é uma digressão do conto mas a própria condição para que o protagonista se sinta autorizado a cometer um delito absurdo e abominável que lhe é imposto por sua missão de espionagem, seguro de que aquilo ocorre em apenas um dos universos mas não nos outros (CALVINO, 1990b, p. 134).

Assim ocorre no romance de Vargas Llosa, em que o múltiplo se junta ao conceito de “fractal”, cabível às identidades cambiáveis dos protagonistas, sujeita e sujeito cujos enredos partem de locais variados e, a variadas posições, igualmente deslizam. A leitura não exige seguir a ordem dos capítulos; o narrador, também circunstancialmente no papel de biógrafo, privilegia algumas óticas, entretanto, de modo aleatório. Como acontece na “física quântica, o universo renova-se e estabelece novos sistemas a partir da instabilidade de partículas elementares, também as interpretações sobre os fractais biográficos caminham para reconstruções e re-ordenações no interior de sua própria irregularidade” (PENA, 2004, p. 85).

Narrador e personagens indicam que o paraíso das utopias pode estar sempre mais adiante; essas revelam suas experiências históricas em contextos durante os quais a própria ciência histórica se dedicava ao conhecimento de si (HARTOG, 1996). Flora encarna ideais libertários, mas sob os revestimentos de uma racionalidade ilustrada e jacobina, enquanto Gauguin vivencia encontros com várias flutuações regionalizantes, às quais não deixa de confrontar-se (CERTEAU, 2002). A feminista e o pintor sofrem, na pele, a crise finissecular ou sentem os efeitos das fendas impostas à representação, por sociedades já incapazes de não se auto-observarem quando ao se deterem sobre o mundo, regido pela epistemologia da historicidade/temporalidade (FOUCAULT, 1999; PERA, 1991).

O engajamento não é abolido na obra literária como, na realidade, não se modifica substancialmente ao hibridizar-se na “atuação” de Canclini⁸⁵ ou na “agência” de Homi Bhabha.⁸⁶ Mudam, sim, as arenas onde os combates são travados, de modo que um livro, uma disciplina acadêmica, um trabalho crítico desincumbem-se da ilusória pretensão de, sozinhos, desafiarem as estruturas dum poderio multipolar que se avigora neste terceiro milênio.

⁸⁵ Mais do que ações, as práticas culturais são atuações. Representam, simulam as ações sociais, mas só às vezes operam como ação. Talvez o maior interesse para a política de considerar a problemática simbólica não resida na eficácia pontual de certos bens ou mensagens, mas em que os aspectos teatrais e rituais do social evidenciam o oblíquo, o simulado e o distinto em qualquer interação. Cf. CANCLINI, 2003, p. 350.

⁸⁶ A agência pós-colonial é a ação que subverte o discurso imperialista. Os elementos de consciência social imperativos para a agência (ação deliberativa, individuada e especificidade de análise) podem ser pensados agora como externos à epistemologia que insiste no sujeito anterior ao social ou no saber do social negando a diferença particular na homogeneidade transcendente do geral. Cf. BHABHA, 2003, p. 239-274.

Entretanto, ao revelarem os mecanismos de fixação e manutenção da hegemonia, e ao oferecerem meios de expressão às culturas subalternas, operam como locais de combate.

Sua eficácia fica comprometida caso venham a se desalojar de práticas sociais correspondentes, e mutuamente implicadas, às renovações da esfera teórica. Se a obra em tela desvia-se das posições conservadoras, publicamente assumidas por seu autor, resta-nos torcer para que o fracasso do político liberal continue a ceder espaço para o sucesso do romancista engajado. Vingue a última de suas múltiplas faces, num período em que, tal como acontece ao operário daquele filme italiano, esquerda e direita se esbatem nos mesmos problemas de memória e identidade.⁸⁷

4.2.2 Levezas da Santa Cruz: feitiço, memória e biografia coral

*Pode rogar praga em minha sorte
Meu santo é forte e ninguém vai me derrubar
Sou mandingueiro, sei fazer feitiçaria
E bruxaria de todo lugar...*

DUDU, JORGINHO MEDEIROS E TIÃOZINHO
Bruxarias e histórias do Arco da Velha

Situar a memória significaria buscar seu espaço na ciência, na filosofia, na psicanálise, na psiquiatria e noutras áreas do conhecimento; suporia debruçar-se sobre os mitos de origem, bem como sobre a transição entre as comunidades ágrafas, de transmissão essencialmente oral, e as sociedades de expressão escrita. Neste momento, entretanto, parto de um recorte sugerido por Josefina Cuesta Bustillo na obra *Memoria e historia*, com maior especificidade, o panorama traçado em: “Memoria e historia: un estado de la cuestión” (1998, p. 203-224).

A organizadora da referida coletânea, e autora desse artigo, lembra que os trabalhos memorialísticos formularam-se como polêmica nas ciências humanas. Segundo inferências da teórica espanhola, o debate enraizava-se na publicação do livro *Matéria e memória* em 1896, de Henri Bérson (1999) e na resposta a ele dada por Maurice Halbwachs, na década de vinte do século passado. Desse, os *Quadros sociais da memória* (1952) assentaram as bases daquilo que passaria a constituir uma sociologia da memória.

Halbwachs redimensiona o pensamento sobre a “memória pura” de Bérson, essencialmente baseado no psiquismo, mas obscurecido por exames do inconsciente

⁸⁷ Refiro-me ao filme *A classe operária vai ao paraíso* (1971), no qual um operário-modelo defronta-se com a tensão entre a descoberta da consciência de classe e os sonhos de consumo da classe média.

freudiano, ao considerar as expressões subjetivas no interior dum circuito grupal, chegando à possibilidade de apreensão dos fenômenos psíquicos. Sua pesquisa abrange os quadros sociais da memória, as relações por intermédio das quais o pensamento individual é substituído e socorrido pela memória coletiva. Ligações entre sonho e linguagem aí se revestem de importância, pois as imagens oníricas provêm do contato com o entorno social: não seriam apenas reenviadas, como também reconhecidas e interpretadas à luz das noções do grupo.

As convenções verbais constituem o quadro mais estável e elementar da memória coletiva; são permeáveis a todas as lembranças, retendo os detalhes isolados e os elementos descontínuos da representação. É muito grande o intervalo entre a impressão que se procura evocar e o momento atual, por isso, uma lembrança geralmente se debilita à medida que recua no passado. A semelhança das representações permanentes e estáveis possibilita que os eventos essenciais do passado reapareçam através da percepção, no presente, de similaridades históricas, políticas e sociais.

Sem elidir sua descontinuidade, entre tal série de perspectivas e uma reunião de noções estáveis, repousaria toda a diferença que separa os estados físicos individuais, qualitativamente distintos entre si, dos quadros do pensamento geral, os quais permanecem idênticos através dos tempos. Quando as impressões são produzidas, há dois tipos de elementos: de um lado, tudo o que seja possível exprimir, localizar no tempo e espaço e comparar com outras expressões; de outro, a matéria inexprimível. A memória mesma, contendo a totalidade do passado, emprega uma força que viabiliza sua própria inserção, e parece reconstruir os quadros a que se refere seguidamente.

Tais quadros fazem-se de noções que intervêm sem cessar no seu pensamento e noutros que a ela se impõem com a mesma autoridade das formas de linguagem. Para localizar uma lembrança, é preciso relacioná-la com outras, na formação de conjuntos variáveis conforme os pensamentos distintamente comungados. As lembranças atuais têm a ver com os grupos onde houve convívio recente; por sua vez, as lembranças antigas relacionam-se com associações mais estreitas, como a família, a igreja e a classe social.

A novidade da obra de Halbwachs não passou em branco no âmbito das reformulações teórico-metodológicas com as quais se defrontaram os estudos históricos no século XX, mas o conceito de memória permaneceu ignorado pelos *Annales* até sua terceira geração quando, em 1978, Pierre Nora diferenciou memória coletiva de memória histórica na enciclopédia francesa *La nouvelle histoire*. No ano anterior, Jacques Le Goff havia publicado seu longo trabalho sobre o tema, diversas vezes aqui utilizado.

Esse historiador vê a contemporaneidade sob pressão de diversos movimentos que fazem eclodir as memórias coletivas. A idéia de fragmento suplanta a temporalidade linear: tempos múltiplos, afincados no social e no coletivo, se articulam a instrumentos tradicionais, embora concebidos de forma diferente. A memória converte-se no elemento fundamental da “identidade, individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje, na febre e na angústia” (LE GOFF, 2003, p. 469).

Gérard Namer (1987) centra-se na análise da memória coletiva, afirmando que, entre as operações realizadas pela memória junto à lembrança, o silêncio e o esquecimento estão onipresentes em qualquer pesquisa sobre a matéria ou aparecem em algumas das fases do fenômeno perquirido. O silêncio pode oscilar entre as barreiras do encobrimento e do indizível, em alguns casos, esbarra na incapacidade de comunicação, por traumática que resulta a experiência de lembrar. Todo silêncio (ou esquecimento) sustenta um projeto ou uma identidade; elimina o passado em favor de um presente, dum futuro que se pretende construir, ou da identidade do grupo portador da lembrança.

Num processo em que o esquecimento principiou a ser considerado como objeto da história, a nostalgia e a mudança são algumas das operações mais comuns e, em alguns casos, difíceis de detectar. Em certas ocasiões, a mudança é minorada sob o trabalho simbólico da memória e produz um efeito substitutivo ou restitutivo, percebido de modo especial nos estudos relativos às comemorações. A mudança pode adotar a forma de confusão ou simbiose entre presente e passado ou, até mesmo, de substituição dum pelo outro, na qual o presente pode destruir as barreiras da memória e tomar posse do espaço simbólico.

Lembranças de idosos e fontes orais sobre “anos dourados” podem-se infestar do nostálgico, desde a seleção dos temas aos termos empregados e à supervalorização das experiências. Esquecimento, seleção, silêncio e nostalgia exprimem a tessitura do tempo na lembrança e revelam o privilégio concedido ao passado, a se oferecer como refúgio, não somente ante a idade, mas frente à situação de um presente percebido como menos válido. A memória é capaz de produzir, à margem, ou a partir da realidade que remodela, a emergência de um mito, herói ou contra-mito, esse, reunindo elementos da recusa ou da exclusão.

A memória se firma nos últimos anos entre historiadores da década de 1980, em França, na Europa e nos Estados Unidos, sem que isso traga rigor conceitual em todas as ocasiões. Como um método de aproximação à memória e, mais em concreto, à memória nacional, Pierre Nora consolidava, a fins dos anos 70, seu conceito dos “lugares de memória” (1988, p. 17-34). Ele o define ao senso das realidades históricas nas quais a memória se

encarnou seletivamente e que permanecem pela vontade dos homens ou pelo trabalho do tempo: festas, emblemas, monumentos, comemorações, elogios, dicionários, museus etc.

Os objetos da memória podem ser materiais, mas sobretudo imateriais, como fórmulas, divisas e palavras-chave. A elasticidade conceitual dos *loci memoriae* permite sua operatividade em distintos países e hoje múltiplas análises os aplicam. A transdisciplinaridade, uma das características dos lugares da memória, também assinala o tema memorialístico como um todo. “Cada ramo da ciência, em nossa época, parece querer nos demonstrar que o mundo repousa sobre entidades sutilíssimas — tais as mensagens do D.N.A., os implusos neurônicos, os quarks, os neutrinos errando pelo espaço desde o começo dos tempos” (CALVINO, 1990b, p. 20).

Distintos conjuntos humanos ocupam-se ativamente em salvaguardar seus patrimônios, material ou imaterial. Da mesma forma, agem as mulheres e as minorias que vivem experiências de choque: negros, judeus, indígenas, homossexuais ou grupos étnicos não-hegemônicos. A conformar e a confirmar uma tendência para a qual o meio acadêmico já desperta, o estado virtual da lembrança pura é levado para além do “ponto em que ele se torna um estado presente e atuante, ou seja, enfim, até esse plano extremo de nossa consciência em que se desenha nosso corpo” (BÉRGSON, 1999, p. 280).

Nesse caminho, além de seguir os passos da hermenêutica, a estética da recepção trilha rotas abertas por Mikhail Bakhtin. Suas metodologias impõem sérias resistências ao isolamento formalista do texto. Seus encaminhamentos teóricos e analíticos visam a leitores reais, “ativos, com a diferença de que Bakhtin dá uma densidade social mais específica aos leitores ‘virtuais’, ‘implícitos’ e ‘ideais’ da teoria da recepção, munindo-os de um endereço concreto, um nome, um gênero, uma classe, uma nação” (STAM, 1992, p. 13).

Entendidos em conotações amplas, os “lugares de memória” não se reduzem a depósitos da memória ou a eventos dignos de comemoração. Esses locais expressam um conceito abstrato, puramente simbólico, o qual visa desentranhar a dimensão rememoradora dos objetos. Assim faz Laura de Mello e Souza, ao estudar um grupo de documentos conservados pelo Arquivo Nacional da Torre do Tombo, em sua obra historiográfica *O diabo e a terra de Santa Cruz* (2000).

Seus estudos detectam a feitiçaria, as práticas mágicas e a religiosidade popular no Brasil colonial, registrando o tratamento que os inquisidores dispensaram a negros e a mulatos durante os séculos XVII e XVIII. Seu texto aproxima-se à idéia de subtrair à linguagem

aquela carga implícita n’*A insustentável leveza do ser*, de Milan Kundera. Na interpretação feita por Calvino (1990b, p. 19), esse livro parece conotar o peso da vida, o qual residiria

em toda a forma de opressão; a intrincada rede de construções públicas e privadas acaba por aprisionar cada existência em suas malhas cada vez mais cerradas. O romance nos mostra como, na vida, tudo aquilo que escolhemos e apreciamos pela leveza acaba bem cedo se revelando de um peso insustentável. Apenas, talvez, a vivacidade e a mobilidade da inteligência escapam à condenação.

Estabelecido na contra-reforma e reimplantado na Modernidade, o complexo inquisitorial tomou a feitiçaria como prática herege. Com a união das coroas espanhola e portuguesa em 1580, intensificaram-se os esforços para que fosse estabelecido um tribunal no Brasil, proposta que não vingaria. Os períodos da “Visitação” na colônia sucederam-se durante o ano de 1591 na Bahia e em Pernambuco; em 1618 na Bahia; entre os anos de 1763 e 1768, no Grão-Pará e no Maranhão.

Fora dessas visitas oficiais, os culpados deviam ser remetidos a Lisboa, como atesta o documental das “Visitações”, “Devassas Eclesiásticas” e “Processos” de réus brasileiros. A historiadora registra casos de adultério, bigamia, bruxaria, falsidade ideológica etc. que, na maior parte, atingem os escravos e uma classe intermediária, entre os negros e os grandes proprietários. No capítulo oitavo da obra sob análise, reconstitui as trajetórias de seis personalidades acusadas por feitiçaria.

Oriundos de classes populares, os feiticeiros são apresentados como partes integrantes, e que também representam, a história coletiva, a história vista de baixo. No anonimato por enorme lapso temporal, essas pessoas coadunam-se ao pensamento de Luiz Costa Lima sobre as faixas temporais de controle do imaginário. Para ele, a faixa religiosa estende-se desde o crepúsculo das Idades Médias ao século XVIII, enquanto uma outra, secular, deriva do iluminismo francês.

Os mecanismos controladores transitam pelos seguintes conjuntos: a) nas literaturas européias; b) na irradiação das literaturas européias pelo universo hispano-americano; c) na colônia brasileira. O teórico brasileiro ressalva que “a língua, agora o vemos, era o solo por onde se transmitia também uma forma específica de controle e essa cultura era também a fonte onde se engendravam as categorias controladoras. Por efeito da conquista, nos tornamos parte do Ocidente” (COSTA LIMA, 1988, p. 364).

O diabo e a terra de Santa Cruz imbrica-se à teorização desenvolvida por Michel de Certeau (2002) n’*A escrita da história*, obra publicada em 1975. Ambos trabalhos autenticam a existência do complexo regulador do imaginário, ao mesmo tempo, os seres históricos

trazidos à luz no primeiro livro vêm a ser narrados em etapas de suas vidas individuais. À maneira do que preconiza Benjamin, os reprimidos da história, iluminados como se por um relâmpago, possibilitam apreender a vastidão das práticas inquisitoriais.

Cabe recordar os tempos precedentes à moderna vigência da Inquisição, quando recém o capitalismo urbano se configurava:

nas cidades em que a mulher suportava o fardo mais pesado de uma vida de limitações, as bruxas voavam à noite montadas em cabos de vassouras ou em veículos ainda mais leves, como espigas ou palhas de milho. Antes de serem codificadas pelos inquisidores, essas visões fizeram parte do imaginário popular, ou até mesmo, diga-se, da vida real. Vejo uma constante antropológica nesse nexos entre a levitação desejada e a privação sofrida. Tal é o dispositivo antropológico que a literatura perpetua (CALVINO, 1990b, p. 39-40).

Desse modo, na vila da Vigia, em Couto Marim, Adrião Pereira da Silva administra o engenho de aguardente do padraço, fazendo também captura de escravos fugitivos. Em 1754, numa dessas diligências, deixa cair um pedaço de papel que consigo porta, destinado a lhe provir sucesso com as mulheres e a bem sair-se das brigas. Por causa do amuleto, Adrião cai sob o tribunal inquisidor, embarcando para Lisboa no ano 1754 e, no seguinte, depois de sofrer torturas, enviam-no aos cárceres secretos.

Em 1758, o Santo Ofício decide pela evidência do pacto e faz Adrião sair em “auto de fé”, encarochado por feiticeiro, devendo abjurar. Condenado ao cárcere e a hábito penitencial perpétuo, deve cumprir cinco anos em degredo nas galés do rei. Entre 1760 e 1766, ele solicita comutação, alegando doença difícil de ser curada, deixa Évora e serve ao exército no Pará. Nesse caso, a alternativa de interpretar a diferença “nos termos de uma oposição entre ‘elites’ e ‘massas’ arrisca-se enganadora quando não explicita que o corte produzido pelas Luzes muda a natureza dessa distinção elite/massas” (CERTÉAU, 2002, p. 185).

Cerca de 1752, Salvador de Carvalho Serra, mulato pobre, filho de mineiro com escrava forra, seleiro e residente em Tapanhuacanga, Minas Gerais, come aproximadamente sete pedaços de hóstia, razão pela qual é preso. Remetido a Lisboa em 1757, sua primeira confissão dá-se no ano posterior, quando confirma ter ingerido as ‘partículas sagradas’, porém, mudaria uns pontos dessa história noutra entrevista. Passados quatro anos, ele comparece a auto público, para ouvir sua sentença e fazer abjuração de leve suspeita na fé.

Instruído nos mistérios, Salvador cumpre as demais penas e penitências espirituais, paga os 2961 réis de custas do processo e parte ao degredo de dois anos em Castro Marim, no Algarve, aonde chega em 1761. O mulato precisa entender símbolos que não lhe pertencem;

assim como a língua, sua cultura deve ser decodificada pelos colonizadores. Ocorre que, “a partir de meados do século XVIII, se forma uma combinação durável — quase-estrutural, durante pelo menos cem anos — entre um fundo ‘popular’ a decifrar e uma racionalidade científica cujo conteúdo afetivo está colocado fora dela” (CERTEAU, 2002, p.175).

Quando a estética barroca ainda se caracteriza pelas contraposições das imagens, é de Minas Gerais que partem as histórias de outras pessoas delatadas ao Santo Ofício: Luzia da Silva Soares e Luzia (ou Luiza) Pinta. Solteira, preta forra e natural de Angola, a última reside na vila de Sabará, quando encarcerada em 1742. Os habitantes do lugarejo costumavam buscá-la para que fizesse adivinhações e realizasse curas, nas cerimônias noturnas do calundu.

Luzia Pinta então usava vestir-se com “trajes inusitados”, a cabeça coberta por grinaldas e toucas, punha-se a dançar ao som de instrumentos africanos, logo entrando em transe. Alguns reiteram que trazia cascavéis enroladas nas pernas e nos braços; era assistida por outros negros que, com ela, cantavam, dançavam, bebiam do vinho. A dúvida da Inquisição consiste em identificar o calundu ao pacto com o demo, mas acabam por enviar a calundureira ao tribunal português, onde sua primeira confissão acontece a 1743.

Do mesmo ano, data o libelo acusatório de Luzia ou Luiza que, considerada renitente, recebe o ato público de culpada por leve suspeita na fé em 1744, devendo abjurar. Degredam-na para Castro Marim por quatro anos, numa evidência de que o costume passa a se transformar em instrumento: “uma sociedade adquire, por aí, o poder de ‘se aperfeiçoar’ indefinidamente, de agir sobre si mesma, de modificar sua natureza, de se construir. Do ‘costume’, se passa à educação: no final do século, este ‘mito’ dá à civilização a imagem de uma conquista” (CERTEAU, 2002, p. 18).

Luzia da Silva Soares, contando 40 anos, mora no local hoje conhecido por Mariana quando, em 1738, seus senhores a acusam de pacto demoníaco. Presa, sob torturas e a desfilar acorrentada pelo arraial, depois da prisão, vem a ser recolhida num cárcere do Rio de Janeiro. Em 1742, ela parte a Lisboa, onde suas confissões tanto impressionam que os inquisidores ordenam a reinterpeção das testemunhas, no entanto, apenas em 1744 ouvem-se as pessoas cientes das sevícias pelas quais tinha passado.

Finalmente, a negra é posta em liberdade. Como suas práticas supersticiosas haviam sido purgadas, os inquisidores acham por bem encerrar o processo em 1745. A história dessa mulher constrói-se através de uma linguagem dupla: “uma, confessável, produtora de uma razão ‘esclarecida’ que organiza uma *axiomática da utilidade social*; outra, das crenças

desautorizadas mas ainda existentes que, denegadas no presente, tomam o aspecto de uma origem obscura” (CERTEAU, 2002, p. 175).

No Século das Luzes, a cultura era lançada por meio das categorias filosóficas do bem comum, da utilidade pública, da universalidade etc. A era iluminista revelou-se profícua em “figuras suspensas no ar. Não foi em vão que, no início do século, a tradução francesa de Antoine Galland de *As mil e uma noites* havia aberto à fantasia ocidental os horizontes do maravilhoso oriental: tapetes volantes, cavalos voadores, gênios que saíam de lâmpadas” (CALVINO, 1990b, p. 36).

No século XVII, quando se gerava uma “irrupção libertina da moral sem religião”, produziram-se dois movimentos recíprocos:

elementos doutrinários até então organicamente combinados se *desarticulam*: entre os libertinos, as condutas do saber se dessolidarizam da ‘razão’ unitária, da qual a fé era o princípio: na feitiçaria, os símbolos coletivos de dependência religiosa se destacam das igrejas para formar o léxico imaginário de uma anti-sociedade; entre os ‘espirituais’, a experiência pessoal aprofunda itinerários biográficos ou psicológicos estranhos às linguagens institucionais e teológicas que até então organizaram seu desenvolvimento. Por outro lado, esta desarticulação obedece a *clivagens sociais* que se acentuam [...] os libertinos são cidadãos senhores da escrita, já dotados do lugar social e de um instrumento técnico, através dos quais irá se formar o novo poder burguês: a feitiçaria se recruta nos meios rurais, menos enquadrados e como que massificados pelas próprias mobilidades que subvertem as hierarquias locais; os místicos se encontram, freqüentemente, entre estes magistrados submetidos à contradição entre a fidelidade a uma tradição cultural e a diminuição de seu poder econômico ou político (CERTEAU, 2002, p. 158).

Assim, Manuel João, 16 anos, nascido em São Luís, e a iniciar-se no ofício de barbeiro, vai para Belém do Pará no ano de 1668. Responsabilizado pelos assombramentos à casa do avô, é preso juntamente com a bolsa de mandinga que costuma trazer ao pescoço. Contra o garoto, depõem 30 testemunhas, acusam-no de feiticeiro, supersticioso e invocador do diabo que, a ele, normalmente apareceria sob as formas de um peixe-boi, dum grande besouro, de São Miguel.

O acusado consegue fugir, mas volta a ser preso; na Ilha Terceira, enfrenta novos procedimentos inquisitivos que, começados a 1673, indicam o pacto demoníaco. No ano 1676 da graça cristã, Manuel João vai a tormento. Na Lisboa de 1682, o auto público; uma vela à mão, açoitado até que o sangue escorra, ele abjura de veemente, assina o termo de ida, bem como a penitência, e recebe a pena: cinco anos de trabalho não remunerado nas galés do império português.

Da primeira modernidade ao presente dos relatos, Maria Barbosa, parda, nascida em Évora, deixa sua terra com a carocha de feiticeira, pois recebe como pena o degredo para

Angola. Aí persistindo nos antigos hábitos de alcovitagem e de feitiçaria, açoitam-na publicamente, motivo por que foge a Pernambuco, onde não a encaroçam por respeito ao marido. A portuguesa corre mundo, desde o Rio Grande do Norte a Fernando de Noronha, submetendo-se à culpa na Bahia de 1610, porque não ouve missas nem pregações, também devido ao costume de trabalhar nos domingos e dias santos.

Acumulando as condições de alcoviteira, feiticeira, mais agora, de prostituta, Maria vê-se obrigada ao cumprimento da penitência pública: degredo por dois anos às “capitanias de baixo”. Ela busca esconderijo, mas a encontram durante 1611 e remetem suas culpas à Inquisição de Lisboa. Reinquiridas em 1613, as testemunhas apontam o exercício da magia, realizado por essa mulher, cuja viagem a Portugal acaba em Gibraltar, onde padece o abandono.

Em 1614, a sentenciada cumpre determinações do auto público de fé, devendo abjurar. Proibido seu retorno ao estado baiano, não deixa de reinscrever a história dos negros e mestiços nas páginas em branco da história brasileira:

a explosão da feitiçaria nos meios populares, ou as ‘possessões’ diabólicas nas cidades; ‘a invasão mística’, nestes mesmos anos. Ateísmo, feitiçaria, mística: estes três fenômenos sincrônicos traduzem igualmente o fato de que as igrejas se tornam inaptas para prover referências integrativas à vida social. Divididas entre elas e nelas mesmas, as igrejas se localizam. Não mais fornecem ao pensamento ou à prática o enunciado de leis gerais (CERTEAU, 2002, p. 157-158).

Minúsculas biografias, esboços biográficos, reunidos por Laura de Mello e Souza, mostram os embates da cultura letrada com a oralidade. Situados na primeira arena, os padres reprovaram hagiografias e “Paixões de mártires” desde as Idades Médias. O clero demonstrava reservas ao culto do extraordinário e do afetivo “no século XVI, nas origens das igrejas Protestantes e no século XVIII mais ainda, na administração eclesiástica católica mobilizada contra as ‘lendas’ e ‘superstições’ por uma caça às feiticeiras” (CERTEAU, 2002, p. 271).

Nas colônias, os inquisidores ditavam pactos demoníacos para soletramento dos acusados, inaptos à leitura. A escrita colonizadora fundamentava-se nas histórias antes ouvidas, nos textos previamente vistos, quer dizer, em abundante literatura européia sobre a bruxaria. “Inquisição e Estado português caminharam juntos no sentido de manter a ruptura entre o popular e o erudito, redimensionando-a à luz das preocupações com a manutenção do mundo colonial” (MELLO E SOUZA, 2000, p. 326).

No Brasil, o imaginário trouxe à cena, e temperou com sabores pícaros, um

protagonista dos mais requeridos pelas anedotas populares: através da cultura oral, Pedro Malazarte conquistava casa-grande ou senzala, sobrados e mucambos. Não se fez apenas de risos e doçuras, como visto, a vida privada no Brasil açucareiro. Sua pujança, desde então para desfrute de poucos, era cultivada pelos horrores do escravismo, os quais não mereceriam, “durante os três primeiros séculos que sucederam o descobrimento, grande atenção dos nossos homens de letras” (FRANÇA, p. 82, 1999).

Ainda que tardiamente, os narradores coloniais adotariam postura distinta quanto ao “bom selvagem”. Escritores vinculados à Academia dos Renascidos convocaram personalidades indígenas a seu elenco biográfico de 1759, dispondo-as junto a governantes, latifundiários, magistrados, varões tutelares etc. O mito da generosa terra medieval de Cocanha, em sua reformatação pelo iniciante capitalismo e pela mentalidade renascentista, roubava espaços textuais às “visões do paraíso” (HOLANDA, 1969).

Esses traços marcam a *História da América Portuguesa* (1730) de Sebastião da Rocha Pita, imprimindo-se também à *Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas*. O jesuíta italiano André João Antonil responsabilizou-se por essa narrativa histórica, publicada em Lisboa no ano de 1711. A escrita da colônia brasileira dava prosseguimento a diálogos estabelecidos com o barroco espanhol, através de Pita e Nuno Marques Pereira, autor do romance alegórico *Peregrino da América* (1728).

Ambrósio Fernandes Brandão dedicou maior espaço aos “negros de Guiné” no fartamente documentado *Diálogo das grandezas do Brasil* (1618). A narrativa do judeu português menciona exorbitantes lucros obtidos com o comércio escravista e adentra na retórica das escritas de vida. Dessa forma, o escritor descreve alguns escravos quanto à compleição física (seus organismos de boa regeneração) e aos detalhes privados (suas habilidades com plantas medicinais).

Produzida em 1627 pelo religioso franciscano Vicente do Salvador, a *História do Brasil* também se revela mesquinha com a cultura africana, embora sinalize às fugas e às rebeliões escravas. Outras escritas guardam silêncio bastante longo a respeito dos negros e suas revoltas. A rebelião de Palmares, deflagrada em 1663, aciona os líderes Ganga Zumba e Zumbi à memória, enquanto a biografia da escrava rebelde Anastácia oscila entre a história e o mito, a lenda e a santidade.

Santos, heróis bíblicos e profetas de Israel povoam sermões de António Vieira (1608-1697). Contrário à catequese para escravos ou defensor da importação de angolanos, o padre,

no entanto, ressalta a desumanidade da escravatura, como no *Sermão do Rosário* (1639). Bom pregador, ele acomodava-se ao tempo e à situação momentaneamente requerida:

Este modo de ser discursivo prolonga-se nas produções proféticas de Vieira, pois todas elas, quando não declaradamente de defesa pessoal, foram ofertas ou serviços de vassalo [...] Nesses sermões epidícticos, encontramos ações de promessa e vaticínios de um futuro império oferecidos pelo pregador à coroa. Isto leva a interpretar as idéias messiânicas de Vieira como decorrendo das estratégias retóricas do panegírico e da matriz enunciativa canônica da pregação régia, seriamente assumida pelo orador (MENDES, p. 91, 1997).

As peças oratórias do padre Vieira elencam figuras da realeza. Investido da função de profeta, o sacerdote não concluiu tratados como a *História do futuro*. Um segmento dessa obra, o “Livro Antepimeiro”, veio a ser acabado, talvez pela semelhança com a oratória de intervenção pública, propaganda ideológica, defesa pessoal etc. Isso também aconteceria com: *Esperanças de Portugal* (1659), *Defesa perante o Tribunal do Santo Ofício* (1666) e *Discurso apologético* (1689).

A mesma tonalidade encomiástica é sentida naquele *Diálogo das grandezas do Brasil*, entre personagens criadas por Ambrósio. O colono Brandônio resulta em sua projeção autobiográfica e o reinol Alviano, numa figura da máquina colonizadora. Quando essa personagem se convence a divulgar as excelências nativas, “o ‘documento’ atinge um clímax que, não sendo estético, é pelo menos exemplar, na sua capacidade de extrair amor pelo país de uma atitude simultaneamente crítica e construtiva” (MERQUIOR, 1977, p. 06).

As figuras presentes n’*O diabo e a terra de Santa Cruz* referendam a idéia de “biografia coral”. Essa modalidade biográfica entende o singular como fator de tensão,

por meio de diferentes movimentos individuais, é que se pode romper as homogeneidades aparentes (por exemplo, a instituição, a comunidade ou o grupo social e revelar os conflitos que presidiram à formação e à edificação das práticas culturais; penso nas inércias e na ineficácia normativas, mas também nas incoerências que existem entre as diferentes normas, e na maneira pela qual os indivíduos, ‘façam’ eles ou não a história, moldam e modificam as relações de poder (LORIGA, 1998, p. 249).

Em coro, as vidas silenciadas exprimem suas diversidades. Por intermédio de narrativas compostas dessa maneira, o sujeito pode driblar excessivas coerências verificadas em histórias de “varões ilustres”, dos “grandes vultos da humanidade”. A biografia coral faz recordar Cyrano de Bergerac (1619-1653) e sua “combinatória de figuras elementares que determina a variedade das formas vivas; e sabe principalmente traduzir o sentido da precariedade dos processos que as fizeram nascer” (CALVINO, 1990b, p. 33).

O escritor francês exemplifica a “leveza” calvinista, a qual resulta num instrumento de precisão. Essa proposta define-se através do despojamento da linguagem, visando a um texto consistente e aos atos de narrar que se alinhavam pelos diminutos sinais da sutileza. Por fim, a descrição nunca deveria excluir o elemento figurativo capaz de se tornar emblema:

Há invenções literárias que se impõem à memória mais pela sugestão verbal que pelas palavras. A cena em que Dom Quixote trespassa com a lança a pá de um moinho de vento e é projetado no ar, ocupa apenas umas poucas linhas no romance de Cervantes; pode-se dizer que o autor nela não investiu senão uma quantidade mínima de seus recursos estilísticos; nada obstante, a cena permanece como uma das passagens mais célebres da literatura de todos os tempos (CALVINO, 1990b, p. 30).

Laura de Mello e Souza percorre as vias trilhadas pelo controle ao imaginário (COSTA LIMA, 1988) – desde o aparato católico, num regime de historicidade resignado ao verdadeiro (HARTOG, 1996) – aos mecanismos da racionalidade ilustrada. Nas Luzes, igreja católica e máquina colonial desprezaram, quando não perseguiram, a crença matizada pela superstição e pela magia (CERTEAU, 2002). Devendo ocultar seus valores simbólicos, o ser de osso e carne assumia um perfil que se falseava, aparentando-se às personagens ficcionais, nesses tempos em que dominou a *épisteme* representacional (PERA, 1991).

As pesquisas da estudiosa brasileira revelam fatos antes não analisados, histórias individuais da maior importância. Mesmo através de construções discursivas, desvendam os vestígios de uma cultura popular que resistiu como pôde, às margens plácidas da filosofia iluminista ou das altas produções artísticas da Renascença. Encobertas por séculos, as narrativas fragmentárias ora relidas fazem eco às expressões dos mandingueiros, das bruxas e dos feiticeiros de todo lugar.

4.2.3 Visibilidade: metonímia da presença, contexto, biografema

Enquanto isso, os autores, artistas-sacerdotes mortos há anos ou séculos, bebem chocolate na sombra fresca da primeira árvore do mundo. Eles estão em paz, porque morreram sabendo que a memória não se incendeia. Não se cantará e dançará, por acaso, pelos tempos dos tempos, o que eles tinham pintado?

EDUARDO GALEANO
Memória do fogo

Na data redonda de 1700, a morte de Carlos II selava o final da dinastia que empreendeu a colonização espanhola. Numa imagem que antecipa o declínio em metáfora, Thomas Gage despedia-se do Novo Mundo, dando-lhe as costas. Ao se olhar no espelho, o

missionário inglês amaldiçoou quem lhe disse “há doze anos, que a América estava com as ruas cobertas de ouro e de prata, e que era preciso caminhar com cuidado para não tropeçar nos diamantes” (GALEANO, 1986, p. 318-319).

O novo continente começava a ser escrito por intermédio: a) de miradas estrangeiras; b) dos narradores americanos, fossem índios ou filhos de europeus (*criollos*); c) dos rastros da memória. A imagem de um celeiro de matérias-primas substituía olhares precedentes, oriundos do imaginário europeu medieval ou renascentista, mas desde os primeiros tempos, a mitologia edênica, impressa às representações simbólicas, veio anunciando a terra de promessa:

As riquezas descobertas na América (prata, ouro, pedras preciosas) facilitaram a acumulação do metal necessário ao fortalecimento do capitalismo. *O Mundus Novus* mostrava-se paradisíaco e acolhedor, mas nem Colombo, investigando a origem do ouro portado pelos índios que recepcionam os navegadores, nem Vespúcio, registrando cuidadosamente a rentabilidade possível dos produtos encontrados (madeira e pérolas) deixaram de salientar as vantagens e os lucros a advirem da ocupação da terra. Ao sublinhar potencialidades semelhantes no território ao seu alcance, cronistas religiosos e portugueses acompanham a tendência, reforçando, à sua maneira, uma imagem em circulação na Europa. Essa imagem convinha à expansão do sistema financeiro capitalista, de modo que, ao promovê-la, anotando na possessão americana as riquezas a serem recolhidas e os ganhos a obter, esses autores afinam-se à ótica própria àquele modelo econômico (ZILBERMAN, p. 15, 1993).

Metáforas americanas não eliminaram produções organizadas através da metonímia. Por meios que estavam a seu alcance, as línguas, os costumes e a história do Novo Mundo tentaram fugir às ameaças de extermínio e às malhas do esquecimento. Até cerca de 1780, porém, a cultura e a educação das colônias espanholas afiguravam-se “estritamente hispânicas, já que as civilizações nativas haviam sido quase totalmente extintas e todo o comércio e intercâmbio cultural com o resto da Europa eram sistematicamente vedados” (JOZEF, 2005, p. 12).

Em território mexicano, Carlos de Sigüenza y Góngora mescla elementos da novela pícara e da crônica, dando boas-vindas ao romance hispano-americano, com *Los infortunios de Alonso Ramírez*. Juan Rodríguez Freyle produziu texto híbrido entre a crônica, o relato de costumes, os brevíários de bruxaria e a narrativa ficcional: *El Carnero*. O escritor colombiano reúne fatos políticos ou anedotas que permitem imaginar a vida cotidiana na antiga Santa Fé de Nova Granada.

Os autores em destaque sinalizam às intenções que os guiam; suas obras oferecem evidências dos processos seletivos, ao mostrarem as referências como sistemas contextuais.

Nos trabalhos literários, as relações de similaridade, metafóricas, envolvem o fundo textual e, para isso, articulam valores, normas, convenções, citações, alusões etc. Tanto as combinações realizadas pela metonímia quanto a intencionalidade oculta na metáfora se configuram como atos de fingir e fatos da ficção:

Surtem então campos de referência intertextuais, resultantes dos elementos de que o texto se apropriou. Estes campos são em geral motivo para que um herói transgrida as fronteiras, em princípio insuperáveis, existentes entre os campos. Esta transgressão de fronteiras é, no sentido de Lotman, um acontecimento relacionado ao tema, que se revela como ‘elemento revolucionário’ na medida em que se opõe à classificação vigente (ISER, 1983, p. 394).

Textos ficcionais ou similares, movidos por intencionalidades menos realistas, acabam ingressando ao campo das possibilidades referenciais, do qual se desejariam afastados. O inverso também ocorre, a exemplo das *Crônicas de las Indias*, produzidas no curso dos anos de 1500 e 1600, por espanhóis e portugueses. Englobando comentários, diários de viagens, histórias naturais ou geográficas, relatos de naufrágios, expedições e conquistas, essas narrativas apresentam expedientes utilizados em textos ficcionais.

A máquina inquisitorial, como visto, diversificava seus alvos no século XVII. Espanhóis de origem hebraica eram desterrados, no mesmo compasso em que, aos povos de cultura islâmica, “também será dado escolher entre o batismo e o exílio; e para os falsos convertidos ardem as fogueiras da Inquisição. A unidade da Espanha, desta Espanha que descobriu a América, não será o resultado da soma de suas partes” (GALEANO, 1986, p. 92).

Portugal e suas colônias viveram sob jugo espanhol de 1580 a 1640, período em que a historiografia lusa consistia num servilismo aristocrático ou se refugiava em conventos e mosteiros, “enfarruscada, introvertida, subjetivista e retrógrada. Por fim, derivou para o campo da erudição, pacientemente acumulada sem outro propósito que o de colecionar dados” (MOISÉS, 1978, p. 109). Não se mostrava incomum que as narrativas históricas oferecessem versões procedentes do campo literário.

Dessa forma, Ruy Díaz de Gusmán afinou-se na epopéia *La Argentina*, do clérigo espanhol Martín del Barco Centenera. A partir daí, o escritor *criollo* reelaborou episódios acerca da colonização platina, destacando a luta do conquistador Juan de Garay contra os índios charruas, em sua obra histórica *La Argentina manuscrita*. Com ascendência incaica, Garcilaso de la Vega ofereceu retratos da organização sociocultural peruana em *Comentarios reales de los Incas* e também viabilizou biografias dos antepassados de linhagem nobre.

Sobre a mesma região, escreveram o padre José de Acosta e Pedro Cieza de Leon, o qual decidira ouvir anciãos indígenas antes de configurar a *Crónica del Perú*. Díaz de Castillo reivindicava o papel dos soldados na *Verdadera historia de los sucesos de la conquista de la Nueva España* e um outro escritor pergunta a quem debitar as crueldades, culpa “do espelho ou da cara? O rei não pensa duas vezes. Por decreto, ordena a apreensão de todos os manuscritos que deixou frei Bartolomé de las Casas para que não cheguem às mãos dos maus espanhóis e dos inimigos da Espanha” (GALEANO, 1986, p. 221).

Posteriormente editados como *Brevísima relación de la destrucción de las Indias* e *Historia general de las Indias*, os trabalhos desse religioso conjecturaram que os indígenas teriam destinos melhores no inferno. Nas próprias terras, derramavam sangue, ardiam nas fogueiras ou eram lançados à ira dos cachorros. Outros evangelizadores prestaram contribuições a futuras biografias americanas e, assim, o frei Diego Duran resgataria uma parcela da tradição asteca em sua *Historia de las Indias de Nueva España e islas de tierra firme*.

Apresentando semelhantes objetivos, Bernardino de Sahagún dedicou-se à *Historia general de las cosas de Nueva España* e frei Toribio de Benavente – o Motolínia – a uma *Historia de los indios de la Nueva España*. A Espanha tanto pressionou que, por volta de 1532, o Tribunal do Santo Ofício se instalava em Portugal, onde visou primeiramente a cristãos novos e a conversos portugueses, e logo passaria a investigar toda pessoa com ascendência negra ou indígena. Das brumas de Salem a Santa Maria de Buenos Aires, decretou-se a primeira temporada de caça às bruxas na história colonial americana.

A América Portuguesa figura em registros lusitanos e nos relatos de viagens feitas no século XVI por navegantes de outras nacionalidades. As reportagens do Mundo Novo confundiam os desconhecidos povos americanos com habitantes da Índia ou do Catai, já conhecidos, muitas vezes, por meio de correntes leituras. Segundo Todorov (1993), não se demonstrava rara uma idéia de que certos grupos indígenas se originassem das tribos extraviadas, as quais teriam constituído o tronco da civilização judaica.

As “Crônicas das Índias” não impõem limites entre realidade objetiva e subjetiva. Suas fronteiras tornam-se obscurecidas por obra duma cultura que acasalava

os fatos e as fábulas; os atos e sua projeção lendária. Essa confusão de ambas ordens, séculos mais tarde, alcançará com um Borges, um Carpentier, um Cortázar ou um García Márquez, grande prestígio literário. Aquilo que os críticos batizarão com a etiqueta de ‘realismo mágico’, e que muitos vão considerar como um traço prototípico da cultura latino-americana, já pode ser rastreado nessa maneira de alternar a realidade com a fantasia que impressiona tanto nas primeiras relações

escritas sobre a América (VARGAS LLOSA, p. 16, 1999).

Os ibéricos não aportaram ao continente americano de mãos abanando; ao contrário, transbordavam de referências, inclusive afincadas em outras espacialidades, por exemplo, no Oriente construído através d'*O livro das maravilhas* de Marco Polo. A civilização vinda do além-mar vivenciava os arroubos criativos do Renascimento e as Américas fulguravam “como uma invenção a mais, incorporada, junto com a pólvora, imprensa, papel e bússola, no efervescente nascimento da Idade Moderna” (GALEANO, 1988, p. 28).

Centros comuns de produção simbólica articulavam operações culturais que possibilitariam construir um território aparentado em suas estruturas imaginárias. Conforme Pizarro (2004, p. 41-60), as culturas emergiam da construção colonial fundada num limiar equivalente às atuais relações de convergência e divergência entre nossos países. Os imaginários tomaram sentidos diversos na vastidão americana e cobriam outras significações devido a seus espelhamentos: primeiro nas metrópoles; *a posteriori*, na França; bem mais tarde, nos Estados Unidos.

O imaginário europeu representava uma possibilidade de transplantar e difundir os padrões culturais da Europa. Junto à empreitada colonizadora, os modelos socioculturais dos que chegaram se impunham sobre os autóctones, num processo marginalizador. “Os descobridores e as viagens de exploração e reconhecimento de nossa costa expressam o Velho e o Novo Mundo como imagens. Não se tratava de imitação apenas, mas de uma apropriação que as recolocava em novo contexto” (JOZEF, 2005, p. 116).

Nesse caso, vigoraram as normas aristotélicas acerca da configuração criativa da memória: por semelhança, contraste e vivência. Segundo Alba Olmi (2006, p. 30), as leis associativas de Aristóteles ultrapassavam o mero armazenamento de dados, permitindo reconhecer, “*in nuce*, os dois modelos que Roman Jakobson, no século XX, identificaria como sendo constitutivos das duas figuras retóricas essenciais: a metáfora (associação por semelhança ou diferença) e a metonímia (associação por contigüidade).”

As literaturas renascentista e barroca são generosas à imaginação visual, mas

o catolicismo da contra-reforma tinha na comunicação visiva um veículo fundamental, por meio das sugestões emotivas da arte sacra, com o qual o fiel devia ascender aos significados segundo o ensinamento oral da igreja. Trata-se, no entanto, de partir sempre de uma dada imagem, proposta pela própria e não da ‘imaginada pelo fiel’ (CALVINO, 1990b, p. 101).

O imaginário mais propriamente americano dava-se a conhecer em forma escrita entre

os séculos XVII e XVIII, quando eram descobertos e traduzidos importantes textos que depõem sobre as culturas pré-colombianas. Assim, a obra *Chilam Balam*, produzida em línguas maias, refere as funções religiosas do calendário e abriga livros de predições dos antigos sacerdotes. Mencionada coletânea reúne-se a Barthes (1990, p. 12) quando esse aborda as representações pela linguagem, por meio de um conceito tributário da noção de fonema:

Se eu fosse um escritor, já morto, como gostaria que minha vida se reduzisse, pelos cuidados de um biógrafo amigo e desenvolto, a alguns pormenores, a alguns gostos, a algumas inflexões, digamos: **‘biografemas’**, cuja distinção e mobilidade poderiam viajar fora de qualquer destino e vir tocar, à maneira dos átomos epicurianos, algum corpo futuro, prometido à mesma dispersão; uma vida furada, em suma, como Proust soube escrever a sua na sua obra, ou então um filme à moda antiga, de que está ausente toda palavra e cuja vaga de imagens (esse *flumen orationis* em que talvez consista ‘o lado porco’ da escritura é) entrecortada, à moda de soluços salutares, pelo negro apenas escrito do interstício, a irrupção desenvolta de *outro* significante: o regalo branco de Sade, os vasos de flores de Fourier, os olhos espanhóis de Inácio.

Nessa concepção, os *Anales de los Cakchiqueles* veiculam presciências e versões nativas a respeito da conquista, ao mesmo tempo em que as culturas maia e náhuatl conservam impressionantes narrativas, seja por meios escritos, seja pela oralidade. Tais histórias depõem sobre a chegada dos conquistadores. “Se Homero, ao cantar a ruína de Tróia na *Iliada*, deixou-nos a lembrança de cenas do mais vivo realismo trágico, os escritores indígenas, antigos detentores da tinta negra e vermelha de seus códices, souberam também evocar os mais dramáticos momentos da conquista” (GARIBAY, 1953-1954, p. 91-92).

Acolhendo um conjunto de lendas maias a respeito da origem cósmica, o *Popol Vuh* pode ser considerado

um dos grandes romances da América, talvez do mundo. Com uma fantasia livre de qualquer freio lógico (a magia desempenha um papel primordial no livro) relata as malfetorias e tramóias de Huanaphú e Xbalenque para destruir o grotescamente orgulhoso Vucub-Caquix, o guacamauió [papagaio], ou para zombar dos senhores de Xibalbá, o inferno. Dizendo-se que tem algo de *As mil e uma noites*, de *Alice no País das Maravilhas* e do romance chinês *Macaco* de Wu Chêngên, terá o leitor uma idéia de que tipo de livro se trata (COULTHARD, 1972, p. 47).

Por seu turno, Fernando de Alva Cortés Ixtlilxóchitl produziu a *Relación histórica de la nación tolteca*, onde relata acontecimentos referentes à conquista da Nova Espanha e à história de seu povo. O mesmo autor escreveu *Historia Chichimeca*, rebatizada como *Historia general de la Nueva España*. Entre importantes legados de populações que habitam o atual México, encontra-se uma narrativa de Hernando Alvarado Tezozómoc sobre a destruição das *urbes mexicas: Crónica Mexicayot*.

O manuscrito de *Tlatelolco*, o *Códice Aubin* e o *Códice Ramírez* abrigam textos que poderiam se extraviar, como perdida veio a ser uma técnica para leitura da escrita hieroglífica dos astecas. No caminho por meio do qual as identidades são negociadas frente à hegemonia cultural, tais narrativas encontram Barthes (1990, p. 11) quando diz apreciar “essa maneira provençal com que Sade chamava ‘milli’ (senhorita) Rousset, ou milli Henriette, ou milli Lépinai, e seu regalo branco quando abordou Rose Keller, seus últimos jogos com a pequena rouperia de Charenton (na roupeira é a roupa que me encanta).”

Segundo Nathan Wachtel (1976), Poma de Ayala revela uma “visão dos vencidos” na região andina, em obra extraviada por três séculos: *Nueva corónica i buen gobierno*. Através de textos recuperados, e pela ótica nativa, hoje são trazidas à lembrança as biografias de: Agüeynaba, Atahualpa, Cañaribamba, Caonabó, Capác Huanca, Caupolicán, Cuauhtémoc, Cuchacique, Cuyes, Huaina Capác, Huáscar, Lautaro, Mabodamaca, Manco Capác, Metacom, Montezuma, Mullohuamani, Nicarágua, Océlotl, Opechancanough, Paraguaçu, Putapitchun, Tecayehuatzin, Tereupillán, Tetón etc. Seus nomes gravam-se ao avesso nos universos indígena, hispânico, lusitano, africano, *criollo*, francófono, inglês, holandês, enfim, no tecido híbrido das Américas.

Fogos e cavalos que arrasaram culturas nativas não impediriam a trajetória dos astros ou a cura das ervas; nem as danças de chuva, nem cantares do Inca Pahacútec. Vidas juntaram-se a sinais diversos, imagens coloridas, resíduos sígnicos, panteões de antigas divindades, para enfrentarem o represamento do imaginário. Hoje, também indagam sobre o real, à moda destes corpúsculos biografemáticos, detectados em Fourier: “seu gosto pelos ‘mirlitons’ (bolinhos parisienses com aromatizantes), sua simpatia tardia pelas lésbicas, sua morte entre os vasos de flores” (BARTHES, 1990, p. 11).

Os colonizadores não puderam destruir as evocações de bom augúrio, nem as simpatias para afastar todo mal. Astrologia, batuque, candomblé, capoeira, curandeirismo, *santeria*, “saravá”, se conservam sob várias formas, singulares cacos, particulares farrapos, tão destacados por Barthes (1990, p. 12):

o que me vem de Loyola não são as peregrinações, as visões, as macerações e as constituições do santo, mas somente ‘os seus belos olhos, sempre um pouco marejados de lágrimas. Porque, se é necessário que, por uma retórica arrevesada, haja no Texto, destruidor de todo sujeito, um sujeito para se amar, tal sujeito é disperso, um pouco como as cinzas que se atiram ao vento após a morte (ao tema da *urna* e da *estela*, objetos fortes, fechados, instituidores de destino, opor-se-iam os cavacos de lembrança, a erosão que só deixa da visa passada alguns vincos).

Calvino (1990b) retira elementos a sua proposta de “visibilidade”, dentre outros, de um texto escrito por Loyola: *Exercícios espirituais*. Esse construto narrativo, elaborado pelo jesuíta, oferece motivos para o escritor ítalo-cubano lembrar que a memória visiva de uma pessoa antes se limitava “a suas experiências diretas e a um reduzido repertório de imagens refletidas pela cultura. A possibilidade de dar forma a mitos pessoais nascia do modo pelo qual os fragmentos dessa memória se combinavam entre si em abordagens inesperadas e sugestivas” (p. 107).

Refugiados da febre incendiária, vestígios encontrados em cascas de árvores imprimem-se agora às mais distintas materialidades. Dessa maneira, permitem refigurar, na medida prenunciada por Benjamin, as histórias que poderiam ter sido e nem tão somente a história estabelecida. Operações metonímicas fizeram da conquista uma cruz e uma espada, enquanto povos sem escrita, mas não sem história, tentavam agüentar o peso da primeira ou desviar-se dos gumes, afiados, da segunda.

Em seus vínculos prioritários com a forma, a operação metonímica se rege pelo ordenamento dos espaços semânticos, estabelecendo relações de contigüidade. A metonímia “abrange tanto a combinalidade do significado verbal, o mundo introduzido no texto, quanto os esquemas responsáveis pela organização dos personagens e suas ações” (ISER, 1983, p. 391). Defendida por Homi K. Bhabha (2003), a noção de metonímia da presença revela-se como tática ex-cêntrica.

Por seu intermédio, os “vencidos” escapam às representações normativas da autoridade, produzem suas formas hibridizadas e mudam as regras do jogo. No que tange a seu reconhecimento, mantêm a *épisteme* da semelhança (PERA, 1991) que rege a “organização etnográfica” (CERTEAU, 2002). No entanto, redimensionam sua presença oral primitiva durante as experiências de choque à conquista, logrando agir sobre o mundo através de apresentações diferenciadas, portanto, imprevisíveis à metrópole e a seus agentes.

Bhabha (2003, p. 167) infere que a força dessa metonímia da presença perturba

de tal forma a construção sistemática (e sistêmica) de saberes discriminatórios que o cultural, antes reconhecido como o meio da autoridade, se torna virtualmente reconhecível [...] A exposição do hibridismo – sua ‘replicação’ peculiar – aterroriza a autoridade como o ardil do reconhecimento, sua imitação, seu arremedo. Tal leitura do hibridismo da autoridade colonial desestabiliza profundamente a demanda que figura no centro do mito originário do poder colonialista.

Nas profecias artísticas ou em ruínas de cidades, sinais ancestrais, pequenas narrativas, ajudam a minar a idéia de biografia na qual o sujeito transita sempre para o alto, como a subir

montanhas. A metonímia da presença e o biografema não parecem chocar-se às considerações atuais quanto a uma historiografia da literatura que se vem negando à canonicidade fixa ou presa a um só contexto. Daí a presente atenção aos lugares móveis dos textos e seus sentidos, em lugar dos enquadramentos unânimes, nacionais, lineares, uniculturais.

Sem direito a se (auto)biografar, “América Latina” era nomeada na Europa, sob a forma dum construto ficcional. A expressão ganharia força durante os processos de independência das colônias, em particular, nas emergentes pátrias meridionais, onde força e peso maiores teria o sentido de *americanidad*. Moldado “na França do século XIX, com o fim de designar um subcontinente distinto da América anglo-saxônica, o termo foi primeiramente identificado com a América de língua espanhola” (COUTINHO, 2003, p. 86).

O conceito deixa de ser exclusivamente hispânico para englobar o Brasil e o Caribe francês; o Québec, as colônias caribenhas não-latinas e as comunidades latinas dentro dos Estados Unidos. Os contatos interculturais e inter-societários dos latino-americanos, dos quais dão mostras a revista cubana *Casa de Las Américas* e o periódico *Marcha*, do Uruguai, vêem-se entusiasmados pela modelagem duma identidade comum. Pesquisas feitas por *chicanos* radicados na América do Norte e por *sudacas* estabelecidos na Europa ajudam a cambiar a história, não apenas da literatura, deste continente.

Por isso, articulo a estruturação sintética das histórias da literatura a um ponto desenvolvido pelos estudos pós-coloniais (metonímia da presença) e ao *punctum* barthesiano expresso na idéia de biografema. Estendo-os pelo regime de historicidade governado por uma história exemplar (HARTOG, 1996), entrando em acordo com a literatura produzida nas Américas de 1500 e 1600. As narrativas coloniais ora destacadas parecem rejeitar paradigmas literários então vigentes, os quais, conforme Zilberman (2003, p. 122), eram a epopéia clássica, à moda renascentista de Camões, e a tragédia barroca, no estilo Corneille-Racine.

Se a maior parte dos referidos textos levaria séculos para se fazer conhecida, o contexto histórico e suas interpretações auxiliam a compreender “o que à primeira vista parece inexplicável e desconcertante” (LEVI, 1996, p. 175). Lidando com modelos divergentes, associam-se à reflexão sobre as diferenças entre um espelho (no singular) e os espelhos (no plural). Quer se disponham “um em face do outro (imagem zen), de maneira a refletirem sempre o vazio, quer a multiplicidade dos espelhos justapostos cerque o sujeito com uma imagem circular cujo vaivém fica por isso mesmo abolido” (BARTHES, 1990, p. 129).

Wolfgang Iser baseia-se em Cassirer e na fenomenologia para mostrar que figurações como essas não se reduzem ao ato concreto de visar/ler. O teórico alemão recorre aos desenvolvimentos gestálticos de fundo (conteúdo) e forma (figura), dispondo a temática em relação a certo horizonte de leitura:

O valor atribuído às normas sociais e alusões literárias conforme sua atuação em personagens, narrador, enredo, etc. fazem com que o mundo se incorpore ao texto [...] um objeto literário (Ingarden) que se refletirá como uma visão transcendental de múltiplas visões, e no qual o mundo estará incorporado; o leitor reagirá a este objeto literário de acordo com a estrutura de tema e horizonte que o texto lhe provoca durante a leitura, num verdadeiro caleidoscópio, e em contínua interação (LOBO, 1992, 241).

As diferentes etapas de uma leitura configuram seus horizontes de expectativas, nos quais estão implicadas as diferentes aproximações supostas pela obra literária. O leitor do tempo presente orienta-se também por leituras passadas, que lhe fornecem devidas munições quanto a conceitos como autor, enunciação, enunciado, narrador, perspectivas de narração etc. Por outro lado, a rarefação das temporalidades evoca as teses de Benjamin, assim como a narração dos passados vencidos provoca fissuras à idéia de uma história *in continuum*.

Investigações antropológicas, arqueológicas e da etnologia vieram dialogar com os historiadores franceses dos *Anais*, na vigência do terceiro regime de historicidade proposto por Hartog (1996). Já no plano simultâneo destas páginas, seus aportes trazem mais informações, e melhor conhecimento, acerca de povos indígenas, antigos ou ainda a viverem segundo modos ancestrais nos anos 60/70. Nessa época, Ginzburg e Giovanni Levi organizavam a micro-história italiana.

Ao mesmo tempo, Iser e Jauss fundamentavam a estética da recepção, a reunir, no presente trabalho, Borges, Calvino, Umberto Eco e Ricardo Piglia. A partir do primeiro escritor italiano, esse argentino submete a exame suas três propostas de literatura (2000) cuja idéia basilar reside na provocação de um deslocamento. Ao efetivar o trânsito interculturais, desde as margens, e visando deslocar o centro da hegemonia, o sujeito latino-americano, segundo Piglia, se habilita para enfrentar o atual milênio “como a mais bela tribo dos mais belos índios, [para] não ser atacado por ser inocente” (RUSSO, 1986).

4.3 MEMÓRIA EM GIGABYTE: QUEM MEXEU NO QUEIJO DOS ITALIANOS?

La literatura está enfrentada directamente con esos usos oficiales de la palabra, y por supuesto su lugar y su función en la sociedad son cada vez más invisibles y restringidos. Cualquier palabra crítica sufre las consecuencias de esa tensión, se le exige que reproduzca ese lenguaje cristalizado, con el argumento de que eso la haría accesible. De ahí viene la idea de lo que funciona como comprensible. O sea, es comprensible todo lo que repite aquello que todos comprenden, y aquello que todos comprenden es lo que reproduce el lenguaje que define lo real tal cual es.

RICARDO PIGLIA

*Tres propuestas para el próximo milenio
(y cinco dificultades)*

4.3.1 Exatidão e verdade: suplementos, biodiograma e caso extremo

*É verdade que o software não poderia exercer seu poder de leveza
senão mediante o peso do hardware; mas é o software que
comanda, que age sobre o mundo exterior e sobre as máquinas...*

ITALO CALVINO

Seis propostas para o próximo milênio

Na Itália de 1966, Carlo Ginzburg lançou *Os andarilhos do bem*: feitiçarias e cultos agrários nos séculos XVI e XVII (1988). Quando pesquisava para redigir esse livro sobre os *benandanti* e seu ritual de fertilidade, encontrou processo que continha longa sentença contra Domenico Scandella, vulgo Menocchio, acusado de sustentar que o mundo teria origem na putrefação. Desses tempos, uma cosmologia de Giordano Bruno, composta de inumeráveis mundos, ganha mais relevância “quando se sabe que certas propriedades da formação e do crescimento dos cristais se assemelham às dos seres biológicos mais elementares, constituindo quase uma ponte entre o mundo mineral e a matéria viva” (CALVINO, 1990b, p. 84).

A partir de um objeto de pequena dimensão – os interrogatórios dirigidos ao moleiro perseguido pela máquina inquisitorial —, o historiador italiano compôs *O queijo e os vermes*, editado no ano de 1977.⁸⁸ No contexto de reelaboração teórico-metodológica da nova história, o pensamento de Ginzburg sobre as relações entre inquisidores e camponeses desvia-se do eixo da história das mentalidades – presente em sua primeira obra – para a órbita da micro-história. Ao conflito social, afastado das *mentalités*, ele junta o conceito de cultura, no que traz de próprio às classes subalternas, em dado período histórico.

Um dos exemplares mais conhecidos para ilustrar o esforço dos historiadores no sentido de subtrair à biografia suas pechas de linearidade e privilégio aos “varões ilustres”, o texto focado em Menocchio faz do ser histórico um quase protagonista de romance. É assim que muitos leitores recebem a micro-história do moleiro, a qual abre fissuras que possibilitam subverter a dominante da dependência. A diversidade das referências contribui para que historiador consiga escapar a explicações deterministas do indivíduo e do grupo, levando seu trabalho à representação do “caso extemo”, verificada nas biografias contemporâneas por Giovanni Levi (1996, p. 176-177).

Baseada no confronto desordem/ordem, uma das recorrências literárias que Calvino (1990b, p. 83) julga digna de conservar é a “exatidão”, um debater-se dos autores com as

⁸⁸ GINZBURG, 1987. Todas as futuras citações serão retiradas dessa edição.

palavras. “Esse liame entre as escolhas formais da composição literária e a necessidade de um modelo cosmológico (ou antes, de um quadro mitológico geral), creio que se encontra presente mesmo nos autores que não o declaram explicitamente.” O autor de *Seis propostas para o próximo milênio* refere-se ao próprio gosto por simetrias, séries, análises combinatórias, proporções numéricas que orientam seus escritos.

Guiando a pesquisa sobre o moleiro nascido na pequena aldeia italiana de Montereale, a organização do tempo narrativo indica que suas reflexões enviam a um ideário disperso na cultura oral camponesa. Da mesma forma, o sujeito e suas idéias vinculam-se a grupos intelectuais da época referida, em conformidade ou discordância ao pensamento ali hegemônico. No ambiente de disseminação da imprensa, da reforma protestante e da contra-reforma, desenvolve-se o caso do ser histórico delatado ao Santo Ofício em 28 de setembro de 1583, por haver pronunciado “palavras heréticas e totalmente ímpias sobre Cristo” (p. 38).

A narrativa estende-se entre tal denúncia e a execução do acusado, em fins de 1599. Abertas no mês de outubro de 1583, em Portogruaro, as investigações têm prosseguimento em Concórdia e na própria Montereale. Em 1596, o réu pratica novamente algumas de suas “heresias”, fato que chega ao vigário do inquisidor; em 1597, tem autorização para deixar Montereale, todavia, não encontra os meios necessários para fugir e, em 1598, começam a recolher novas informações sobre ele que, no fim de junho de 1599, vem a ser confinado no cárcere de Aviano, depois, trasladado a Portogruaro.

Passando-se nos espaços do interior, e ao se deter sobre um homem comum, a história em questão pode-se adequar a uma das propostas oferecidas por Piglia ao 21º milênio. Incluindo a verdade, oculta e composta de vários fragmentos, no horizonte das expectativas políticas, o deslocamento aqui não se desvincula da luta constante para sondar e reverter contradições que radicam nos bastidores da barbárie:

contra-relatos estatais, história de resistência e oposição. Há versões que resistem a essas versões. Quero dizer que, a todos esses relatos do Estado, se contrapõem outros relatos em circulação na sociedade. Um contra-rumor, eu diria, de pequenas histórias, ficções anônimas, micro-relatos, testemunhos que se intercambiam e circulam. Tenho pensado com frequência que esses relatos sociais são o contexto maior da literatura. O romance retém essas pequenas tramas, também as reproduz e as transforma. O escritor é aquele que sabe ouvir, o que está atento a essa narração social, sendo ele igualmente quem as imagina e as escreve (PIGLIA, 2000, p. 8).

Apesar da concentração no período compreendido entre os dois processos, a história de Menocchio narra eventos anteriores, como seu nascimento em 1532, o exílio em Arba, no ano de 1564; a leitura d’*Il cavalier Zuanne de Mandavilla* em 1577 ou 1578 e a mudança da

paróquia de confissão em 1579. Também antecedem o tempo analisado microscopicamente por Ginzburg: o surgimento das dúvidas do “herege” quanto à virgindade de Maria, em 1581 ou 1582; sua elevação a magistrado da aldeia e dos vilarejos vizinhos, bem como ao cargo de administrador da paróquia de Montereale (1581).

Quando informa que o biografado teria lido *Il sogno dil Caravia*, o micro-historiador mostra-se atento às faculdades de concretização do leitor, conforme tratadas pelas teorias literárias da recepção e do efeito. Além disso, dá a conhecer algumas histórias segundas, importantes para a compreensão da cosmogonia do ser histórico retratado n’*O queijo e os vermes*. Entre tais narrativas, destaca-se a prisão do herético Paolo Ricci, em 1540, por andar subvertendo os camponeses de Modena e, no mesmo conjunto, situam-se “profetas visionários, pregadores ambulantes que entre o fim do século XIV e o início do século XV tinham proclamado estranhos vaticínios” (p. 73).

Ainda como histórias secundárias, aparecem: a) uma tentativa de relato, em 1550, por um profeta beneditino, das verdades que Cristo lhe teria revelado; b) o aprisionamento, em 1557, de alguns artesãos de Porcia, que se reuniam para falar da renovação da vida; c) a descrição do herege Nicola de Porcia, feita por Fulvio Rorario em 1571; d) o julgamento do pároco Giovan Daniele Melchiori pelo tribunal da Inquisição de Concórdia, em 1579-1580. Outras informações datadas vinculam-se à trajetória do pensamento e das leituras do moleiro, como a escrita, no final do século XV, do *Supplementum Supplementi delle Cronique*, por Jacopo Filippo Foresti, e a morte desse em 1520.

Tais informes sinalizam à noção de simultaneidade temporal, a partir de Heidegger, formulada por Jacques Derrida (1995). As cartas enviadas por Américo Vespúcio a Lorenzo de Médici, no início do século XVI, e a de Erasmo a Martim Butzer, em 1527, operam como “suplementos”, no sentido derridiano, confirmando que o pretérito está sempre por ser feito. Do nosso passado – que seria o presente de Menocchio –, provém um esboço de história da leitura e historiografia literária.

Contudo, em vez de firmar uma interdisciplinaridade daninha, Ginzburg estabelece um diálogo transdisciplinar entre a história e a literatura, situando a publicação do livro *Il sogno dil Caravia* em 1541 e a entrada, na Itália, da obra *De Trinitatis Erroribus* (SERVET, c. 1550). O historiador igualmente situa em 1552 a edição do livro *Mondi*, de Anto Francesco Doni, e o aparecimento do poema *Settenario*, do camponês De Lucca, por volta do ano 1564. O hábil manejo do tempo narrativo ainda convoca um processo impingido ao moleiro Pellegrino Baroni em 1570, pelo Santo Ofício de Ferrara.

Inseridas na própria micro-história do moleiro, ou deslocadas para seu pretérito e também a seu futuro, tanto as histórias secundárias quanto as intermedialidades e transdisciplinaridades anunciadas não deixam de dialogar com a história das *mentalités*. As ampliações da história principal, quanto ao tempo e ao espaço, dão-se através do cerco aos Cáturos, que aconteceu em 1192 na cidade de Modena. Igualmente, por meio da chamada ao texto dum período compreendido entre 1420 e 1599, dando ciência em breves páginas da dominação da urbe veneziana e seus inter-relacionamentos com os camponeses da região de Friuli-Venezia Giulia.

Semelhante ocorrência é verificada quando se trata da abertura de uma escola gratuita em Udine, no início do século XVI. A narrativa então progride a meados do século XVII, arrolando as reações de espanto dos jesuítas diante dos guardas de rebanhos da zona rural de Eboli, os quais se achariam isolados do conhecimento divino. Nessa linha, o falecimento de Menocchio é veiculado em 16 de julho de 1601 por Donato Serotini, o qual diz ter estado em Poderdone “depois de haver sido justificado pelo Santo Ofício [...] o Scandella” (p. 203).

O tempo narrativo não demonstra absoluta correspondência entre a ordem dos eventos no discurso e a sucessão na história, especialmente concentrada entre 1584 e 1599, aqueles anos em que Menocchio é interrogado, preso, executado. A configuração da temporalidade narrativa se quebra no momento em que são reiterados depoimentos e arguições, necessários ao confronto com outros discursos, assim reunidos para atender à minimalista filtragem operada por Ginzburg. Isso também se verifica ao serem introduzidas anacronias temporais que provocam os movimentos progressivos e regressivos da história.

Embora procedam de tal forma, os desvios cronológicos mais se vinculam à tentativa de desvendar o circuito das idéias da personalidade histórica enfocada. Os marcos temporais, via de regra, são explicitados e, quando isso não ocorre, o historiador assinala a imprecisão, em expressões como: “cerca de”, “40 anos antes” etc. Todas essas peculiaridades tornam o discurso mais veloz do que o esperado de uma narrativa histórica, fato a reforçar-se pela ausência de notas explicativas no corpo do livro.

Ao deslocá-las para o final do texto, o autor tem em mente a leitura do leigo e a leitura do especialista. Desse leitor, espera-se que consulte as fontes e retorne ao espaço textual, tantas e quantas vezes exigir a composição de seu estudo. Nesse propósito, a articulação do tempo é subsidiária à revelação dos fundamentos da micro-história no particular caso de Domenico Scandella, em determinado local (Montereale) e num tempo específico (o século XVI).

A temporalidade, minimamente recortada em quinze anos, pode ser também entendida em suas macro-relações. Quando o microscópio se converte em telescópio, o confuso sistema teórico desenvolvido por Menocchio é realocado na órbita de seu cotidiano camponês, da tradição religiosa semipagã, dos dogmas da igreja católica e dos preceitos de outras religiões, a exemplo da luterana. As incidências arroladas cabem na idéia que faz Calvino (1990b) da exatidão, já que sinalizam a um projeto bem definido, o qual se veicula sob forma nítida e precisa, como as “imagens contrapostas, da chama e do cristal, foram usadas para visualizar as alternativas que se apresentam à biologia, passando-se daí às teorias sobre a linguagem e sobre o processo de aprendizagem” (p. 85).

Ginzburg se vale do modelo analítico da história literária para abordar o *corpus* da cosmologia na qual acreditava um ser que longe esteve de ser um grande vulto. Em seu método de abordagem, ele dá créditos ao estudo bakhtiniano sobre François Rabelais e a cultura popular das Idades Médias e da Renascença (1999). Numa outra investigação, Bakhtin (1992, p. 153-198) afirma que a forma biográfica é a mais realista porque, nela, menos transparecem as modalidades de acabamento, a atividade transfiguradora do autor.

Assim compreendida, uma biografia vem a ser o modelo ideal extremo ao qual tendem as obras de caráter biográfico ou partes biográficas de uma obra não biográfica. Décio Pignatari (1996, p. 13) admite o conceito de biografema, mas entendido como unidade com remotas chances de aplicar-se a quadros mais complexos. “A coleta de dados é sempre metonímica, mas o biógrafo precisa superar esse estatuto ou patamar, tendo em vista a vida ‘gestáltica’, configurada, que é mais do que uma metáfora, é um ‘biodiagrama’, sempre hesitante entre o icônico e o simbólico” (p. 13).

N’*O queijo e os vermes*, ainda se desvendam algumas reflexões literárias de cunho estruturalista e pós-estruturalista, notadamente, na articulação do tempo narrativo, que substitui o linear pelo simultâneo. Além do mais, o historiógrafo autentica o seguinte trabalho sobre o gênero ensaístico:

No momento em que as Américas estavam sendo colonizadas, revigorou-se na Europa o gênero ensaístico, especialmente a partir da publicação, em 1580, dos *Ensaíos*, de Michel de Montaigne. Podendo ser considerado um gênero menor, no sentido deleuziano do termo, o ensaio remete sempre à tentativa de se fazer algo, a um tipo de experiência prévia e não-definitiva sobre tópico delimitado, o que leva ao adiamento ou à problematização de conclusões e, portanto, a novas investigações. [...] aproxima-se do pensamento crítico não-socrático, à medida que não pretende desenvolver um tipo de saber universal, transcendente e pré-existente aos seres, ou válido para qualquer circunstância, por examinar fragmentos de saber e de sentido, o ensaio não precisa se limitar às fronteiras disciplinares e, frequentemente, estabelece conexões entre os vários campos do conhecimento e das artes, produzindo um texto híbrido, aberto, em rede (PEREIRA, p. 8, 2006).

Centrada no tempo, a dimensão da pesquisa sobre Menocchio observa que os elementos místicos arraigavam-se no imaginário popular renascentista. Um outro ensaio confirma que, dos séculos XV ao XVIII, circularam idéias milenaristas cujo lugar por elas idealizado se deslocaria do Oriente às Américas: “essas lentes literárias acabam por se matizar e se refazer [...] à busca de uma ‘via mediana’ entre conclusões práticas a que dera ensejo o descobrimento das terras incógnitas e o prestígio da autoridade dos sábios, sejam pagãos, sejam cristãos” (WEGNER, 2003, p. 368.).

O trabalho historiográfico em análise trilha os domínios da micro-história e se afasta da concepção de biografia proposta por Arnaldo Momigliano, quando esse delimita o gênero no sentido dum relato sobre a vida de alguém desde o nascimento à morte. Ginzburg não deixa de firmar intertextualidade com a noção biografemática de Barthes, todavia, o estudioso italiano procede à configuração de seu modelo numa personagem que revela suas complexidades, como propõe Giovanni Levi (1992).

O próprio Ginzburg revela tal perspectiva quando reflete sobre as narrativas biográficas de Plutarco, em *Mitos, emblemas, sinais* (2007). Para os micro-historiadores, um “olhar com olhos de ver” à feitiçaria e à prática religiosa busca enxergar e ouvir diferentes mundos, das testemunhas e dos acusados, dos que parecem hereges e, na realidade, nem o são. A leitura da obra historiográfica sobre o pensamento do moleiro, embora não prescindia de profícuo diálogo com a história das mentalidades, com a história do cotidiano e com a teoria literária, resulta mais propriamente dum labor que “não deveria levar à rejeição das generalizações históricas; deveria, sim, levar a repensá-las” (GINZBURG, p. 8, 2002a).

As interpretações da narrativa historiográfica visada nesta seção da tese, como outras, precisam ser consideradas no âmbito dum determinado grupo de leitores. As vidas que se reconstroem pelos relatos, após longos séculos, trazem à lembrança práticas abomináveis. Ao mesmo tempo, elas confirmam que interpretar e construir não seriam “fruto de associações subjetivas, mas situam-se em esferas públicas onde são discutidas e justificadas em relação a convenções inscritas numa tradição e inseridas na instituição literária” (OLINTO, p. 30, 1993).

Ao concentrar sua observação numa escala de tempo e num espaço reduzidos, Ginzburg antes parte dos rastros do passado. Habilitando-se a perquirir intensivamente o material dos interrogatórios, esse historiador dispõe contexto e indivíduo numa relação estreita e mútua. De forma semelhante, “as máquinas existem apenas em função do *software*, desenvolvendo-se de modo a elaborar programas de complexidade cada vez mais crescentes” (CALVINO, 1990b, p. 20).

Ausências do passado se fazem presentes na marca d'água desta história do Menocchio, narrativa confrontadora que, sem dúvida, vem sendo legada ao futuro. Da desafiante escritura às recepções em vários segmentos de sociedades as mais diversas, não acata o conselho de Piglia somente ao provir de uma nação ainda às margens da hegemonia econômica nos anos 70. Também porque fratura, desde as próprias microcircunstâncias, os métodos quantitativos da ciência histórica e, assim, revela uma parte do circuito cultural registrado entre os friuli-venezianos, a partir de onde, lançar a vista para os elementos populares da cultura em sentido mais amplo.

4.3.2 Consistência e clareza: Marco Polo por Kublai Khan e Calvino

A antiga coordenação da alma, do olhar e da mão, que transparece nas palavras de Valéry, é típica do artesão, e é ela que encontramos sempre, onde quer que a arte de narrar seja praticada.

WALTER BENJAMIN
O narrador

Em seu canônico tripé, formado por “Experiência e pobreza”, “A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica” e “O narrador”, Walter Benjamin (1994, p. 114-119; p. 165-221) volta-se à memória coletiva, mas igualmente enfatiza os princípios de subjetividade, ligados de modo duplo e recíproco aos de historicidade. No último de tais artigos, estabelece a tipologia do marinheiro comerciante e do camponês sedentário, a quem cabiam as histórias contadas e recontadas no âmbito de suas comunidades de vida e discurso. Beirando a extinção, esse papel é ocupado pelas formas narrativas, que teriam o papel de conservar os eventos não mais memorizados, mas rememorados, notavelmente, o gênero romanesco, herdeiro da crônica histórica.

O pensador sino-germânico prefere a “memória involuntária” de Proust à concepção memorialística de Bergson, mostrando as divergências entre o escritor e o filósofo, num dos trabalhos dedicados ao poeta francês Charles Baudelaire (BENJAMIN, 2004, p. 103-149). No entendimento benjaminiano, quando a escrita se transformava numa prática regida por convenções, provocando a cisão do tríptico experiência-memória-oralidade. Se os melhores textos não se distanciam das antigas narrativas orais, aqui se incluem algumas espécies que fazem parte do espaço biográfico, a exemplo dos discursos vocalizados em praças públicas, da Grécia ou da Roma clássicas.

Italo Calvino (1990a) rege-se mais pelo ouvido do que pelos olhos e indica a primeira fonte que escuta, ao intitular *As cidades invisíveis*.⁸⁹ Esse adjetivo sensorial envia aos vários textos implícitos na obra, cuja contracapa, de imediato, referenda uma relação proposta entre invisibilidade e intertextualidade. À vista do leitor, o paratexto anuncia que o texto emoldurado concentra todas as reflexões e experiências do escritor em um só símbolo: a cidade.

A urbe “deixa de ser um conceito geográfico para se tornar o símbolo complexo e inesgotável da inexistência humana.” Na primeira aba do livro, o editor esclarece: “Tal como Scherazade, que conta, noite após noite, mil e uma histórias ao sultão [...] Marco Polo descreve para Kublai Khan, a quem serviu durante muitos anos, as incontáveis cidades do imenso império do conquistador mongol.” O texto da aba dialoga com *Seis propostas para o próximo milênio*, do mesmo autor, e com *As viagens de Polo* (1997).

Tais leituras compõem o que não é imediatamente visto nessa narrativa, como sua relação com a *Odisséia* e a *Iliada*, uma vez que o viajante se desloca pela Ásia, volta a sua cidade, guerreia por ela e narra suas peripécias. A informação paratextual ainda anuncia o “tom encantatório próprio das fábulas e contos populares. Nesta rede de textos curtos, cada página é uma surpresa — e com frequência cada surpresa traz, embutida dentro dela, uma outra surpresa, tal como certas cidades comportam outras dentro de seus muros.”

Por outro viés, o ensaio de Stéphane Yerasimos (1999, p. 21) autentica o caráter referencial daqueles certos relatos do Oriente, dizendo que o famoso veneziano, ao se deparar com a grande muralha chinesa, “não duvida um só momento de que se trata da muralha da lenda. E esta dependência parece-lhe tão exclusiva que, uma vez estabelecida, não mencionará mais a muralha da China”, como se ela só existisse para justificar Gog e Magog. Segundo o *Corão* e o *Primeiro Testamento*, esses povos habitavam a extremidade nordeste da terra e deveriam sair de seus antros para invadi-la, na aproximação dos “últimos dias.”

Na segunda aba do livro em análise, são prometidos os mistérios de algumas cidades “e tantas outras de nomes tão femininos, comportamentos tão singulares e aparências tão enganadoras”. A peregrinação aí sugerida reenvia à intertextualidade estabelecida por *As viagens* com a mitificação da “Campostela indiana”, ou seja, as visitas ao túmulo de São Tomé, o apóstolo que queria “ver para crer”. Também remete ao intertexto com a lenda de Prestes João, o rei cristão que viera do Oriente derrotando medas e persas e, podendo salvar o

⁸⁹ As referências extraídas da edição em destaque serão apenas indicadas através dos correspondentes números de página, entre parênteses.

Ocidente invadido pelos árabes, identifica-se com um soberano mongol, logo derrotado por Gengis Cã.

Transformando-se depois em título distribuído aos chefes religiosos dos Oengut, Prestes João faz-se invisível e se torna mais conveniente à lenda. Neste sentido, os editores alertam que as sete ou setenta e sete maravilhas das cidades calvinistas dependem muito das respostas que o leitor possa buscar a suas próprias perguntas. Lembram do conselho de Marco Polo a Kublai Khan, impregnado de relações numéricas, como de resto, outros pontos dos relatórios do comerciante.

Calvino vale-se igualmente da numerologia para dar visibilidade às 55 cidades imaginárias de seu artefato literário. Somadas, elas conduzem ao número dez ($um + 0$) = um, algarismo da criação, inclusive literária. O criador, além disso, organiza seu guia sumário em nove capítulos, sendo que o primeiro e o nono compõem-se de dez subcapítulos. Essas divisões internas são intituladas com cuidado, segundo as combinações nos capítulos: 1) Primeiro — de “As cidades” com: a) “e a memória”, b) “e o desejo”, c) “e os símbolos”, d) “delgadas”; 2) Nono — de “As cidades” com: a) “e os mortos”; b) “e o céu”; c) “contínuas”; d) “ocultas”.

Após suas correspondentes titulações, os subcapítulos são numerados, em ordem crescente, e consoante inserções dos segundos termos combinatórios. De acordo com a ordem de entrada de cada um dos segundos componentes dos títulos, alguns deles vão desaparecendo, para dar espaço a outros. O primeiro capítulo, por exemplo, comporta “As cidades e a memória” (1, 2, 3 e 4), ao passo que a segunda seção tem somente um subcapítulo intitulado “As cidades e a memória” (5). O conjunto que vai do segundo ao oitavo segmento já não apresenta nenhuma combinação de “As cidades” com “e a memória”.

Esses capítulos também levam seus correspondentes algarismos por títulos, mas se dividem em cinco subcapítulos, intitulados conforme os anteriores. Ao final, a soma de todos os sub-segmentos totaliza 73 (dez) = um, referindo-se novamente ao número que, além de reger a criação, se vincula à liderança e às invenções. Em sua invenção literária, Calvino utilizou-se das intertextualizações realizadas por Marco Polo no “livro das maravilhas”.

Aí vislumbrada por Yerasimos, a lenda medieval *O romance de Alexandre* tem sua estrutura assumida pelo escritor ítalo-cubano, ao dotar seus capítulos de semelhante independência. Da mesma forma, a lenda da *Árvore Só-Árvore Seca*, depois de haver sido reapropriada pelo veneziano, incorpora-se n’*As cidades invisíveis*. Na montagem dessa obra,

seu autor aprofunda as relações numerológicas estabelecidas pelo famoso comerciante, atentando às vozes da *Kabbalah*, tradição oral hebraica que remonta aos sumérios, caldeus e assírios, tendo sua raiz na lenda da *Árvore Só-Árvore Seca*.

Caso sejam desprezados “arquetipos muito antigos no *Gênese* e além nas civilizações mesopotâmicas, encontra-se uma primeira evocação desta árvore no livro de Daniel, o último do Primeiro Testamento, escrito nas lutas dos Macabeus contra os sucessores de Alexandre” (YERASIMOS, 1999, p. 23). Na verdade, a decomposição da “árvore da vida” – “gematria” – constitui uma parte da Cabala que se embasa nos apócrifos *Zohar (Esplendor)* e *Livro de Enoch*, os quais têm ligações com o *Gênesis*. Narra-se que Enoch é o sétimo descendente de Adão e o oitavo depois de Deus, mas que os números dos santos e dos eleitos serão infinitos em todos os séculos, pois os judeus enxergam o mundo a partir de sua constituição por números sem partes ou átomos.

Seus cabalistas conhecem o alfabeto a partir do *alef* e sua distribuição desde o pai, pelo coro dos anjos, o homem, o universo, até o novo homem (PUGLIESI, 1982, p. 62). Os livros de *Sefer Yetzirah* e *Bahir (Iluminação)*, que circularam na Idade Média, também fundamentavam as simbólicas relações entre letras e números. A doutrina mística da Cabala era fortalecida no século XIII, quando vigorava o movimento hassídico, a ganhar muitos adeptos, propondo que os judeus não se aprofundassem tanto no *Talmude*, mas que confraternizassem com danças, músicas e outras formas simples de religiosidade.

Os hebreus perdiam o caráter místico, imergindo em crescente secularização e, apenas no século XIX, as orientações místicas da Cabala cederiam lugar às interpretações dessa doutrina como um sistema racional de explicação do mundo. No século XX, os povos judaicos voltam a dedicar mais atenção às articulações cabalísticas, encontrando em Gerhard Scholem (2004) um intérprete competente. Bem conhecidas por Calvino, tais lições orientam-no a inserir um fragmento narrativo antes e outro, depois, de cada um dos nove segmentos que compõem sua “Cabala literária”.

Os extratos antepostos aos capítulos têm por títulos os próprios numerais, acompanhados de reticências (ex. 1...); os pospostos, apenas os sinais indicativos de omissão (ex. ...). Num total de 18, esses textos, abrindo e fechando os capítulos, somam nove. O algarismo da audácia, dos combates e da energia, não por casualidade, corresponde à mesma quantidade de divisões organizadas pela instância autoral. As 18 partes, paralelas às descrições das cidades, são protagonizadas por Kublai Khan e Marco Polo, recriando diálogos e situações que os envolvem.

A audaz invenção e recriação de experiências, um dia compartilhadas, ganham nova vida no papel e não se restringem aos relatos das andanças do mercador pelas estradas da Ásia. No primeiro fragmento, o narrador afirma não saber se Kublai Khan acredita mesmo em tudo o que diz o mercador “quando este lhe descreve as cidades visitadas em suas missões diplomáticas, mas o imperador dos tártaros certamente continua a ouvir o jovem veneziano com maior curiosidade e atenção do que a qualquer outro de seus enviados ou exploradores” (p. 9). Assim como o soberano mongol ouve atentamente Marco Polo, Calvino parece ter escutado ecos de existências humanas, cópias imperfeitas, sombras platônicas das idéias.

Os rumores mitológicos e épicos, ainda presentes no imaginário medieval, reenviam à reminiscência, berço de todas as narrativas. O narrador calvinista alude à brevidade dessa antecessora da memória, em luta contra o esquecimento, e dispõe suas personagens na moldura histórica da desintegração do épico. Vai-se formando uma vida civil, em contraposição ao anterior estado de guerra, nesse “momento na vida dos imperadores que se segue ao orgulho pela imensa amplitude dos territórios que conquistamos” (p. 9).

O Estado e seu direito territorial se opõem aos interesses de determinados grupos étnicos, sucedendo “à melancolia e ao alívio de saber que em breve desistiremos de conhecê-los e compreendê-los” (p. 9). A noção abstrata de natureza substitui os deuses, convertidos em alegorias ou meros motivos de ritual: “sensação de vazio que surge ao calar da noite com o odor dos elefantes após a chuva e das cinzas de sândalo que se resfriam nos braseiros” (p. 9). O conceito abstrato de Estado toma igualmente o lugar dos heróis étnicos, nesta “vertigem que faz estremecer os rios e as montanhas historiadas nos fulvos dorsos dos planisférios, enrolando um depois do outro os despachos que anunciam o aniquilamento dos últimos exércitos inimigos de derrota em derrota” (p. 9).

O destino e a Providência substituem o divino e o heróico, de modo a justificar a transcendência da natureza e do Estado, “a proteção das nossas armadas avançadas em troca de impostos anuais de metais preciosos, peles curtidas e cascos de tartarugas” (p. 9). Conforme Saraiva (s/d., p. 115-163), até as futuras “epopéias de imitação” do século XVI, heróis e deuses perderiam força, pondo em foco um grande tema, pertencente à civilização ou ao povo dignos de serem comparados com gregos e romanos.” Nesse aspecto, o relato fantasioso de Marco Polo, redimensionado por Calvino, desponta como base para as imitações épicas, vivendo “o desesperado momento em que se descobre que este império, que nos parecia a soma de todas as maravilhas, é um esfacelo sem fim e sem forma” (p. 9).

Apagada sua individualidade, o herói submerge nos domínios imperais de um proto-Estado cuja “corrupção é gangrenosa demais para ser remediada pelo nosso cetro, que o triunfo sobre os soberanos adversários nos fez herdeiros de suas prolongadas ruínas” (p. 9-10). Se “as muralhas e as torres destinadas a desmoronar” (p. 10) parecem cumprir uma *amartia*, os caminhos em que a comoção e a persuasão retóricas se entremeiam aos discernimentos da história e às possibilidades ficcionais são mostrados pelo mercador a Kublai Khan. Esse já consegue “discernir [...] a filigrana de um desenho tão fino a ponto de evitar as mordidas dos cupins” (p. 10).

Desprendida do predomínio épico, a narrativa do veneziano assinala-se por um trânsito da reminiscência à memória. Crê-se que a brevidade das histórias na mente humana pode salvar-se pela invocação às musas, no entanto, é a memória que assegura a representação das coisas, embora precise resignar-se com o fato de o passado só deixar pegadas e não voltar nunca mais. Desse modo, Calvino tece a narrativa com a lembrança da religiosidade medieval, associando a vida monástica à evasão do real, também proporcionada pela ficção.

No subcapítulo intitulado “As cidades e a memória 1”, o autor parece amarrar os laços entre os livros de *Enoch*, do *Gênesis* e do *Zohar*. Vinculado ao número três, o grupo social da família se faz presente na recriação da viagem de Marco, Matteo e Nicolao Polo ao Oriente: “Partindo dali, e caminhando por três dias em direção ao Levante, encontra-se Diomira, cidade com sessenta cúpulas de prata, estátuas de bronze de todos os deuses, ruas lajeadas de estanho, um teatro de cristal, um galo de ouro que canta todas as manhãs no alto de uma torre” (p. 11).

Os cinco elementos descritos reenviam ao *Livro de Enoch*, especificamente, àquele circuito que chega ao novo homem, tendo sua origem no Pai (aqui representado pelo burgo desde o qual Deus mira). Nesse lugar, de onde Ele vê tudo, a visão medieval da natureza como o alfabeto do mundo, e da Providência, a dirigir seu discurso ao homem em trevas, é exposta na “noite de setembro, quando os dias se tornam mais curtos” (p. 11). Herança da tradição grega, e com eixo principal na alegoria, a exegese é assim trazida como intertexto e estratégia narrativa.

A alegoria opera como “memória de um saber que já não existe, renovado pela figuração, valoriza a anterioridade do que é verdadeiro sobre o que é escrito, dito e vivido, quando a interpretação é feita, reescreve-se o livro do mundo” (HANSEN, 1986, p. 51). A decifração alegórica é recorrente em todas as coisas que “o viajante já conhece por tê-las visto

em outras cidades” (p. 11). As novas belezas ocultam-se na história, ao passo que o antigo também se faz descobrir por intermédio do novo.

As maravilhas de Calvino, antes de pertencerem à sua ficção, haviam sido oralmente descritas por Marco Polo e escritas por seu companheiro de cárcere. Por outro lado, a dicção do mundo recomposto parte do clamor gutural de uma mulher, enquanto o sentido da visão é possibilitado por “lâmpadas multicoloridas que se acendem juntas nas portas das tabernas” (p. 11). O confronto entre os mundos vivido e imaginado rememora-se por meio da inveja daqueles “que imaginam ter vivido uma noite igual a esta e que na ocasião se sentiram felizes” (p. 11).

A referência encontrada em Diomira, lugar divino, dialoga com a *Cidade de Deus*, de Agostinho (2003), enviando às metáforas que o santo católico utiliza para denominar os lugares da memória: “antros e cavernas sem número”; “grandes campos”; “vastos palácios”. A intertextualidade com a patrística igualmente transparece em “As cidades e a memória 2”, subseção na qual aqueles palácios sem endereço “têm escadas em caracol, incrustadas de caracóis marinhos” (p. 12). Ao passo que o substantivo precedente é duplicado, a urbe de Isidora, “onde se fabricam à perfeição binóculos e violinos” (p. 12), relaciona-se a *Iso* – igual em cores, formas, números, etc. – como o algarismo dois (um + um) e os objetos feitos de duplos (duas lentes, o arco e o instrumento de cordas).

Pela doutrina de Santo Agostinho, o mundo físico seria o espelho embaçado do mundo espiritual, da mesma forma que “as brigas de galo se degeneram em lutas sanguinosas entre os apostadores” (p. 12). Nas escadarias em que Calvino revela a conexão da memória com o olhar, ouvem-se os passos de Benjamin (1994, p. 215). “Comum a todos os grandes narradores é a facilidade com que se movem para cima e para baixo nos degraus de sua experiência, como numa escada.”

Nessa Isidora, que pode equivaler ao ouro, a Dóris (uma das nereidas) ou aos agentes do culto de Ísis (uma das práticas místicas mais difundidas na Idade Antiga), o narrador alude à memória dos deuses pagãos ainda cultuados, num tempo em que o cristianismo se expandia, combatendo-os. A relação com *Civitas Terrena*, também de Agostinho, aparece logo na entrada da cidade de Calvino. A santificação na terra, com vistas à recompensa celestial, é exemplar porque o “homem que cavalga longamente por terrenos selváticos sente o desejo de uma cidade” (p. 12).

Na terceira leitura dos dois testamentos, à qual procede o catolicismo, a peregrinação alegórica, a caminho da desejada cidade divina, é lembrada pelo fato de que quando “um estrangeiro está incerto entre duas mulheres, sempre encontra uma terceira” (p. 12). A alegoria *in factis*, divulgada por Agostinho, cabe à juventude e ao ouro. As coisas passageiras são símbolos na ordem da natureza porque se fazem signos na hora da revelação: “Isidora, portanto, é a cidade de seus sonhos, com uma diferença. A cidade sonhada o possuía jovem” (p. 12).

Se não há idéia de progresso nos tempos iniciais das Idades Médias, resta preservar o antigo e o tradicional. “Na praça, há o murinho dos velhos que vêem a juventude passar; ele está sentado ao lado deles” (p. 12). A busca por Deus diz de outro modo que a sublimação dos impulsos corresponde à descoberta de uma verdade, pois os “desejos agora são recordações” (p. 12), enquanto a maneira alegórica “de olhar o universo, não pela aparência, mas pelo poder de sugestão” (FONSECA, 1991, p. 32), interpreta os acontecimentos naturais, como eles se apresentam.

Porque ainda restam as reminiscências de outras vidas, é preciso crer na fé cristã, alegorizada pela conversão da palavra árabe e muçulmana *Zaahirah* ao alfabeto latino. Zaíra assim se torna o espaço representado na subdivisão da obra em análise, intitulada “As cidades e a memória 3”, onde Kublai Khan é inserido. Deixando de restringir-se àqueles textos que emolduram cada capítulo da obra calvinista, o imperador ilustra as discussões de Santo Agostinho sobre tempo e memória, retomadas pelos filósofos Walter Benjamin e Paul Ricoeur.

Para esses pensadores, a noção de “tempo homogêneo e vazio”, inexistente ao princípio dos medievos, vai-se transformar mais tarde na divisão em que o passado se faz memória no presente onde, por sua vez, o futuro é apenas uma espera. Isso parece descortinar-se em Zaíra, cidade que não se conta, mas vem a ser entendida por meio “das relações entre o passado e as medidas de seu espaço: a distância do solo até um lampião e os pés pendentes de um usurpador enforcado; o fio esticado do lampião à balaustrada em frente e os festões que empavesavam o percurso do cortejo nupcial da rainha” (p. 14).

Se o dualismo platônico das cidades agostinianas está aí presente, não é menos verdadeiro detectar a recusa aos pagãos e a elevação cristã na comparação entre a “altura daquela balaustrada e o salto do adúltero que foge de madrugada” (p. 14). Também reaparece a alegoria *in factis* “na inclinação de um canal que escoia a água das chuvas” (p. 14), a ser interpretada como o fluir da memória e do tempo. Sob outro ângulo, “o passo majestoso de

um gato que se introduz numa janela” (p. 14) pode vincular-se às enciclopédias medievais, como o *Physiologus*, destinadas à compreensão do mundo pela natureza.

Abre-se igualmente uma cadeia metafórica, seguindo a conexão vista por Rábano Mauro no século X, entre as três virtudes teológicas (caridade, fé, esperança) e os sentidos de Jerusalém: topológico (literal ou histórico), alegórico e anagógico. Desse modo, a cidade dos judeus, interpretada como a igreja de Cristo e a cidade de Deus, n’*As cidades invisíveis*, equivale à Zaíra dos altos bastiões. A urbe dos baluartes amuralhados comporta infinitas surpresas: da narrativa – a reaparecer nos degraus de que “são feitas as ruas em forma de escada” (p. 14) – e da memória, irrefreável na cíclica “circunferência dos arcos dos pórticos” (p. 14).

Nos fios narrativos, tecidos por relampejos memorialísticos, espaço e tempo não se dimensionam, conforme indica a metáfora sobre a impossibilidade de se saber “quais lâminas de zinco” (p. 14) recobrem os tetos da cidade. Verificando que não se pode ordenar tempo e memória em uma via reta, Calvino mistura as idades Médias e Moderna. As dimensões circulares de Zaíra assim se chocam a seu passado, entre a “linha de tiro da canhoneira que surge inesperadamente atrás do cabo e a bomba que destrói o canal” (p. 14).

Os pescadores à beira-mar tecem, fiam, jogam suas redes, metáforas da narrativa compartilhada, antes trabalho manual do que arte, verificado nos “rasgos nas redes de pesca e os três velhos remendando as redes que, sentados no molhe, contam pela milésima vez a história da canhoneira” (p. 14). Conforme João Hansen (1986, p. 157), a ligação entre as vidas religiosa e a social “na idéia da *Civitas Dei* nunca foi suficientemente completa para que os grupos políticos e as relações de sangue adquirissem um caráter religioso na mente popular”. Daí o reaparecimento da embarcação de artilharia nas reentrâncias narrativas da urbe indescritível, onde a memória a reabalita, como pertencente ao “usurpador, que dizem ser o filho ilegítimo da rainha, abandonado de cueiro ali sobre o molhe” (p. 14).

As melhores narrativas provêm dos exemplos anteriores e dos cronistas ligados à história sagrada. Quando representam seus episódios como modelos de história do mundo, “especialmente através dos seus representantes clássicos, os cronistas medievais, precursores da historiografia moderna, têm como alicerce o plano de salvação, cuja origem é divina, isentando-se, portanto, do ônus da explicação verificável” (BENJAMIN, 1994, p. 209). Para o filósofo alemão, os seres não mais podiam sentir-se em contato harmônico com a natureza, nessa época, à qual o narrador se conserva fiel.

Se a função do simbolismo, normalmente forçado ao representar a religiosidade, não é geralmente entendido pelos cristãos comuns, Zaíra “se embebe como uma esponja dessa onda que flui das recordações e se dilata” (p. 14). O nome da cidade significa “aquela que visita”, mas a crença de que não pode ser visitada ou revisitada pelo ato de narrar agora se desfaz. Mesmo sem ser escrita, a aldeia está na companhia do narrador porque “não conta o seu passado, ela o contém como as linhas da mão [...] nos corrimãos das escadas, nas antenas dos pára-raios, nos mastros das bandeiras, cada segmento riscado por arranhões, serradelas, entalhes, esfoladuras” (p. 14-15).

Encerrando uma “moral”, e geradas das experiências de camponeses, marinheiros e artesãos urbanos, as redes de histórias compartilhadas pela comunidade europeia só vieram a ser tecidas a partir do renascimento da vida comercial. Embora os comerciantes da Península Ibérica e do norte da Itália não houvessem suspenso suas atividades, as cruzadas faziam o comércio ressurgir em toda a Europa. Prolongando-se até 1270, o movimento cruzadista também alavancaria o artesanato urbano, enquanto as fábulas e os contos populares floresciam junto às novas cidades.

Renovadas figuras de linguagem testemunham a longa vida dos bestiários, de modo que a recorrência às alegorias e às parábolas revela-se eficaz na exegese de Zora. A urbe, descrita em “As cidades e a memória 4”, detém seu segredo no “modo pelo qual o olhar percorre as figuras que se sucedem como uma partitura musical da qual não se pode modificar ou deslocar nenhuma nota” (p. 19). A cidade se assemelha àquelas enciclopédias para decifração alegórica da natureza, “como uma armadura ou um retículo em cujos espaços cada um pode colocar as coisas que deseja recordar: nomes de homens ilustres, virtudes, números, classificações vegetais e minerais, datas de batalhas, constelações, partes do discurso” (p. 19).

O nome próprio feminino *Zora*, em língua grega, significa “poderosa”, enquanto *Zoraia*, em árabe e persa, denota poder. Por outro lado, uma doutrina dualística baseada no bem e no malefício – o zoroastrismo – se mostrou de grande influência no mundo judaico-cristão e islâmico, mas enfraqueceria a partir do século VII. Seu fundador, Zoroastro ou Zaratustra, morreu com 77 anos, o mesmo número das possíveis maravilhas a serem desveladas pelas cidades de Calvino.

Voltando à análise numerológica, a soma do sete daquela centúria com o resultado da multiplicação e adição da cidade mais as maravilhas ($77 \times 2 = 154 = \text{dez}$) produz $17 = \text{oito}$, o qual expressa características de ambição, agressividade, materialismo. Relacionadas à capacidade de empreender e ordenar a desordem, as letras que abrem a oitava “sala do

inconsciente” são: H, Q e Z. Para entrar em Zora, precisa-se transpor seis rios e três cadeias de montanha, numa equação aditiva que gera nove: ansiedade e compaixão; idealismo e universalismo. Também vinculado à sabedoria, o nono algarismo se encaixa na urbe descrita, pois “os homens mais sábios do mundo são os que conhecem Zora de cor” (p. 20).

Nos primórdios da economia monetária convencional, expandiam-se as línguas vernáculas e ocorria o grande cisma da igreja católica. O catolicismo jogava novo papel na criação da “ordem correta do mundo”, vindo colidir com o ascetismo e a contemplação. Da mesma forma, quem guarde aquela cidade na memória imagina-se a andar por suas ruas e se recorda de nove locais e objetos: “o relógio de ramos, a tenda listrada do barbeiro, o esguicho de nove borrifos, a torre de vidro do astrônomo, o quiosque do vendedor de melancias, a estátua do eremita e do leão, o banho turco, o café da esquina, a travessa que leva ao porto” (p. 19).

Como Zora é obrigada à imobilidade e à imutabilidade, para facilitar a memorização, “definiu, desfez-se e sumiu. Foi esquecida pelo mundo” (p. 20). Na seqüência histórica, o subcapítulo “As cidades e os símbolos 1” reinterpreta o desenvolvimento do direito e da máquina administrativa do papado, ocorrido no século XII. “Outros símbolos advertem aquilo que é proibido em algum lugar – entrar na viela com carroças, urinar atrás do quiosque, pescar com vara na ponte – e aquilo que é permitido: dar de beber às zebras, jogar bocha, incinerar o cadáver dos parentes” (p. 17).

A difusão da poesia cançãoeira e trovadoresca, bem como a divisão clássica entre a poética e a retórica, são assim expressas: “a pegada na areia indica a passagem de um tigre; o pântano anuncia uma veia de água; a flor do hibisco, o fim do inverno [...] árvores e pedras são apenas aquilo que são” (p. 17). Ao lado das alegorias, os grandes movimentos do vulgo aparecem nas portas dos templos, nos quais se vêem “as estátuas dos deuses, cada qual representado com seus atributos: a cornucópia, a ampulheta, a medusa, pelos quais os fiéis podem reconhecê-los e dirigir-lhes a oração adequada” (p. 17).

A teoria da dupla verdade – teológica (da fé) e filosófica (da razão) – é mostrada na citação que faz referência a um dos mais importantes comentadores de Aristóteles: “a tira bordada para a testa significa elegância; a liteira dourada, poder; os volumes de Averróis, sabedoria” (p. 18). O caráter de voluptuosidade é simbolizado por uma “pulseira para o tornozelo” (p. 18) enquanto a forma e o lugar ocupados por cada edifício na organização urbana “bastam para indicar a sua função: o palácio real, a prisão, a casa da moeda, a escola pitagórica, o bordel” (p. 18).

O profano insinua-se em Tamara, cidade onde “penetra-se por ruas cheias de placas que pendem das paredes” (p. 17). O caráter mundano convive com o sagrado, porque, n’*O livro de Enoch*, Thamar é o local de nascimento do Messias, assim como Keturán representa a imagem do espírito do Pai, Maria é prefigurada em Sarah e os que têm fé, em Ribkah (a virgem). O uso da figura de linguagem parece justificado pela concepção revelada por Calvino, quando compara Dante a Cavalcante no livro *Seis propostas para o próximo milênio*:

Em Dante, o advérbio ‘come’ encerra toda a cena na moldura de uma metáfora, mas esta adquire no interior dessa moldura uma realidade concreta, da mesma forma como é concreta e dramática a paisagem do ‘Inferno’ sob uma chuva de fogo, que a comparação com a neve ilustra. Em Cavalcanti, tudo se move tão rapidamente que não podemos nos dar conta de sua consistência mas apenas de seus efeitos; em Dante, tudo adquire consistência e estabilidade: o peso das coisas é estabelecido com exatidão. Mesmo quando fala de coisas leves, Dante parece querer assinalar o peso exato dessa leveza. (CALVINO, 1990b, p. 26-27).

Uma vez que as temporalidades se misturam na narrativa de Calvino, o século XIII é evocado no mesmo subcapítulo em que se manifesta a interpretação alegórica de São Tomás de Aquino, segundo o qual, a linguagem produz signos das coisas, portanto, signos de signos. “Os olhos não vêem coisas mas figuras de coisas que significam outras coisas: o torquês indica a casa do tira-dentes; o jarro, a taberna; as alabardas, o corpo de guarda; a balança, a quitanda” (p. 17).

Para a filosofia escolástica de Aquino, os signos são naturais e instituídos; seus sentidos figurados ou *translatos* devem ser pressentidos sempre que as escrituras sugiram contradição em relação à verdade da fé ou dos bons costumes. Por isso, o olhar “percorre as ruas como se fossem páginas escritas: a cidade diz tudo o que você deve pensar, faz você repetir o discurso, e, enquanto você acredita estar visitando Tamara, não faz nada além de registrar os nomes com os quais ela define a si própria e todas as suas partes” (p. 18).

Na centúria em que a unidade dos princípios cortesãos e espirituais da cavalaria eram paralelos à convivência da concepção alegórica da natureza com a idéia alegórica de arte, o racionalismo de São Tomás quase não deixava lugar para alegorias religiosas. “O resto é mudo e intercambiável [mas] estátuas e escudos reproduzem imagens de leões delfins torres estrelas: símbolo de alguma coisa – sabe-se lá o quê – tem como símbolo um leão ou delfim ou torre ou estrela” (p. 17).

Expressando a compatibilidade da tendência religiosa mística, de Abelardo e Lombardo, com a intelectualista, de Aquino, é possível encontrar “a cidade sob esse carregado invólucro de símbolos, o que contém e o que esconde, ao se sair de Tâmara é

impossível saber” (p. 18). Súpula do pensamento escolástico, a conciliação entre a filosofia clássica e a fé cristã admitia que a revelação divina não exclui o conhecimento que pode ser adquirido naturalmente, pela experiência e a razão. “Do lado de fora, estende-se vazia até o horizonte, abre-se o céu onde correm as nuvens. Nas formas que o acaso e o vento dão às nuvens, o homem se propõe a reconhecer figuras: veleiro, mão, elefante” (p. 18).

Como lembra Benjamin, os narradores orientais, vinculados à história profana, e dos quais Scherazade é digna de imitação, corporificam bons exemplos de narrativa perfeita. Entre a metade do século XIII e a primeira do século XIV, o *Livro das mil e uma noites* passou a possuir os traços que hoje o caracterizam. Foi a época em que Marco Polo ditou *As Viagens*, ponto culminante do primeiro capítulo d’*As cidades invisíveis* de Calvino.

Crê-se que os contos orientais, presentes naquela obra, teriam sido configurados por várias mãos e diversos idiomas, por diferentes espaços e tempos. A oralidade que os assinala conflui para coroar a perfeição própria às camadas constituídas pelas narrações sucessivas, reunidas em torno das formas de trabalho manual, conforme Benjamin (1994, p. 206). Suas conclusões de que alma, olho e mão inscrevem-se num mesmo campo são constantemente evocadas por Calvino, assim como diversos intertextos fixados n’*As cidades invisíveis*.

Interagindo, aqueles elementos definem uma prática que nos deixou de ser familiar, pois o papel da mão no trabalho produtivo tornou-se mais modesto, e o lugar que ela ocupava durante o ato de narrar agora está vazio: “a narração, em seu aspecto sensível, não é de modo algum o produto exclusivo da voz. Na verdadeira narração, a mão intervém decisivamente, com seus gestos, aprendidos na experiência do trabalho, que sustentam de cem maneiras o fluxo do que é dito” (BENJAMIN, 1994, p. 220-221).

Nem Marco Polo, nem Italo Calvino, fazem ouvidos de mercador às histórias das quais tomaram conhecimento; regem-se pelas memórias do olhar e auricular. O espaço puxa os fios da narrativa do veneziano, enquanto o escritor ítalo-cubano esconde a história por detrás dos símbolos que instaura em seu texto multiplicador. Se a musa do romance é consagrada a um herói, uma peregrinação ou combate, a da narrativa é exaltada em nome de muitos fatos difusos.

A obra calvinista se afasta do romance, com olhos bem abertos, voltados às fabulosas, orientais ou populares narrativas do passado, como a crônica fantasiosa do senhor Polo. Se o gênero romanesco, a partir do século XIX, passou a ser tributário da rememoração perpetuadora do tempo dos maquinários e a lutar contra o poder de Cronos, o livro das

idades que se ocultam e se desvelam entra no futuro com a cabeça voltada para trás. Nas ruínas divisadas, muitos outros textos e símbolos: janelas que se abrem, *Words for Windows*, como os olhos vêm a ser janelas.

Para vencer o esforço e a cansaça, o mar, o perigo e o abismo espelham céus góticos, românicos e, em outras análises, borgianos, paródicos, pós-modernos. Ou lúdicos, tal e qual o céu e o inferno do *Jogo da amarelinha* de Cortázar, outro intertexto de Calvino. Cada narrativa auscultada nos labirintos da leitura e do ouvido – uma do relator do *Livro das maravilhas* e a outra, do mesmo autor de *Por que ler os clássicos* – é capaz, “depois de milênios, de suscitar espanto e reflexão. Ela se assemelha a essas sementes de trigo que durante milhares de anos ficaram fechadas, hermeticamente, nas câmaras da pirâmides e que conservam até hoje suas forças germinativas” (BENJAMIN, 1994, p. 204).

Calvino (1990b) diz que só consegue falar de nossa época valendo-se de um grande desvio, ao evocar “a frágil Medusa de Ovídio e o betuminoso Lúcifer de Montale. Muito dificilmente, um romancista poderá representar sua idéia de leveza ilustrando-a com exemplos tirados da vida contemporânea, sem condená-la a ser o objeto inalcançável de uma busca sem fim” (p. 19). Marco Polo está para Calvino quase como Nietzsche, para Heidegger, pois conforme Benedito Nunes (2000, p. 57-58), “o Eterno Retorno e o ‘último deus’ ainda unem os dois pensadores, mesmo considerando que Heidegger tenha rejeitado afinal a vontade de potência, substituída pela serenidade (*Gelassenheit*), como nova forma de *Rettung*, de salvação (‘Nada podemos fazer, somente esperar’).”

Borges está para Calvino assim como Calvino para Piglia, numa rua nunca de mão única. A terceira proposta desse escritor argentino ao 21º milênio é a “clareza da linguagem”:

Piglia busca resgatar a função utópica da literatura. A literatura seria um antídoto contra a peste da linguagem (de que fala Italo Calvino, ao discorrer sobre a ‘exatidão’), que faz repetir e modular as construções monolíticas da realidade e se relaciona à língua técnica, demagógica, publicitária que a sociedade impôs. Seus argumentos estão bem próximos da proposta de Italo Calvino, ao falar do excesso das imagens no mundo contemporâneo (GOMES, p. 19, 2004).

Piglia detecta uma séria clivagem entre a língua pública, mais bem representada pelos discursos políticos, e outras utilizações da linguagem que dela se apartam. Ao lado da mediocridade reinante, da “inteligência emocional”, impõe-se um estilo que vem transformando a comunicação humana em coisa de medíocres, a ser manejada pelos que falam em público, não importa onde estejam, desde o presidente dos Estados Unidos ao operador de *telemarketing*. “Talvez os estudos literários, a prática discreta e quase invisível do

ensino da língua e da leitura de textos possa servir de alternativa e como espaço de confrontação no meio desta selva escura. Um clarão no bosque” (PIGLIA, 2000).

Calvino (1990b) pensa que a exatidão pressupõe a leveza; ambas vêm-se confrontando na literatura, a partir dos caminhos abertos por Cavalcanti e Dante Alighieri. Representada por Boccaccio no *Decamerão*, a personagem afincada em Cavalcanti corrobora a existência duma noção de indivíduo nas Idades Médias:

Se quisesse escolher um símbolo votivo para saudar o novo milênio, escolheria este: o salto ágil e imprevisto do poeta-filósofo que sobreleva o peso do mundo, demonstrando que sua gravidade detém o segredo da leveza, enquanto aquela que muitos julgam ser a vitalidade dos tempos, estrepitante e agressiva, espezinhadora e estrondosa, pertence ao reino da morte, como um cemitério de automóveis enferrujados (CALVINO, 1990b, p. 24).

A leitura de Benjamin faz lembrar que o passado possui futuros potenciais, de tal forma, a sexta noção de literatura a ser desenvolvida por Calvino nas *Northon Conferences* seria intitulada “Consistência” e trataria do Bartleby, personagem de Herman Melville. O escriturário ficcional daria mote para o tema da impossibilidade da escrita. Sua concretização no romance de Vila-Matas vem pontuando esta tese sob a forma de um fantasma; como nela, Borges em Calvino; como em Eco, Piglia e Vila-Matas, as *Seis propostas para o próximo milênio* e sobretudo, como em Calvino, Melville, numa ato de ab-rogação, “a saber, a desconstrução do privilégio de uma tradição canônica, escrita na língua dominante, como a norma estética universal (BOTELHO, p. 182, 2004).

As análises aqui empreendidas permitem distinguir o conjunto normativo-referencial de que disponho as expectativas compartilhadas com outros leitores. Esse horizonte não se afasta da pós-modernidade, nem das convenções culturais que orientam as noções utilizadas para considerar as obras de Vargas Llosa (2003) e Laura de Mello e Souza (2000). O pensamento de Iser se encontra com o de Jauss justamente nesse conceito de “repertório”, o qual se forma por intermédio das escolhas, das seleções, dos fragmentos de outras leituras e literaturas, de um enfeixamento teórico que não relegue a multiplicidade, porque neste “momento tão caótico e fragmentado quanto o texto e a própria sociedade, somente através de um apelo a diversas teorias se poderia proceder a uma análise textual” (LOBO, 1992, p. 246).

A micro-história de Ginzburg dispõe as heterogeneidades do moleiro **no** contexto, como propõe Rojas (2000, p. 38), de modo a superar as relações binárias contexto-indivíduo e moldagens contextuais sob a forma daqueles cenários de papelão nos antigos teatros. A biografia e suas condições vêm-se igualmente alteradas por Calvino, quando visa Kublai

Khan e Marco Polo em perspectiva fragmentária: “essa abordagem hermenêutica parece redundar na impossibilidade de escrever uma biografia” (LEVI, 1996, p. 178). A narrativa mínima esgueira-se ao imperador mongol, operando um deslocamento que, com Piglia, responde enviesadamente à língua maciça de nossos tempos e desconcerta sua opacidade através de uma *claridad* que tanto lembra o relampejo de Walter Benjamin.

4.4 MEMORIAL: PORQUE UM EU SE (DES)LÊ AO LER E A RELER VIDAS ALHEIAS

*Estoy convencido de que sólo del rastreo del laberinto del
No pueden surgir los caminos que quedan abiertos para
la escritura que viene. A ver si soy capaz de sugerirlos.
Escribiré notas a pie de página que comentarán un texto
invisible, y no por eso inexistente, ya que muy bien
podría ser que ese texto fantasma acaba quedando como
en suspensión en la literatura del próximo milenio.*

ENRIQUE VILA-MATAS
Bartleby y compañía

*Estou convencido de que apenas do rastreamento do labirinto do
Não é que podem surgir os caminhos que permanecem abertos
para a escrita que virá. Vejamos se sou capaz de sugeri-los.
Escreverei notas de rodapé que comentarão um texto invisível,
mas nem por isso inexistente, já que seria perfeitamente possível
que esse texto fantasma acabasse ficando como que em suspenso
na literatura do próximo milênio.*

ENRIQUE VILA-MATAS
Bartleby e companhia

4.4.1 Sobre os fins e o começo: limites da biografia e do romance

O mais difícil é a arte de desler

MARIO QUINTANA
Caderno H

O repertório memorialístico trilha um longo percurso, desde as formulações platônico-aristotélicas até Cícero, Quintiliano, Santo Agostinho, São Tomás de Aquino, Michel de Montaigne, John Locke e Henri Bergson. No entanto, a memória se vê refugiada nos estudos do campo psicológico e ainda hoje não merece capítulos especiais em trabalhos que se abrigam sob o título comum da teoria literária. Como acontece na história e na sociologia, para ficar com os ramos do saber aqui destacados, o tema somente recebe considerável atenção dos estudos literários no século XX.

Mesmo assim, está por surgir uma obra do porte das de Halbwachs e Le Goff, que trate em particular de suas relações com a literatura, um flagrante débito, ao se pensar que, do lado da produção, há quase um século existem os vultosos textos de James Joyce e Marcel Proust, por exemplo. Nem tudo é ausência: três dos mais respeitados pensadores da literatura no século passado, Mikhail Bakhtin, Walter Benjamin e Paul Ricoeur, abordam a problemática da memória. Pelas bordas, já que apenas Bakhtin porta o título de licenciado em letras, mais especificamente, em “história e filologia” pela Universidade de São Petersburgo.

Não seria de estranhar os traços que assinalam a contribuição de Bakhtin à teoria e à análise cultural:

Uma visão unitária, transdisciplinar, das ciências humanas e da produção cultural, baseada, nas palavras de Todorov, na ‘identidade de seus materiais, de seus textos e de seu método: a interpretação.’ A definição abrangente de Bakhtin para texto, como aquilo que diz respeito a toda produção cultural fundada na linguagem (e para Bakhtin não há produção cultural *fora* da linguagem), tem o mérito de apagar as linhas divisórias entre *texte* e *hors-texte* (STAM, 1992, p. 13).

Historiadores dedicam trabalhos de grande monta aos mecanismos do apagamento e da memória, de olvido e silenciamento. Harald Weinrich (2001, p. 22) assim fala do desejo de esquecer: “O escrito é mais intensamente esquecido quando – como pela primeira vez em Alexandria – se queimaram bibliotecas: um pensamento obsessivo de Jorge Luis Borges, Elias Canetti e Umberto Eco, um trauma alemão desde o auto-de-fé de livros de 10 de maio de 1933.”

Apesar da construção discursiva dos fatos e da subjetividade expressa pelo historiador, o conhecimento histórico não elimina a prova. Entretanto, para escovar a história ao contrário,

como Benjamin “exortava a fazer, é preciso aprender a ler os testemunhos às avessas, contra as intenções de quem os produziu. Só dessa maneira será possível levar em conta tanto as relações de força quanto aquilo que é irreduzível a elas” (GINZBURG, 2002b, p. 43).

A segunda metade do século XX passa por uma “febre memorialista”; segue os resíduos pretéritos em notações culturais que conseguem sobreviver à fúria destrutiva da Modernidade. Leitores mostram-se ávidos pelas autobiografias, por livros de memórias, pelas biografias. Na história e na literatura, os interesses também se voltam à memória da oralidade, de modo que um “objeto literário deixa de identificar-se com documento escrito, chegando inclusive a acolher a literatura oral” (SOUZA, 1987, p. 133).

As formas realistas, muitas delas, de teor autobiográfico e biográfico, não proporcionam acesso imediato à realidade, como queriam os positivistas, mas tampouco obstruem a visão dos rastros do passado, dessa passagem de uma presença, como lembra Ricoeur (1994, p. 196-216). O historiador François Hartog (1996) e o teórico da literatura Antoine Compagnon (2006) põem-se de acordo quanto à importância da hermenêutica ricoeuriana, principalmente, no que respeita à abertura dos novos horizontes de possibilidades; à distância do sujeito ao objeto; à noção de pertencimento, por parte do investigador.

A história da vida privada, doméstica, os foros íntimos e o cotidiano agora são passíveis de representação pela linguagem. Com todas as deformações, esquecimentos e obliterações implicados no processo da escrita, sobrepõem-se à esfera pública da história. Para a maioria dos “talentos criativos do mundo não europeu que não estavam confinados por suas tradições nem eram simples ocidentalizadores, a tarefa principal parecia ser descobrir, erguer o véu e apresentar a realidade contemporânea de seus povos” (HOBSBAWM, 1995, p. 190).

O gênero biográfico é um velho conhecido de historiadores ligados ao marxismo. A interpretações marxistas voltadas para o domínio da abordagem sociológica, outros vetores juntam-se a partir dos anos 70, especialmente, os aportes da psicanálise, em vínculo estreito com as próprias discussões ocorridas no âmbito de renovação da ciência histórica. Não causaria espanto que:

Pierre Chaunu, campeão da história serial, voltada para o coletivo, saudasse entusiasmado, em 1982, uma nova leva de biografias com elevadas tiragens. Afinal, por que não encarar essas obras, destinadas a reencontrar a palpitação do ser, o destino individual e o drama da consciência, como uma espécie de compensação à tradição dos *Annales*, funcionando ambas as tendências como o *yin* e o *yang*

alternados do pensamento chinês, indicando o holismo e o individualismo presentes em todas as sociedades? (NEVES, 2002).

Jacques Le Goff (2003) afirma que a biografia é “um gênero maior da história e produziu obras-primas, como o *Frederico II Kaiser (Friedrich der Zweite)*, de Ernst Kantorowicz” (p. 35). Outros historiadores concordam quanto ao fato de que “a variação do significado e da definição de um conceito dado pelos sujeitos das análises, como biografia e autobiografia, variam as interpretações e as relações feitas sobre o objeto” (SCHEINER, 2001).

No Brasil, parece que jornalistas vêm produzindo mais biografias do que historiadores de ofício e profissionais das letras. Como exemplo das narrativas biográficas elaboradas no campo do jornalismo, podemos escutar o som e a fúria do Tim Maia reescrito por Nelson Motta (2007) e sentir “algo de podre” no reino dos detalhes tão pequenos que seria, ou não é bem assim, como relata Paulo César de Araújo (2003). Isso, sem falar nos clássicos de Fernando Morais, Rui Castro e Sérgio Cabral.

Das paixões despertadas pelo Vinicius do Castello (1994) à vida de Clarice contada por Nádia Gotlib (1998) e à poesia de Mário Faustino revivida com Lilia Chaves (2004), professores de literatura renovam o ângulo biográfico de abordagem aos escritores. Assim, desencaderna seu Machado nos restauros da Maria Helena Werneck (1996). “Afora personalidades que monopolizem os trabalhos, como Machado de Assis, Euclides da Cunha e Lima Barreto, pouco há, e não seduzem as teses universitárias, embora ultimamente surjam indícios de retomada” (GALVÃO, 2005, p. 113).

Ainda existem os trabalhos biográficos da professora Maria Eugenia Boaventura (2007) sobre Alexandre Eulálio Diletante, Couto de Barros, Eurico Alves, Fábio Luz e Oswald de Andrade. Uma das mais importantes obras nesse conjunto é relançada durante o novo milênio: *A vida de Lima Barreto*, escrita nos anos 50 por Francisco de Assis Barbosa (2002). Ocorre que a literatura funciona também “como instrumento de exclusão, pois apenas no século XX, e nas últimas décadas principalmente, as formas de expressão populares receberam atestado de legitimidade artística, podendo ser inseridas ao cânone e circular pelas escolas e pelas instituições culturais” (ZILBERMAN, p. 47, 2006a).

Quando se trata das biografias em geral, o mercado brasileiro nos anos 90 “teria crescido mais de 50%, como atesta o surgimento de algumas coleções, como *Perfis do Rio e Projeto Biografia*” (HERSCHMANN; PEREIRA, 2002, p. 141). Correm por fora a cinebiografia, as ciberbiografias, as redes virtuais de amigos, com seus perfis ou *profiles*,

muitas vezes, feitos por outros, quando não falsos, ou *fake*. Porém, a biografia é uma coisa e outra coisa, as formas biográficas, entre as quais, as biografias romanceadas.

A editora Planeta da Espanha mantém uma coleção, *Memoria de la historia*, em que algumas personagens, em funções de personalidades históricas, oferecem a impressão de vivenciarem os eventos dos quais o ser histórico em si haveria tomado parte. Sob outra forma, a história é narrada em terceira pessoa, sem abdicar das normas e convenções que regem o trabalho de um historiador. No entanto, as narrativas demonstram-se mais agradáveis à leitura do que um volumoso tratado (ROMERA CASTILLO, 2007).

Carlo Ginzburg e Laura de Mello e Souza incluem-se entre importantes mostras dum fértil diálogo da história com a literatura. Suas obras confirmam o diferencial do método, da epistemologia e dos fatores culturais, a distingui-los de um contista, novelista ou romancista, embora utilizem artifícios que tornam seus estudos tão sedutores quanto uma boa narrativa ficcional. Desse modo, engrossam conclusões quanto à problemática do trabalho histórico não se concentrar na forma, antes residindo no caráter da história contada e naquilo que dela se espera.

É possível a estilização biográfica, segundo constatado em Vargas Llosa (2003b) e Calvino (1990a) dentre outros romancistas que utilizam tal estratégia, mas a obra ficcional enfrenta processos de figuração, dispositivos retóricos destinados a configurá-la. O tratamento da personagem biográfica não constitui problema ontológico pois, se o autor mentir, caluniar, difamar, as questões recaem ao terreno da ética. Menos vale quem seria o inspirador da personagem e mais valor têm os mecanismos por meio dos quais tratá-los como literários:

conceitos como literatura culta/literatura de massa/ literatura popular, ou literatura nacional/literatura universal, ficção/não-ficção perdem sua força delimitadora. Hoje se torna impensável a noção de que a literatura só é tal quando produzida por um gênio, por uma espécie de inspiração inexplicável, que não deve nada à tradição ou às instituições ou pessoas que formam o chamado sistema literário. As bandeiras atuais são o hibridismo e a intertextualidade: nada provém do nada (BORDINI, p. 15, 2006).

Assim, a literatura biográfica não constitui um gênero. O reconhecimento da variedade dos gêneros que engloba poderia determinar outro “universal literário”,⁹⁰ mas não apenas um gênero e isso ainda, caso pertencesse apenas aos campos literários. A biografia, sim, é um

⁹⁰ A “moderna teoria literária tem postulado a distinção entre categorias abstractas, universais literários desprovidos de vínculos históricos rígidos – os modos: lírica, narrativa e drama – e categorias historicamente situadas e apreendidas por via empírica –, os gêneros: romance, conto, tragédia, canção, etc. – Assim, falar de gêneros narrativos é aludir a categorias históricas, tais como a epopéia, o romance, a novela ou o conto (v. estes termos), nos quais se reconhecem implicações periodológicas mais ou menos efetivas, e também, se quisermos ter em conta gêneros que contemplam as propriedades de narratividade (v.), mas que nem sempre se inscrevem no campo da ficcionalidade, a autobiografia, a biografia ou o diário (v. estes termos), desde que neste último a dinâmica narrativa se sobreponha à propensão intimista” (REIS; LOPES, 1994, p. 187).

gênero, mas híbrido e no qual, ao narrar um outro, o biógrafo termina por narrar a si mesmo, mostrando as inúmeras facetas reveladas pelo outro, ou que outros lhe apresentam desse sujeito-objeto. Daí que a história e a historiografia, a literatura e a biografia, a história da literatura e a história literária, bem como as teorias da literatura e literária sejam aqui enfrentadas como elementos históricos, numa dinâmica de transmissão e recepção.

A memória opera como fio condutor entre tais zonas e o diálogo entre elas, como fator central do trabalho, à maneira do que preconiza Eduardo Coutinho (2003). Minando as representações lineares da história da literatura, ao mesmo tempo, esfacelando sua imagem de corpo inquebrantável, o hipertexto com o qual se põe a dialogar envolve uma dialética entre as operações biográfica, historiográfica e literária. Desse modo, Philippe Lejeune oferece subsídios para que o espaço biográfico e a literatura biográfica sejam visualizados como entrelugares, bordejados pela história, a poética e a literatura, mas também pela filosofia, a pedagogia, a retórica, a psicanálise, a semiótica, a sociologia etc.

O estabelecimento da biografia não corresponde à existência do indivíduo ou das noções de individualidade. Tampouco se relaciona aos modos de percebê-los, mas ao conceito de tal percepção, segundo Levi (1996). O historiador diz que, a partir “do romance (Sterne, Diderot), porquanto esse tentava construir a imagem de um homem complexo, contraditório, cujo caráter, opiniões e atitudes estavam em perpétua formação, essa crise chega à autobiografia (Rousseau) e finalmente à biografia propriamente dita” (p. 170).

Também pela história, Paulo Castagnoli Pereira das Neves (2002) discorre sobre o ceticismo, a dúvida e o interesse por condutas humanas, que inserem a biografia crítica, desinvolta, indutiva e realista nas tendências gerais do século XVIII, “juntamente com o nascimento do romance à Fielding, Smollett e Sterne.” Peter Burke (p. 98, 1997) confirma: “Rousseau, nas suas *Confessions*, apresenta a sua própria vida dessa forma. O *Bildungsroman* como foi escrito por Goethe e outros seria inconcebível sem essa mudança de visão.”

O educador Jonaedson Carino (1999, p.163) reitera: “O século XVIII introduz mudanças no gênero biográfico que equivalem a uma mudança de mentalidade da sociedade. Na arte narrativa, essa nova mentalidade encarna-se na forma ‘romance.’” Conhecido manual de literatura estabelece que a biografia romanceada busca técnicas de caracterização da personagem, “de tratamento do tempo, de ilustração, de espaços, etc., consolidadas pela tradição romanesca propriamente dita; deste modo, a biografia acaba por ser tributária do legado de subgêneros como o romance de educação, o *roman fleuve*, o romance histórico etc” (REIS; LOPES, 1994, p. 49).

O crítico Álvaro Lins (1964, p. 345) já considera um “curioso fenômeno: na mesma proporção em que a biografia se apodera dos elementos do romance, o romance se apodera dos elementos biográficos. Multiplicam-se por toda parte os romances biográficos e as biografias romanceadas.” Para Bakhtin, o gênero romanescos apóia-se nas técnicas biográficas; suas acepções de dialogismo e plurilingüismo deslêem afirmativos categóricos que concebem as relações entre a biografia e o romance em direção unilateral. Desler significa que, quando o fazemos, “relemos, deslemos, experimentamos e deslocamos os clássicos de *trás para adiante*” (BOTELHO, p. 169-170, 2004).

Giovanni Levi (1996) fixa uma rede através da qual as representações da complexidade humana caminham do romance à autobiografia e à biografia. Dessa forma, ele deixa de atentar à própria recomendação para que se observe “o papel das incoerências entre as próprias normas (e não mais apenas as contradições entre a norma e seu efetivo funcionamento) no seio de cada sistema social” (p. 179). O estudioso italiano também parece não obedecer a seu conselho para considerar os modos “como funcionam concretamente os sistemas normativos, que jamais estão isentos de contradições – sempre há uma margem que pode escapar ao determinado” (p. 180).

Contrariando as normas disciplinares, o interesse despertado pelas biografias e sua utilização pela narrativa ficcional contemporânea vinculam-se aos movimentos da sociedade e à prática de compartilhar o saber através de convivências transdisciplinares.⁹¹ Em ambos os casos, a atuação de Canclini e a agência de Bhabha mostram-se fundamentais à entrada de novas personagens nos universos narrativos históricos, ficcionais, biográficos e de híbridas espécies. Além disso, “a mídia entretém hoje uma grande fome de imagens e de testemunhos, uma enorme curiosidade sobre a vida das pessoas: quer-se ‘consumir a vida dos outros’, próximos e longínquos, como se evidencia no sucesso dos *reality-shows* na televisão” (BORGES, 2007).

Benjamin, Borges, Calvino, Eco, Piglia e Vila-Matas participam deste esforço para (des)ler os clássicos da biografia, idéia tributária do artigo antes citado, de Marcos Botelho, pelo viés positivo. Nesse ângulo, a tese igualmente se mostra devedora da coleção “Como e por que ler”, lançada a público pela editora Objetiva, e que, dentre outras obras, integra-se pelo estudo de Ana Maria Machado (2002) assim como pelos trabalhos de Marisa Lajolo

⁹¹ A “febre biográfica” chega inclusive ao famoso ursinho polar do Zoológico de Berlim. Sua biografia “autorizada” – *Knut, o pequeno filhote de urso* – é produzida pelo escritor norte-americano de livros infantis, Craig Hatkoff. Cf. DAMASCENO, 2007.

(2004) e Regina Zilberman (2005b). Como exemplo negativo, esta pesquisa teve em mente jamais seguir a metodologia de Harold Bloom, autor que suga literaturas alheias, mas se demonstra mesquinho ao fornecer referências.

Na tentativa de enviar seu cânone de volta para o centro, por meio desta leitura suplementar, lembro de Jean-François Lyotard (1993) quando infere que “pós” não quer dizer movimento de *come-back*, de *flash-back*. Pós significa um processo em *ana*: anagógico, analítico, de anamnese, de anamorfose, para cuja operacionalidade, torna-se imprescindível um certo esquecimento inicial. Por isso, ao focar a memória, dou-me o direito de trazer à lembrança minha dissertação de mestrado, mas com o fim de também (des)lê-la (MITIDIÉRI-PEREIRA, 1998).

Nesse trabalho, analiso a obra romanesca *Santa Evita*, de Tomás Eloy Martínez, em dois de seus níveis narrativos: o biográfico e o metaficcional biográfico. Para complementar o tema aí desenvolvido, resolvi aprofundá-lo na tese em nível de doutorado. Desde lá, ficava no ar a pergunta sobre como proceder à abordagem de uma obra literária pela perspectiva da biografia, enquanto sua relação com a teoria literária ainda se mostra incipiente, concentrando-se mais na referência e nas questões acerca do gênero narrativo.

Bastante leal para com os objetivos benjaminianos de “escovar a história pelo avesso”, evitei perquirir outra vez a metaficção biográfica e a biografia enquanto gêneros estabelecidos. Dediquei-me também a um estudo que situa os antecedentes da biografia e de suas espécies contíguas, permitindo-me cunhar o termo **espaço biográfico**. Precisei verificar o tratamento do gênero biográfico na narrativa histórica e na ficção romanesca, para tanto, analisando expressões contemporâneas dessas formas narrativas. Já estava por demais evidente que ocorria majoritária tendência à metaficcionalização biográfica, subgênero do romance pós-moderno que, de notação emergente, transformava-se em hegemônica.

Em vez de rediscuti-las, preferi enveredar por transcurso que me afastasse, o quanto possível, dos vícios classificatórios que obcecaram a história da literatura de corte tradicional:

Ironicamente, Borges ensina a seu leitor, possível ficcionista ou provável filósofo, livrar-se de classificações, até então genericamente respeitadas como corretas, senão mesmo como *naturalmente* corretas. A ficção nega qualquer cumplicidade com o fictício [...] despreza a inferioridade a que lhe relegara a razão e passa a julgar os demais discursos segundo os seus próprios parâmetros. O controle da razão passa a ceder ao controle exercido pela... ficção. Entre um e outro controle, a situação não se torna menos insatisfatória. Seria preciso que o discurso então dominante fosse menos controlador (COSTA LIMA, 1988, p. 368).

Na primeira parte da tese, reside o “como da questão”, aí faço história, que não seria

história da literatura, pois o espaço biográfico localiza-se no limiar da poética e da história, assim como de outros discursos. Busquei fazer história, escrevê-la, compor uma historiografia no sentido que Foucault (1987) empresta ao termo, quer dizer, como arqueologia. Desde a última palavra que oferece título à pesquisa – biografia – “escrita de vida”, deitei-me ao berço das escritas, em busca da *Dóxa* perdida.

Reencontrados esses tempos das opiniões, das filosofias, do *hístora*, das testemunhas, da história, da ciência histórica, fui à cata dos termos que possibilitaram a um espaço brotar por todos os cantos dos discursos e em todas as épocas, como as formações “rizomáticas” assim designadas por Gilles Deleuze e Félix Guattari (1997). Lancei-me à rede arqueológica, cujos elementos inflamam as formas “estáveis, desenham com seus restos calcinados rostos estranhos, impossíveis talvez; e, a uma luz de que não se sabe ainda ao certo se reaviva o último incêndio ou se indica a aurora, vê-se abrir o que pode ser o espaço do pensamento contemporâneo” (FOUCAULT, 1999, p. 362).

Estava a fazer história; não seria uma história da literatura, pois meu objeto primeiro – a espécie biográfica – desliza à retórica e à filosofia. Que história era essa com a qual eu lidava? Devia ser uma história da cultura; justificá-la poderia custar-me os trabalhos e os dias. Tarde demais para retornar, os dados lançados, percebi que minhas perguntas não encontrariam respostas fora de uma perspectiva comparatista, culturalista e de uma atitude dialógica para com a filosofia e a história. Correndo todos os riscos de um alienígena nessas duas áreas, joguei-me às dores e às delícias do desafio.

Sem que sáísse para muito além das letras nas quais trafego, pus-me a moldar, paulatinamente, o campo semântico aqui envolvido. Biografia, escrita, história, filosofia, retórica, sofisticada e poética vieram delimitando seus campos. Depois, escritas de vidas, historiografia, escritas da história, a história em si, o espaço biográfico, os gêneros biográfico e romanesco. Com a ciência, somavam-se a razão, a ciência histórica, a literatura; com as teorias da literatura e da história, juntavam-se a história da literatura, a crítica literária, o impressionismo crítico, as histórias novas, a história e a teoria literárias.

Nem tanto à história, nem tanto à literatura, descobri ser este um estudo de cultura. Faltavam duas palavras, a serem definidas em tal propósito: “vida” e “clássico”. Para uma resposta ao primeiro vocábulo, encontrei outra pergunta: “Até que ponto a física e a química poderiam explicar, segundo seus referenciais, o que acontece nos organismos vivos?” (SCHRÖDINGER, 1948, p. 3). Nessa trajetória, encontrava outro ponto de vista: “As verdades éticas têm como critério (histórico) de validação universal o confronto com a

alteridade da vida, especialmente, com a dignidade humana em todos os sentidos possíveis” (BARTOLOMÉ RUIZ, p. 31, 2005).

Não bastasse, ainda vinham instigar-me a literatura comparada, a nova história cultural, o pós-estruturalismo, o pós-modernismo, o pós-colonialismo. Além de todas essas leituras, o *corpus* a trabalhar. Na paródia a Jonathan Culler (1999, p. 117), o corpo teórico apresentava-me um “sem limite de textos desafiadores e fascinantes – mas não apenas mais textos: é também um projeto em curso de reflexão que não termina quando termina uma brevíssima” [conclusão].

Foi a partir daí que precisei ler Madélenat somente até onde fora possível. Os prováveis sentidos para um fecundo diálogo entre filosofia, história e literatura seriam buscados em suas vinculações com os atuais estudos de crítica cultural. A procura começava nas “configurações registradas nos sistemas de referências, tais como a memória, a utopia, a emancipação e a experiência. Este me parece ser o nó da questão em que o imaginário da literatura possa ser o processo de infinitização da dimensão histórica das experiências humano-sociais” (DIEHL, p. 149, 2004/2005).

As rasuras permitiram delinear um estudo narrativo da biografia, o qual, sem atrelá-la a um conceito teleológico, pode compreender seus relacionamentos históricos primários. Neste ensaio a uma poética do espaço biográfico e da literatura biográfica, utilizei formas retóricas, mas entendendo que a literatura depende de estruturas mais amplas, e articulei sistemas teóricos, levando-os a se imbricarem, formando uma estrutura passível de acréscimos. Desde logo, sabendo que o “clássico” é igual ao DNA – cada um tem o seu – e serve “para entender quem somos e aonde chegamos e por isso os italianos são indispensáveis justamente para serem confrontados com os estrangeiros, e os estrangeiros são indispensáveis exatamente para serem confrontados com os italianos” (CALVINO, 1990b, p. 16).

Salvo melhor juízo, cada subcapítulo pode ser lido como ensaio, tem certa unidade na heterogeneidade, que se contrapõe a uma discursividade monolítica. Esta pesquisa volta a se justificar como trabalho de fontes, devendo auxiliar na definição dos campos conceituais que envolvem a biografia, em caminho à exatidão e à clareza, respectivas propostas de Calvino e Piglia. O empenho mais se mostra necessário quando a **romancista** Ana Miranda é classificada como “biógrafa de Gregório de Matos e Augusto dos Anjos” (SCHMIDT, 2000, p. 69).

As biografias vêm sendo estudadas sob abordagens diluídas ou classificadas no limbo do romance histórico, documentário, dum gênero menor etc. “Talvez a resposta para

esse comportamento esteja relacionado à incapacidade da crítica em lidar com o caráter híbrido das biografias: elas, em geral, estão constituídas pelo documental, interpretativo e ficcional” (HERSCHMANN; PEREIRA, p. 150). As narrativas biográficas também se constituem pelo fictício, o filosófico, o pedagógico, o psicanalítico, o psicológico, o retórico, o semiológico, o semiótico etc.

A “espacialidade” biográfica não negligencia gêneros prestigiados, como a épica, na Antigüidade ou o drama trágico, no Renascimento, mas os desafiam em sua pressuposta auto-suficiência. Daí que, na primeira estruturação da tese, e na seção analítica, não me detivesse apenas a discursos artísticos ou imaginativos, situando-me na esfera mais geral da cultura. Isso não significa um abandono à literatura, basta ver que Calvino pontua as discussões firmadas neste passeio à crítica, à história e à teoria literárias, essas três dimensões dos estudos de literatura.

Quanto à cabeça cortada, longe de abandoná-la, Perseu a leva consigo, escondida num saco; quando os inimigos ameaçam subjugá-lo, basta que o herói a mostre, erguendo-a pelos cabelos de serpentes, e esse despojo sanguinoso se torna uma arma invencível em suas mãos, uma arma que utiliza apenas em casos extremos e só contra quem merece o castigo de ser transformado em estátua de si mesmo (CALVINO, 1990b, p. 17).

Ao inscrever minha voz no desenvolvimento teórico, levo a idéia de agência aonde for possível, pois a teoria não ensina “o que é o sentido: quanto aos fatores de intenção, texto, leitor e contexto, contribuem, cada um, para uma soma que é o sentido” (CULLER, 1999, p. 116-117). Ao citar, valho-me da técnica moderna da bricolagem, entretanto, sob a mirada de Antoine Compagnon (1996). Assim, dou créditos a quem os merece, quando práticas em curso insistem na ocultação das fontes ou no plágio deslavado. “A citação representa a prática primeira do texto, o fundamento da leitura e da escrita: citar é repetir o gesto arcaico do recortar-colar, a experiência original do papel, antes que ele seja a superfície de inscrição da letra, o suporte do texto manuscrito ou impresso” (p. 41).

A postura que adoto vem a ser mais ética do que poética, retórica, filosófica, histórica ou literária; antes de mais nada, consiste em agenciamento ético. Num segundo plano, restitui o conceito de um responsável pela enunciação, sem confundi-lo com a idéia de autoria genial. Se a memória está localizada numa região do cérebro denominada “hipocampo”, este trabalho constrói-se a partir de hipotextos, como ao tratar “dos signos do texto, de todas as linguagens que o atravessam e que formam como que a profundeza achamlotada das frases” (BARTHES, 2004, p. 29).

As fraturas e dissonâncias, observadas numa história global, buscam apreender tempos diferenciados no fenômeno de longa duração: a existência das espécies biográficas. Por outra via, o empreendimento concentra-se na curta duração: personagens e situações históricas que estabelecem diálogos com tais espécies ou com o gênero biográfico em determinado livro, cuja leitura pode não demandar muito tempo. Dessa forma, o evento, a política e o indivíduo se desvestem de uma visão mistificante para serem investidos de uma erudição positiva, mas nunca positivista.

A ótica pessimista da história, desenrolada desde a Antiguidade ao século XVIII, aqui se une à crise de um otimismo implantado a partir da Modernidade e sua crença indissolúvel no progresso. Como Gregório de Mattos Guerra que, em seus poemas, constrói a recorrente personagem Dona Bahia, no presente estudo, procurei centrar o foco em uma protagonista de vampiresca existência. Ela andou com filósofos, historiadores, poetas, políticos etc. Ainda hoje, segue dando o que falar, envolvida com distintos profissionais e mais ainda se nas mãos de e escritores e jornalistas. Trata-se da volúvel Senhora Biografia.

Quero instigar à leitura de obras cuja qualidade não se determina pelo gênero ao qual pertencem, do mesmo modo que o gênero romanesco não é nem melhor nem pior devido à incidência de *Best-Sellers* em seu conjunto. Cada parêntese desta tese deverá abrir novos campos referenciais ao leitor que, assim, os explorará conforme desejar ou necessitar, à maneira dos fractais, auto-similares e “independentes em escala, ou seja, cada pequena seção de um fractal pode ser vista como uma réplica em tamanho menor de todo o fractal. O que significa que podemos recorrer a um padrão dentro de outro padrão e assim por diante, partindo da complexidade maior do todo” (PENA, 2004, p. 61).

Constato então que acabo de chegar ao ponto esclarecido na segunda das *Três propostas...* de Piglia como “limite”: a impossibilidade de a linguagem exprimir uma verdade. Talvez o autor das *Seis propostas...* também pensasse nisso, pois teria material para outra palestra não escrita, além da “Consistência”. Sua viúva, Esther Calvino, diz apenas conhecer “o título daquela que poderia ter sido a oitava: ‘Sobre o começo e o fim’ (dos romances), mas até hoje não consegui encontrar esse texto. Apenas anotações” (CALVINO, 1990b, p. 5).

Outras vozes, diversos narradores, falam por mim desde o começo da pesquisa e agora, neste momento em que o fim acaba sendo um novo princípio. Ao serem citados pelo mecanismo da intertextualidade, migrando “de um texto para o outro, as personagens ficcionais já adquiriram cidadania no mundo real e se libertaram da história que as criou” (ECO, 1994, p. 132). Se os docentes, por séculos, viram-se condenados a reproduzir leituras,

“vêm buscando recuperar o tempo perdido, reinventando o projeto de difusão da literatura, devotando-se ao público fujão e procurando trazê-lo de volta às hostes das Letras. A história contará se a iniciativa deu certo” (ZILBERMAN, 2005a, p. 27).

Por fim, o presente trabalho tenta indicar que o cânone perde razão de ser quando um sentido de regiões culturais antepõe-se à concepção de nacionalidade cultural, daí que textos considerados essenciais ou fundamentais para alguns, como “A ilusão biográfica” de Pierre Bourdieu, se tornem descartáveis para outros. No caso desse exemplo, tanto mais, quando conhecido seu precursor nos *Comentários da guerra* de Jean-Paul Sartre. No entanto, cada autor cria seus precursores, sua história, sua vida, sua novela; e o novelo está momentaneamente desenrolado.

REFERÊNCIAS

- A CLASSE OPERÁRIA vai ao paraíso. Direção: Elio Petri. Produção: Ugo Tucci. Itália: Euro International Film, 1971. 01 videocassete.
- ABDALA JR, Benjamin; SCARPELI, Marli Fantini (Orgs.). *Portos flutuantes: trânsitos ibero-afro-americanos*. Cotia: Ateliê, 2004.
- ABRAHÃO, Maria Helena Menna Barreto (Org.). *A aventura auto(biográfica): teoria e empiria. The Autobiographic Adventure: Theory and Practice*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.
- ABRAHÃO, Maria Helena Menna Barreto; SOUZA, Elizeu Clementino de (Orgs.). *Tempos, narrativas e ficções*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2006.
- AGUIAR E SILVA, Vítor Manuel de. *A estrutura do romance*. Coimbra: Almedina, 1974.
- ALIGHIERI, Dante. *La divina commedia di Dante Alighieri*. Riveduta nel testo e commentata da G.A. Scartazzini. 3za. ed. Milano: Ulrico Hoepli, 1899.
- ALIGHIERI, Dante. *A divina comédia*. Tradução de Helder da Rocha. Disponível em: <<http://www.stelle.com.br/index.html>>. Acesso em: 18 jan. 2007.
- AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (Orgs.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.
- ANDERSON, Judith H. *Biographical Truth: The Representation of Historical Persons in Tudor-Stuart Writing*. New Haven: Yale University Press, 1984.
- APA (ASSOCIATION POUR L'AUTOBIOGRAPHIE ET T LE PATRIMOINE AUTOBIOGRAPHIQUE). Disponível em: <<http://sitapa.free.fr>>. Acesso em: 15 out. 2007.
- ARAÚJO, Paulo Cesar de. *Roberto Carlos em detalhes*. São Paulo: Planeta, 2006.
- ARIAS, Martín; HADIS, Martín (Eds.). *Borges profesor: curso de literatura inglesa dictado en la Universidad de Buenos Aires*. Buenos Aires: Emecé, 2001.
- ARISTÓTELES. *Poética*. Tradução e notas por Eudoro de Souza. Porto Alegre: Globo, 1966.
- ARISTÓTELES. *Metafísica*, livro I. In ARISTÓTELES. *Aristóteles II*. Traduções de Vincenzo Cocco et al. São Paulo: Abril Cultural, 1979. p. 8-35. (Os Pensadores).
- ARISTÓTELES. *Acerca del alma*. Trad. de Tomás Calvo Martínez. Madrid: Gredos, 1994.
- ARISTÓTELES. HORÁCIO. LONGINO. *A poética clássica*. Tradução direta do grego por Jaime Bruna. 6. ed. São Paulo: Cultrix, 1995.
- ARTHUR SCHOPENHAUER WEB. Disponível em: <<http://www.schopenhauer-web.org/vida.htm>>. Acesso em: 12 out. 2006.
- ASIS, San Francisco de. *Escritos: biografias, documentos de la época*. Madrid: BAC, 1991.
- AUERBACH, Erich. *Mimesis: a representação da realidade na literatura ocidental*. Tradução de Suzi Frankl Sperber. São Paulo: Editora da USP; Perspectiva, 1971.
- AUERBACH, Erich. *Dante: poeta do mundo secular*. Tradução por Raul de Sá Barbosa. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997a.

- AUERBACH, Erich. *Figura*. Tradução de Duda Machado. São Paulo: Ática, 1997b. Título original: *Scenes from the Drama of European Literature*.
- BAENA, Julio. Los trabajos de Persiles y Sigismunda: la utopía del novelista Cervantes. *Bulletin of the Cervantes Society of America*, v. 8, n. 2, p. 127-140, 1988.
- BAKHTIN, Mikhail. *Questões de literatura e de estética: a teoria do romance*. 2. ed. rev. aum. Traduzido por Aurora Fornoni Bernardini et al. São Paulo: Hucitec, 1990.
- BAKHTIN, Mikhail. *Estética da criação verbal*. Tradução a partir do francês por Maria Ermantina Galvão Gomes Pereira. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- BAKHTIN, Mikhail. (VOLOCHINOV). *Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico na ciência*. 8. ed. São Paulo: Hucitec, 1995.
- BAKHTIN, Mikhail. *A cultura popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais*. 4. ed. Tradução por Yara Frateschi. São Paulo: Hucitec, 1999.
- BAKHTIN, Mikhail. *Problemas da poética de Dostoiévski*. 3. ed. Tradução de Paulo Bezerra. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.
- BARBOSA, Francisco de Assis. *A vida de Lima Barreto*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 2002.
- BARTHES, Roland. *Sade, Fourier, Loyola*. Tradução de Mário Laranjeira. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- BARTHES, Roland. *O rumor da língua*. 2. ed. Traduzido por Mário Laranjeira. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- BARTOLOMÉ RUIZ, Castor M. Historicidade e hermenêutica, condições para o diálogo entre a ciência e a ética. *Veritas*, Porto Alegre, v. 50, n. 2, p. 19-31, jun 2005.
- BATTISTINI, Andrea. *Autobiografismo versus autobiografia*. Disponível em: <http://www.homolaicus.com/letteratura/narciso/intro_bat1.htm>. Acesso em: 20 set. 2007. Extrato de: BATTISTINI, A. Genesi e sviluppo dell'autobiografia moderna, or Italian Autobiography from Vico to Alfieri (and Beyond). *The Italianist Reading*, n. 17, p. 7-22, 1997.
- BELLIDO MELENO, Antonio. *Sofistas: testimonios y fragmentos*. Madrid: Gredos, 1996.
- BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política*. 7. ed. Traduzido por Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1994. (Obras escolhidas, 1).
- BENJAMIN, Walter. *Charles Baudelaire, um lírico no auge do capitalismo*. 4. ed. Trad. por Hemerson A. Baptista e José M. Barbosa. São Paulo: Brasiliense, 2004. (Obras escolhidas, 3).
- BENÔIT, Denis. *Literatura e engajamento*. Traduzido por Luiz Dagobert de Aguirra Roncari. São Paulo: EDUSC, 2002.
- BERGERON, Louis; FURET, François; KOSELLECK, Reinhardt. *La época de las revoluciones europeas, 1800-1848*. Trad. por Francisco Gutiérrez. México: Siglo XXI, 1989.
- BERGSON, Henri. *Matéria e memória: ensaio sobre a relação do corpo com o espírito*. 2. ed. Traduzido por Paulo Neves. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- BEVERLEY, John. Por Lacan: da literatura aos estudos culturais. Trad. de Fernando Vugman. *Travessia: Revista de Literatura*, Florianópolis, n. 29/30, p. 11-42, 1997.
- BHABHA, Homi K. *O local da cultura*. Traduzido por Myriam Ávila, Eliana Loureiro de Lima Reis e Gláucia Renate Gonçalves. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2003.

- BIOGRAFIA. Disponível em: <<http://pt.wikipedia.org/wiki/Biografia>>. Acesso em: 18 set. 2006.
- BIOGRAPHY. *The New Encyclopaedia Britannica*. 15. ed. Chicago: Encyclopaedia Britannica, 1990. 32 v. v. 2.
- BLACKBURN, Robin (Org.). *Ideologia na ciência social: ensaios críticos sobre a teoria social*. Trad. Aulyde Rodrigues. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- BLECUA, José Manuel. Prólogo y notas. In: LOPE DE VEGA, 1955, p. 28-67.
- BOAVENTURA, Maria Eugenia. *Página pessoal de Maria Eugenia Boaventura*. Disponível em: <<http://www.unicamp.br/~boaventu>>. Acesso em: 12 mar. 2007.
- BOCCACCIO, Giovanni. *Tutte le opera di Giovanni Boccaccio*. Milano: Mondadori, 1964-98. 10v. v. 3.
- BOISSIER, Gaston. *Cícero e seus amigos: estudo da sociedade romana no tempo de César*. Traduzido por Júlio Abreu Filho. São Paulo: Renascença, 1946.
- BORBA FILHO, Hermilo. *Um cavaleiro da segunda decadência*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966-1972. 4v.
- BORDINI, Maria da Glória et al. (Orgs.). *Lukács e a literatura*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003.
- BORDINI, Maria da Glória. A materialidade do sentido e o estatuto da obra literária em *O Senhor Embaixador*, de Erico Veríssimo. In: ZILBERMAN et al, 2004, p. 199-275.
- BORDINI, Maria da Glória. Estudos culturais e estudos literários. *Letras de Hoje*, Porto Alegre, p.11-22, 2006.
- BORDINI, Maria da Glória; ZILBERMAN, Regina (Orgs.). *O tempo e o vento: história, invenção e metamorfose*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.
- BORGES, Jorge Luis. *Historia de la eternidad*. Buenos Aires: Emecé, 1953.
- BORGES, Jorge Luis. *Ficções*. 4. ed. Traduzido por Carlos Nejar. Porto Alegre: Globo, 1986.
- BORGES, Jorge Luis. *Otras inquisicones*. Buenos Aires: Emecé, 1989.
- BORGES, Vavy Pacheco. *Gabrielle Brune – Sieler, uma vida (1874-1940)*. Disponível em: <<http://sitemason.vanderbilt.edu/files/ivE2t2/Borges%20Vavy%20Pacheco.pdf>>. Acesso em: 18 abr. 2007.
- BOTELHO, Marcos. Por que des(ler) os clássicos em *Omeros*? *Léguas & Meia, Revista de Literatura e Diversidade Cultural*, Feira de Santana, v. 3, n. 2, p. 164-170, 2004.
- BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: AMADO; FERREIRA, 1996, p. 183-192.
- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. 7. ed. Traduzido por Fernando Tomaz. São Paulo: Bertrand, 2004.
- BOWEN, Catherine Drinker. *Biography: the Craft and the Calling*. Boston: The Atlantic Monthly, 1969.
- BRANDÃO, Jacyntho Lins. Narrativa e mimese no romance grego: o narrador, a narrativa e a narração num gênero pós-antigo. *Ágora: Estudos Clássicos em Debate*, Aveiro, p. 31-56, 1999.
- BRANDÃO, Jacyntho Lins. *A poética do hipocentauro: literatura, sociedade e discurso ficcional em Luciano de Samósata*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2001.

- BRANDÃO, Roberto de Oliveira. Três momentos da retórica antiga. In: ARISTÓTELES. HORÁCIO. LONGINO, 1995, p. 1-18.
- BRAUDEL, Fernand. Histoire et sciences sociales: La longue durée. *Annales E.S.C.*, Paris, p. 725-753, 1958.
- BRUSS, Elizabeth. Aspectos literarios. Traducción por Eduard Ribau Font y Antonía Ferrà Mir. *Anthropos: la autobiografía y sus problemas teóricos: estudios e investigación documental*, Barcelona, n. 29, p. 62-79, 1991.
- BUENO, Francisco da Silveira. Prefácio. In: CAMÕES, [s.d.], p. 9-56.
- BURCKHARDT, Jacobo. *La cultura del renacimiento en Italia*. Traducción por Jaime Ardal. Barcelona: Obras Maestras, 1951.
- BURGUIÈRE, André. *A antropologia histórica*. In: LE GOFF, 2001, p. 125-148.
- BURKE, Peter. *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Editora da UNESP, 1992.
- BURKE, Peter. A invenção da biografia e o individualismo renascentista. Tradução de José Augusto Drummond. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 10, n. 19, p. 83-99, 1997.
- BURNS, Edward McNall; LERNER, Robert E.; MEACHAM, Standish. *História da civilização ocidental*. Traduzido por Donaldson M. Garshagen. São Paulo: Globo, 1990.
- CAIRO, Luiz Roberto Veloso et al. (Orgs.). *Nas malhas da narrativa: ensaios sobre literatura, história, teatro e cinema*. Assis: EDUNESP, 2007.
- CALVINO, Italo. *Le città invisibili*. Milano: Mondadori, 1993.
- CALVINO, Italo. *As cidades invisíveis*. Traduzido por Diogo Mainardi. São Paulo: Companhia das Letras, 1990a.
- CALVINO, Italo. *Seis propostas para o próximo milênio: lições americanas*. 3. ed. Traduzido por Ivo Barroso. São Paulo: Companhia das Letras, 1990b.
- CALVINO, Italo. *Por que ler os clássicos?* 5 reimp. Trad. de Nilson Moulin. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- CAMÕES, Luís de. *Os Lusíadas*. Edição crítica de Francisco da Silveira Bueno. Rio de Janeiro: Ediouro, [s.d.].
- CAMÕES, Luís de. *Os Lusíadas*. Porto Alegre: Globo, 1982.
- CANCLINI, Néstor Garcia. *Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade*. 4. ed. Traduzido por Heloíza Pezza Cintrão e Ana Regina Lessa. São Paulo: EDUSP, 2003.
- CARDOSO, Marília Rothier. Retorno à biografia. In: OLINTO; SCHØLLHAMMER, 2002, p. 112-140.
- CARINO, Jonaedson. A biografia e sua instrumentalidade educativa. *Educação & Sociedade*, Campinas, ano XX, n. 67, p. 153-181, ago. 1999.
- CARPEAUX, Otto Maria. *História da literatura ocidental*. 2. ed. rev. Rio de Janeiro: Alhambra, 1978. 10 v. v. 1.
- CARPEAUX, Otto Maria. *História da literatura ocidental*. 2. ed. rev. Rio de Janeiro: Alhambra, 1978. 10 v. v. 2.
- CARPEAUX, Otto Maria. *História da literatura ocidental*. 2. ed. rev. Rio de Janeiro: Alhambra, 1980. 10 v. v. 3.
- CARPENTIER, Alejo. *El reino de este mundo*. 4. ed. Montevideo: Arca, 1969.

- CARPENTIER, Alejo. *Ensayos*. Havana: Letras Cubanas, 1984.
- CARVALHAL, Tânia Franco. (Org.) *Culturas, contextos e discursos: limiares críticos no comparatismo*. Porto Alegre: EDUFRGS, 1999.
- CASSIN, Barbara. Transmissão e ficção. In: GUMBRECHT; ROCHA, 1999, p. 23-44.
- CASSIRER, Ernest. *Indivíduo e cosmos na filosofia do Renascimento*. Traduzido por João Azenha Jr. e Mario Eduardo Viaro. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- CASTELLO, José. *Vinicius de Moraes, o poeta da paixão*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
- CAUVILLA, Waldir. *Em torno da filosofia da história*. Disponível em: <<http://www.hottopos.com.br/rih2pII/waldir.htm>>. Acesso em: 14 jun. 2007.
- CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. 2. ed. Traduzido por Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.
- CERVANTES SAAVEDRA, Miguel de. *El ingenioso hidalgo Don Quijote de la Mancha*. Buenos Aires: Kapelusz, 1993. 2 v.
- CERVANTES SAAVEDRA, Miguel de. *Novelas ejemplares*. Barcelona: Frances Luttikhuisen, 1994.
- CEVASCO, Maria Elisa. *Dez lições sobre estudos culturais*. São Paulo: Boitempo, 2003.
- CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1990.
- CHASTAGNOL, André. Introduction générale. In: HISTOIRE AUGUSTE, 1994, p. IX-CLXXIV.
- CHÂTELET François. *El nacimiento de la historia: la formación del pensamiento historiador em Grécia*. Madrid: Siglo XX de España, 1985.
- CHAUÍ, Marilena. Vida e obra. In: ESPINOSA, 1979, p. V-XXIV.
- CHAUÍ, Marilena. *Simulacro e poder: uma análise da mídia*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006.
- CHAVES, Lília Silvestre. *Mário Faustino: uma biografia literária*. Belém: SECULT; IAP; APL, 2004.
- CÍCERO, Marco Túlio. *De Oratore*. Torino: G.B. Paravia, 1899. I § 18.
- COELHO, Nelly Novaes. *Panorama histórico da literatura infantil*. 4. ed. São Paulo: Ática, 1991.
- COENEN, Lothar; BROWN, Colin. *Dicionário internacional de teologia do Novo Testamento*. Traduzido por Gordon Clown. 2. ed. São Paulo: Vida Nova, 2000.
- COMPAGNON, Antoine. *O trabalho da citação*. Trad. Cleonice Mourão. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1996.
- COMPAGNON, Antoine. *O demônio da teoria: literatura e senso comum*. Trad. por Cleonice Mourão e Consuelo Fortes Santiago. 3. reimp. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2006.
- CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE HISTÓRIA (ANPUH), 10., 2002, Rio de Janeiro. *Anais eletrônicos...* Rio de Janeiro: UERJ, 2002. Disponível em: <<http://www.uff.br/ichf/anpuhrio/Anais/2002/Conferencias>>. Acesso em: 20 abr. 2005.
- CONGRESSO NACIONAL DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ESTUDOS CLÁSSICOS, 4., 2001, Brasília. *Anais eletrônicos...* Brasília: UnB, 2001. Disponível em:

- <<http://www.geocities.com/textossbec/index.html>>. Acesso em: 05 mar. 2006.
- CORASSIN, Maria Luiza. Biografia e história na Vita Aureliana. *Revista Brasileira de História: Biografia, Biografias*, Ijuí, v. 17, n. 33, p. 99-111, 1997.
- CORASSIN, Maria Luiza. Mythistória. *Revista de História*, São Paulo, n. 144, p. 9-17, 2001.
- COSTA LIMA, Luiz. *Teoria da literatura em suas fontes*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1975.
- COSTA LIMA, Luiz (Org.). *A literatura e o leitor: textos de estética da recepção*. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- COSTA LIMA, Luiz. *Mimesis e modernidade: formas das sombras*. Rio de Janeiro: Graal, 1980.
- COSTA LIMA, Luiz. *Dispersa demanda: ensaios sobre literatura e teoria*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1981.
- COSTA LIMA, Luiz (Org.). *Teoria da Literatura em suas fontes*. 2. ed. rev. ampl. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1983. 2v. v. 2.
- COSTA LIMA, Luiz. *O controle do imaginário*. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- COSTA LIMA, Luiz. *Sociedade e discurso ficcional*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.
- COSTA LIMA, Luiz. Resposta de Luiz Costa Lima ao debate em torno do livro *Sociedade e discurso ficcional*. In: SIMPÓSIOS DE LITERATURA COMPARADA, 1987, p. 484-492.
- COSTA LIMA, Luiz. *O fingidor e o censor*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1988.
- COSTA LIMA, Luiz. *História. Ficção. Literatura*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- COULTHARD, George Robert. A pluralidade cultural. In: FERNÁNDEZ MORENO, 1972, p. 39-60.
- COUTINHO, Eduardo. *Literatura comparada na América Latina*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2003.
- CRUTTWELL, Charles Thomas. *A History of Roman Literature: from the Earliest Period to the Death of Marcus Aurelius*. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/gu007525.pdf>>. Acesso em: 17 dez. 2005. p. 189-289.
- CUESTA BUSTILLO, Josefina (Org.). *Memoria e historia*. Madrid: Marcial Pons, 1998.
- CUESTA BUSTILLO, Josefina. Memoria e historia: un estado de la cuestión. In: CUESTA BUSTILLO, 1998, p. 203-224.
- CULLER, Jonathan. *Teoria literária: uma introdução*. Traduzido por Sandra Gardini Vasconcelos. São Paulo: Beca, 1999.
- CURRENT SOCIOLOGY. *Biographical Research*. London: International Sociological Association, v. 43. n. 213, Autumn/Winter 1995.
- CURTIUS, Ernst Robert. *Literatura européia e Idade Média latina*. Tradução de Teodoro Cabral. Rio de Janeiro: MEC/INL, 1957.
- DALPIAN, Laurindo. Aspectos pedagógicos da historiografia romana. *Vydia*, Santa Maria, RS, p. 263-271, 2000.
- DAMASCENO, Marcio. Urso Knut ganha biografia na Alemanha. In: BBCBRASIL.COM. Disponível em: <<http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/story>>. Acesso em: 26 jul. 2007.

- DANTAS JÚNIOR, Hamilcar Silveira. A história como ciência de síntese: reflexões a partir das tensões entre Hegel, Marx e Engels. In: SEMARX I, 2005, p. 128-144.
- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *Mil Platôs: regras concretas e máquinas abstratas*. São Paulo: Editora 34, 1997. v. 5.
- DEMO, Pedro. *Metodologia do conhecimento científico*. São Paulo: Atlas, 2000.
- DERRIDA, Jacques. *La dissémination*. Paris: Seuil, 1972.
- DERRIDA, Jacques. *Gramatologia*. Traduzido por Miriam Chnaiderman e Renato Janine Ribeiro. São Paulo: Perspectiva, 1973. (Original publicado em 1967).
- DERRIDA, Jacques. *A escritura e a diferença*. 3. ed. Trad. de Maria Beatriz Marques Nizza da Silva. São Paulo: Perspectiva, 1995. (Coleção Debates, 49).
- DERRIDA, Jacques. *Mal de arquivo: uma impressão freudiana*. São Paulo: Relume Dumará, 2001.
- DETIENNE, Marcel. *Os mestres da verdade na Grécia arcaica*. Traduzido por Andréa Daher. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988.
- DIEHL, Astor Antônio. O sentido do conhecimento no tempo presente, as possibilidades entre História-Literatura e a questão da prova. *Revista Língua e Literatura*, Frederico Westphalen, v. 6/7, n. 10/11, p. 133-156, 2004/2005.
- DIEL, PAUL. *O simbolismo na mitologia grega*. Traduzido por Roberto Cacuro e Marcos dos Santos. São Paulo: Attar, 1991.
- DIELS, Hermann. *Die Fragmente der Vorsokratiker: Griechisch und Deutsch*. 10. ed. Berlin: Weidmannsche, 1960-1961. 3 v.
- DIELS, Hermann. *Doxographi Graeci*. Berlin: Walter de Gruyter, 1965. (Primeira publicação em 1879).
- DOMBROSKI, Robert (Ed.). *Critical Perspectives on the Decameron*. New York: Barnes and Noble, 1972.
- DOMINICÉ, Pierre. A biografia educativa: instrumento de investigação para a educação de adultos. In: NÓVOA; FINGER, 1988, p. 17-34.
- DOSSE, François. *La apuesta biográfica: escribir una vida*. Valencia: La Universitat, 2007. Traducción de *Le pari biographique, le écrire une vie*.
- DUBY, Georges. *Guilherme Marechal, ou O melhor cavaleiro do mundo*. Tradução de Renato Janine Ribeiro. 2. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1988.
- DUCASSÉ, Pierre. *As grandes correntes da filosofia*. 5. ed. Tradução de Álvaro Salema. Lisboa: Europa América, [s.d.]. p. 74. Título original: *Les grandes philosophies*.
- DUDU; MEDEIROS, Jorginho; TIÃOZINHO. *Bruxarias e estórias do Arco da Velha*. Disponível em: <<http://liesa.globo.com>>. Acesso em: 15 abr. 2005. Samba-enredo da Escola de Samba Mocidade Independente de Padre Miguel, ano 1986.
- DUFOUR, Dany-Robert. O homem neoliberal: da redução das cabeças à mudança dos corpos. Traduzido por Iraci Poleti. *Le Monde Diplomatique Online*. Disponível em: <<http://diplo.uol.com.br/2005-04,a1098>>. Acesso em: 15 out. 2007.
- DUPONT, Florence. *La invención de la literatura: de la intoxicación griega al libro latino*. Traducción de Juan Antonio Matesanz. Madrid: Debate, 2001.
- EAGLETON, Terry. *Teoria da literatura: uma introdução*. Traduzido por Waltensir Dutra.

- São Paulo: Martins Fontes, 1983.
- ECO, Umberto. *A estrutura ausente*. Trad. Pérola de Carvalho. 7. ed. São Paulo: Perspectiva, 1991.
- ECO, Umberto. *Arte e beleza na estética medieval*. Tradução por Mário Sabino Filho. Rio de Janeiro: Globo, 1993.
- ECO, Umberto. *Seis passeios pelos bosques da ficção*. Traduzido por Hildegard Feist. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- ENGELS, Friedrich. *Ludwig Feuerbach e a filosofia clássica alemã*. In: MARX; ENGELS, [1980?], p. 169-207.
- ESPINOSA, Benedictus de. *Espinosa*. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1979. (Os Pensadores).
- FEBVRE, Lucien. *Febvre contra a história historizante*. São Paulo: Ática, 1978.
- FEBVRE, Lucien. *Combates pela história*. Tradução de Leonor Martinho Simões e Gisela Moniz. 3. ed. Lisboa: Presença, 1989.
- FEBVRE, Lucien; MARTIN, Henri-Jean. *O aparecimento do livro*. Traduzido por Henrique Tavares e Castro. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2000.
- FEITOSA, Charles. O ensino da filosofia como uma estratégia contra a tarefa da interdisciplinaridade. In: KOHANM, 2004, p. 87-99.
- FERGUSON, Wallace K. *Renaissance in Historical Thought: Five Centuries of Interpretation*. Boston: Houghton Mifflin, 1948.
- FERNANDES, Cássio da Silva. Biografia e autobiografia em *A civilização do Renascimento na Itália*, de Jacob Burckhardt. *História: Questões & Debates*, Curitiba, n. 40, p. 155-198, 2004.
- FERNÁNDEZ MORENO, César (Ed.). *América Latina em sua literatura*. Traduzido por Luiz João Gaio. São Paulo: Perspectiva, 1972.
- FEYERABEND, Paul. *Contra o método*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1989.
- FISCHER, Beatriz Daudt. Foucault e as histórias de vidas: aproximações e que tais... In: ABRAHÃO, 2004, p. 143-162.
- FONSECA, Orlando. *Na vertigem da alegoria: militância poética de Ferreira Gullar*. 1991. 305 f. Dissertação (Mestrado em Letras) — UFSM, Santa Maria, RS, 1991.
- FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. 3. ed. Tradução por Luiz Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1987.
- FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. Tradução por Laura Fraga de Almeida Sampaio. Lisboa: Relógio d'Água, 1997.
- FOUCAULT, Michel. *As palavras e as coisas*. 8. ed. Traduzido por Salma Tannus Muchail. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade 3: O cuidado de si*. 7.ed. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 2002.
- FOUCAULT, Michel. *Hermenêutica do sujeito*. Traduzido por Márcio Alves da Fonseca e Salma Tannus Muchail. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

- FRANÇA, Jean Marcel Carvalho. Figuras negras nos escritos brasileiros do período colonial. *Brasil/Brazil: Revista de Literatura Brasileira/ A Journal of Brazilian Literature*, Porto Alegre; Providence, n. 21, ano 12, p. 81-103, 1999.
- FRANCHETTI, Paulo. História literária: um gênero em crise. *Semear: Revista da Cátedra Padre Antônio Vieira de Estudos Portugueses*, Rio de Janeiro, n. 7, p. 247-264, 2002.
- FRANCO JÚNIOR, Hilário. *Dante: o poeta do Absoluto*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- FRANCO JÚNIOR, Hilário. *Idade Média: nascimento do Ocidente*. São Paulo: Brasiliense, 2001.
- FREUD, Sigmund. *Obras completas*. Traducido por Luis López-Ballesteros y de Torres. Madrid: Nueva, 1972.
- FRÖLICH, Paul. *Rosa Luxemburgo: vida y obra*. Madrid: Fundamentos, 1976.
- FUCHS, Barbara. Empire Unmanned: Gender Trouble and Genoese Gold in Cervantes's 'The Two Damsels'. *PMLA, Journal of the Modern Language Association of América*, New York, v. 116, n. 02, p. 285-299, mar. 2001.
- FUKUYAMA, Francis. La fin de l'Histoire dix ans après. *Le Monde*, Paris, n. XXX, 17 juin 1999.
- FURET, François. *A oficina da história*. Lisboa: Gradiva, 1986.
- GAARDER, Jostein. *O mundo de Sofia: romance da história da filosofia*. 25 reimp. Traduzido por João Azenha Jr. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- GADAMER, Hans Georg. *Verdade e método: traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica*. 2. ed. Tradução de Flávio Paulo Meurer. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.
- GAI, Eunice Piazza. *Sob o signo da incerteza: o ceticismo em Montaigne, Cervantes e Machado de Assis*. Santa Maria, RS: Editora da UFSM, 1997.
- GALEANO, Eduardo. *Nascimentos*. Tradução de Eric Nepomuceno. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986. Trilogia *Memória do fogo*. 3 v. v. 1.
- GALEANO, Eduardo. *As veias abertas da América Latina*. Trad. por Galeno de Freitas. 27. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- GALVÃO, Walnice Nogueira. *As musas sob assédio: literatura e indústria cultural no Brasil*. São Paulo: SENAC, 2005.
- GAY, Peter. *Freud, uma vida para o nosso tempo*. Traduzido por Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- GENETTE, Gérard. *Metalepsis: de la figura a la ficción*. Traducido por Luciano Padilla López. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2004.
- GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela inquisição*. Trad. por Maria Betânia Amoroso. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- GINZBURG, Carlo. *Os andarilhos do bem: feitiçarias e cultos agrários nos séculos XVI e XVII*. Traduzido por Jônatas Batista Neto. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.
- GINZBURG, Carlo. O historiador globalizado. Caderno Mais!, *Folha de São Paulo*, São Paulo, p. 8, 1^o set. 2002a.
- GINZBURG, Carlo. *Relações de força: história, retórica, prova*. Traduzido por Jônatas Batista Neto. São Paulo: Companhia das Letras, 2002b.

GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*. Traduzido por Federico Carotti. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GOMES, Ângela de Castro (Org.). *Escrita de si, escrita da história*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2004.

GOMES, João Carlos Teixeira. *A tempestade engarrafada: ensaios*. Salvador: Empresa Gráfica da Bahia, 1995.

GOMES, Renato Cordeiro. De Italo Calvino a Ricardo Piglia: do centro para a margem – o deslocamento como proposta para a literatura deste milênio. *Alea*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 7, p. 13-25, 2004.

GOTLIB, Nádia Batella. *Clarice: uma vida que se conta*. São Paulo: Ática, 1995.

GRAWUNDER, Maria Zenilda. *A palavra mascarada: sobre a alegoria*. Santa Maria, RS: Editora da UFSM, 1996.

GUGLIELMINETTI, Marziano. *Memoria e scrittura: L'autobiografia da Dante a Celini*. Torino: Einaudi, 1977.

GUMBRECHT, Hans Ulrich; ROCHA, Joao Cezar de Castro (Orgs.). *Máscaras de mimesis: a obra de Luiz Costa Lima*. Rio de Janeiro: Record, 1999.

GUREVICH, Aron. *As categorias da cultura medieval*. Traduzido por João Gouveia Monteiro. Lisboa: Caminho, 1990.

GUSDORF, Georges. Condiciones y límites de la autobiografía. Traducción por Ángel G. Loureiro. *Anthropos: la autobiografía y sus problemas teóricos: estudios e investigación documental*, Barcelona, n. 29, p. 9-18, 1991.

HALBWACHS, Maurice. *Les cadres sociaux de la mémoire*. Paris: Presses Universitaires de France, 1952.

HALL, Stuart. *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Traduzido por Adelaine La Guardia Resende et al. Belo Horizonte: Editora da UFMG; Brasília: UNESCO, 2003.

HAMPTON, Timothy. *Writing from History: The Rhetoric of Exemplarity in Renaissance Literature*. Ithaca; London: Cornell University Press, 1990.

HANSEN, João Adolfo. *Alegoria: construção e interpretação da metáfora*. São Paulo: Atual, 1986.

HARTOG, François. Regime de historicidade. *História Social*, Campinas, n. 3, 1996. Disponível em: <<http://www.fflch.usp.br/dh/heros/excerpta/hartog/hartog.html>>. Acesso em: 19 jan. 2008.

HAUSER, Arnold. *História social da literatura e da arte*. Traduzido por Álvaro Cabral. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

HAVELOCK, Eric. *Prefácio a Platão*. Traduzido por Enid Abreu Dubránsky. Campinas, SP: Papyrus, 1996a.

HAVELOCK, Eric. *A revolução da escrita na Grécia e suas conseqüências culturais*. Traduzido por Ordep José Serra. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996b.

HENGST, Daniël den. *The Prefaces in the Historia Augusta*. Amsterdam: B.R. Grüner, 1981.

HERSCHMANN, Micael; PEREIRA, Carlos Alberto Messeder. O *Boom* da biografia e do biográfico na cultura contemporânea. In: OLINTO; SCHÖLLHAMMER, 2002, p. 141-150.

HESÍODO. *Teogonia*. Tradução do original grego e comentários por Ana Lúcia Silveira Cerqueira e Maria Therezinha Arêas Lyra. Niterói: Editora da UFF, 1979.

- HESÍODO. *Os trabalhos e os dias*. 3. ed. Introdução, tradução e comentários por Mary de Camargo Neves Lafe. São Paulo: Iluminuras, 1996.
- HISGAIL, Fani (Org.). *Biografia: sintoma da cultura*. São Paulo: Hacker; CESPUC, 1996.
- HISTOIRE AUGUSTE. Traduction par André Chastagnol. Paris: Robert Laffont, 1994.
- HOBBSAWM, Erik. *A contribuição de Karl Marx para a historiografia*. In: BLACKBURN, 1982, p. 244-261.
- HOBBSAWM, Erik. *A era do capital: 1848-1875*. 4. ed. Tradução por Luciano Costa Neto. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- HOBBSAWM, Erik. *Era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991*. 2. ed. Traduzido por Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- HOBBSAWM, Erik. *A era das revoluções: Europa 1789-1848*. 9. ed. Tradução por Maria Tereza Lopes Teixeira e Marcos Penchel. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.
- HOBBSAWM, Erik. *A era dos impérios: 1875-1914*. 8. ed. Tradução por Sieni Maria Campos e Yolanda Steidel de Toledo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Visão do paraíso: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil*. 2. ed. rev. ampl. São Paulo: Nacional, 1969.
- HUIZINGA, John. *El otoño de la Edad Media: estudios sobre las formas de la vida y del espíritu durante los siglos XIV y XV en Francia y en los Países Bajos*. 4. ed. Madrid: Revista de Occidente, 1952.
- HUTCHEON, Linda. *Poética do pós-modernismo: história, teoria, ficção*. Traduzido por Ricardo Cruz. Rio de Janeiro: Imago, 1991.
- ISER, Wolfgang. A interação do texto com o leitor. In: COSTA LIMA, 1979, p. 83-132.
- ISER, Wolfgang. Os atos de fingir ou O que é fictício no texto ficcional. Traduzido por Heidrun Krieger Olinto e Luiz Costa Lima. In: COSTA LIMA, 1983, p. 384-416.
- ISER, Wolfgang. *O ato da leitura*. Traduzido por Johannes Kretschmer. São Paulo: Editora 34, 1996a. 2 v.
- ISER, Wolfgang. *O fictício e o imaginário*. Tradução por Johannes Kretschmer Rio de Janeiro: Editora da UERJ, 1996b.
- ISÓCRATES. *Discursos completos*. Traducción del griego y notas por A. Ranz Romanillos. Notas prologales de Emiliano M. Aguilera. Barcelona: Iberia, 1961.
- JAMESON, Fredric. *Pós-modernismo, a lógica cultural do capitalismo tardio*. São Paulo: Ática, 1996.
- JAROUCHE, Mamede Mustafa (Org.). *Livro das mil e uma noites*. São Paulo: Globo, 2006. 6 v.
- JAUSS, Hans Robert. *A história da literatura como provocação à teoria literária*. Traduzido por Sérgio Tellaroli. São Paulo: Ática, 1994.
- JEANNELLE, Jean-Louis; VIOLLET, Catherine. (Dirs.). *Genèse et autofiction*. Louvain-la-Neuve: Academia Bruylant, 2007.
- JOBIM, José Luis (Org.). *Palavras da crítica*. Rio de Janeiro: Imago, 1992.
- JOBIM, José Luis et al. (Orgs.). *Sentidos dos lugares*. Rio de Janeiro: ABRALIC, 2005.
- JOZEF, Bella. O lugar da América. In: JOBIM et al, 2005, p. 114-129.

- JOSSO, Marie-Christine. Da formação do sujeito... ao sujeito da formação. In: NÓVOA; FINGER, 1988, p. 37-50.
- JOSSO, Marie-Christine. *Experiências de vida e formação*. Lisboa: EDUCA, 2002.
- KIRK, Geoffrey; RAVEN, John; SCHOFIELD, Malcolm. *Os filósofos pré-socráticos: história crítica com seleção de textos*. 4. ed. Traduzido por Carlos Alberto Louro Fonseca. Lisboa: FCG, 1994.
- KOHANM, Walter (Org.). *Filosofia: caminhos para seu ensino*. Rio de Janeiro: DP&A, 2004. p. 87-99.
- KONINGS, Johan. *A palavra se fez livro*. São Paulo: Loyola, 1999.
- KOSELLECK, Reinhart. *Crítica y crisis del mundo burgués*. Tradução por Rafael de La Vega. Madrid: Rialp, 1965.
- KRELL, David Farrell. *Of Memory, Reminiscence and Writing: On the Verge*. Bloomington: Indiana University Press, 1990.
- KRISTEVA, Julia. *Enuehwitixn: recherches pour une semanalyse*. Paris: Seuil, 1969.
- KUHN, Thomas. *A estrutura das revoluções científicas*. Traduzido por Beatriz Vianna Boeira e Nelson Boeira. 8. ed. rev. São Paulo: Perspectiva, 2003.
- LACAN, Jacques. *O seminário, livro 23: "o sinthoma"*. Tradução de Sérgio Laia. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.
- LACOUTURE, Jean. A história imediata. In: LE GOFF, 2001, p. 215-240.
- LAERCIO, Diógenes. *Vidas e doutrinas dos filósofos ilustres*. Traduzido por Mário da Gama Cury. Brasília: Editora da UnB, 1988.
- LAJOLO, Marisa. *Como e por que ler o romance brasileiro*. São Paulo: Objetiva, 2004.
- LAJOLO, Marisa; ZILBERMAN, Regina. *A formação da leitura no Brasil*. São Paulo: Ática, 2003.
- LAKATOS, Imre; MURSGRAVE, Alan (Orgs.). *A crítica e o desenvolvimento do conhecimento*. São Paulo: Cultrix, 1979.
- LARROSA, Jorge. Notas sobre narrativa e identidad (a modo de presentación). In: ABRAHÃO, 2004, p. 11-22.
- LE GOFF, Jacques. Naissance du roman historique. *La Nouvelle Revue Française*, Paris, v. 238, p. 163-173, 1972.
- LE GOFF, Jacques. The Whys and Ways of Writing a Biography: the Case of St. Louis. *Exemplaria, a Journal of Theory in Medieval and Renaissance Studies*, London; Cambridge, MA, n. 1, p. 207-223, 1989.
- LE GOFF, Jacques. Writing Historical Biography today. *Current Sociology: Biographical Research*, London, v. 43, n. 2/3, p. 11-17, Autumn/Winter, 1995.
- LE GOFF, Jacques. *A história nova*. Traduzido por Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Traduzido por Bernardo Leitão [et. al.]. Campinas, SP: Editora da UNESP, 2003.
- LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. (Org.). *História: novos problemas*. 4. ed. Tradução por Theo Santiago. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995.

- LEITE, Lúgia Chiappini Moraes; AGUIAR, Flavio Wolf de (Orgs.). *Literatura e história na América Latina: Seminário Internacional*, 9 a 13 de setembro de 1991. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1993.
- LEJEUNE, Philippe. *L'Autobiographie en France*. Paris: Armand Colin, 1971.
- LEJEUNE, Philippe. *Le pacte autobiographique*. Paris: Seuil, 1975.
- LEJEUNE, Philippe. *Je est un autre: l'autobiographie, de la littérature aux médias*. Paris: Seuil, 1980.
- LEJEUNE, Philippe. Le pacte autobiographique (bis). *Poétique*, Paris, n. 56, p. 417-433, nov. 1983.
- LEJEUNE, Philippe. *Moi aussi*. Paris: Seuil, 1986.
- LEJEUNE, Philippe. *Cher cahier: témoignages sur le journal personnel recueillis et présentés par Philippe Lejeune*. Paris: Gallimard, 1989a.
- LEJEUNE, Philippe. Le désir biographique. *Cahiers de Sémiotique Textuelle*, Paris, n. 16, 1989b.
- LEJEUNE, Philippe. *La mémoire et l'oblique: Georges Perec autobiographe*. Paris: POL, 1991a.
- LEJEUNE, Philippe. El pacto autobiográfico. Traducción por Ángel G. Loureiro. *Anthropos: la autobiografía y sus problemas teóricos: estudios e investigación documental*, Barcelona, n. 29, p. 47-61, 1991b. Traducción del primer capítulo del libro *Le pacte autobiographique*.
- LEJEUNE, Philippe. *Le moi de demoiselles: enquête sur le journal de jeune fille*. Paris: Seuil, 1993.
- LEJEUNE, Philippe. *El pacto autobiográfico y otros estudios*. Traducción de Ana Torrent. Madrid: Megazul, 1996.
- LEJEUNE, Philippe. *Les brouillons de soi*. Paris: Seuil, 1998a.
- LEJEUNE, Philippe. *Pour l'autobiographie, chroniques*. Paris: Seuil, 1998b.
- LEJEUNE, Philippe. La rédaction finale de "*W ou le souvenir d'enfance*". *Poétique*, Paris, n. 133, p. 74- 107, fév. 2003.
- LEJEUNE, Philippe. *Signes de vie: le pacte autobiographique 2*. Paris: Seuil, 2005.
- LEJEUNE, Philippe. Georges Perec: autobiographie et fiction. In: JEANNELLE; VIOLLET, 2007, p. 143-147.
- LEJEUNE, Philippe (Dir). *Autopacte*. Disponível em: <<http://www.autopacte.org>>. Acesso em: 28 jan. 2008.
- LEROI-GOURHAN, André. *O gesto e a palavra*. Tradução por Vítor Gonçalves. Lisboa: Edições 70, 1985. 2v. v. 1 (Técnica e Linguagem).
- LEROI-GOURHAN, André. *O gesto e a palavra*. Traduzido por Vítor Gonçalves. Lisboa: Edições 70, 1987. 2v. v. 2 (Memória e Ritmos).
- LEVI, Giovanni. Sobre a micro-história. In: BURKE, 1992, p. 133-162.
- LEVI, Giovanni. Usos da biografia. In: AMADO; FERREIRA, 1996, p. 167-182.
- LIDA DE MALKIEL, María Rosa. *La originalidad artística de La Celestina*. 2. ed. Buenos Aires: Eudeba, 1970.

- LINS, Álvaro. Biografia e autenticidade. In: LINS, Álvaro. *O relógio e o quadrante*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964. p. 344-366.
- LOBO, Luiza. Leitor. In: JOBIM, 1992, p. 231-251.
- LOCKE, John. *John Locke*. 2. ed. Traduzido por Anoar Aiex e E. Jacy Monteiro. São Paulo: Abril Cultural, 1978. (Os Pensadores).
- LODGE, David (Ed.). *20th Century Literary Criticism: a Reader*. London: Longman, 1972.
- LODGE, David. *Working with Structuralism: Essays and Reviews on Nineteenth and Twentieth-Century Literature*. London: Routledge, 1991.
- LONGAKER, Mark. *English Biography in the Eighteenth Century*. New York: Octagon, 1971.
- LONGINO. Do Sublime. In: ARISTÓTELES. HORÁCIO. LONGINO, 1995, p. 70-114.
- LOPE DE VEGA, Félix. *La Dorotea*. San José: Editora de la Universidad de Puerto Rico, 1955.
- LORIGA, Sabina. A biografia como problema. In: REVEL, 1998, p. 225-249.
- LOTMAN, Iuri. La biografía literaria en el contexto histórico-cultural (la correlación tipológica entre el texto y la personalidad del autor). *Signa: Revista de la Asociación Española de Semiótica*, Madrid, n. 4, p. 9-44, 1995.
- LUKÁCS, Georg. *História e consciência de classe*. Traduzido por Rodnei Nascimento. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- LYOTARD, Jean-François. *O pós-moderno explicando às crianças: correspondência 1982-1985*. 2. ed. Lisboa: Dom Quixote, 1993.
- LYOTARD, Jean-François. *A condição pós-moderna*. 7. ed. Traduzido por Ricardo Corrêa Barbosa. Rio de Janeiro: José Olympio, 2002.
- MACHADO, Ana Maria. *Como e por que ler os clássicos universais desde cedo?* Rio de Janeiro: Objetiva, 2002.
- MADELÉNAT, Daniel. *La biographie*. Paris: Press Universitaires de France, 1983.
- MADROÑAL DURÁN, Abraham. Sobre el autobiografismo en las novelas de Gonzalo de Céspedes y Meneses a la luz de nuevos documentos. *El Criticón*, Madrid, v. 51, p. 99-108, 1991.
- MAN, Paul de. La autobiografía como desfiguración. Traducción por Ángel G. Loureiro. *Anthropos: la autobiografía y sus problemas teóricos: estudios e investigación documental*, Barcelona, n. 29, p. 113-118, 1991.
- MANETTI, Giovanni. *Francesco Petrarca: studio biografico critico*. Palermo: Licari, 1939.
- MANGUEL, Alberto. *Uma história da leitura*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- MANNHEIN, Karl. *Ideologia e utopia*. Tradução de Sérgio M. Santeiro. Rio de Janeiro, Zahar, 1968.
- MARIO VARGAS LLOSA. Disponível em: <[http:// www.mvargasllosa.com](http://www.mvargasllosa.com)>. Acesso em 02 fev. 2006.
- MARTÍNEZ DE SOUSA, José. *Pequeña historia del libro*. 3. ed. Gijón: Trea, 1999.
- MARTORELL, Joanot. *Tirant lo Blanc*. Barcelona: Ariel, 1990.

- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Obras escolhidas*. São Paulo: Alfa-Ômega, [1980?].
- MATTELART, André; NEVEU, Érik. *Introdução aos estudos culturais*. São Paulo: Parábola, 2004.
- MAYER, Thomas; WOOLF, Daniel R. (Eds.). *The Rhetorics of Life-Writing in Early Modern Europe: Forms of Biography from Cassandra Fedele to Louis XIV*. Studies in Medieval and Early Modern Civilization. Ann Arbor: Michigan University Press, 1995.
- MCGRADY, Donald. Tesis, réplica y contrarréplica en el *Lazarillo*, el *Guzmán* y el *Buscón*. *Filología*, Buenos Aires, v. 13, p. 237-249, 1968-1969.
- MCLUHAN, Marshall. *A galáxia de Gutemberg*. Traduzido por Leônidas Gontijo de Carvalho e Anísio Teixeira. São Paulo: EDUSP, 1972.
- MEHRING, Franz. *Carlos Marx: historia de su vida*. Barcelona: Grijalbo, 1973.
- MEMEIHY, José Carlos Sebe Bom. A inquietante história das *Mil e uma noites*. In: NAVARRO JR; GOMES, 1987, p. 7-16.
- MELLO E SOUZA, Laura de. *O diabo e a terra de Santa Cruz: feitiçaria e religiosidade popular no Brasil colonial*. 7. reimpr. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- MELO, Francisco José Sampaio. *A hagiografia de Eça de Queirós*. Dissertação (Mestrado em Letras) — Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.
- MENDES, Margarida Vieira. Comportamento profético e comportamento retórico em Vieira. *Semear: Revista da Cátedra António Vieira de Estudos Portugueses*, Rio de Janeiro, n. 2, p. 87-102, 1997.
- MENÉNDEZ PIDAL, Ramón. *De primitiva lírica española y antigua épica*. Madrid: Espasa-Calpe, 1977.
- MERQUIOR, José Guilherme. Os estilos históricos na literatura ocidental. In: PORTELLA et al, 1975, p. 40-92.
- MERQUIOR, José Guilherme. *De Anchieta a Euclides: breve história da literatura brasileira*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1977.
- MIGNOLO, Walter. Lógica da diferenças e política das semelhanças da literatura que parece história ou antropologia, e vice-versa. In: AGUIAR; CHIAPPINI, 1993, p. 115-135.
- MIRANDA, Wander Melo. *Corpos escritos: Graciliano Ramos e Silviano Santiago*. São Paulo: Editora da USP, 1992.
- MISCH, George. *A History of Autobiography in Antiquity*. London: Routledge & Kegan Paul, 1950.
- MITIDIERI-PEREIRA, André Luis. *Um corpus decomposto: biografia e metaficção biográfica em Santa Evita*, de Tomás Eloy Martínez. 1998. 249 f. Dissertação (Mestrado em Letras). Programa de Pós-Graduação em Letras da PUCRS, Porto Alegre, 1998.
- MOISÉS, Massaud. *A literatura portuguesa*. São Paulo: Cultrix, 1978.
- MOMIGLIANO, Arnaldo. *The Development of Greek Biography*. Massachusetts: Harvard University Press, 1971.
- MONIZ, António. Herói. In: CEIA, Carlos (Org.). *E-Dicionário de termos literários*. Disponível em: <<http://www.fcsh.unl.pt/edtl/verbetes/H/heroi.htm>>. Acesso em: 12 jun. 2007.
- MONTAIGNE, Michel de. *Ensaios*. Tradução por Sérgio Milliet. Brasília: Editora da UnB, 1987. 3 v.

- MORAÑA, Mabel. Documentalismo y ficción: testimonio y narrativa testimonial hispano-americana en el siglo XX. In: PIZARRO, 1995, p. 479-515.
- MORENO, César Fernández (Org.). *América Latina em sua literatura*. São Paulo: Perspectiva, 1979.
- MORIN, Edgar. *O espírito do tempo*. Traduzido por Maura Ribeiro Sardinha. 9. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.
- MORRIS, Colin. *The Discovery of the Individual: 1050-1200*. London: Camelot, 1972.
- MOTTA, Marly da Silva. O relato biográfico como fonte para a história. *Vydia*, Santa Maria, RS, v.19, n.34, p. 101-122, jul-dez. 2000.
- MOTTA, Nelson. *Vale tudo: o som e a fúria de Tim Maia*. São Paulo: Objetiva, 2007.
- NAMER, Gérard. *Mémoire et société*. Paris: Méridiens Klincksieck, 1987.
- NASCIMENTO, Evando. *Derrida e a literatura: notas de literatura e filosofia nos textos da desconstrução*. Niterói: EDUFF, 2001.
- NAVARRO JR, Jessé; GOMES, Márcia de Melo (Orgs.). *As mil e uma noites*. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- NEVES, Guilherme Paulo Castagnoli Pereira das. Elétrons não são intrinsecamente interessantes como gente. In: CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE HISTÓRIA, 2002.
- NIETZSCHE, Friedrich. *O crepúsculo dos ídolos*. Lisboa: Edições 70, 1988.
- NIETZSCHE, Friedrich W. *O nascimento da tragédia, ou helenismo e pessimismo*. Tradução de Jaime Ginzburg. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- NORA, Pierre. La aventura de *Les lieux de mémoire*. In: CUESTA BUSTILLO, 1998, p. 17-34.
- NÓVOA, António; FINGER, Mathias. *O método (auto)biográfico e a formação*. Lisboa: MS; DRHS; CFAP, 1988.
- NUNES, Benedito. Apresentação In: PLATÃO, 1973, p. 9-15.
- NUNES, Benedito. *O Nietzsche de Heidegger*. Rio de Janeiro: Pazulin, 2000.
- NUÑEZ, Estuardo. O elemento latino-americano em outras literaturas. In: FERNÁNDEZ MORENO, 1972, p. 83-112.
- OLINTO, Heidrun Krieger. Letras na página, palavras no mundo: Novos acentos sobre estudos de literatura. *Palavra*, Rio de Janeiro, n. 1, 1993.
- OLINTO, Heidrun Krieger (Org.). *Histórias da literatura: as novas teorias alemãs*. São Paulo: Ática, 1996.
- OLINTO, Heidrun Krieger; SCHØLLHAMMER, Karl Erik (Orgs.). *Literatura e mídia*. Rio de Janeiro: EDIPUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2002.
- OLMI, Alba. *Memória e memórias: dimensões e perspectivas da literatura memorialista*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2006.
- PAGE, Denys Lionel. Simônides. In: PAGE, Denys Lionel. *Poetae Melici Graeci*. Oxford, UK: Oxford University Press, 2005. p. 521-527. fr. 16, 20, 21, 22.
- PASSOS, Luiz Augusto. Educação popular: um projeto de rebeldia e alteridade. *Revista de Educação Pública*, Cuiabá, v. 16, n. 31, p. 105-118, maio-ago. 2007.

- PENA, Felipe. *Teoria da biografia sem fim*. Rio de Janeiro: Mauad, 2004.
- PERA, Marcello. *Scienza e retorica*. Bari: Laterza, 1991.
- PEREIRA, Maria Antonieta. O ensaio e o pensamento crítico no Brasil. *Suplemento*, Belo Horizonte, n. 1294, p. 6-11, p. 8, set. 2006.
- PIERANTONIO, Cláudio. El enigma de los dos Hipolitos. *Teología y Vida*, Santiago de Chile, v. XLVII, p. 55-75, 2006.
- PIGLIA, Ricardo. *Laboratório do escritor*. Tradução de Josely Vianna Baptista. São Paulo: Iluminuras, 1994.
- PIGLIA, Ricardo. *Tres propuestas para el próximo milenio (y cinco dificultades)*. La Habana: Casa de las Américas, 2000. Disponível em: <<http://www.casadelasamericas.com/publicaciones/revistacasa/222/piglia.htm>>. Acesso em: 12 nov. 2007.
- PIGNATARI, Décio. Para uma semiótica da biografia. In: HISGAIL, 1996, p. 13-19.
- PIZARRO, Ana (Org.). *América Latina: palavra, literatura e cultura*. São Paulo; Campinas: Memorial; Editora da UNICAMP, 1995. 3v. v. 3.
- PIZARRO, Ana. Hispanoamérica y Brasil: encuentros, desesencuentros, vacíos. In: ABDALA JR; SCARPELI, 2004, p. 41.-60.
- PLATÃO. *Diálogos: Teeteto-Crátilo*. Tradução direta do grego por Carlos Alberto Nunes. Belém, PA: Editora da Universidade Federal do Pará, 1973.
- PLATÃO. *Diálogos I: Mênon-Banquete-Fedro*. Tradução direta do grego por Jorge Paleikat. Estudo biobibliográfico filosófico por Paul Tannery. Rio de Janeiro: Edições de Ouro, 1978.
- PLATÃO. *Diálogos: O banquete- Fédon-Sofista-Político*. 2. ed. Seleção de textos de José Américo Mota Pessanha. Trad. por José Cavalcante de Souza (O banquete); Jorge Paleikat e João Cruz Costa (Fédon, Sofista, Político). São Paulo: Abril Cultural, 1979. (Os Pensadores).
- PLATÃO. *Górgias, ou a oratória*. Tradução, apresentação e notas de Jaime Bruna. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.
- PLATÃO. *A República*. Tradução de Maria Helena da Rocha Pereira. 9. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001.
- PLUTARCO. *Vidas paralelas*. São Paulo: Paumape, 1992.
- POLO, Marco. *As viagens*. Traduzido por Ivone Castilho Benedetti. São Paulo: Martins Fontes, 1997. Tradução de *Il libro di Marco Polo detto Il Milione*.
- POLO, Marco. *O livro das maravilhas: a descrição do mundo*. Tradução por Elói Braga Júnior. Porto Alegre: L & PM, 1999.
- PORTELLA, Eduardo et al. (Orgs.). *Teoria literária*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1975.
- PRÜMMER, Dominic. *Fontes Vitae S. Thomae Aquinatis, Notis Historicis et Criticis Illustrati*. Revue Thomiste. Toulouse: Privat, 1911-1937. v. 1.
- PUGLIESI, Márcio (Org.). *O livro de Enoch: o livro das origens da Cabala*. São Paulo: Hemus, 1982. p. 62.
- QUINTILIANO, Deise. *Sartre: philía e autobiografia*. Rio de Janeiro: DP & A, 2005.
- QUINTILIANO, Marco Fábio. *Institutionis Oratoriae*. Salamanca: Universidad Pontificia de Salamanca, 1997-1999. Libri XII.
- RAMA, Ángel. *La ciudad letrada*. Montevideo: Arca, 1998.

- RAMA, Carlos M. *La historia y la novela y otros ensayos historiográficos*. Buenos Aires: Nova, 1978.
- REIS, Carlos; LOPES, Ana Cristina M. *Dicionário de narratologia*. 4. ed. rev. aum. Coimbra: Almedina, 1994.
- REIS, Carlos. *O conhecimento da literatura: introdução aos estudos literários*. 2. ed. Coimbra: Almedina, 1997.
- REMÉDIOS, Maria Luiza Ritzel. Literatura confessional: espaço autobiográfico. In: REMÉDIOS, Maria Luiza Ritzel (Org.). *Literatura confessional: autobiografia e ficcionalidade*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1997. p. 7-16.
- REMÉDIOS, Maria Luiza Ritzel. *O empreendimento autobiográfico: Josué Guimarães e Erico Veríssimo*. In: ZILBERMAN et al, 2004, p. 277-332.
- REVEL, Jacques (Org.). *Jogos de escalas: a experiência da microanálise*. Tradução por Dora Rocha. Rio de Janeiro: FGV, 1998.
- REVISTA BRASILEIRA DE HISTÓRIA. *Biografia, biografias*, Ijuí, v. 17, n. 33, 1997.
- RIAZANOV, DAVID. *Karl Marx and Friedrich Engels. An Introduction to Their Lives and Works*. New York: Monthly Review, 1973.
- RICE, Philippe; WAUGH, Patrícia (Eds). *Modern Literary Theory*. 3. ed. London: Arnold, 1996.
- RICOEUR, Paul. *Tempo e narrativa*. Campinas, SP: Papyrus, 1997. 3t. t.3.
- RICOEUR, Paul. *La historia, la memoria, el olvido*. Traducido por Agustín Neira. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2004.
- RÍO-TORRES MURCIANO, Antonio. El proemio de Valério Flaco: una lectura retórica. *Cuadernos de Filología Clásica: Estudios Latinos*, Madrid, v. 25, n. 1, p. 79-100, 2005.
- RIQUER, Martín de. *Historia de la literatura universal*. 7. ed. Barcelona: Planeta, 2003. 10 v. v. 2.
- RIQUER, Martín de. *Los trovadores: historia literaria y textos*. Barcelona: Planeta, 1975. 3 v.
- RIQUER, Martín de; COMAS, Antoni; MOLAS, Joaquim. *Historia de la literatura catalana*. Barcelona: Ariel, 1993. 8v. v. 4.
- ROCHA, João Cezar de Castro; ARAUJO, Valdei Lopes de (Orgs.). *Nenhum Brasil existe: pequena enciclopédia*. Rio de Janeiro: Topbooks; UniverCidade, 2003.
- ROJAS, Carlos Antonio Aguirre. La biografía como género historiográfico: algunas reflexiones sobre sus posibilidades actuales. In: SCHMIDT, 2000, p. 9-48.
- ROMERA CASTILLO, José. *Biografías literarias en la España actual*. Disponível em: <<http://www.uned.es/centro-investigacion-SELITEN@T/pdf/autobio/I7.pdf>> Acesso em: 13 mar. 2007.
- RUIZ-GÁLVEZ PRIEGO, Estrella. Introducción. IN: ZAYAS Y SOTOMAYOR, 2001, p. IX-XL.
- RUSSO, Renato. Índios. Intérprete: RUSSO, Renato. In: LEGIÃO URBANA. *Dois*. Rio de Janeiro: EMI-Odeon, 1986. 1 LP.
- SÁNCHEZ ALONSO, Benito. *Historia de la historiografía española*. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1947-1950. 3 v.

- SANCHEZ MARÍN, José Antonio. *Sobre la biografía en Roma*. Madrid: Clássicas, 1992.
- SANTIAGO, Silviano. Posfácio: a explosiva exteriorização do saber. In: LYOTARD, 2002, p. 125-131.
- SANTIAGO, Silviano. *O cosmopolitismo do pobre*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2004.
- SAN AGUSTIN, Santo. *De la doctrina cristiana*. Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos, 1969.
- SANTO AGOSTINHO. *A cidade de Deus: contra os pagãos*. Tradução de Oscar Paes Leme. Petrópolis: Vozes, 2002.
- SANTO AGOSTINHO. *Confissões*. Trad. por Alex Marins. São Paulo: Martin Claret, 2003.
- SARAIVA, António. *Luís de Camões*. Lisboa: Europa/América, s/d.
- SCHAFF, Philip. *History of the Christian Church*. Grand Rapids: William B. Eerdmans, 1979. 8v. v. 7.
- SCHEINER, Viviane. Josefo, a retórica e as origens da biografia. In: CONGRESSO NACIONAL DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ESTUDOS CLÁSSICOS, 2001.
- SCHMIDT, Benito (Org.). *O biográfico: perspectivas interdisciplinares*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2000.
- SCHMIDT, Benito B. Luz e papel, realidade e imaginação: as biografias na história, no jornalismo, na literatura e no cinema. In: SCHMIDT, 2000, p. 49-70 [SCHMIDT, 2000a].
- SCHMIDT, Siegfried J. Sobre a escrita de histórias da literatura: observações de um ponto de vista construtivista. In: OLINTO, 1996, p. 101-131.
- SCHOLEM, Gershom. *A cabala e seu simbolismo*. Traduzido por Hans Borger e J. Guinsburg. São Paulo: Perspectiva, 2004.
- SCHRÖDINGER, ERWIN, *What is Life? The Physical Aspect of the Living Cell*. 3rd ed. Cambridge: Cambridge University Press, 1948.
- SELIGMANN-SILVA, Márcio (Org.). *História, memória, literatura: o testemunho na era das catástrofes*. São Paulo: Editora da UNICAMP, 2003.
- SEMARX I, Semana Marx da Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia, 1., 2005, Salvador. *Anais eletrônicos...* Salvador: UFBA, 2005. Disponível em: <http://www.faced.ufba.br/eventos/2006/2o_semarx_2006/anais_semarx1.pdf>. Acesso em: 08 dez. 2005. p. 128-144.
- SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.
- SIMPÓSIOS DE LITERATURA COMPARADA, 1 e 2., 1987, *Anais...* Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1987. p. 484-492.
- SOUZA, Elizeu Clementino de. Pesquisa narrativa e escrita auto (biográfica): interfaces metodológicas e formativas. In: ABRAHÃO; SOUZA, 2006, p. 135-148.
- SOUZA, Roberto Acízelo de. *Formação da teoria da literatura: inventário de pendências e protocolo de intenções*. Niterói: Ao Livro Técnico, 1987.
- SOUZA, Roberto Acízelo de. *Teoria da literatura*. In: JOBIM, 1992, p. 367-389.

- SOUZA FILHO, José Alexandrino. Os índios brasileiros vistos por um europeu do século XVI: Montaigne, os canibais e a literatura. *Conceitos*, João Pessoa, v. 5, n. 7, p. 81-84, 03 jun. 2002.
- STAM, Robert. *Bakhtin: da teoria literária à cultura de massa*. Traduzido por Heloísa Jahn. São Paulo: Ática, 1992.
- STAUFFER, Donald. *English Biography Before 1700*. New York: Russell & Russell, 1964.
- STAUFFER, Donald. *The Art of Biography in Eighteenth-Century England*. New York: Russell and Russel, 1970.
- SMOLKA, Ana Luiza Bustamante. A memória em questão: uma perspectiva histórico-cultural. *Educação & Sociedade*, Campinas, v.21, n.71, p. 166-193, jul. 2000.
- TANNERY, Paul. Estudo biobibliográfico e filosófico. In: PLATÃO, 1978, p. 15-54.
- TODOROV, Tzvetan. *A conquista da América: a questão do outro*. Trad. Beatriz Perrone Moisés. São Paulo: Martins Fontes, 1993.
- TREU, Max. *Von Homer zur Lyrik*. Wandlungen des Griechischen Welt-Bildes im Spiegel der Sprache. Munich: Beck, 1955.
- VALÉRY, Paul. *Variedades*. Trad. por Maiza M. de Siqueira. São Paulo: Iluminuras, 1997.
- VARGAS LLOSA, Mario. Sirenas en el Amazonas. *El Nuevo Día*, San Juan, Puerto Rico, p. 16, 21 nov. 1999.
- VARGAS LLOSA, Mario. *El paraíso en la otra esquina*. Buenos Aires: Alfaguara, 2003a.
- VARGAS LLOSA, Mario. *O paraíso na outra esquina*. Traduzido por Wladir Dupont. São Paulo: Arx, 2003b.
- VELOSO, António José de Barros. *Acerca da pós-modernidade*. Disponível em: <http://cfcul.fc.ul.pt/equipa/nao_elegiveis/antonio%20veloso/pos-modernidade%2021.doc>. Acesso em 18 ago. 2006.
- VELOSO, Caetano. *Sampa*. In: CAETANO VELOSO Disponível em: <http://www.caetanoveloso.com.br/sec_biografia.php?language=pt_BR>. Acesso em: 09 out. 2007.
- VERISSIMO, Erico. *Solo de clarineta*. Porto Alegre: Globo, 1974-1976. 2 v.
- VIDAL-NAQUET; Pierre. Prefácio. In: DETIENNE, 1988, p. 7-11.
- VILA-MATAS, Enrique. *Bartleby y compañía*. Barcelona: Anagrama, 2002.
- VILA-MATAS, Enrique. *Bartleby e companhia*. São Paulo: Cosac Naify, 2004.
- WACHTEL, Nathan. *La visión de los vencidos: los indios del Perú frente a la conquista española (1530-1570)*. Madrid: Alianza, 1976.
- WALSH, William. *Introdução à filosofia da história*. Traduzido por Waltensir Dutra. Rio de Janeiro, Zahar, 1978.
- WATT, Ian. *A ascensão do romance: estudos sobre Defoe, Richardson e Fielding*. Traduzido por Hildegard Feist. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- WEGNER, Robert. América, alegria dos homens: uma leitura de *Visão do paraíso* e de *Wilderness and Paradise in Christian Thought*. In: ROCHA; ARAUJO, 2003, p. 367-375.
- WEINRICH, Harald. *Lete: arte e crítica do esquecimento*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

WERNECK, Maria Helena. *O homem encadernado: Machado de Assis nas escritas das biografias*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1996.

WHITE, Hayden. *Meta-história: a imaginação histórica do século XIX*. 2. ed. Traduzido por José Laurênio de Melo. São Paulo: EDUSP, 1995.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, 2000, p. 7-72.

YATES, Francis. *El arte de la memoria*. Trad. por Ignacio de Liaño. Madrid: Siruela, 2005.

YERASIMOS, Stéphane. Sob os olhos do ocidente. In: POLO, 1999, p. 9-34.

ZAMBRANO, María. *La confesión, género literario*. 2. ed. Madrid: Siruela, 1999.

ZAYAS Y SOTOMAYOR, María de. *Obra narrativa completa*. Madrid: Fundación José Antonio de Castro, 2001.

ZELLER, Eduard. *A History of Greek Philosophy from the Earliest Period to the Time of Socrates*. Translated by S. F. Alleyne. London: Longmans, 1881.

ZILBERMAN, Regina. *Estética da recepção e história da literatura*. São Paulo: Ática, 1989.

ZILBERMAN, Regina. *A leitura e o ensino da literatura*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 1991. (Contexto Jovem).

ZILBERMAN, Regina. Uma imagem para o Brasil: natureza, lucro e paraíso. *Brasil/Brazil*, Porto Alegre/Providence, ano 6, n. 9, p. 5-26, 1993.

ZILBERMAN, Regina. A ciência da provocação. *Zero Hora*, Caderno Cultura, p. 3, 29 mar. 1997.

ZILBERMAN, Regina. Argh, os clássicos! Argh?. *Zero Hora*, Caderno de Cultura, p. 4-5, 26 maio 2001.

ZILBERMAN, Regina. O romance histórico – teoria & prática. In: BORDINI et al, 2003, p. 91-108.

ZILBERMAN, Regina et al. *As pedras e o arco: fontes primárias, teoria e história da literatura*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2004.

ZILBERMAN, Regina. “Minha teoria das edições humanas”: *Memórias Póstumas de Brás Cubas* e a poética de Machado de Assis. In: ZILBERMAN et al, 2004, p. 19-117. [ZILBERMAN, 2004a].

ZILBERMAN, Regina. Saga familiar e história política. In: BORDINI; ZILBERMAN, 2004, p. 141-158. [ZILBERMAN, 2004b].

ZILBERMAN, Regina. *As letras e seus profissionais*. In: JOBIM, 2005, p. 17-29. [ZILBERMAN, 2005a].

ZILBERMAN, Regina. *Como e por que ler a literatura infantil brasileira?* São Paulo: Objetiva, 2005b.

ZILBERMAN, Regina. Antonio Candido e o projeto de Brasil. *Revista Brasileira de Literatura Comparada*, Rio de Janeiro, n. 9, p. 35-47, 2006a.

ZILBERMAN, Regina. Memória entre oralidade e escrita. *Letras de Hoje*, Porto Alegre, v. 41, n. 3, p. 117-132, 2006b.

ZILBERMAN, Regina. O estatuto narrativo da ciência – Leonardo da Vinci, de Freud a Dan Brown. In: CAIRO et al, 2007, p. 245-253.

ANEXOS



André Luis Mitidieri Pereira

Graduado em Letras, habilitação em Português, Inglês e respectivas literaturas, pela Universidade da Região da Campanha (1989). Mestre e doutor em Lingüística e Letras, aérea de concentração na Teoria da Literatura, pela PUCRS (1998/2008). Trabalha com literaturas de língua espanhola, inglesa e portuguesa. Atua principalmente sob perspectivas transdisciplinares dos Estudos Culturais, da Literatura Comparada e da Teoria Literária. Experiente nas relações entre história, literatura e memória, destacando suas interfaces com o espaço biográfico e a literatura biográfica. Pesquisador-júnior do CNPq.

(Texto informado pelo autor)

Última atualização do currículo em 25/04/2008

Endereço para acessar este CV:

<http://lattes.cnpq.br/5629822206205508>



Outros links:

[Diretório de grupos de](#)

[pesquisa](#) 

Dados pessoais

Nome	André Luis Mitidieri Pereira
Nome em citações bibliográficas	MITIDIERI, André Luis
Sexo	Masculino

Endereço profissional	Univ. Reg. Integrada do Alto Uruguai e Missões, campus Frederico Westphalen. Rua Assis Brasil, 709 Itapagé 98400-000 - Frederico Westphalen, RS - Brasil Telefone: (055) 37449208 Ramal: 208 URL da Homepage: http://fw.uri.br
------------------------------	--

Endereço eletrônico	andrelondres@bol.com.br
----------------------------	-------------------------



Formação acadêmica/Titulação

2004 - 2008	Doutorado em Lingüística e Letras. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, PUC RS, Brasil. <i>Título:</i> Vidas e varões envelados: como e porque (desler) os clássicos da biografia, <i>Ano de Obtenção:</i> 2008. <i>Orientador:</i> Maria Luíza Ritzel Remédios.
--------------------	---

	<p><i>Bolsista do(a):</i> Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, CNPq, Brasil.</p> <p><i>Palavras-chave:</i> Biografia; Estudos Comparados; Estudos Culturais; Gênero biográfico; História e Literatura; Literatura e memória.</p>
1996 - 1998	<p>Mestrado em Lingüística e Letras. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, PUC RS, Brasil.</p> <p><i>Título:</i> Um corpus decomposto: biografia e metaficção biográfica em Santa Evita, de Tomás Eloy Martinez, <i>Ano de Obtenção:</i> 1998.</p> <p><i>Orientador:</i>  Maria Luiza Ritzel Remédios.</p> <p><i>Bolsista do(a):</i> Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, CAPES, Brasil.</p> <p><i>Palavras-chave:</i> Romance Latino-Americano; Literatura biográfica; Metaficção biográfica; Ficção Pós-Modernista; Tomás Eloy Martinez.</p> <p><i>Grande área:</i> Lingüística, Letras e Artes / <i>Área:</i> Letras / <i>Subárea:</i> Teoria Literária / <i>Especialidade:</i> Literatura Biográfica.</p> <p><i>Setores de atividade:</i> Educação superior.</p>
1984 - 1989	<p>Graduação em Inglês, Português e Respectivas Literaturas. Universidade da Região da Campanha, URCAMP, Brasil.</p>
1981 - 1983	<p>Ensino Médio (2º grau). Instituto de Educação Oswaldo Aranha, IEOA, Brasil.</p>
1972 - 1980	<p>Ensino Fundamental (1º grau). Escola Divino Coração, EDC, Brasil.</p>



Formação complementar

2007 - 2007	<p>Curso de Curta Duração. Associação Educacional Sul-Rio-Grandense, FAPA, Brasil.</p>
2005 - 2005	<p>Concepção de Literatura em "De La Littérature".... (Carga horária: 20h).</p>

	Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, PUC RS, Brasil.
2004 - 2004	Extensão universitária em Língua Francesa - Seqüencial. (Carga horária: 120h). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, PUC RS, Brasil.
2003 - 2003	Extensão universitária em Proficiência em Língua Inglesa. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, PUC RS, Brasil.
2000 - 2000	Professional English. (Carga horária: 160h). The Hampstead School of English, HSE, Grã-Bretanha.
1999 - 2000	Deutsch Sprach Kurse Basiskurs. (Carga horária: 280h). Eurocentres, EC, Alemanha.
1996 - 1997	Diploma Superior de Español Como Lengua Extranjera. Universidad de Salamanca, US, Espanha.
1995 - 1996	Diploma Básico de Español Como Lengua Extranjera. Universidad de Salamanca, US, Espanha.
1995 - 1995	Extensão universitária em Proficiência em Língua Espanhola. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, PUC RS, Brasil.
1995 - 1995	FCE First Certificate in English. University of Cambridge, CAMBRIDGE, Inglaterra.
1989 - 1995	Língua Inglesa: Básica, Intermediária e Avançada. (Carga horária: 780h). Centro de Cultura Anglo Americana, CCAA, Brasil.
1988 - 1988	Oficina de Teatro. (Carga horária: 40h).

	Grupo Lanavevá, LANAVEVÁ, Brasil.
1987 - 1987	Democracia e Participação. (Carga horária: 15h). Convívio Sociedade Brasileira de Cultura, CSBC, Brasil.
1982 - 1985	Regulamentar English Course. (Carga horária: 378h). Centro de Cultura Anglo Americana, CCAA, Brasil.



Atuação profissional

Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões, URI, Brasil.	
Vínculo institucional	
2008 - Atual	Vínculo: Livre, Enquadramento Funcional: Professor de Literatura Brasileira, Carga horária: 25
Vínculo institucional	
2006 - 2006	Vínculo: Professor Visitante, Enquadramento Funcional: Sem vínculo, Carga horária: 10
Atividades	
03/2008 - Atual	Pesquisa e desenvolvimento , Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missoes, Departamento de Letras e Artes. Linhas de pesquisa Literatura, História e Imaginário
03/2008 - Atual	Pesquisa e desenvolvimento , Departamento de Lingüística, Letras e Artes, . Linhas de pesquisa Memória e Identidade Cultural
01/2006 - 06/2006	Ensino, Letras, Nível: Graduação.

<p>Disciplinas ministradas Literatura Inglesa I Literatura Inglesa II</p>	
<p>Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, PUC RS, Brasil.</p>	
<p>Vínculo institucional</p>	
<p>2004 - 2008</p>	<p>Vínculo: Livre, Enquadramento Funcional: Bolsista do CNPq, Carga horária: 25, Regime: Dedicção exclusiva.</p>
<p>Vínculo institucional</p>	
<p>1996 - 1998</p>	<p>Vínculo: Livre, Enquadramento Funcional: Bolsita da CAPES</p>
<p>Atividades</p>	
<p>03/2004 - Atual</p>	<p>Pesquisa e desenvolvimento , Faculdade de Letras, .</p> <p>Linhas de pesquisa Sujeito, Etnia e Nação nas Literaturas Lusófonas Literatura: Memória e História Margens da Literatura: Produção e Recepção</p>
<p>04/1996 - 09/1998</p>	<p>Pesquisa e desenvolvimento , Faculdade de Letras, .</p> <p>Linhas de pesquisa Literatura Sul-Rio-Grandense</p>
<p>04/1996 - 09/1998</p>	<p>Pesquisa e desenvolvimento , Faculdade de Letras, .</p> <p>Linhas de pesquisa Margens da Literatura: Produção e Recepção</p>
<p>03/1996 - 09/1998</p>	<p>Pesquisa e desenvolvimento , Faculdade de Letras, .</p> <p>Linhas de pesquisa Revisão de Pressupostos da Teoria da Literatura e Análise de Autores</p>

Instituto Educar Brasil, EDUCAR, Brasil.	
Vínculo institucional	
2007 - 2007	Vínculo: Professor Visitante, Enquadramento Funcional: Pós-Graduação Diálogos Literatura-História, Carga horária: 15
Atividades	
03/2007 - Atual	Ensino, Diálogos História-Literatura no Brasil Contemporân, Nível: Pós-Graduação. Disciplinas ministradas Estudos Orientados Produção Textual Crítica Literária
Universidade da Região da Campanha, URCAMP, Brasil.	
Vínculo institucional	
2006 - 2006	Vínculo: Livre, Enquadramento Funcional: Sem Vínculo, Carga horária: 10
Atividades	
07/2006 - 12/2006	Ensino, Letras, Nível: Graduação. Disciplinas ministradas Orientação de monografias de conclusão do Curso de Letras - p/ disciplina Estudos Monográficos
03/2006 - 06/2006	Ensino, Letras, Nível: Graduação. Disciplinas ministradas Literatura e Cultura Espanhola II Literatura Brasileira III Literatura Brasileira I
Instituto Cervantes, ICPOA, Brasil.	
Vínculo institucional	

2003 - 2004	Vínculo: Livre, Enquadramento Funcional: Sem vínculo, Carga horária: 20
Atividades	
06/2003 - 06/2004	Ensino, Nível: Outro. Disciplinas ministradas Língua Espanhola Língua Inglesa
Centro de Cultura Anglo Americana, CCAA, Brasil.	
Vínculo institucional	
1992 - 1996	Vínculo: Livre, Enquadramento Funcional: Professor Titular, Carga horária: 20
Outras informações	Ministrava aulas de língua inglesa nos níveis básico, intermediário e avançado, língua espanhola e literatura de cultura espanhola, hispano-americana e norte-americana.
Vínculo institucional	
1990 - 1992	Vínculo: Colaborador, Enquadramento Funcional: Professor de Conversação em Língua Inglesa, Carga horária: 15
Atividades	
07/1992 - 12/1996	Ensino, Conversação em Língua Inglesa, Nível: Outro. Disciplinas ministradas Língua Espanhola Língua Inglesa Literatura de Cultura Espanhola Literatura Hispano-Americana Literatura Norte-Americana
03/1990 - 07/1992	Ensino, Conversação em Língua Inglesa, Nível: Aperfeiçoamento. Disciplinas ministradas Língua Inglesa

Banco do Brasil S.A., BBSA, Brasil.**Vínculo institucional**

1982 - 1996 Vínculo: Outro, Enquadramento Funcional: Funcionário Concursado, Carga horária: 40

Atividades

03/1994 - 04/1996 Serviços técnicos especializados , Banco do Brasil S.A., .

Serviço realizado
Nível Executivo E4.

09/1991 - 08/1994 Serviços técnicos especializados , Banco do Brasil S.A., .

Serviço realizado
Nível Executivo E3.

09/1990 - 08/1991 Serviços técnicos especializados , Banco do Brasil S.A., .

Serviço realizado
Nível Executivo E2.

02/1987 - 08/1990 Outras atividades técnico-científicas , Banco do Brasil S.A., .

Atividade realizada
Carreira Administrativa - Nível Básico B2.

07/1985 - 01/1987 Outras atividades técnico-científicas , Banco do Brasil S.A., .

Atividade realizada
Carreira Administrativa - Nível Básico B1.

07/1982 - 12/1984 Outras atividades técnico-científicas , Banco do Brasil S.A., .

Atividade realizada
Menor Auxiliar Serviços Gerais.

**Linhas de Pesquisa**

1. Sujeito, Etnia e Nação nas Literaturas Lusófonas

Objetivos: Objetivos: Estudar a identidade cultural e nacional no discurso narrativo das literaturas lusófonas conforme diferentes modelos de construção do sujeito e da nação. CAPES/CNPq Projeto de Pesquisa: Estudos Culturais e Literaturas Lusófonas Descrição: Constitui-se em reflexão teórica sobre o pensamento mais recente na área da Teoria da Literatura, dedicado à relação entre literatura e sociedade, literatura e cultura. Tendo em vista as alterações das noções de nação e identidade diante das novas pressões sociais advindas dos processos de globalização econômica, a literatura contemporânea tem-se desdobrado em gêneros híbridos, em que as fronteiras tradicionais são transgredidas, os modelos clássicos são refundidos, os estilos se particularizam, recusando-se a assumir os lugares estéticos consagrados pelos diversos modernismos do século XX, mas também repensando as estratégias textuais associados ao chamado pós-modernismo. Assim, a pesquisa se desenvolverá no aprofundamento de textos teóricos dos estudos culturais voltados para as margens dos sistemas, para os elementos excluídos, para as contra-hegemonias.. Situação: Em andamento; Natureza: Pesquisa. Alunos envolvidos: Graduação (0) / Especialização (0) / Mestrado acadêmico (0) / Mestrado profissionalizante (0) / Doutorado (5) . Integrantes: Miguel Rettenmaier da Silva - Integrante / José Luís Giovanoni Fornos - Integrante / Mirian Denise Kelm - Integrante / Inara de Oliveira Rodrigues - Integrante / Márcia Helena Saldanha Barbosa - Integrante / Mauro Guaglietti - Integrante / Jane tutikian - Integrante / Sílvia Niederauer - Integrante / Roberto Carlos Ribeiro - Integrante / André Luís Mitidieri Pereira - Integrante / Francisco José Melo Sampaio - Integrante / Karen H Backes - Integrante / Maria Luíza Ritzel Remédios - Coordenador. Financiador(es): Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - Outra / Universidade de Passo Fundo - Cooperação / Universidade Federal do Rio Grande do Sul - Cooper.

Palavras-chave: Africanidade; Biografia; Autobiografismo; Literatura Comparada; Literaturas Lusófonas; Cultura Africana.

2. Literatura: Memória e História

Objetivos: Objetivos: Estudo histórico da literatura conforme sistema de criação, produção e consumo das obras, visões de mundo e relacionamentos que estabelecem com sua época e com outros momentos históricos, visando à preservação da memória literária cultural. PROJETO DE PESQUISA: TEXTO E CONSTRUÇÃO DO SUJEITO Descrição: Proposta de uma teoria da biografia com base na pluralidade do sujeito criador. também pretende discutir as múltiplas identidades que as fontes documentais inscrevem na figura dos sujeitos criadores e, a partir disso, discutir um modelo de análise em que dois aportes teóricos aparentemente dissociados, entrecruzam-se: a relação triangular História, ficção e ideologia, de um lado, e teoria da autobiografia e da biografia, de outro. Pretende-se ao reunir as duas linhas teóricas, uma que trata da representação da história na ficção e, portanto, do coletivo, e outra que trata da questão do sujeito, apontando para a biografia do sujeito autor e do sujeito pesquisador pelas escolhas documentais que faz. TEORIA DA LITERATURA Doutorado: 3 Especialização: 0 Área de Concentração: Teoria da Literatura Equipe Categoria Ada Maria Hemilewski Discente Autor André Luis Mitidieri Pereira Discente Autor Daniela Pinheiro Machado Kern Discente Autor Ilse Maria da Rosa Vivian Discente Autor Juliana Salgado Trindade Discente Autor Marcos Vinícios M. da Silva Discente Autor Maria de Lourdes Spohr Discente Autor Maria Luíza Ritzel Remédios Resp. Docente Sílvia Helena Niederauer Xavier Discente Autor Alunos Envolvidos: Graduação (2) Mestrado (3) Doutorado (3) Ano Início: 2002. Situação: em andamento .

Palavras-chave: Memória; Teoria da Literatura; História.

3. Margens da Literatura: Produção e Recepção

Objetivos: Investigação sobre as questões do literário, focalizando os fatores constituintes do campo da Narratologia PROJETO DE PESQUISA FIGURAS DA FICÇÃO Descrição: Figuras da Ficção assume como propósito central o estudo da personagem ficcional, entendida como categoria fundamental do discurso literário e especificamente dos textos narrativos ficcionais.

Esse estudo será desenvolvido, conforme adiante se verá, tendo-se em atenção diversos critérios de abordagem e diferentes parâmetros de existência da personagem ficcional. Derivadamente, o projeto contemplará também relações transliterárias que a personagem ficcional permite, tendo em conta a sua existência noutros discursos, designadamente não literários. Área de Concentração: Teoria da Literatura Equipe Categoria André Leite Costa Discente Autor André Luis Mitidieri Pereira Discente Autor Francisco José Sampaio Melo Discente Autor Isadora Dutra Discente Autor Ivani Calvano Gonçalves Discente Autor Karin Lilian Hagemann Backes Discente Autor Luzi Lene Flores Prompt Discente Autor Maria da Gloria Bordini Resp. Docente Maria Luíza Ritzel Remédios Docente Regina Zilberman Docente Silvia Helena Niederauer Xavier Discente Autor Graduação: (2); Mestrado: (3); Doutorado: (3). Financiadores Natureza CNPq Bolsa; Universidade de Coimbra Bolsa Ano Início: 2005; Situação em andamento. .
Palavras-chave: Análise Crítica; Estudos Comparados; Estudos Culturais; Narratologia.

4. Literatura Sul-Rio-Grandense

Objetivos: Organizar, conservar, catalogar, informatizar e manter a documentação referente aos sul-escretores rio-grandenses integrantes do: Projeto de Pesquisa Acervos de escritores sulinos Descrição: Organização, conservação, catalogação, informatização e manutenção da documentação literária de acervos de escritores sulinos, a saber, Erico Verissimo, Dyonélio Machado, Reynaldo Moura, Josué Guimarães, Mario Quintana, Pedro Geraldo Escosteguy, Zeferino Brazil, Lila Ripoll, Manoelito de Ornellas, Oscar Bertholdo e Francisco Fernandes, para fins de preservação, difusão e constituição de um Banco de Fontes da Literatura Brasileira.. Situação: Concluído; Natureza: Pesquisa. Alunos envolvidos: Graduação (6) / Especialização (0) / Mestrado acadêmico (2) / Mestrado profissionalizante (0) / Doutorado (2) . Integrantes: Maria Luíza Ritzel Remédios - Integrante / Luciana Haesbaert Balbuena - Integrante / André Mitidieri - Integrante / Elaine Azambuja de Lima - Integrante / Ana Letícia Fauri - Integrante / Carolina Milanez - Integrante / Adriana de Oliveira Santos - Integrante / Maira Andretta Motta - Integrante / Dileta Silveira Martins - Integrante / Erick Eduardo Vargas - Integrante / Soraya Patricia Rossi Bragança - Integrante / Alice T Campos Moreira - Integrante / Dino del Pino - Integrante / Mara Lúcia Barbosa - Integrante / Leda T Martins - Integrante / Gustavo Brauner - Integrante / Felipe Raskin Cardon - Integrante / Claudia Abianna - Integrante / Maria da Gloria Bordini - Coordenador. Financiador(es): Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - Bolsa / Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Bolsa / Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul - Auxílio financeiro. Número de produções C, T & A: 38 / Número de orientações: 8..
Palavras-chave: Acervo Literário; Análise Crítica; História; Memória.

5. Margens da Literatura: Produção e Recepção

Objetivos: Investigação sobre as questões do literário, focalizando os fatores constituintes do campo da literatura, tanto periféricos quanto centrais. Organização, conservação, catalogação, informatização e manutenção da documentação literária referente ao Projeto de Pesquisa Acervos de Escritores Sulinos, especificamente, a coordenação do Acervo Literário de Zeferino Brasil.
Palavras-chave: Acervo Literário; Estudos Culturais; Estudos Comparados; História; Memória.

6. Revisão de Pressupostos da Teoria da Literatura e Análise de Autores

Objetivos: Revisar pressupostos teóricos da Literatura, bem como analisar obras literárias, sua recepção e seus autores. O p-os-graduando desenvolveu, na presente linha de pesquisa, sua dissertação de mestrado, que tem por título "Um corpus decomposto: biografia e metaficção biográfica em 'Santa Evita', de Tomás Eloy Martínez"..

Palavras-chave: Análise Crítica; Construção do sujeito; Estudos Comparados; Literatura e memória; Teoria da Literatura.

7. Literatura, História e Imaginário

Objetivos: Investiga o estudo das relações entre a literatura e o processo histórico, cultural e social; a historicidade do discurso literário; a mimesis literária e interpretação da história. As tendências teórico-críticas e a história: historiografia; história da interpretação do discurso literário; história literária e história da história da literatura; marxismo e literatura, psicanálise e literatura; estética da recepção, sócio-crítica e sociologia da literatura. Concebendo-se os discursos literário e histórico como representações, a linha de pesquisa enfatiza o campo imaginário, através da análise e interpretação de procedimentos simbólicos e míticos da criação literária e das atitudes socio-histórico-culturais em um período dado, em uma perspectiva interdisciplinar que se abre a teorias e métodos da história, antropologia, sociologia, filosofia e psicologia. .

Palavras-chave: Memória; Literatura biográfica; Imaginário; História e Literatura.

8. Memória e Identidade Cultural

Objetivos: Investe-se, na possibilidade de estudar os processos de construção dos sistemas de representações, ou seja, as identidades, a memória e os espaços simbólicos, buscando o entendimento das práticas sociais, artísticas e culturais; Acompanhar e refletir as dimensões do debate em torno de temas contemporâneos da cultura, na perspectiva da produção de conhecimentos a partir da manifestações observáveis nas Região Norte e Noroeste do RS. Isso levará à constituição de acervos de fontes e referências variadas, que contribuirá para estudos acerca das identidades culturais e das suas afirmações identitárias em áreas como a Literatura, a História, a Antropologia. Investe-se, na possibilidade de estudar os processos de construção dos sistemas de representações, ou seja, as identidades, a memória e os espaços simbólicos, buscando o entendimento das práticas sociais, artísticas e culturais; Acompanhar e refletir as dimensões do debate em torno de temas contemporâneos da cultura, na perspectiva da produção de conhecimentos a partir da manifestações observáveis nas Região Norte e Noroeste do RS. Isso levará à constituição de acervos de fontes e referências variadas, que contribuirá para estudos acerca das identidades culturais e das suas afirmações identitárias em áreas como a Literatura, a História, a Antropologia. Investe-se, na possibilidade de estudar os processos de construção dos sistemas de representações, ou seja, as identidades, a memória e os espaços simbólicos, buscando o entendimento das práticas sociais, artísticas e culturais; Acompanhar e refletir as dimensões do debate em torno de temas contemporâneos da cultura, na perspectiva da produção de conhecimentos a partir da manifestações observáveis nas Região Norte e Noroeste do RS. Isso levará à constituição de acervos de fontes e referências variadas, que contribuirá para estudos acerca das identidades culturais e das suas afirmações identitárias em áreas como a Literatura, a História, a Antropologia. .

Palavras-chave: Estudos Culturais; Identidade; Identidade nacional; Conto Brasileiro; Memória.



Membro de corpo editorial

2005 - 2006 Periódico: Revista Tudinha



Áreas de atuação

1. *Grande área:* Lingüística, Letras e Artes / *Área:* Letras / *Subárea:* Línguas Estrangeiras Modernas / *Especialidade:* Língua Inglesa.

2. *Grande área:* Lingüística, Letras e Artes / *Área:* Letras / *Subárea:* Literaturas Estrangeiras Modernas.
3. *Grande área:* Lingüística, Letras e Artes / *Área:* Letras / *Subárea:* Literatura Comparada.
4. *Grande área:* Lingüística, Letras e Artes / *Área:* Letras / *Subárea:* Literatura Brasileira.
5. *Grande área:* Lingüística, Letras e Artes / *Área:* Letras / *Subárea:* Teoria Literária.
6. *Grande área:* Lingüística, Letras e Artes / *Área:* Letras / *Subárea:* Escritura e Espaço Biográfico.



Idiomas

Compreende	Alemão (Razoavelmente), Espanhol (Bem), Inglês (Bem), Italiano (Bem), Francês (Bem).
Fala	Alemão (Razoavelmente), Espanhol (Bem), Inglês (Bem), Italiano (Bem), Francês (Razoavelmente).
Lê	Alemão (Razoavelmente), Espanhol (Bem), Inglês (Bem), Italiano (Bem), Francês (Bem).
Escreve	Alemão (Pouco), Espanhol (Bem), Inglês (Bem), Italiano (Bem), Francês (Razoavelmente).



Prêmios e títulos

2006	Homenagem Especial, Formandos em Letras da URCAMP, campus de Alegrete (RS).
2006	Troféu Amigo do Polo, Polo Educacional dos Pinheiros - Alegrete (RS).
2006	Onore al Merito - Certificato di Riconoscimento Per Rilevanti Servizio Prestati Alla Comunità, Società Italiana.
1997	FAC Festival Alegretense da Canção - Finalista, Ordem dos Músicos do Brasil, Prefeitura Municipal de Alegrete e SESC.

- 1997** FAC - Festival Alegretense da Canção - 2º Lugar, Ordem dos Músicos do Brasil, Prefeitura Municipal de Alegrete e SESC.
- 1996** XX Concurso Literário Felipe D'Oliveira - Menção Honrosa - Categoria Conto, Secretaria de Município da Cultura de Santa Maria (RS).
- 1996** Por su Aporte a la Cultura del Mundo a través de su Obra Literaria, Grupo Literario Reencuentro de Buenos Aires (Argentina).
- 1995** Menção Honrosa pela Publicação do Livro de Poemas 'Desde a Volta de La Luna', Casa de Cultura Mário Quintana - Porto Alegre, RS.
- 1995** Votos Congratulatórios, Câmara Municipal de Alegrete.
- 1995** Diploma de Honor en Merito a Su Obra Creadora, Artística y de Intercambio Cultural, Círculo de Artes y Letras Angel Falco - Montevideo, Republica Oriental del Uruguay.
- 1995** Por Brillante Trayectoria y Prestigio, Grupo Literario Reencuentro - Buenos Aires (Argentina).
- 1994** XVIII Concurso Literário Felipe D'Oliveira - Primeiro Lugar - Categoria Poesia, Secretaria de Município da Cultura de Santa Maria (RS).
- 1991** Concurso Literário Felipe D'Oliveira - Terceiro Lugar - Categoria Poesia, Secretaria de Município da Cultura de Santa Maria (RS).
- 1991** Concurso Literário Dia do Professor - Primeiro Lugar - Categoria Poesia, Associação dos Professores e Funcionários da Escola Emílio Zuñeda.
- 1991** Concurso Literário Dia do Professor - Terceiro Lugar - Categoria Poesia, Associação dos Professores da Escola

Emílio Zuñeda.

- 1991** Votos Congratulatórios, Câmara Municipal de Alegrete.
- 1991** Jovem Talento 1991, Lions Clube Ibirapuitã/Jornal Folha do Pampa.
- 1990** Prêmio Nacional de Poesia Carlos Drummond de Andrade, AABB - Santos/ SP.
- 1990** Concurso de Poesia CESAB - Segundo Lugar - Categoria Poesia, Conselho Regional das AABB.
- 1989** Concurso de Poesia CESAB - Primeiro Lugar - Categoria Poesia, Conselho Regional das AABB.
- 1988** Votos Congratulatórios, Câmara Municipal de Alegrete.
- 1986** Troféu Anjo Malaquias - Concurso Era uma vez um guri Mario de Alegrete Quintana, Associação Cultural Quintanares.
- 1984** 2º Concurso de Poesias Universitárias - 1º Lugar - Categoria Poesia, Diretório Acadêmico Dr Cyro Leães.
- 1984** 2º Concurso de Poesias Universitárias - 2º Lugar - Categoria Poesia, Diretório Acadêmico Dr. Cyro Leães.



[Ver informações complementares](#)

Produção em C,T & A

[Produção bibliográfica](#)

[Produção técnica](#)

[Produção
artística/cultural](#)

[Demais trabalhos](#)

Produção bibliográfica

Artigos completos publicados em periódicos

- | | |
|------------|---|
| 1. | MITIDIERI, André Luis . Comer a marreca e pagar o pato: narrativas angolanas de João Melo. <i>Labirintos</i> , v. 3, p. 01_2008/03-09_2008/03, 2008. |
| 2. | MITIDIERI, André Luis . O Século das Luzes por Alejo Carpentier. <i>Guavira Letras</i> , v. 6, p. 27-33, 2008. |
| 3. | MITIDIERI, André Luis . Partes de África: uma renovada presença da metonímia. <i>Labirintos</i> , v. 01, p. janeiro_2007/04-a_l_m_p.pdf, 2007. |
| 4. | MITIDIERI, André Luis . Um pacto com a santa, ou autenticações demoníacas no romance de Eva Perón?. <i>Literatura e Autoritarismo (UFSM)</i> , v. 09, p. p. 01/04.php-07, 2007. |
| 5. | MITIDIERI, André Luis . Solo de Clarineta: Erico Verissimo em sua biblioteca da memória. <i>Cadernos FAPA</i> , v. Espec, p. fapa.com.br/cad-3edicao/03Andre, 2007. |
| 6. | MITIDIERI, André Luis . Itinerários de Eva Perón: fábula, biografia, ficção. <i>Literatura em Debate</i> , v. 1, p. 10-ITINERARIOS-ITINERARIOS.pdf, 2007. |
| 7. | MITIDIERI, André Luis . O romance de Eva Perón. <i>Investigações (Recife)</i> , v. 19, p. 37-60, 2007. |
| 8. | MITIDIERI, André Luis . Seria difícil ler Ulisses hoje?. <i>Arquipélago: Revista de livros e idéias</i> , Porto Alegre, v. 04, p. 26-27, 2006. |
| 9. | MITIDIERI, André Luis . Disseminações do Orientes no romance de Milton Hatoum. <i>Letras de Hoje</i> , v. 41, p. 83-92, 2006. |
| 10. | MITIDIERI, André Luis . A perdição da personagem no Drama Jocosos de Helder Macedo. <i>Letras de Hoje</i> , v. 41, p. 143-148, 2006. |
| 11. | MITIDIERI, André Luis . Solo de Clarineta: Cultura, Memória e Literatura. <i>Graphos (João Pessoa)</i> , v. 8, p. 153-157, 2006. |
| 12. | MITIDIERI, André Luis . Alejo Carpentier n'O Século das Luzes: Revolução Francesa no Caribe?. <i>Letras de Hoje</i> , v. 41, p. LH-2006.60[1].p, 2006. |
| 13. | MITIDIERI, André Luis . Jogos de linguagem e memória na bipartilha de Partes de África. <i>Aletria (UFMG)</i> , v. 13, p. 133-143, 2006. |
| 14. | MITIDIERI, André Luis . Ora (direis) ouvir maravilhas.... <i>Nau Literária</i> , v. 2, p. 64-77, 2006. |

15.	MITIDIERI, André Luis . Meu Pai Oxalá: o fator construtivo da poesia em uma canção popular. Letras & Letras, v. 22, p. 193-203, 2006.
16.	MITIDIERI, André Luis . Quintana em Ibirapuitan, Um suplemento à história e à crítica literárias. Brasil (Porto Alegre), v. 34, p. 81-96, 2006.
17.	 MITIDIERI, André Luis . Nas instâncias de São Bernardo: quatro espaços de circulação da memória. Letras de Hoje, Porto Alegre, v. 40, n. 142, p. 45-63, 2005.
18.	 MITIDIERI, André Luis . Um corpus decomposto: biografia e metaficção biográfica em Santa Evita. A Cor das Letras (UEFS), v. 6, p. 115-132, 2005.
19.	MITIDIERI, André Luis . Resenha/Review de: BUARQUE, Chico. Budapeste. São Paulo: Companhia das Letras, 2003. 174 p.. Brasil/Brazil - Revista de Literatura Brasileira/A Journal of Brazilian Literature, Porto Alegre (RS), v. n. 31, p. 115-119, 2004.
20.	MITIDIERI, André Luis . Pacto autobiográfico no Diário do Último Ano, de Florbela Espanca. Letras de Hoje, Porto Alegre (RS), v. 33, n. 1, p. 43-53, 1998.

Livros publicados/organizados ou edições

1.	MITIDIERI, André Luis (Org.) ; Pinho, Adeitalo Manoel (Org.) ; Prompt, Luzi Lene (Org.) ; Horta, Maria de Lourdes F. (Org.) . Revista Letras de Hoje. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2005. v. 001.
2.	MITIDIERI, André Luis . Andante sin pasaporte. Buenos Aires: ABC Per Flores, 1996. v. 1000. 45 p.
3.	MITIDIERI, André Luis . Desde a volta de La Luna. Porto Alegre (RS): Alcance, 1995. v. 1000. 185 p.
4.	MITIDIERI, André Luis . Intraduzível saudade. Porto Alegre (RS): Alcance, 1991. v. 1000. 60 p.
5.	MITIDIERI, André Luis . Verbo Amanhecido. Santana do Livramento (RS): EDIGRAF, 1988. v. 1000. 39 p.

Capítulos de livros publicados

1.	MITIDIERI, André Luis . Memórias de um velho anjo. In: João Claudio Arendt; Cinara Ferreira Pavani. (Org.). Na esquina do tempo - 100 anos com Mario Quintana. 1 ed. Caxias do Sul/RS: EDUCS, 2006, v. , p. 115-127.
2.	 REMEDIOS, M. L. R. ; MITIDIERI, André Luis . Uma vida contada pela poesia. In: Maria da Gloria Bordini. (Org.). Mario Quintana: o anjo da escada. 1 ed. Porto Alegre/RS: Telos Empreendimentos Culturais, 2006, v. 1, p. 36-47.
3.	MITIDIERI, André Luis . Intermezzo. In: MARTINS, Gilmar Lima. (Org.). XX Poemas: Uma Carta de Amor para Alegrete. Alegrete (RS): Instituto de Cultura Ênio Guimarães Campos, 2000, v. , p. 13-13.
4.	MITIDIERI, André Luis ; AL., A. Z. E. . Dar o nome aos bois. In: Luiz Antonio de Assis Brasil. (Org.). Contos de Oficina 21. 24 ed. Porto Alegre (RS): Acadêmica?EDIPUCRS, 1998, v. 21, p. 19-19.
5.	MITIDIERI, André Luis . Eu vi a lua beijar o canavial. In: ZIR, Alessandro et al.. (Org.). Contos de Oficina 21. Porto Alegre (RS): EDIPUCRS, 1998, v. 21, p. 25-29.
6.	MITIDIERI, André Luis . Contraponto nem tão pacífico. In: ZIR, Alessandro et al.. (Org.). Contos de Oficina 21. : , 1998, v. 21, p. 30-34.
7.	MITIDIERI, André Luis . Um caso de amor, América e agostos. In: MOURA, Maistela SM. (Org.). XX Concurso Literário Felipe D'Oliveira XIX Concurso Fotográfico Cidade de Santa Maria. 20 ed. Santa Maria: Prefeitura Municipal Secretaria de Cultura, 1996, v. C744v, p. 39-43.
8.	MITIDIERI, André Luis . Bon Fin/Bom Flm. In: BERNY, Rossir. (Org.). Mercopoema: quatro pátrias em estado de poesia. Pòrto Alegre (RS): Alcance, 1995, v. 02, p. 211-211.
9.	MITIDIERI, André Luis . Almendra. In: BERNY, ROssyr. (Org.). Mercopoema: quatro pátrias em estado de poesia. Porto Alegre (RS): Alcance, 1995, v. , p. 212-212.
10.	MITIDIERI, André Luis . Sequia/Sequía. In: BERNY, Rossyr. (Org.). Mercopoema: quatro pátrias em estado de poesia. Porto Alegre (RS): Alcance, 1995, v. , p. 213-213.
11.	MITIDIERI, André Luis . Phoenix. Mercopoema: quatro pátrias em estado de poesia. Porto Alegre (RS): Alcance, 1995, v. , p. 214-214.
12.	MITIDIERI, André Luis . Ausência. In: QUEIROGA, JC; VARGAS, Elvio. (Org.). A Palavra Escrita em Alegre. Alegrete (RS): IRMA, 1995, v. 001, p. 008-65.
13.	MITIDIERI, André Luis . Sem guia de viagem. In: MOURA, Maristela S.M.. (Org.).

Concursos literário Felipe D'Oliveira e fotográfico cidade de Santa Maria 1994. Santa Maria (RS): Prefeitura Municipal, 1994, v. , p. 67-67.

14. MITIDIÉRI, André Luis . MITIDIÉRI, André Luis. In: VERAS, Murilo Moreira; AZEVEDO, Romildo Teixeira de.. (Org.). Dicionário de Artistas e escritores Funcionários do Banco do Brasil. Brasília: Processamento Editorial, 1992, v. 001, p. 94-95.

15. MITIDIÉRI, André Luis . O Impostor. Concursos Literário Felipe D'Oliveira e Fotográfico Cidade de Santa Maria. Santa Maria: Pallotti, 1991, v. 001, p. 69-69.

16. MITIDIÉRI, André Luis . Crepúsculo. In: VARGAS, Elvio; QUEIROGA, José Carlos Fernández de. (Org.). Coletânea de Autores Diversos. Alegrete (RS): IRMA, 1989, v. 001, p. 13-13.

Textos em jornais de notícias/revistas

1. MITIDIÉRI, André Luis ; Felícia Flores-Maderas (pseudônimo) . Dr. Andrade Luiz vestiu o pijama de pau. Em Questão, Segundo Caderno, Alegrete (RS), p. 12 - 12, 16 jun. 2007.

2. MITIDIÉRI, André Luis ; Felícia Flores-Maderas (pseudônimo) . Eu, a Rainha?. Em Questão, Segundo Caderno, p. 12 - 12, 02 jun. 2007.

3. MITIDIÉRI, André Luis ; Felícia Flores-Maderas (pseudônimo) . A lingüiça de Manoel Viana e o dengue na Vila Nova. Em Questão, Segundo Caderno, Alegrete (RS), p. 10 - 10, 19 maio 2007.

4. MITIDIÉRI, André Luis ; Felícia Flores-Maderas (pseudônimo) . Um cavalo que dá MEDA. Em Questão, Segundo Caderno, Alegrete (RS), p. 11 - 11, 05 maio 2007.

5. MITIDIÉRI, André Luis . Adiós, muchach@s. Em Questão, Segundo Caderno, Alegrete (RS), p. 11 - 11, 21 abr. 2007.

6. MITIDIÉRI, André Luis . Fezinha no Dia da Revolução - que foi sem nunca ter sido - ou Alegrete, Saramandaia, Sucupira. Em Questão, Segundo Caderno, Alegrete (RS), p. 11 - 11, 06 abr. 2007.

7. MITIDIÉRI, André Luis . Dona Felícia Deu no Padre. Em Questão, Segundo Caderno, Alegrete (RS), p. 11 - 11, 17 mar. 2007.

8. MITIDIÉRI, André Luis . Para Sempre, Fêfis Louvada. Em Questão, Segundo Caderno, Alegrete (RS), p. 12 - 12, 03 mar. 2007.

9.	MITIDIERI, André ; MITIDIERI, André Luis . Phêphis-Bumbá, Que Beleza.... Em Questão, Segundo Caderno, Alegrete (RS), p. 11 - 11, 17 fev. 2007.
10.	MITIDIERI, André Luis . Dona Felícia Vai de Odalisca. Em Questão, Segundo Caderno, Alegrete (RS), p. 11 - 11, 03 fev. 2007.
11.	MITIDIERI, André Luis . Eles passarão, Felícia passarinha. Em Questão, Segundo Caderno, Alegrete (RS), p. 11 - 11, 20 jan. 2007.
12.	MITIDIERI, André Luis . Vira-Vira-Vira: Segundo Caderno Feliciano. Em Questão/ Segundo Caderno, Alegrete (RS), p. 15 - 15, 30 dez. 2006.
13.	MITIDIERI, André Luis . Tia Felícia e a pergunta que não quer calar. Em questão, Segundo Caderno, p. 14 - 14, 04 nov. 2006.
14.	MITIDIERI, André Luis . Das águas que vêm passando. Revista Tudinha, Alegrete (RS), p. 12 - 12, 01 nov. 2006.
15.	MITIDIERI, André Luis . Que meda é essa? Quê? Méda? Mêda?. Em questão, Segundo Caderno, p. 12 - 12, 14 out. 2006.
16.	MITIDIERI, André Luis . Done Fezinha só na rede pro povo. Em questão, Segundo Caderno, p. 14 - 14, 29 set. 2006.
17.	MITIDIERI, André Luis . Dona Fefê no Ti-Ti-Ti. Em questão, Segundo Caderno, p. 14 - 14, 23 set. 2006.
18.	MITIDIERI, André Luis . Fefezinha low-profile. Em questão, Segundo Caderno, p. 12 - 12, 16 set. 2006.
19.	MITIDIERI, André Luis . Fefe em Copa & Incor: Versos Heróicos. Em Questão. Caderno B, p. 13 - 13, 15 jul. 2006.
20.	MITIDIERI, André Luis . Fefê na FIFA: Poema Épico. Em Questão. Caderno B, Caderno B, p. 12 - 12, 01 jul. 2006.
21.	MITIDIERI, André Luis . Madam Fefê indaga: tá ficando magoadinha?. Em Questão. Caderno B, p. 13 - 13, 24 jun. 2006.
22.	MITIDIERI, André Luis . Dona Felícia tarja preta. Em questão, Caderno B, p. 13 - 13, 10 jun. 2006.
23.	MITIDIERI, André Luis . Um phonograma para a Ilma. Sra. Felícia. Em questão, Caderno B, p. 13 - 13, 27 maio 2006.

24.	MITIDIÉRI, André Luis . Tua felix columbra mactat et palum mostrat. Em questão, Caderno B, p. 13 - 13, 29 abr. 2006.
25.	MITIDIÉRI, André Luis . Dona Felícia em questão teórica: muita metafísica na contemplação do nada e razões de sobra para conspirar. Em questão, Caderno B, p. 13 - 13, 01 abr. 2006.
26.	MITIDIÉRI, André Luis . Dona Felícia em questão. Em questão, Caderno B, p. 13 - 13, 18 mar. 2006.
27.	MITIDIÉRI, André Luis . Poesia. Tudinha Revista Cultural, Alegrete, p. 27 - 27, 01 out. 2005.
28.	MITIDIÉRI, André Luis . Não me Perguntes Onde Fica La Auzônia. Diário de Alegrete, p. 7 - 7, 07 abr. 2001.
29.	MITIDIÉRI, André Luis . Felícia GLS em Cenário Locomotiva. A Galha, Caderno C, p. 15 - 15, 03 jan. 1998.
30.	MITIDIÉRI, André Luis . Felícia Planta Flores para Colher Uvas no Deserto. A Galha, Caderno C, p. 15 - 15, 25 dez. 1997.
31.	MITIDIÉRI, André Luis . Felícia Sem Fronteiras. A Galha, Caderno C, p. 4 - 4, 22 nov. 1997.
32.	MITIDIÉRI, André Luis . Felícia Fecha Todas. A Galha, Caderno C, p. 4 - 4, 15 nov. 1997.
33.	MITIDIÉRI, André Luis . Felícia Se Foi. A Galha, Caderno C, p. 4 - 4, 08 nov. 1997.
34.	MITIDIÉRI, André Luis . Felícia Tá Fera. A Galha, Caderno C, p. 4 - 4, 01 nov. 1997.
35.	MITIDIÉRI, André Luis . Felícia Conhece a Ruína. A Galha, Caderno C, p. 4 - 4, 25 out. 1997.
36.	MITIDIÉRI, André Luis . Dona Felícia Abre a Janela. A Galha, Caderno C, p. 4 - 4, 18 out. 1997.
37.	MITIDIÉRI, André Luis . Felícia Decola. A Galha, Caderno C, p. 2 - 3, 30 nov. 1996.
38.	MITIDIÉRI, André Luis . Felícia Franciscana. A Galha, Caderno C, p. 2 - 3, 16 nov. 1996.
39.	MITIDIÉRI, André Luis . Felícia Off-Festival - Cena Dois. A Galha, Caderno C, p. 4 -

	4, 09 nov. 1996.
40.	MITIDIÉRI, André Luis . Felícia Off-Festival - Cena Um. A Galha, Caderno C, p. 4 - 4, 02 nov. 1996.
41.	MITIDIÉRI, André Luis . Felícia Filantrópica. A Galha, Caderno C, p. 4 - 4, 19 out. 1996.
42.	MITIDIÉRI, André Luis . Felícia Farroupilha - do Verde ao Amarelo - Parte II. A Galha, Caderno C, p. 4 - 4, 05 out. 1996.
43.	MITIDIÉRI, André Luis . Felícia Farroupilha. A Galha, Caderno C, p. 4 - 4, 28 set. 1996.
44.	MITIDIÉRI, André Luis . Solteira, Casada, Viúva, Quase Desquitada e Nada de Divórcio. A Galha, Caderno C, p. 2 - 3, 14 set. 1996.
45.	MITIDIÉRI, André Luis . Felícia Afrouxa o Cinto. A Galha, Caderno C, p. 3 - 3, 14 set. 1996.
46.	MITIDIÉRI, André Luis . Felícia Cai no Real. A Galha, Caderno C, p. 4 - 4, 07 set. 1996.
47.	MITIDIÉRI, André Luis . Felícia e o Destino (do Seu Borba). A Galha, Caderno C, p. 4 - 4, 27 jul. 1996.
48.	MITIDIÉRI, André Luis . Felícia no Va Más. A Galha, Caderno C, p. 4 - 4, 20 jul. 1996.
49.	MITIDIÉRI, André Luis . Felícia de Casa e Amiga Nova. A Galha, Caderno C, p. 4 - 4, 17 jul. 1996.
50.	MITIDIÉRI, André Luis . O Pão que o Diabo Amassou. Folha Cult, p. 01 - 01, 27 abr. 1996.
51.	MITIDIÉRI, André Luis . Qualidade Total sob Tema Tropical. Folha Cult, p. 4 - 4, 20 abr. 1996.
52.	MITIDIÉRI, André Luis . Felícia GLS em Cenário Locomotiva. Cidade e Campo, Caderno Cultura, p. 19 - 19, 05 abr. 1996.
53.	MITIDIÉRI, André Luis . Criados, Eles se Esparramam, Derrubam Cruzes e (Ainda) Podem Cuspir os Pregos. Folha do Pampa, p. 4 - 4, 30 mar. 1996.

- | | |
|-----|---|
| 54. | MITIDIÉRI, André Luis . Toda Tentativa É Válida. Folha Cult, p. 3 - 3, 23 mar. 1996. |
| 55. | MITIDIÉRI, André Luis . Felícia Entra em Depressão. Cidade e Campo, Caderno Cultura, Alegrete (RS), p. 19 - 19, 05 mar. 1996. |
| 56. | MITIDIÉRI, André Luis . Felícia, Flor e as Amigas no Carnaval. Cidade e Campo, Caderno Cultura, p. 19 - 19, 08 fev. 1996. |
| 57. | MITIDIÉRI, André Luis . Felícia 96. Cidade e Campo, Caderno Cultura, Alegrete (RS), p. 19 - 19, 05 jan. 1996. |
| 58. | MITIDIÉRI, André Luis . Felícia na Feira. Cidade e Campo, Caderno Cultura, Alegrete (RS), p. 19 - 19, 05 dez. 1995. |
| 59. | MITIDIÉRI, André Luis . Felícia, a mulher que vendeu o corpo a Demi Moore. Cidade e Campo, Alegrete (RS), p. 19 - 19, 14 nov. 1995. |
| 60. | MITIDIÉRI, André Luis . Universo. Cultura Contemporânea, Porto Alegre, p. 25 - 25, 12 dez. 1994. |

Trabalhos completos publicados em anais de congressos

- | | |
|----|---|
| 1. | MITIDIÉRI, André Luis ; BALESTRA RODRIGUES, Silvio Héctor . O mapa de Quintana: uma poética da memória. In: Seminário Nacional de Estudos Literários e Seminário de Estud. Lit. RSul, 2007, Frederico Westphalen. Anais do Sem. Nacional de Estudos Lit. e Sem. de Estud. Lit. Reg. Sul. Frederico Westphalen (RS) : Editora da URI/FW, 2007. v. 01. p. 198-204. |
| 2. | MITIDIÉRI, André Luis . Discurso Poético e Cultura Afro na MPB. In: Encontro Regional da ABRALIC 2007, 2007, São Paulo (SP). Anais do XI Encontro Regional da Associação Brasileira de Literatura Comparada, São Paulo, SP - Literatura, Artes, Saberes / Sandra Nitri... et al. - São Paulo: ABRALIC, 2007. São Paulo : ABRALIC, 2007. v. 1. p. setep/grupos-simposio01. |
| 3. | MITIDIÉRI, André Luis . Uma burca bifurcada: gênero e gender no romance biográfico de Salim Miguel. In: Seminário Internacional Fazendo Gênero 7: Gênero e Preconceitos - Simpósio Temático 42, 2006, Florianópolis/SC. Gênero e Preconceitos - Anais. Florianópolis/SC : Mulheres, 2006. |
| 4. | MITIDIÉRI, André Luis . Relatos de certos Orientes: estudo comparativo entre as Scherazades de Hatoum e a narrativa trivial de Salim Miguel. In: X Congresso Internacional da ABRALIC, 2006, Rio de Janeiro (RJ). X Congresso Internacional ABRALIC 2006 Lugares dos Discursos. Rio de Janeiro (RJ) : ABRALIC, 2006. v. 1. |

- | | |
|-----------|--|
| 5. | MITIDIERI, André Luis . Identidade e interdisciplinaridade: historiografias literárias na contracorrente da história e da literatura?. In: VI Seminário Internacional de História da Literatura, 2006, Porto Alegre (RS). Anais VI Seminário Internacional da História da Literatura - 2005-2006. Porto Alegre (RS) : EDIPUCRS, 2006. p. 1-8. |
| 6. | MITIDIERI, André Luis . O tempo romanesco na micro-história de um moleiro perseguido pela Inquisição. In: II Colóquio Internacinal Centro Italo-Luso-Brasileiro de Est. Ling. e Culturais, 2006, Assis (SP). II Colóquio CILBELC: Formas de narratividade, literatura, teatro e cinema em confronto. Assis (SP) : FCL-Assis-UNESP, 2006. v. 001. p. D:\pdfs\André L-D:\pdfs\André L. |
| 7. | MITIDIERI, André Luis . O Homem Suspenso em limites imprecisos. In: XX Encontro de Professores Brasileiros de Língua Portuguesa, 2005, Rio de Janeiro/RJ. No Limite dos Sentidos - Anais. Rio de Janeiro : Léo Christiano Editorial, 2005. |
| 8. | MITIDIERI, André Luis . Poema a Um Anjo. In: Concurso Era uma vez um guri Mario de Alegrete Quintana, 1986, Alegrete. Quintana: 80 Anos de Poeta. Alegrete (RS) : Gazeta de Alegrete, 1986. |

Resumos publicados em anais de congressos
--

- | | |
|-----------|--|
| 1. | MITIDIERI, André Luis . Discurso poético e cultura afro na MPB. In: XI Encontro Regional da Abralic, 2007, São Paulo. Literaturas, Artes, Saberes: Caderno de Programação. São Paulo (SP) : EDUSP, 2007. p. 10-10. |
| 2. | MITIDIERI, André Luis . O tempo romanesco na micro-história de um moleiro perseguido pela Inquisição. In: II Colóquio Internacional CILBELC, 2006, Assis (SP). Formas de narratividade: literatura, teatro e cinema em confronto. Assis (SP) : Editora da UNESP, 2006. v. 1. p. 22-22. |
| 3. | MITIDIERI, André Luis . Uma burca bifurcada: gênero e gender no romance biográfico de Salim Miguel. In: Seminário Internacional Fazendo Gênero 7, 2006, Florianópolis (SC). Seminário Internacional Fazendo Gênero 7 - Gênero e Preconceitos - Simpósio temático 42. Florianópolis (SC) : Mulheres, 2006. v. 1. p. 108-108. |
| 4. | MITIDIERI, André Luis . Erico Veríssimo, experiências literárias: leitura e memória num Solo de Clarineta. In: XII Seminário Nacional de Literatura e História, 2005, Porto Alegre. O Centenário de Erico Veríssimo e a História do Rio Grande do Sul. Porto Alegre (RS) : Editora FAPA, 2005. p. 04-04. |
| 5. | MITIDIERI, André Luis . Identidade e interdisciplinaridade: historiografias literárias na contracorrente da história (e) da Literatura. In: VI Seminário Internacional de Literatura e História da Literatura, 2005, Porto Alegre. VI Sem. Internacional de História da Literatura: Resumos. Porto Alegre (RS) : EDIPUCRS, 2005. p. 36-36. |

- | | |
|------------|--|
| 6. | MITIDIERI, André Luis . O Homem Suspenso em limites imprecisos. In: XX Encontro de Professores Brasileiros de Literatura Portuguesa, 2005, Niterói (RJ). No Limite dos Sentidos: Caderno de Resumos. Niterói (RJ) : EDUFF, 2005. v. 1. p. 36-36. |
| 7. | MITIDIERI, André Luis . A identidade e o projeto de formação nacional em O mulato, de Aluizio de Azevedo. In: IX Congresso Internacional ABRALIC 2004 Travessias, 2004, Porto Alegre. Programa/Resumos do IX Congresso Internacional ABRALIC 2004 Travessias. Porto Alegre (RS) : Editora da UFRGS, 2004. v. 01. p. 499-499. |
| 8. | MITIDIERI, André Luis . Narrative in English: Novel and Film. In: II Congresso Internacional das Linguagens SINELE Seminário Internacional do Ensino de Língua Estrangeira/Inglês, 2004, Erechim. Anais do II Congresso Internacional das Linguagens - Mídia e Educação - VI SENEL Seminário Nacional do Ensino de Língua Portuguesa; V SINELE Seminário Internacional do Ensino de Língua Estrangeira/Espanhol; V SINELE - Seminário Internacional etc. Erechim : Editora da URI, 2004. v. 001. p. 143-143. |
| 9. | MITIDIERI, André Luis . Os espaços de circulação da memória na linguagem literária. In: 22ª Semana de Letras, 8º Seminário Internacional de Língua e Literatura, 2004, Santa Maria (RS). Espaços de Circulação da Linguagem - Caderno de Resumos. Santa Maria (RS) : Editora da UFSM, 2004. v. 001. p. 33-33. |
| 10. | MITIDIERI, André Luis . A diversidade da literatura biográfica. In: XI Encontro Sul-Brasileiro de Professores de Língua Portuguesa - IX Semana de Letras, 2004, São Leopoldo (RS). Livro de Resumos XI Encontro Sul-Brasileiro de Professores de Língua Portuguesa IX Semana Acadêmica de Letras. São Leopoldo (RS) : Editora da Unisinos, 2004. v. 001. p. 44-44. |

Artigos aceitos para publicação
--

- | | |
|-----------|---|
| 1. | MITIDIERI, André Luis . Os Estudos Culturais vão ao Paraíso. Cadernos de Letras da UFF, 2008. |
| 2. | MITIDIERI, André Luis . Gênero e preconceito em Nur na escuridão. DLCV. Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas (UFPB), 2008. |
| 3. | MITIDIERI, André Luis . Comer a marreca e pagar o pato: narrativas angolanas de João Melo. Nonada (Porto Alegre), 2008. |

Demais tipos de produção bibliográfica

- | | |
|-----------|--|
| 1. | MITIDIERI, André Luis ; PIANOWSKI, F. . O diário rosa de Dona Felícia 2007 (Blog Artístico-Literário). |
| 2. | MITIDIERI, André Luis ; PIANOWSKI, F. . Dona Felícia Desesperada. Rede Orkut, |

2006 (Produção Textual Interativa).

3. MITIDIÉRI, André Luis . Um corpus decomposto: biografia e metaficção biográfica em Santa Evitia, de Tomás Eloy Martínez. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002 (Resumo).

Produção técnica

Softwares sem registro de patente

1.  MITIDIÉRI, André Luis ; BALESTRA RODRIGUES, Silvio Héctor ; BORDINI, M.G. ; REMEDIOS, M. L. R. ; LEITES, Amalia Cardona ; ALMEIDA, Lara de . O Mapa de Quintana: Uma Poética da Memória. 2006.

Demais tipos de produção técnica

1. MITIDIÉRI, André Luis . Meia Volta, Vuelta y Media: A Escrita e o Audiovisual na Linguagem de Contato Espanhol-Português. 1997. .
2. MITIDIÉRI, André Luis . 23ª Feira do Livro Municipal e 8ª Feira Internacional do Livro. 1997. (Feira do Livro).
3. MITIDIÉRI, André Luis . Relações entre história e ficção no romance Santa Evita. 1997. (Apresentou Palestra).
4. MITIDIÉRI, André Luis . Meia Volta, Vuelta Y Media: A Escrita e o Audiovisual na Linguagem de Contato Espanhol-Português. 1996. .
5. MITIDIÉRI, André Luis . Encontro com Autor Presente. 1996. (IV Feira Municipal do Livro).
6. MITIDIÉRI, André Luis . Patagônia - o insólito das terras argentina e chilena. 1996. (Apresentou Palestra).
7. MITIDIÉRI, André Luis . Fontes da Literatura no Rio Grande do Sul. 1996. (Apresentou Palestra).
8. MITIDIÉRI, André Luis . Meia volta Vuelta y Media - Audiovisual na Linguagem de Contato Espanhol-Português. 1996. (Apresentou Palestra).

9.	MITIDIERI, André Luis . A Poesia no Mercosul. 1995. (Apresentou Palestra).
10.	MITIDIERI, André Luis . A Poesia no Mercosul. 1995. (Apresentou Palestra).
11.	MITIDIERI, André Luis . Produção Poética Alegretense. 1990. (Apresentou Palestra).
12.	MITIDIERI, André Luis . De Córdoba a Cuzco: Uma Aventura pelos caminhos do Império Inca. 1988. (Apresentou Palestra).
13.	MITIDIERI, André Luis . O cotidiano de Havana. 1987. (Apresentou Palestra).

Produção artística/cultural

1.	MITIDIERI, André Luis . Um caso de Amor, América e agostos. 1996. (Apresentação de obra artística/Literária).
2.	MITIDIERI, André ; MITIDIERI, André Luis . Literatura do Cone Sul no Canto Alegretense. 1996. (Apresentação de obra artística/Literária).
3.	MITIDIERI, André Luis . Andante sin pasaporte - 1ª Feira do Livro do Mercosul. 1996. (Apresentação de obra artística/Literária).
4.	MITIDIERI, André Luis . Desde a volta de La Luna. 1995. (Apresentação de obra artística/Literária).
5.	MITIDIERI, André Luis . Desde a volta de La Luna em Noite, Cultura e Arte. 1995. (Apresentação de obra artística/Literária).
6.	MITIDIERI, André Luis . Cafe Literario. 1995. (Apresentação de obra artística/Literária).
7.	MITIDIERI, André Luis . Ronda de Poetas y Artistas. 1995. (Apresentação de obra artística/Literária).
8.	MITIDIERI, André Luis . Desde a volta de La Luna. 1995. (Apresentação de obra artística/Literária).
9.	MITIDIERI, André Luis . Desde a volta de La Luna. 1995. (Apresentação de obra artística/Literária).
10.	MITIDIERI, André Luis . Desde a volta de La Luna. 1995. (Apresentação de obra artística/Literária).

11.	MITIDIERI, André Luis . Desde a volta de La Luna. 1995. (Apresentação de obra artística/Literária).
12.	MITIDIERI, André Luis . Desde a Volta de La Luna. 1995. (Apresentação de obra artística/Literária).
13.	MITIDIERI, André ; MITIDIERI, André Luis . Desde a volta de La Luna. 1995. (Apresentação de obra artística/Literária).
14.	MITIDIERI, André Luis . Desde a volta de La Luna. 1995. (Apresentação de obra artística/Literária).
15.	MITIDIERI, André Luis . Desde a volta de La Luna. 1995. (Apresentação de obra artística/Literária).
16.	MITIDIERI, André Luis . Desde a volta de La Luna. 1995. (Apresentação de obra artística/Literária).
17.	MITIDIERI, André Luis . Desde a volta de La Luna. 1995. (Apresentação de obra artística/Literária).
18.	 MITIDIERI, André Luis . Sem guia de viagem. 1994. (Apresentação de obra artística/Literária).
19.	MITIDIERI, André Luis ; VILAVERDE, Neuri . América que te Quero Latina. 1992. (Apresentação de obra artística/Outra).
20.	MITIDIERI, André Luis ; PEREIRA, Nerceli ; DESIDÉRIO, Édio . América que te Quero Latina. 1992. (Apresentação de obra artística/Musical).
21.	MITIDIERI, André Luis . III Salão Municipal do Jovem Artista. 1992. (Apresentação de obra artística/Outra).
22.	MITIDIERI, André Luis . Impostor. 1991. (Apresentação de obra artística/Literária).
23.	MITIDIERI, André Luis . Ausência. 1991. (Apresentação de obra artística/Literária).
24.	MITIDIERI, André Luis . Abecedário. 1991. (Apresentação de obra artística/Literária).
25.	MITIDIERI, André Luis . Intraduzível saudade. 1991. (Apresentação de obra artística/Literária).

26.	MITIDIERI, André Luis . Cordoba revisited. 1990. (Apresentação de obra artística/Literária).
27.	MITIDIERI, André Luis . Latina. 1990. (Apresentação de obra artística/Literária).
28.	MITIDIERI, André Luis . Carrocinha. 1990. (Apresentação de obra artística/Literária).
29.	MITIDIERI, André Luis . Crepúsculo. 1990. (Apresentação de obra artística/Literária).
30.	MITIDIERI, André Luis . Rotações. 1989. (Apresentação de obra artística/Literária).
31.	MITIDIERI, André Luis . Verbo Amanhecido. 1988. (Apresentação de obra artística/Literária).
32.	MITIDIERI, André Luis ; RIBEIRO, V. . Psicodélico Star Fix. 1997. (Composição musical/Canto).
33.	MITIDIERI, André Luis . A Pequena Notável. 1987 (Trabalho de Pesquisa).

Demais trabalhos

1.	MITIDIERI, André Luis . Instituto Estadual do Livro - Associação Lígia Averbuck. 2006 (Tesoureiro).
2.	MITIDIERI, André Luis . Instituto Estadual do Livro - Associação Lígia Averbuck. 2005 (Tesoureiro).
3.	MITIDIERI, André Luis . Acervo Literário de Zeferino Brazil. 1998 (Projeto CNPq - Acervos de Escritores Sulinos).
4.	MITIDIERI, André Luis . Acervo Literário de Zeferino Brazil. 1997 (Projeto CNPq Acervos de Escritores Sulinos).
5.	MITIDIERI, André Luis . Acervo Literário de Zeferino Brazil. 1996 (Projeto CNPq Acervos de Escritores Sulinos).
6.	MITIDIERI, André Luis . Carnaval de Rua - Blocos Carnavalescos de Alegrete. 1992 (Comissão Julgadora).
7.	MITIDIERI, André Luis . Escola de Samba Unidos dos Canudos - Relações Públicas. 1988 (Atividade Comunitária e Cultural).

8.	MENEZES, N. ; SOARES, L. P. ; SOUSA, C. M. ; TRONCO, E. R. ; SIMOES, O. ; NERY, N. ; LENCINA, S. ; RIBEIRO, J. R. ; SILVA, R. F. ; MOUTINHO, T. ; SCARRONE, T. ; MOUTINHO, M. P. ; MITIDIERI, André Luis . Conselho Fiscal. 1988 (Associação Cultural Franco-Brasileira).
9.	MITIDIERI, André Luis . Diretório Acadêmico Dr. Cyro Leães. 1987 (Presidência).
10.	MITIDIERI, André Luis . Escola de Samba Unidos dos Canudos - Relações Públicas. 1987 (Atividade Comunitária e Cultural).
11.	MITIDIERI, André Luis . ALA Associação Literária Alegretense - Diretoria Provisória. 1986 (Associação Literária Alegretense).
12.	MITIDIERI, André Luis . Diretório Acadêmico Dr. Cyro Leães. 1986 (Presidência).
13.	MITIDIERI, André Luis . Escola de Samba Unidos dos Canudos - Relações Públicas. 1986 (Atividade Comunitária e Cultural).
14.	MITIDIERI, André Luis . Vice-Presidente. 1984 (Grêmio Estudantil Tiradentes).



Bancas

[Participação em bancas examinadoras](#)

[Participação em bancas de comissões julgadoras](#)

Participação em bancas examinadoras

Trabalhos de Conclusão de Curso de graduação

1.	FEIJO, M. P.; SIMON, L. A.; MITIDIERI, André Luis. Participação em banca de Blau Boelter da Rosa. Entre a ficção e a realidade: uma identidade humanista entre. 2006. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Letras) - Universidade da Região da Campanha.
2.	SIMON, L. A.; ROCHA, M. S.; MITIDIERI, André Luis. Participação em banca de Erisnéida Janaína da Rocha Pertille. Representação feminina nas músicas de Chico Buarque. 2006. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Letras) - Universidade da Região da Campanha.
3.	SOARES, Mari R.; SANTOS, Paulo Roberto; MITIDIERI, André Luis. Participação em banca de Milena de Souza da Silva. O Professor: os limites ente a literatura e a história em um romance ambientado na fronteira. 2006. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Letras) - Universidade da Região da Campanha.

4.	BALBINOT, M.; MITIDIÉRI, André Luis. Participação em banca de Rose Mari Lunardi do Amarante. A narração do Brasil em Iracema, de José de Alencar e em Capão Pecado, de Ferréz. 2006. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Letras) - Universidade da Região da Campanha.
5.	BOELTER, N.; SIMON, L. A.; MITIDIÉRI, André Luis. Participação em banca de Amália Cardona Leites. Resistência e Regionalidade em Faraco, Quiroga e Hemingway. 2006. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Letras) - Universidade da Região da Campanha.
6.	QUEIROGA, J. C.; SANTOS, Paulo Roberto; MITIDIÉRI, André Luis. Participação em banca de Cinthia Gracieli Leal Soares. A voz autobiográfica n'As Meninas de Lygia. 2006. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Letras) - Universidade da Região da Campanha.
7.	BOELTER, N.; SANTOS, Paulo Roberto; MITIDIÉRI, André Luis. Participação em banca de Mirta Cristina Parcianelo de Freitas. O intimismo na escrita feminizada de Tânia Faillace. 2006. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Letras) - Universidade da Região da Campanha.
8.	QUEIROGA, J. C.; SIMON, L. A.; MITIDIÉRI, André Luis. Participação em banca de Silvio Hector Balestra Rodrigues. O mapa de Quintana: uma poética da memória. 2006. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Letras) - Universidade da Região da Campanha.
9.	FEIJO, M. P.; MITIDIÉRI, André Luis. Participação em banca de Janaina de Oliveira Cambraia. Poética e Cidadania. 2004. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Curso de Letras) - Campus Universitário de Alegrete.
10.	SIMON, L. A.; MITIDIÉRI, André Luis. Participação em banca de Márcia Lopes Denis. Cidadania e linguagem: função da escola. 2004. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Curso de Letras) - Campus Universitário de Alegrete.
11.	SIMON, L. A.; MITIDIÉRI, André Luis. Participação em banca de Valéria Lima Soares. A importância do Espanhol para o Mundo, Mercosul e Brasil. 2004. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Curso de Letras) - Campus Universitário de Alegrete.
12.	SIMON, L. A.; MITIDIÉRI, André Luis. Participação em banca de Jusséli Zacaria dos Santos. A origem da Língua e da literatura espanhola. 2004. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Curso de Letras) - Campus Universitário de Alegrete.
13.	ROCHA, M. S.; MITIDIÉRI, André Luis. Participação em banca de Elcira Pinto Dutra. A metaficção historiográfica em. 2004. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Curso de Letras) - Campus Universitário de Alegrete.

Participação em bancas de comissões julgadoras

Outras participações

1. FEIJO, M. P.; SIMON, L. A.; PITHAN, A. M. H.; LOPES, C.; CUNHA, V. A.; SANTOS, T. L.; MITIDIERI, André Luis. Comissão Julgadora do Carnaval de Rua. 1992. Prefeitura Municipal de Alegrete Rs.



Eventos

Participação em eventos

1. Seminário Nacional de Estudos Literários e Sem. de Estud. Lit. Reg. Sul. 2007. (Participações em eventos/Seminário).
2. SENAEL - Sem. Nac. Estud. Lit. e Sem. Estudos Literários da Região Sul.O mapa de Quintana: uma poética da memória. 2007. (Participações em eventos/Seminário).
3. Seminário Nacional de Estud. Literários e Sem. de Estud. Literários da Região Sul.Memória e Identidade Cultural. 2007. (Participações em eventos/Seminário).
4. VII Seminário Internacional em Letras: linguagem, cultura e identidade.Questões identitárias nas literaturas de língua portuguesa afro-asiáticas 1ª sessão: Coord.: Profª Dr. Maria Luíza Ritzel Remédios (PUCRS). 2007. (Participações em eventos/Seminário).
5. XI Encontro Regional da ABRALIC. 2007. (Participações em eventos/Encontro).
6. XI Encontro Regional da ABRALIC.Discurso poético e cultura afro na MPB. 2007. (Participações em eventos/Encontro).
7. Colóquio Figuras da Ficção UFRGS/Universidade de Coimbra. 2007. (Participações em eventos/Outra).
8. X Congresso Internacional da ABRALIC. 2006. (Participações em eventos/Congresso).
9. X Congresso Internacional da ABRALIC.Relatos de Certos Orientes: estudo Comparativo entre as Scherazades de Hatoum e a Narrativba Trivial de Salim Miguel. 2006. (Participações em eventos/Congresso).
10. X Congresso Internacional da ABRALIC.Coordenador da sessão: Memória e espaços identitários. 2006. (Participações em eventos/Congresso).

11.	Seminário Internacional Fazendo Gênero 7. Uma Burca Bifurcada: Gênero e Gender no Romance Biográfico de Salim Miguel. 2006. (Participações em eventos/Seminário).
12.	Seminário Internacional Fazendo Gênero 7 - Gênero e Preconceitos. 2006. (Participações em eventos/Seminário).
13.	V Jornada de Literatura e Autoritarismo e Simpósio Memórias da Repressão. Um Pacto com a Santa ou Autenticações Demoníacas no Romance de Eva Perón?. 2006. (Participações em eventos/Simpósio).
14.	V Jornada de Literatura e Autoritarismo e Simpósio Memórias da Repressão. 2006. (Participações em eventos/Simpósio).
15.	II Colóquio Internacional do CILBELC - Formas de Narratividade: Literatura, Teatro e Cinema em Confronto. O Tempo Romanesco na Micro-História de um Moleiro Perseguido pela Inquisição. 2006. (Participações em eventos/Encontro).
16.	II ENAPEL Encontro Nacional de Pesquisadores em Periódicos Literários Brasileiros. Quintana em Ibirapuitan, um suplemento à história e à crítica literárias. 2006. (Participações em eventos/Encontro).
17.	Jornada de Pesquisa Personagens, Pós-Colonialismo e Literaturas Lusófonas. A Perdição da Personagem no Drama Jocosos de Helder Macedo. 2006. (Participações em eventos/Outra).
18.	Jornada de Pesquisa Personagens, Pós-Colonialismo e Literaturas Lusófonas. 2006. (Participações em eventos/Outra).
19.	II Colóquio Internacional do CILBELC - Formas de narratividade: Literatura, Teatro e Cinema em Confronto. 2006. (Participações em eventos/Outra).
20.	Tópicos de Narratologia com Dr. Carlos Reis - Universidade de Coimbra. 2006. (Participações em eventos/Outra).
21.	V Jornada de Qualificação em Segunda Área. Identidade e Autobiografia em Nur na Escuridão e Relato de um Certo Oriente. 2006. (Participações em eventos/Outra).
22.	V Jornada de Qualificação em Segunda Área. 2006. (Participações em eventos/Outra).
23.	Jornada Vianense de Literatura. 100 anos de Quintana. 2006. (Participações em eventos/Outra).
24.	VI Semana de Letras PUCRS. O Mapa de Quintana, Fotobiografemas. 2006. (Participações em eventos/Outra).

25.	2º Seminário Regional de Crítica e Teoria da Literatura.Preservação da memória e materialidade: o escritor e sua obra.. 2005. (Participações em eventos/Seminário).
26.	XII Seminário Nacional de Literatura e História - Centenário de Erico Veríssimo e a história do Rio Grande do Sul.Erico Veríssimo, Experiências Literárias: Leitura e Memória num Solo de Carineta. 2005. (Participações em eventos/Seminário).
27.	XI Seminário Nacional Mulher e Literatura e II Seminário Internacional Mulher e Literatura. 2005. (Participações em eventos/Seminário).
28.	II Seminário Nacional de História da Literatura. 2005. (Participações em eventos/Seminário).
29.	II Seminário Nacional de História da Literatura.Autobiografia, biografia e correspondentes metaficcões. 2005. (Participações em eventos/Seminário).
30.	Seminário Internacional Erico Veríssimo - Retratos da vida inteira. 2005. (Participações em eventos/Seminário).
31.	VI Seminário Internacional de História da Literatura.Identidade e Interdisciplinaridade: Historiografias Literárias na Contracorrente da História (e) da Literatura?. 2005. (Participações em eventos/Seminário).
32.	VI Seminário Internacional de História da Literatura. 2005. (Participações em eventos/Seminário).
33.	2º Seminário Regional de Crítica e Teoria da Literatura. 2005. (Participações em eventos/Seminário).
34.	XX Encontro de Professores Brasileiros de Literatura Portuguesa.O homem suspenso em limites imprecisos. 2005. (Participações em eventos/Encontro).
35.	XX Encontro de Professores Brasileiros de Literatura Portuguesa - No Limite dos Sentidos. 2005. (Participações em eventos/Encontro).
36.	Ciclo de Palestras da Associação Lígia Averbuck/Instituto Estadual do Livro. 2005. (Participações em eventos/Outra).
37.	Travessias - Encontro de Escritores Atlânticos - Açores/Brasil. 2005. (Participações em eventos/Outra).
38.	Jornada de Estudos Culturais: Deslocamentos e Hibridismo, Pós-Colonialismo e Literaturas Lusófonas.DissemiNações de Orientes no romance de Milton Hatoum. 2005. (Participações em eventos/Outra).

39.	Jornada de Estudos Culturais: Deslocamentos e Hibridismo, Pós-Colonialismo e Literaturas Lusófonas. 2005. (Participações em eventos/Outra).
40.	Jornada de Estudos Culturais: Deslocamentos e Hibridismo, Pós-Colonialismo e Literaturas Lusófonas. Debatedor da Palestra de RR Ribeiro: A Cultura Tradutória na Viagem ao México de Silvano Santiago. 2005. (Participações em eventos/Outra).
41.	V Semana Acadêmica de Letras Linguagem e Linguagens PUCRS. 2005. (Participações em eventos/Outra).
42.	V Semana Acadêmica de Letras - Linguagens e Linguagens. Nenhum Brasil Existe? Breves Anotações para uma História da Literatura Biográfica. 2005. (Participações em eventos/Outra).
43.	IX Congresso Internacional da ABRALIC 2004. 2004. (Participações em eventos/Congresso).
44.	II Congresso Internacional das Linguagens. Debatedor no cine-fórum The Hours - Stephen Daupry. 2004. (Participações em eventos/Congresso).
45.	IX Congresso Internacional ABRALIC 2004 - Travessias. A identidade e o projeto de formação nacional em O mulato, de Aluísio Azevedo. 2004. (Participações em eventos/Congresso).
46.	VI Congresso Internacional de Língua e Literatura do MERCOSUL. Biografia e Metaficção Biográfica: seus corpos narrativos para um modelo de análise. 2004. (Participações em eventos/Congresso).
47.	Espaços de Circulação da Linguagem - 22ª Semana de Letras/8º Seminário Internacional de Língua e Literatura. 2004. (Participações em eventos/Seminário).
48.	XXII Seminário Brasileiro de Crítica Literária e XXI Seminário de Crítica do Rio Grande do Sul. As luzes da história n' O século das luzes. 2004. (Participações em eventos/Seminário).
49.	Seminário Regional de Crítica e Teoria da Literatura. Literatura e História: o romance hispano-americano. 2004. (Participações em eventos/Seminário).
50.	Espaços de Circulação da Linguagem - 22ª Semana de Letras/8º Seminário Internacional de Língua e Literatura. Os Espaços de Circulação da Memória na Língua Literária. 2004. (Participações em eventos/Seminário).
51.	XXII Seminário Brasileiro de Crítica Literária e XXI Seminário de Crítica do Rio Grande do Sul. 2004. (Participações em eventos/Seminário).
52.	XVIII Semana de Letras e I Encontro Nacional de Literatura, Leitura e Cultura. 2004.

	(Participações em eventos/Encontro).
53.	V Salão de Iniciação Científica. Texto e Construção do Sujeito. 2004. (Participações em eventos/Outra).
54.	IV Semana de Letras: Ler, Dizer e Fazer Acontecer. O Paisagismo Lingüístico de Alejo Carpentier. 2004. (Participações em eventos/Outra).
55.	IV Semana de Letras: Ler, Dizer e Fazer Acontecer. 2004. (Participações em eventos/Outra).
56.	XVIII Semana de Letras e I Encontro Nacional de Literatura, Leitura e Cultura. A Utilização das Estratégias Literárias na Organização Temporal da Obra Micro-Histórica: O Queijo e os Vermes. 2004. (Participações em eventos/Outra).
57.	V Jornada de Crítica Genética. 2004. (Participações em eventos/Outra).
58.	XIV Festival de Poesia, Crônica e Conto de Imperatriz. 2003. (Participações em eventos/Outra).
59.	II Seminário Internacional de História da Literatura. 1997. (Participações em eventos/Seminário).
60.	Seminário Nacional Sobre Memória e Autobiografia. 1997. (Participações em eventos/Seminário).
61.	3º Encontro Nacional de Acervos Literários Brasileiros. 1997. (Participações em eventos/Seminário).
62.	Literatura & História: Três Vozes de Expressão Portuguesa. 1997. (Participações em eventos/Encontro).
63.	FAC Festival Alegretense da Canção. Psicodélico Star Fix. 1997. (Participações em eventos/Outra).
64.	IV Feira Municipal do Livro. Encontro com Autor Presente. 1996. (Participações em eventos/Encontro).
65.	XX Concurso Literário Felipe D'Oliveira. Um caso de Amor, América e agostos. 1996. (Participações em eventos/Outra).
66.	I Feira do Livro do Mercosul. Apresentação de Andante sin pasaporte. 1996. (Participações em eventos/Outra).

67.	VII Canto Alegretense da Canção Gaúcha.Literatura do Cone Sul no Canto Alegretense. 1996. (Participações em eventos/Outra).
68.	II Jornada de Crítica Genética com Prfo. Dr J. L. Lebrave (ITEM/CNRS/PARIS). 1996. (Participações em eventos/Outra).
69.	IX Seminário de Língua Portuguesa e Literatura Rio-Grandense.Lançamento do Livro Desde a volta de La Luna no Museu de Arte. 1995. (Participações em eventos/Seminário).
70.	IX Seminário Estadual de Língua Portuguesa e Literatura Rio-Grandense.Sessão de Autógrafos no Clube Caixeiral. 1995. (Participações em eventos/Seminário).
71.	IX Seminário Estadual de Língua Portuguesa e Literatura Rio-Grandense.A Poesia no Mercosul. 1995. (Participações em eventos/Seminário).
72.	Presentación de Desde a volta de La Luna.Apresentou Obra Literária. 1995. (Participações em eventos/Encontro).
73.	Noite, Cultura e Arte.Sessão de Autógrafos. 1995. (Participações em eventos/Outra).
74.	Cafe Literario.Lectura de Poemas. 1995. (Participações em eventos/Outra).
75.	Ronda de Poetas y Artistas.Apresentou Recital. 1995. (Participações em eventos/Outra).
76.	XVIII Concurso Literário Felipe D'Oliveira.Sem guia de viagem. 1994. (Participações em eventos/Outra).
77.	Carnaval de Rua/ Concurso de Escolas de Samba.América que te Quero Latina/Enredo GRES Unidos dos Canudos. 1992. (Participações em eventos/Outra).
78.	Carnaval de Rua/Concurso das Escolas de Samba.América que te Quero Latina/Samba-Enredo GRES Unidos dos Canudos. 1992. (Participações em eventos/Outra).
79.	Seminário Regional - Metodologia do Ensino. 1991. (Participações em eventos/Seminário).
80.	Concurso Literário Felipe D'Oliveira.Impostor. 1991. (Participações em eventos/Outra).
81.	Concurso Literário Dia do Prfoessor.Ausência. 1991. (Participações em eventos/Outra).

82.	Concurso Literário Dia do Professor.Abecedário. 1991. (Participações em eventos/Outra).
83.	37ª Feira do Livro de Porto Alegre.Intraduzível saudade. 1991. (Participações em eventos/Outra).
84.	Seminário Regional de História. 1990. (Participações em eventos/Seminário).
85.	Concurso CESDAB de Poesia.Cordoba revisited. 1990. (Participações em eventos/Outra).
86.	Concurso Nacional de Poesias Carlos Drummond de Andrade.Latina. 1990. (Participações em eventos/Outra).
87.	Concurso Nacional de Poesias Carlos Drummond de Andrade.Carrocinha. 1990. (Participações em eventos/Outra).
88.	Concurso Nacional de Poesias Carlos Drummond de Andrade.Crepúsculo. 1990. (Participações em eventos/Outra).
89.	100 Anos de Proclamação da República. 1989. (Participações em eventos/Seminário).
90.	III Seminário Estadual de Literatura Rio-Grandense. 1989. (Participações em eventos/Seminário).
91.	Concurso CESAB de Poesia.Rotações. 1989. (Participações em eventos/Outra).
92.	Ciclo de Estudos da Literatura Rio-Grandense. 1989. (Participações em eventos/Outra).
93.	Ciclo de Estudos do Adolescente. 1989. (Participações em eventos/Outra).
94.	Encontro com o Verbo Amanhecido.Verbo Amanhecido. 1988. (Participações em eventos/Encontro).
95.	II Seminário de Literatura Rio-Grandense. 1988. (Participações em eventos/Outra).
96.	Ciclo Estadual de Estudos Afro-Brasileiros. 1988. (Participações em eventos/Outra).
97.	Carnaval de Rua/ Concurso das Escolas de Samba.A Pequena Notável/Enredo GRES Unidos dos Canudos. 1987. (Participações em eventos/Outra).

98.	Ciclo Universitário de Palestra Sobre Língua Portuguesa. 1987. (Participações em eventos/Outra).
99.	Ciclo Universitário de Palestra. 1987. (Participações em eventos/Outra).
100.	Ciclo Universitário de Palestras Literárias. 1987. (Participações em eventos/Outra).
101.	Ciclo Universitário de Ecologia. 1987. (Participações em eventos/Outra).
102.	Ciclo Universitário de Estudos Missioneiros. 1987. (Participações em eventos/Outra).
103.	Ciclo Universitário de Estudos Pedagógicos. 1987. (Participações em eventos/Outra).
104.	Seminário Estadual de Literatura Quintana 80 Anos de Poeta.O Anjo Malaquias. 1986. (Participações em eventos/Seminário).
105.	Encontro Estadual A Nova Política Econômica. 1986. (Participações em eventos/Encontro).
106.	II Olimpíada Cultural e Esportiva Universitária. 1986. (Participações em eventos/Outra).
107.	Concurso Internacional Mario Quintana.Poesia. 1986. (Participações em eventos/Outra).
108.	Seminário América Latina: Realidade Geopolítica, Histórica, Econômica e Cultural. 1984. (Participações em eventos/Seminário).
109.	Encontro Estadual O Estado do Rio Grande do Sul e a República Rio-Grandense. 1984. (Participações em eventos/Encontro).
110.	2º Concurso de Poesias Universitárias.Lua em Aquarelas. 1984. (Participações em eventos/Outra).
111.	Concurso 29ª Delegacia de Educação e Jornal Gazeta de Alegrete.Personalidades Jovens. 1981. (Participações em eventos/Outra).
Organização de eventos	
1.	ZILBERMAN, R. ; BORDINI, M.G. ; MITIDIÉRI, André Luis . 3º Encontro Nacional de Acervos Literários Brasileiros. 1997. (Organização de evento/Outro).
2.	WITT, N. ; MITIDIÉRI, André Luis . Ciclo Estadual de Estudos Afrobrasileiros. 1988.

(Organização de evento/Outro).

3. MITIDIERI, André Luis . Concurso Literário Dr. Cyro Leães. 1987. (Organização de evento/Concurso).
4. MITIDIERI, André Luis ; GIUSEPPE, W. . Ciclo Universitário de Ecologia. 1987. (Organização de evento/Outro).
5. MITIDIERI, André Luis ; GIUSEPPE, W. . Ciclo Universitário de Estudos Missioneiros. 1987. (Organização de evento/Outro).
6. MITIDIERI, André Luis ; GIUSEPPE, W. . Ciclo Universitário de Estudos Pedagógicos. 1987. (Organização de evento/Outro).



Orientações

[Orientações em Andamento](#)

[Orientações concluídas](#)

Orientações em andamento

Monografia de conclusão de curso de aperfeiçoamento/especialização

1. Neiva Bonfanti Rosa. A questão social na obra de Mario Quintana. Início: 2008. Monografia (Aperfeiçoamento/Especialização em Diálogos entre História e Literatura no Brasil Con) - Instituto Educar Brasil. (Orientador).
2. Adriane Pereira Finoketti. Dr. Romário: uma biografia sem fim. Início: 2008. Monografia (Aperfeiçoamento/Especialização em Diálogos entre História e Literatura no Brasil Con) - Instituto Educar Brasil. (Orientador).

Trabalho de conclusão de curso de graduação

1. Cristiane Terezinha Ceolin. A degradação de Rodrigo Terra Cambará no romance O Tempo e o Vento. Início: 2008. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Letras) - Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões. (Orientador).

Supervisões e orientações concluídas

Trabalho de conclusão de curso de graduação

1. Silvio Héctor Balestra Rodrigues. O Mapa de Quintana: Uma Poética da Memória. 2006. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Letras) - Universidade da Região da Campanha. Orientador: André Luis Mitidieri Pereira.
2. Amália Cardona Leites. Resistência e Regionalidade em Faraco, Hemingway e Quiroga. 2006. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Letras) - Universidade da Região da Campanha. Orientador: André Luis Mitidieri Pereira.
3. Mirta Cristina Parcianello de Freitas. O Intimismo na Escrita Feminizada de Tânia Faillace. 2006. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Letras) - Universidade da Região da Campanha. Orientador: André Luis Mitidieri Pereira.
4. Cíntia Gracielli Soares Leal. Voz Autobiográfica n'As Meninas de Lygia. 2006. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Letras) - Universidade da Região da Campanha. Orientador: André Luis Mitidieri Pereira.



Outras informações relevantes

Aprovado no Concurso Público n. 418/2004, para professor de Séries Iniciais/EJA, na Rede Municipal de Ensino de Porto Alegre; Aprovado na Seleção Emergencial n. 16/2003, para professor de língua inglesa na Universidade Estadual do Rio Grande do Sul..



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

P436v Pereira, André Luis Mitidieri
Vidas e varões enovelados: como e porque (des)ler os
clássicos da biografia / André Luis Mitidieri Pereira. – Porto
Alegre, 2008.
264 f.

Tese (Doutorado em Letras) - PUCRS, Fac. de Letras.
Orientação: Prof.^a Dr.^a Maria Luiza Ritzel Remédios.

1. Literatura – História e Crítica. 2. Literatura Comparada.
3. Biografias – Crítica Literária. I. Remédios, Maria Luiza Ritzel.

CDD 809

Ficha Catalográfica elaborada por
Vanessa Pinent
CRB 10/1297